



Universidade do Minho

Instituto de Educação e Psicologia

Cláudia Raquel Pereira Quintãs

**Era uma vez a Instituição onde eu cresci:
Narrativas de adultos sobre
experiências de institucionalização**

Tese de Mestrado

Área de Especialização em Psicologia da Justiça

Trabalho efectuado sob a orientação de

Professora Doutora Carla Machado e

Professora Doutora Isabel Alberto

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Assinatura: _____

Agradecimentos

A todas as crianças e jovens a viver em instituições, que possibilitaram o desejo de efectuar um trabalho sobre este tema.

A todas as pessoas que aceitaram ser entrevistadas e que deram “voz” a esta dissertação.

À Professora Doutora Carla Machado e à Professora Doutora Isabel Alberto, orientadoras deste trabalho, pelo encorajamento e disponibilidade, pelo seu exemplo e inspiração a nível pessoal e profissional.

A todos os técnicos que proporcionaram o contacto com os participantes deste estudo, sem os quais estas “vozes” não teriam sido ouvidas.

Ao meu pai, pelos constantes incentivos e pela mestria na valorização da “voz” de cada pessoa. À minha mãe, pela “voz” do seu amor, base de tudo o que sou e dou. Ao meu irmão, pela sua genuinidade e perseverança.

A toda a minha família - em especial a minha avó - pela paciência no tempo de espera pelo final (bem prolongado) desta tese.

A todos os meus amigos, pela sua amizade autêntica, pelos momentos de qualidade e de reflexão conjunta.

A todas as pessoas que me são próximas, pela meiga paciência ao perguntar durante anos: “Ainda não acabaste a tese? Mas ainda falta muito?”

Resumo

Este trabalho teve por objectivo conhecer as vivências de adultos com experiência de institucionalização. Para tal, partiu das narrativas de catorze participantes que foram alvo de institucionalização na sua infância e/ou adolescência em duas condições distintas: *i*) acolhimento prolongado em Lar de Infância e Juventude, após terem sido identificados como vítimas de maus-tratos e *ii*) colocação em Centro Educativo, após a sua identificação como autores de facto(s) qualificado(s) como crime pela Lei Penal Portuguesa. A ainda escassa investigação sobre o tema em Portugal e o facto da pesquisa nesta área raramente assentar nas narrativas dos próprios sujeitos institucionalizados, reforçaram a necessidade deste estudo.

Partindo de um guião de entrevista construído com o objectivo de conhecer esta realidade, pretendemos abarcar três etapas distintas: o período pré-institucionalização, o período de institucionalização e o período pós-institucionalização. A nossa investigação seguiu uma metodologia qualitativa e as entrevistas foram analisadas através da análise de conteúdo.

Os resultados sugerem que a institucionalização é percebida por estes sujeitos como uma resposta pouco trabalhada e de resolução imediata, que não considera um efectivo projecto de vida das crianças/adolescentes acolhidos. A organização institucional descrita pelos sujeitos da nossa amostra evidencia a falta de investimento, senão mesmo de respeito, pelos seus direitos, que se constata na falta de formação adequada dos profissionais, na falta de afecto essencial para o desenvolvimento de uma boa auto-estima e de uma vinculação segura; na existência de maus-tratos (físicos, emocionais e abusos sexuais) dentro da própria instituição e na dificuldade em permitir o processo de individuação.

Apesar do panorama globalmente desfavorável, foram também percebidos pelos sujeitos aspectos positivos da institucionalização, dos quais se destacam: a satisfação das necessidades básicas, a protecção face à situação de perigo/delinquência, as relações proporcionadas pelo acolhimento institucional (pares, funcionários e equipa técnica) e o facto de permitir um percurso académico e profissional. Estes aspectos foram perspectivados como determinantes no percurso de vida de cada sujeito, constituindo um apoio essencial na formação da sua identidade.

Abstract

The purpose of this work was to be acquainted with the life-experiences of adults that spent part of their childhood and/or adolescence in institutional care. This work is founded on the narrations of fourteen interviewees that have been interned in these institutions due to two distinct causes: *i*) long stay in an institution after being identified as victims of violence and *ii*) detained in a young offenders' institution, after being found guilty of crime in accordance with the Portuguese Law. The need for this study is strengthened by the so far sparse research on this subject in Portugal and the fact that the research in this field rarely relies in narrations by interns themselves.

Starting from an interview template built with the purpose of being acquainted with this reality, we can embrace three distinct phases: the pre-intern period, the intern period and the pos-intern period. Our research has followed a qualitative approach being the interviews evaluated by analysing their contents.

The results suggest that these persons recognize institutionalisation as an immediate and barely worked response that does not address an effective life-project for the interned youngsters. The social protection institution described by our interviewees evidences lack of investment, if not lack of respect by their rights, that can be observed in the lack of training of their professionals, in the lack of the necessary affection for developing self-esteem and strong entailment, in the existence of mistreatment (physical, emotional and sexual abuses) inside the own institution and in the difficulty of allowing the individualisation process.

Notwithstanding the globally unfavourable scenario, the interviewees have also reported positive aspects of the institutions, giving emphasis to: the satisfaction of basic needs, protection from risk/delinquency situation, the relationships enabled by internship (colleagues, workers and technical team) and the possibility of an academic or professional path. These aspects have been perceived as outlining the life-path of each interviewee, have being an essential support to shape their own identity.

Índice

Introdução	1
Primeira Parte Enquadramento Teórico	5
Capítulo 1. Mudar de casa: a institucionalização de crianças e jovens entre o perigo e o crime	5
1. Definindo... ..	6
1.1. Maltrato infantil	6
1.2. Delinquência e desvio.....	10
1.3. Instituição	12
1.4. Acolhimento institucional	15
2. Breve resenha histórica sobre a institucionalização de crianças e jovens.....	16
2.1. As instituições de internato numa dimensão assistencial à infância	16
2.2. As Instituições de internato numa dimensão punitiva/educativa à infância	18
3. Panorama internacional	22
4. Pressupostos, objectivos e modelos da institucionalização.....	28
Capítulo 2. Capítulo II. Riscos e potencialidades das instituições	35
1. Riscos e fragilidades das instituições	35
1.1. Período pré-acolhimento.....	35
1.2. Período de acolhimento institucional	40
1.3. Período de saída e pós-colocação	55
2. Estudos sobre o impacto da institucionalização	56
2.1. Desenvolvimento físico	56
2.2. Funcionamento alimentar	58
2.3. Funcionamento cognitivo e linguístico	59
2.4. Funcionamento académico	61
2.5. Desenvolvimento emocional e psico-social	61
3. Potencialidades e oportunidades da institucionalização	66
4. Desafios da institucionalização: exemplos de Boas Práticas	71
Capítulo 3. As instituições para a Infância e a Juventude no Sistema de Protecção e no Sistema de Justiça: um breve olhar pelo panorama nacional	77
1. O Sistema de Promoção e Protecção.....	77
1.1. Breve resenha histórica.....	77
1.2. Enquadramento legal actual – a Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo	81
1.3. Caracterização das respostas institucionais	84
1.4. A Rede de Lares de Infância e Juventude.....	86
2. O Sistema Tutelar Educativo	89
2.1. Breve resenha histórica.....	89
2.2. Enquadramento legal actual – a Lei Tutelar Educativa.....	92
2.3. Caracterização das respostas institucionais	94
2.4. A Rede de Centros Educativos	96

3.	Algumas dimensões críticas na organização funcional dos Lares de Infância e Juventude e dos Centros Educativos	99
3.1.	Os recursos humanos	99
3.2.	Acompanhamento terapêutico	100
3.3.	Relacionamento com a família e comunidade exterior	101
3.4.	A duração do internamento	102
3.5.	Controlo de qualidade dos serviços de acolhimento	103
4.	Elementos para uma análise crítica do acolhimento institucional em Portugal ..	103

Segunda Parte Estudo Empírico..... 107

Capítulo 1. A experiência de institucionalização em Lar de Infância e Juventude e em Centro Educativo 107

1.	Introdução	107
2.	Objectivos	108
3.	Metodologia	108
3.1.	Amostra	108
3.2.	Instrumentos	112
3.3.	Procedimentos	113
3.4.	Análise dos dados	114
4.	Apresentação e Discussão dos Resultados	115
4.1.	Caracterização do percurso de vida dos participantes e seus principais marcos	116
4.2.	Conceito de instituição	120
4.3.	Período pré-institucionalização	122
4.4.	Período de institucionalização	125
4.5.	Periodo pós-institucionalização	150
4.6.	Apreciação global da institucionalização	153
5.	Conclusões	159

Referências bibliográficas..... 167

Anexos..... 179

Lista de Quadros

Quadro 1: Caracterização sócio-demográfica dos sujeitos da sub-amostra Lares.....	109
Quadro 2: Caracterização sócio-demográfica dos sujeitos da sub-amostra Centros Educativos	110
Quadro 3: Caracterização do percurso institucional dos sujeitos da sub-amostra Lares	111
Quadro 4: Caracterização percurso institucional dos sujeitos da sub-amostra Centros Educativos	112
Quadro 5: Breve descrição do percurso de vida dos sujeitos da sub-amostra Lares	116
Quadro 6: Breve descrição do percurso de vida dos sujeitos da sub-amostra Centros Educativos	117
Quadro 7: Definição de instituição pelos sujeitos da sub-amostra LIJ	120
Quadro 8: Definição de <i>instituição</i> pelos sujeitos da sub-amostra Centros Educativos	121

Siglas e abreviaturas utilizadas

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CE – Centro Educativo

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em perigo

CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social

CRP – Constituição da República Portuguesa

IRS – Instituto de Reinserção Social

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE – Lei Tutelar Educativa

MTS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade

PII – Plano de Intervenção Imediata

SNA – Sistema Nacional de Acolhimento

TFM – Tribunal de Família e Menores

UE – Unidade de Emergência

Introdução

“Os fenómenos a que assistimos de perto tornam-se reais para nós e os que não nos interessam são reduzidos ao estatuto de imaginários, de aparências ilusórias, por fim equivalentes a nada.”

(William James, 1950, p.290)

Este trabalho constitui o desenvolvimento de um percurso que se inicia com a licenciatura em Psicologia, em 2002, na área da Psicologia Clínica Dinâmica e com a escolha, no ano de estágio, de trabalhar com crianças e jovens em risco a viver em instituições. Deste modo, pela primeira vez, assistimos de perto ao fenómeno do maltrato infantil e percebemos as sérias dificuldades que enfrentam as crianças e jovens privados do seu meio familiar, tornando-se, assim, aquele fenómeno “real” para nós.

Posteriormente, surgiu o privilégio de poder continuar a trabalhar em Lares de Infância e Juventude, numa Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e em entidades com competência em matéria da infância e juventude, onde, para além da continuação do contacto com a infância e juventude em perigo, pudemos assistir de perto a problemáticas tais como as dos “sem-abrigo” e das crianças e jovens internados em Centro Educativo, tornando-se, assim, também estas “reais” para nós.

Como psicóloga, ao tomar contacto com as realidades complexas envolvidas nos fenómenos dos maus-tratos a crianças, da delinquência infantil e juvenil e dos sem-abrigo, percebemos que, apesar de parecerem realidades tão longínquas e independentes, afinal, mantinham entre si alguns pontos comuns, o que fez com que surgissem algumas dúvidas, hipóteses e questões, que ao longo do tempo se foram transformando em inquietações. Como refere Alarcão (2000), “*o que sabemos depende de como o sabemos*” (p.473).

Assim, eco das diversas “vozes” destas pessoas, nasceu este projecto de investigação, que tem como objectivo compreender como é viver numa instituição, nomeadamente em Lar e em Centro Educativo e, se possível, contribuir para a produção de mudanças qualitativamente positivas nesta área, ainda tão pouco explorada no nosso país.

Partindo da metáfora usada por Martins (2004), construída a partir da história infantil de Hansel e Gretel - dois irmãos cujos pais, incapazes de cumprir a sua função parental, os abandonam na floresta, mas que acabam por encontrar uma apetecível casa

de chocolate com uma mulher que se oferece para os alimentar e abrigar, mas que logo se revela uma bruxa que os pretende comer - podemos dizer que o foco de interesse desta investigação é perceber como é viver na casinha de chocolate - metáfora para as instituições destinadas a crianças em situação de risco -, conhecê-la o melhor possível por dentro e compreender como é percebida por quem lá vive, eventualmente desdemonizando a figura de bruxa. Os actores desta investigação, os protagonistas, são as próprias pessoas que viveram no seu passado, numa casa de chocolate – quer tenha sido numa casa destinada ao acolhimento de crianças vítimas de maltrato, quer numa casa destinada a crianças que entraram em confronto com a lei - contando, na primeira pessoa, as suas vivências e experiências antes, durante e depois da vivência nessa casa, com particular atenção ao tempo aí decorrido.

A pouca investigação sobre o tema e a elevada prevalência de crianças e jovens a viver em instituições no nosso país reforçou a necessidade deste estudo. Portugal, juntamente com a Espanha e a Grécia, figura entre os países da União Europeia com maior percentagem de crianças e jovens sob cuidados residenciais e evidencia um movimento de afastamento em relação às instituições totais mais lento comparativamente aos outros países (Madge, 1994).

Constata-se uma grande prevalência de crianças e jovens em acolhimento residencial, que destaca a necessidade de se efectuarem estudos sobre esta medida tão representativa no nosso país: a) pela necessidade deste serviço, uma vez que, possivelmente o Lar é, e continuará a ser, a resposta possível para algumas crianças e jovens cuja continuação na família não poderá ser equacionada (McDonald, Allen, Westerfelt & Piliavin, 1996) e b) na equação da qualidade com os seus custos (Parker et al., 1991) e pela importância da prova social da eficiência destes serviços (Ward, 1998, cit. por Martins, 2005). Os elevados custos do funcionamento das instituições residenciais, confrontados com o baixo nível de competências dos jovens que dela saem têm contribuído decisivamente para o questionamento do valor deste tipo de serviços (Gooch, 1996). Igualmente fundamental será averiguar como é percebido e avaliado pelos jovens, isto é, como é que eles encaram o seu processo de crescimento em instituições (Nunes, 2007).

A investigação sobre instituições para crianças e jovens e outras modalidades de acolhimento está também pouco desenvolvida nos países que integram a União Europeia. Hellincks e Colton (1993, cit. por Martins, 2004) referem-se explicitamente aos países do sul da Europa, e a Portugal, como aqueles em que o estado incipiente

deste tipo de pesquisa é mais notório, contrastando com o Reino Unido, que desenvolveu um corpo de conhecimentos de elevada qualidade e utilidade.

Calheiros, Fornelos e Dinis (1993) confirmam a falta de investigação relevante em Portugal, admitindo que é a pesquisa realizada nos restantes países da União Europeia que baseia a tomada de decisões e a prática dos serviços de acolhimento no nosso país¹.

São raros os estudos que incidem sobre grupos de crianças acolhidas ou sobre as próprias instituições. Rara é também a investigação focada nos resultados ou efeitos do acolhimento na perspectiva dos próprios utentes.

Tendo presente a diversidade das situações vividas pelas crianças maltratadas e pelas crianças que cometeram factos qualificados como crime, bem como das soluções tentadas para as estas problemáticas, consideramos que este estudo se torna relevante:

- pelo superior interesse do elevado número de crianças e jovens institucionalizadas, relativamente às quais o Estado (através das suas entidades), tendo em vista a sua “protecção” ou a sua “educação para o direito”, toma a decisão de as retirar às suas famílias e ao seu meio de origem e de as colocar numa instituição, quer seja em Lar de Infância e Juventude, quer seja em Centro Educativo. Torna-se fundamental compreender o impacto desta decisão na vida destas crianças, como é que estas percebem e avaliam esta experiência, quais os recursos institucionais que valorizam e quais consideram necessitar de melhoramento no sentido de cumprir as suas funções;
- pelas necessidades das instituições para a infância e juventude, consubstanciadas nas dificuldades dos profissionais que nelas trabalham, muitas vezes “isolados” intra-muros com os recursos e conhecimentos que têm ao seu dispor mas que, por vezes, se podem revelar insuficientes para a concretização da difícil tarefa de “proporcionar condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” ou a sua “educação para o direito”;
- pela necessidade – a nosso ver – de produzir também mudanças nos sistemas envolventes a estas instituições, que somos todos nós: nas representações que temos destas crianças, destas famílias e destas instituições e no investimento político, social, técnico, científico e individual que lhes dirigimos.

¹ A partir de 1998 merece relevo o conjunto de publicações, na área da Infância e Juventude, da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, com particular referência aos estudos de caracterização dos Lares para Crianças e Jovens e dos seus utentes (Ministério do trabalho e da Solidariedade, 2000) e do Plano de Intervenção Imediata (PII) (Instituto de Segurança Social, 2006).

Assim, com este estudo, esperamos de algum modo, contribuir para que as crianças e jovens institucionalizados não possuam mais o “estatuto de imaginário, de aparências ilusórias, por fim equivalentes a nada”.

O presente trabalho organiza-se em duas partes e estrutura-se em quatro capítulos.

A primeira parte tem uma natureza eminentemente teórica, constituindo uma perspectiva sobre o “estado da arte” acerca da institucionalização. Assim, no primeiro capítulo, abordamos o processo de institucionalização de crianças e jovens - quer tenham sido consideradas em perigo quer tenham sido consideradas autoras de factos qualificados como crime -, apresentando a sua evolução histórica, os seus pressupostos e objectivos e as tendências teóricas, políticas e ideológicas a nível internacional. No segundo capítulo abordamos os riscos e as fragilidades, bem como as potencialidades e oportunidades inerentes ao processo de institucionalização e apresentamos uma síntese das medidas enunciadas pela literatura no sentido de garantir o bom funcionamento destas instituições. O terceiro capítulo foca especificamente as instituições em Portugal e o(s) sistema(s) de Protecção ou de Justiça que as enquadram, nomeadamente, a sua evolução histórica, as respostas legislativas; caracteriza, de um modo geral, a Rede de Lares de Infância e Juventude e de Centros Educativos, bem como as crianças e jovens que integram estas instituições.

A segunda parte apresenta o estudo empírico realizado, nas suas diversas fases: da preparação da investigação à análise e discussão dos resultados. O quarto capítulo descreve o projecto de investigação, os seus objectivos e a metodologia por nós utilizada para a recolha e análise dos resultados. De seguida, são descritos os principais resultados obtidos e discutimos toda a informação recolhida e analisada. Por fim, são analisados os principais contributos e limitações deste estudo e sugerimos algumas direcções para futura investigação.

Primeira Parte

Enquadramento Teórico

Capítulo 1. Mudar de casa: a institucionalização de crianças e jovens entre o perigo e o crime

“Num primeiro olhar sobre a institucionalização, as crianças e adolescentes vítimas de maltrato infantil, em regime de internato, lembram-nos pássaros, e as instituições remetem-nos para imagens de gaiolas. Como será a realidade de uns e outros?”

(Alberto, 2003, p. 227)

A institucionalização de crianças e jovens é uma temática envolta numa grande complexidade e heterogeneidade de situações, em que intervêm múltiplos actores em diversos contextos: individual, familiar, escolar, comunitário e a sociedade no seu todo, que por sua vez são interdependentes das políticas para a infância e juventude locais, nacionais e internacionais, enquadradas numa determinada época histórica.

O tema da institucionalização tem vindo, nos últimos anos, a tornar-se um assunto recorrente nos meios de comunicação social e na opinião pública em geral e, por consequência, tem sido alvo de uma atenção governamental sem precedentes. Esta atenção é, em grande parte, atribuível às histórias de abusos sofridos pelas crianças e jovens em situações assistenciais (Casa Pia, Casa do Gaiato, etc.) ou, por outro lado, a histórias de agressões nas quais estes são os protagonistas (jovens acolhidos nas Oficinas de São José, episódios de violência em Centros Educativos, etc.). Deste modo, as mensagens veiculadas oscilam entre a *vitimização* das crianças e jovens internados, em que se fala nos abusos sexuais, maus tratos físicos, psicológicos, e negligência a que foram sujeitos, e a *violência* exercida por estas, focando as agressões infligidas a outras crianças e jovens, ao património ou à sociedade. São mensagens que se dividem entre o tom *assistencial*, em que se sublinha o altruísmo e a caridade de determinadas pessoas/sectores face a um grupo de crianças desfavorecidas, e o *punitivo*, em que se reforça e torna público o castigo do infractor. Diríamos, também, que são mensagens que se pautam pela *indiferença* ou *esquecimento*, em que se constroem muros à volta das instituições, que mais parecem mergulhadas numa realidade obscura e impenetrável,

para onde espreitamos à distância, ora com receio, ora com piedade, mas nem sempre reconhecendo quem lá vive como pessoas com direitos.

Na sociedade moderna, o Estado estabelece uma diversidade de políticas para a infância, ou seja, “um conjunto de actuações avalizadas pelas instâncias públicas que têm como propósito a repercussão positiva nas circunstâncias de vida da população infantil” (Casas, 1998, p.305) e a institucionalização insere-se neste sistema mais vasto que a enquadra. Na opinião de Casas (1998), estas políticas continuam a ocupar um lugar secundário no quadro das políticas sociais em geral, surgindo entre as mais débeis, senão sendo a mais débil das políticas sectoriais. De facto, constituem uma verdadeira minoria os governos que priorizam a protecção infantil na definição das suas políticas ou, na lógica formalmente inaugurada pela Convenção dos Direitos da Criança, que possuem verdadeiras políticas de promoção da qualidade de vida das crianças, particularmente das crianças e jovens em perigo.

Alberto (2003) refere que abordar o fenómeno da institucionalização é mais complexo que a mera análise das Instituições. No mesmo sentido, Martins (2005) menciona que “a institucionalização não constitui uma variável homogénea e isolada; nem institucionalização é sinónimo de acolhimento institucional, nem o substantivo singular – instituição – é colectivo, isto é, não contém a realidade diversa e plural de prestações institucionais de protecção infantil” (p.3).

1. Definindo...

No sentido de proporcionar uma melhor compreensão deste trabalho, torna-se importante esclarecer alguns conceitos que serão abordados ao longo desta dissertação. Começaremos então pelas problemáticas que motivaram a institucionalização da maior parte dos sujeitos em estudo: situações de maus-tratos e/ou situações de delinquência, passando à noção de instituição e, finalmente, de acolhimento institucional.

1.1. Maltrato infantil

A abordagem a uma possível definição de maltrato infantil apresenta algumas dificuldades de clarificação e consenso entre os investigadores e profissionais responsáveis pela identificação, avaliação e acompanhamento dos casos de maus-tratos (Portwood, 1998, cit. Martins, 2002). Neste sentido, não existe uma definição consensual de maltrato infantil, nem sequer quanto aos indicadores individuais,

familiares e sociais presentes (Vilaverde, 2000), sendo este um conceito em contínuo desenvolvimento.

Parece-nos importante considerar uma abordagem à definição de maltrato infantil que escape a limites demasiados estreitos, optando por uma maior globalização das situações possíveis de ser integradas nesta designação. Deste modo, Canha (2002) relembra uma definição bastante antiga, mas que permanece actualizada e aceite por um número substancial de autores:

“qualquer acto deliberado, por omissão ou negligência, originado por pessoas, instituições ou sociedades, que prive a criança dos seus direitos e liberdades ou que interfira com o seu desenvolvimento” (Gil, 1969, cit. por Canha, 2002, p.16).

Esta será a definição adoptada neste trabalho. Salientamos o facto de esta definição integrar já as circunstâncias que poderão passar despercebidas enquanto situações geradoras de maltrato (como é o caso da negligência) e de abarcar, como possíveis agentes de maltrato, o indivíduo, as instituições e toda a sociedade.

De uma forma breve, é possível sistematizar as práticas e actos que configuram situações de maus-tratos por tipos e forma como se manifestam, podendo ser de carácter passivo (negligência, abandono) ou activo (abuso físico, abuso sexual) (Brunynoghe, 1998, cit. por Alberto, 1999) e que, independentemente da intenção do agressor, podem trazer consequências negativas (visíveis ou não) para o desenvolvimento da criança. No âmbito deste trabalho, adoptaremos as seguintes definições, no que respeita às diferentes formas que podem constituir maltrato infantil:

A negligência consiste na omissão de comportamentos que pode colocar em risco a integridade física e psicológica da criança, bem como o seu bem-estar, indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento normais (Canha, 2003). Este tipo de maltrato refere-se a um comportamento recorrente, e não a incidentes pontuais.

Alguns autores distinguem na negligência, o abandono físico e o abandono emocional, em que, no primeiro, se verifica a não satisfação, temporal ou permanente das necessidades físicas por nenhum dos membros do grupo que vive com a criança e, no abandono emocional, a falta persistente de respostas aos sinais, expressões emocionais e de procura de contacto e interacção pela criança e falta de iniciativa de interacção por parte da figura adulta de referência (Penha, 2000).

No que respeita ao abuso físico podemos defini-lo como “danos físicos não acidentais à criança, resultado de actos ou omissões da parte dos seus pais ou educadores” (Kempe & Helfer, 1972, cit. por Matos & Figueiredo, p.32), “ao ponto de

causar danos ou interferir na liberdade da criança” (Browne, 1988, p.16). Neste tipo de maltrato, cujo protótipo é a criança batida, estão incluídos a criança abandonada, os ferimentos, as equimoses e hematomas, as queimaduras, as fracturas, os traumatismos cranioencefálicos, a sufocação, o afogamento e as intoxicações (Canha, 2003). Gil (1970, cit. Alberto, 1999, p.15), para além do “uso de força física intencional e não accidental” acrescenta ainda na sua definição “actos de omissão não acidentais, por parte dos pais ou de outros cuidadores”, considerando que, ao incluir todos os actos possíveis de violência e de negligência não dá azo a relatividades pessoais e sociais.

Esta definição não é consensual e admite-se que possam ocorrer maus-tratos físicos através de comportamentos que não deixam marcas, pelo que outros autores propõem que se considerem outros critérios, como sejam a frequência da agressão física, bem como a idade da criança.

O abuso sexual tem uma dimensão física e uma dimensão psicológica, que frequentemente se apresentam de forma conjugada. O abuso sexual advém da necessidade de gratificação do adulto (Gil, 1970) sendo um crime contra a autodeterminação sexual, ou seja, condutas que incidem sobre vítimas que, atendendo à sua idade, se entendeu não estarem ainda em condições de se autodeterminar sexualmente, pelo que, mesmo na ausência de qualquer meio explicitamente violento, serão susceptíveis de prejudicar o livre desenvolvimento da sua maturidade e vida sexuais (Carmo, Alberto, & Guerra, 2002). Assim, “o abuso sexual é, antes de mais, uma situação de abuso do diferencial do poder existente entre um adulto e um menor que, devido à sua imaturidade, é incapaz de se autodeterminar” (Machado, 2003, p.42). Este tipo de crime tipifica diversos tipos de comportamento penalmente puníveis, tais como: cópula, coito oral ou anal, a prática de acto de carácter exibicionista, a actuação por meio de conversa obscena ou de escrito, objecto ou espectáculo pornográfico, a utilização de criança em fotografia, filme ou gravação pornográficos, a exibição ou cedência destes materiais e a sua detenção com a intenção de os exhibir ou ceder (Carmo, Alberto, & Guerra, 2002).

O abuso psicológico ou emocional resulta da incapacidade de proporcionar à criança um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afectivo (Canha, 2003). Este tipo de maltrato tem a particularidade de se inserir nas outras formas de maltrato, no entanto, pode surgir sem se associar a outras formas de abuso. Nesta dimensão, podem-se considerar cinco categorias: rejeição, aterrorizar (ameaça de abandono, de castigos corporais, de morte), isolar (impedimento de brincar com amigos e colegas),

ignorar (redução da interação e estimulação tátil, intelectual e emocional) e corromper (incentivo a actividades anti-sociais, destrutivas) (Clark & Clark, 1989). Para alguns autores, podem também incluir-se na categoria de maltrato psicológico, a negligência sócio-emocional e o abuso emocional, que incluem ostracismo, exploração sexual, falta de atenção, recusa de tratamento, ausência de afeição, falta de estabilidade, falta de afeição física, punição física bizarra, expectativas não razoáveis, punição psicológica, disciplina prematura, recusa de independência e difamação da criança (Clausen & Crittenden, 1991, cit. Alberto, 1999).

Cada um destes tipos de maus-tratos pode ser exercido isoladamente; no entanto, é mais frequente a associação de vários tipos de agressão à criança, o que naturalmente agrava as suas repercussões (Canha, 2002). Na verdade, crê-se ser pouco frequente a ocorrência de *casos puros* (Belsky, 1993, cit. por Ochotorena, 1996; McGee, Wolfe, Yuen, Wilson, & Carnochen, 1993), registando-se um alto nível de comobilidade dos diferentes tipos de maus-tratos.

Para além das formas de maltrato previamente referidas e comuns na literatura da área, acrescentamos ainda o maltrato institucional, que representa uma forma de maltrato extra-familiar (Roig & Ochotorena, 1993) em que se verificam situações despersonalizadas e impessoais de negligência (Casas, 1998) ou de abuso (Palácios, Moreno & Jiménez, 1995), provocadas por profissionais ou por instituições (Casas, 1998). Este tipo de mau trato surge quando “uma instituição de serviços fracassa no exercício das suas funções específicas ou provoca mal-estar na pessoa que dela usufrui e que, supostamente, deveria tirar benefício” (Linares, 2002, p. 81). No que concerne à área concreta da protecção à infância e à juventude, em que as instituições surgem como resposta social face ao fenómeno do maltrato familiar, este fracasso pode produzir-se por “carência, insuficiência ou por negligência, quando os recursos disponíveis não são suficientes para responder ao problema com expectativas razoáveis de resolvê-lo” (Linares, 2002, p.81).

Gil (1982) distinguiu possíveis formas de maltrato institucional, nomeadamente: a) abuso directo, que consiste no abuso físico, emocional ou sexual da criança por um membro do pessoal que trabalha na instituição; b) abuso programado, que consiste no regime ou programa de tratamento da instituição que, apesar de aceite pelo pessoal que trabalha na instituição, para um observador externo é percebido como abusivo e c) abuso do sistema, que é perpetrado, não por uma pessoa, mas pelo imenso e complexo

sistema de protecção infantil, ultrapassado pelos seus limites e incapaz de garantir a segurança da criança em risco.

Em suma, com a consideração desta possibilidade a violência exercida sobre crianças ganha novos contornos e aumentam os possíveis agentes perpetradores, que passam a incluir, para além da família e de pessoas exteriores a esta, as instituições, os próprios serviços de protecção infantil, bem como a sociedade no seu todo (Gough, 1996).

1.2. Delinquência e desvio

O conceito de “delinquência” surge frequentemente associado às camadas mais jovens da população, nomeadamente ao período da adolescência (Leigh, Pare, & Marks, 1981; Virel, 1982, cit. Gonçalves, 2008), ainda que, pela sua conotação demasiadamente ligada à criminalidade e aos comportamentos anti-sociais, autores mais recentes tenham começado a introduzir os termos “desvio social” ou “desvio juvenil” (Gonçalves, 1989, 2008).

O conceito de *desvio social ou juvenil*, é um conceito amplo e complexo e, por isso, de difícil definição (Santos et al., 2004). Becker (citado por Santos, 2004), na sua definição de desvio, refere:

“Todos os grupos sociais estabelecem regras e esforçam-se, em certas circunstâncias e em certos momentos, por as fazerem cumprir...As regras sociais definem situações e tipos de comportamento apropriado a essas situações, especificando quais as acções legítimas (right) e proibindo outras como más (wrong). Quando aplica uma regra, uma pessoa que é suspeita de a ter violado (...) é olhada como um marginal (outsider)... Mas a pessoa assim designada (labelled) marginal pode encarar a questão de uma maneira diferente. Pode não aceitar a regra com base na qual foi julgada...”(p.87).

Uma infracção à norma social só se torna relevante na condição desse acto infractor ser socialmente reconhecido como tal. Assim, se “o desvio é considerado uma transgressão à norma social”, a delinquência “é uma forma particular ou um subconjunto do desvio” que “é constituída por uma infracção a uma norma penal” (Queloz, 1994, cit. por Santos et al., 2004, p.8).

Peres e Gonçalves (2006) sublinham a especificidade do conceito de delinquência, bem como a sua variabilidade em função do contexto social e histórico, sendo um conceito multidimensional, considerando que a sua definição resulta de um

debate que se centra essencialmente na opção de uma perspectiva legal ou de uma perspectiva não legal, que pode ser psicológica, sociológica ou psicopatológica.

Gonçalves (2008) traça um continuum desde situações menos problemáticas até àquelas em que existe um maior potencial de perigosidade: *comportamento desviante ou marginalidade* – em que o indivíduo adopta certas atitudes, comportamentos e modos de estar, que lhe permitem demarcar-se do grupo a que pertence e ensaiar a sua adesão a outro ou, então, assumem-se como integrados em comportamentos de contra-cultura. Tais fenómenos ocorrem sobretudo na adolescência e podem significar apenas crise de crescimento e (re)estruturação da personalidade, não tendo nada a ver com condutas anti-sociais. Todavia, quando estes fenómenos assumem um carácter sistematizado e organizado podem tornar-se objecto de reparo e crítica por parte do corpo social, pelo que se corre o risco de se ser sinalizado através dos mecanismos de controlo social. Ainda assim, este não é necessariamente um comportamento patológico e só passa a sê-lo quando as instituições através dos seus actores técnicos (juízes, médicos, psicólogos, etc.), após efectuarem um diagnóstico, começam a constituir um processo que passa a identificar esse comportamento como tal, em função de um conjunto de referentes de ordem jurídica, científica, ideológica ou política, que esses mesmos técnicos veiculam.

Assim, apesar de serem várias as perspectivas teóricas sobre a delinquência e mesmo sobre a definição deste conceito, propomos a definição de Dickes e Hausman (1986, cit. Santos e tal., 2004, p.8) que abrangem neste noção:

“todos os comportamentos de quebra das condutas sociais convencionais que o indivíduo manifesta decorrentes de um processo de socialização juvenil”

Nesta concepção tem-se em conta os processos anteriores ao comportamento delinvente e considera-se que qualquer comportamento pode ser visto como delinvente, dependendo dos contextos sócio-educativos, económicos e políticos de cada época. Numa perspectiva oposta, Peres e Gonçalves (2006) consideram que ser ou não delinvente reside na persistência dos actos. No entanto, Martins (1995, p.397) afirma que “nem todos os indivíduos, mesmo cometendo delitos, são conotados de delinquentes”. Colocam-se, pois, aqui em jogo as condições ecológicas, económicas, sociais e ideológicas que levam à etiquetagem de quem é e de quem não é delinvente num determinado contexto.

Becker (1973, cit. Santos, 2004) refere que rotular publicamente alguém como “desviante” pode levar a que sejam postos em acção diversos mecanismos que conspiram para moldar a criança ou o jovem à imagem que as pessoas têm dela,

contribuindo para a solidificação de tal trajetória. Neste sentido, o autor sugere que, em vez de se rotularem e estudarem os jovens deveria antes voltar-se o estudo para os motivos e valores que levam os adultos e as sociedades a essa rotulagem, residindo aí, provavelmente, o cerne do estudo desta problemática.

Integrando esta preocupação com a reacção social, finalizamos com a definição de Selosse (1976, cit. por Carvalho, 2002, p.19) que se refere ao conceito de delinquência como:

“Um comportamento que transgride os limiares da tolerância dos grupos sociais, portadores de sistemas de normas e de valores de uma sociedade num momento dado da sua evolução. Esta transgressão tem por efeito desencadear um mecanismo social de reprovação e de sanção, reflexo duma reacção colectiva que ultrapassa o quadro familiar e educativo para suscitar intervenções administrativas ou judiciárias.”

1.3. Instituição

Na área da Justiça, a mais famosa teorização sobre as instituições foi a produzida por Goffman (1961, cit. in Alberto, 2003, p.228), no seu livro *Asylums* (1961), a propósito do conceito de *instituição total*, definindo-a como:

“Um lugar de residência e de trabalho onde grande número de indivíduos, colocados na mesma situação, cortados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam em conjunto uma vida fechada cujas modalidades são explícitas e minuciosamente reguladas”.

Goffman (1961, idem), na sua concepção de *instituição*, sublinha o seu carácter fechado e a ruptura das pessoas que a integram com a vida em sociedade. O autor considera que quando um indivíduo integra uma instituição total, opera uma ruptura com os aspectos da vida na sociedade civil, ou seja, passa a viver todo o seu quotidiano em função de uma única autoridade, num mesmo local e com um grupo de sujeitos que se encontram na mesma situação, tendo, por isso um tratamento indiferenciado e sendo alvo das mesmas exigências. “Passa a cumprir actividades com horários rígidos, escalonadas e encadeadas impostas por um conjunto de regras cujo cumprimento é fiscalizado através de agentes institucionais a essa tarefa exclusivamente votados. Todas as actividades são realizadas atendendo a um plano racional que tem por base os objectivos oficiais da instituição” (Fonseca, Miranda, & Monteiro, 2003, p.17).

Note-se que as instituições de crianças e jovens que constituem o foco do presente estudo obedecem a alguns critérios – mas não a todos – para que possam ser consideradas instituições totais.

As instituições totais são o meio por excelência de realizar a disciplinarização dos sujeitos. Foucault enfatiza a dimensão de controlo social das instituições e usa a designação de *sociedade disciplinar* para denominar a sociedade moderna, situando a sua emergência em meados do século XVIII, caracterizando-a pela preocupação de organizar o espaço, controlar o tempo, vigiar o indivíduo e o seu comportamento. Tal é conseguido através da inserção dos sujeitos em determinadas estruturas sociais (e.g., a escola, a fábrica, o quartel, a prisão), que designa por *instituições disciplinares*. Estas tentam fixar e conduzir o comportamento do sujeito para os objectivos que a própria instituição e a sociedade em geral se propõem atingir.

Esta repartição de tempos e comportamentos é realizada de acordo com saberes específicos, decorrentes das ciências sociais e humanas emergentes no século XVIII e XIX, contribuindo para a instauração de um “modo de poder” que incorpora dimensões repressivas, mas também aspectos “produtivos”, como seja a produção de comportamentos em conformidade com o padrão de normalidade definido. As instituições disciplinares constituem, assim, as instâncias de articulação entre produção de saberes e modos de exercício do poder (Fonseca, Miranda, & Monteiro, 2003).

Não se afigura fácil estabelecer uma definição operativa de instituição, tarefa esta que levanta algumas dificuldades (Mosteirín, 1999), no entanto, Sandomingo (1998) proporciona uma definição específica das instituições destinadas ao acolhimento de crianças e jovens:

“Instituições sociais criadas pela iniciativa pública ou privada para facilitar uma atenção especializada àquelas crianças e jovens que, por circunstâncias familiares distintas, necessitem de ser separados temporariamente do seu núcleo familiar, e para os quais o internamento é a opção preferencial face à impossibilidade de lhes oferecer outro tipo de recursos” (p. 71).

A definição dada por este autor parece-nos ser bastante adequada e abrangente, no sentido em que contempla diversas problemáticas (maus-tratos, delinquência, etc.) como possíveis motivos de institucionalização, que radicam no núcleo familiar, bem como reconhece os possíveis estatutos de uma instituição (entidade pública ou privada).

As instituições podem ser categorizadas do seguinte modo (Goffman, 1961, *idem*, p.228):

- (1) instituições de atendimento e prestação de cuidados a indivíduos por si só incapazes de autonomia (lares de idosos, crianças, deficientes, etc.);
- (2) instituições dimensionadas para o atendimento de pessoas que representam algum problema para a comunidade (hospitais, asilos, etc.);
- (3) instituições para indivíduos perigosos para a comunidade, porque agressivos (prisões);
- (4) instituições educativas e de formação (quartéis, colégios internos);
- (5) instituições de recolhimento e religiosas (conventos).

Partindo da categorização proposta pelo autor e remetendo à sociedade portuguesa actual, as instituições que constituem o tema central das vivências dos sujeitos do presente estudo enquadram-se nos tipos 1., 3. e 4. no sentido em que têm uma função essencialmente de prestação de cuidados mas também de educação e de ressocialização.

Por sua vez, Sandomingo (1998, p.76) classifica os equipamentos institucionais em função da população atendida, tendo em conta dois grandes tipos, consoante atendem crianças/jovens em:

- a) Situação de desprotecção social: aqueles que devem garantir o desenvolvimento normal e harmonioso de cada menor quando este carece de uma família que o acolha ou quando esta não estabelece com aquele os vínculos paterno-filiais adequados.
- b) Situação de conflito social: aqueles que acolhem menores com medidas de internamento ditadas pelos Tribunais de Menores.

A dimensão das estruturas é uma variável relevante, em relação à qual as estruturas de acolhimento podem também ser classificadas (Hellinckx & Colton, 1993, cit. por Martins, 2004), designadamente: a) macro-estruturas, geralmente inclusivas de diversas valências e b) residências pequenas, do tipo familiar.

Em suma, apesar das várias definições e dos pontos em comum, não podemos esquecer que cada instituição é um caso único, que tem a sua individualidade e identidade própria. Como sublinha Alberto (2003): “Cada Instituição é um organismo

vivo, que se caracteriza e compõe de outros seres vivos, com vivências, afectos, projectos, passados e presentes e futuros próprios” (p.242).

1.4. Acolhimento institucional

As crianças e jovens, independentemente do motivo, podem ser alvo da mesma medida - a institucionalização - e é neste âmbito que constituem objecto de interesse do presente estudo.

A determinação clara do que constitui o acolhimento institucional para crianças e jovens é uma tarefa ainda em aberto. Os próprios responsáveis pelas instituições no nosso país veiculam uma multiplicidade de concepções, percebendo este conceito quer no sentido estrito da admissão, quer como o período da permanência no estabelecimento que as recebe e acompanha (Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000).

O relatório Utting (1991) – um documento bastante citado na bibliografia inglesa sobre acolhimento institucional de crianças e jovens - entende este conceito como:

“Residência contínua para mais de três crianças, com equipamento adequado, em regime de permanência, com uma equipa que provê ou permite o acesso aos cuidados e serviços normalmente disponíveis para as crianças e outras medidas adicionais de cuidado, controlo e tratamento, de acordo com os requisitos das crianças residentes” (p.27).

Nesta definição, incluem-se os vários tipos de instituições, quer sejam públicas, privadas ou voluntárias; escolas ou colégios com regime de internato; serviços de saúde como hospitais ou unidades psiquiátricas; instituições penais, instituições de segurança e centros de tratamento para jovens.

Kendrick e Fraser (1992), ao efectuarem uma revisão da literatura relevante no sentido de se delimitar os contornos desta noção, salientam que esta abrange formas diversificadas de prestação de cuidados, tendo, contudo, algumas características que a distinguem, nomeadamente: a profissionalização e a provisão de acomodação nocturna. Segundo os mesmos autores, a expressão usada de cuidados ou serviços residenciais para crianças (“*residential socialcare*”) usualmente não distingue duas vertentes que podem caracterizar as metas institucionais: a vertente de prestação de cuidados e a vertente terapêutica ou de tratamento, podendo estas ser separadas ou complementares.

Outros autores utilizam o conceito de trabalho social residencial (“*residential social work*”) para designar as dinâmicas dos contextos que visam substituir o agregado familiar. O trabalho social em contexto residencial envolve duas modalidades de acção

social: as rotinas diárias, por um lado, e o trabalho social, propriamente dito, por outro. A conjugação destas duas vertentes com a falta de espontaneidade ou imediaticidade (ao contrário do meio familiar) seriam aspectos específicos dos equipamentos institucionais destinados a acolher crianças e jovens (idem, 2004).

2. Breve resenha histórica sobre a institucionalização de crianças e jovens

Como refere Alberto (2003), “é já longa a tradição de instituições de internato, quer numa dimensão educativa, quer assistencial, protectora ou punitiva” (p. 228). A história das instituições de internato nos diferentes países está subordinada às estratégias políticas e governamentais destes e ao contexto social, económico, pedagógico, judicial e cultural que as enquadra, reflectindo as representações e a atenção que cada época reserva à temática da infância e da adolescência considerada em risco.

2.1. As instituições de internato numa dimensão assistencial à infância

As sociedades desenvolveram meios de cuidar das crianças quando, por alguma razão, os próprios pais biológicos não puderam exercer este cuidado (Rosenfeld, Pilowsky, Fine, & Thorpe, 1997).

Na sociedade ocidental, o acolhimento residencial tem uma longa tradição, havendo registos da sua existência na Grécia Antiga e no Império Romano. Em Roma, Trajano criou as chamadas *Instituições Alimentares*, espécie de fundações geridas com dinheiros públicos, que funcionavam em quintas rústicas destinadas ao acolhimento de crianças até aos dezasseis anos. De certo modo, este tipo de instituições permaneceu ao longo dos tempos, assumindo diferentes formatos conforme a utilidade social percebida, largamente devedora às ideologias dominantes em cada período e contexto sócio-cultural e às representações sociais sobre a infância (Casas, 1988).

Na Europa Medieval, as instituições, na sua grande maioria pertencentes a ordens religiosas, surgem baseadas na necessidade de dar resposta aos problemas sociais originados pelas guerras e dificuldades económicas (Capdevila, 1996; Ferreira, 2007). Todavia, estas instituições situavam-se na periferia dos centros urbanos, geográfica e vivencialmente à margem do acesso aos canais normalizados de comunicação com a comunidade (Casas, 1988). A Igreja Católica criou os denominados “asilos” para acolher crianças, sendo o primeiro fundado em 787 em Milão, seguindo-se-lhe o de Florença em 1421 (*Ospedale degli Innocenti*), o de Paris (*L'Hôpital des Enfants*

Trouvés, de S. Vicente de Paulo) e outros nas várias cidades europeias (Canha, 2000, p.21).

No séc. XVIII, surge de forma proeminente a institucionalização numa vertente assistencial, visando a protecção das crianças órfãs e vagabundas (Ribera, 1996) e o apoio às crianças deficientes, caracterizando-se por uma “baixa qualidade do atendimento” (Carvalho, 2000, p.67). Como fundamento do internato assistencial, segundo Jimenez (1993), imperava a ideia de que era preciso proteger a pessoa normal da não normal. Deste modo, tranquilizava-se a consciência colectiva, proporcionado assistência a quem dela necessitava, protegendo-se o deficiente da sociedade, sendo que esta, por sua vez, não tinha de suportar o seu contacto (Alberto, 2003).

De facto, os serviços de protecção infantil não são produto exclusivo do altruísmo social (Frost & Stein, 1989, cit. Martins, 2005). Pelo contrário, as instituições vocacionadas para o cuidado das crianças definem-se, precisamente, em função dos interesses dos adultos, e só nessa medida são merecedoras do seu interesse (Dahlberg, Moss, & Pence, 1999, cit. Martins, 2005). O factor determinante da configuração funcional das instituições residenciais para crianças e jovens foram os problemas sociais percebidos, mais do que as necessidades expressas ou os direitos individuais das crianças (Kendrick & Fraser, 1992).

Após a Revolução Industrial, a necessidade de controlo social origina o esforço de concentração dos excluídos em macro-instituições, pelo que as instituições se multiplicam ao longo do século XX (Casas, 1988). A dimensão assistencial alarga-se também à protecção das crianças abandonadas e abusadas, dimensionando-se essencialmente para a satisfação das suas necessidades básicas, tais como a saúde, a higiene e a alimentação” (Carvalho, 2000, p.67). Assim, a “intenção assistencial, inicialmente associada à protecção, vai mais tarde aderir à função educativa da institucionalização dessas crianças, com vista ao seu desenvolvimento global.” (Alberto, 2003, p.229).

Na Segunda Guerra Mundial verificou-se a institucionalização de um grande número de crianças, pelo que o acolhimento residencial ganha um novo impulso, sendo o seu papel e as suas práticas relativamente bem toleradas até aos finais dos anos 60 (Ruxton, 1996, cit. Martins, 2004). No contexto de abandono a que inúmeras crianças ficaram expostas, surgem os estudos da psicologia do desenvolvimento sobre o abandono infantil (Bowlby, Spitz) e o início da consciencialização sobre o que mais tarde seria reconhecido como a problemática dos maus tratos.

2.2. As Instituições de internato numa dimensão punitiva/educativa à infância

A evolução histórica das instituições de internato numa dimensão em que visa a correcção/educação de um determinado comportamento considerado crime está indissociavelmente ligada com a evolução das penas e do direito penal ao longo do tempo.

Na história da penalidade, podem identificar-se vários tipos de penas ou castigos, marcos fundamentais sobre os quais evolui a própria classificação penal, que prevaleceram com maior ou menor incidência, subsistindo ainda na actualidade em determinados países e culturas: os castigos corporais; o exílio; a deportação; a pena de morte; os trabalhos forçados; a privação da liberdade (Fonseca, Miranda, & Monteiro, 2003).

Até ao século XVIII, subsiste em todo o mundo a utilização sistematizada de castigos corporais. A lei e a justiça operam no corpo do condenado, tentando estabelecer um conjunto de suplícios adaptados à gravidade do crime, constituindo meios essenciais de reacção e combate à criminalidade. Dentro da evolução da sanção penal, a prisão somente surgiu como pena preferencial em meados do século XVIII, embora se encontrem registos desde a Antiguidade, na qual a prisão servia o objectivo de guardar os condenados até o momento da sua punição (Catão, 2005). No entanto, já na Idade Média, havia a prisão destinada à detenção temporária ou perpétua de inimigos do Estado, além da prisão eclesiástica, cujo surgimento era propício numa época em que a religiosidade se manifestava de forma exacerbada. Com a afirmação do catolicismo e o surgimento do direito canónico, adoptaram-se princípios humanistas na aplicação da pena, à qual era dado um sentido de correcção e reabilitação do delinquente, na qual a penitência em ambientes de reclusão serviria para "purificar a alma da chaga dos pecados", onde o pecador ou penitente pudesse reflectir sobre o mal causado, através do remorso e do sentimento de culpa que se exaltariam numa situação de isolamento (idem, 2005).

Durante a Idade Moderna, face ao desenvolvimento das cidades e à crescente criminalidade, a autoridade viu-se obrigada a limitar os casos da adopção da pena de morte. Essa conjuntura social permitiu o surgimento das casas de correcção, nas quais se pretendiam "reformatar" o infractor, nomeadamente, através de um regime de disciplina e trabalho. O contrato social, se violado, mereceria uma sanção, entretanto, como a sociedade daquele tempo não dispunha de grandes riquezas "O que deles se expropriava? A única coisa que podiam oferecer no mercado: a sua capacidade de

trabalho, a sua liberdade.” (Zaffaroni & Pierangeli, 2002, p. 263, cit. por Catão, 2005). Assim, o surgimento da pena de prisão como pena teria ocorrido menos motivado por ideais reformadores e mais como reflexo do capitalismo (Melossi & Pavarini, cit. Bitencourt, 2001).

Foucault (1991, cit. por Fonseca, Miranda & Monteiro, 2003) reporta o nascimento da prisão precisamente à necessidade de constituição de um sistema destinado a tornar os indivíduos mais dóceis e úteis através de um trabalho sobre o corpo. Deste modo, “a sociedade criou suportes institucionais (...) onde os “temporariamente excluídos” poderão ser sujeitos aos “tratamentos” necessários, passíveis de lhes permitir o regresso ao corpo social donde foram anteriormente retirados (Gonçalves, 2008, p.19).

Se numa primeira fase do tratamento da delinquência juvenil imperou um tratamento punitivo- ressocializador, no século XIX, um pouco por toda a Europa, constata-se a passagem de um modelo penitenciário de tratamento da desviância juvenil a um modelo de protecção (Carvalho, 1999). A partir da segunda metade deste século, os movimentos a favor da despenalização tornam-se mais fortes, no qual a tomada de consciência dos limites deste modelo foi, em grande parte facilitada pelos movimentos filantrópicos europeus, laicos ou religiosos. No modelo de protecção, passa a interessar menos o delito cometido pelo menor do que o seu autor, sendo o campo de intervenção legal muito mais vasto, pois o Estado deve encarregar-se de todas as situações que coloquem a criança em perigo, quer seja uma situação de risco ou de delinquência. Deste modo, de “*culpado*” que é preciso neutralizar, o menor torna-se, assim, uma “*vítima*” que é preciso proteger das influências nefastas que o meio exerce sobre ele, necessitando de um tratamento particular. Desta forma, substitui-se a noção de “*culpa*” pela de “*risco*”. Não obstante os diferentes modelos nacionais, a acção dos filantropos, no plano europeu, converge em dois pontos: o imperativo de separar os jovens detidos dos mais velhos e a necessidade de encontrar soluções alternativas à prisão. Deste modo, entre 1820 e 1840 são criadas na Europa as primeiras prisões e secções de prisões separadas para menores e é fundado, como alternativa à prisão, o modelo da colónia agrícola.

A partir de 1880 multiplicam-se, por toda a Europa, projectos de lei sobre a protecção à infância. No final do século XIX assiste-se à colaboração entre o sector público, que gere as colónias penitenciárias e o sector privado, que se ocupa dos menores negligenciados.

A influência da psiquiatria infantil e o surgimento de novas profissões especializadas, desde o início do século XX, modificam profundamente os modos de tratamento da desviância juvenil e o Estado desempenha um papel cada vez mais relevante na gestão dos riscos sociais. Esta lógica médico-social obriga a rever a “correção” já não em termos de “*moralização*”, mas em termos de “*formação*”. Neste sentido, durante os anos 30, por toda a Europa, os equipamentos diversificam-se, a especialização acentua-se, os profissionais multiplicam-se e o número de menores sujeitos a assistência conhece uma inflação assinalável. Constata-se uma tendência para a regressão do sector privado em proveito do sector público (Carvalho, 1999).

Diferentes instrumentos internacionais, a partir da década de 40 vieram a ser adoptados reflectindo preocupações comuns a várias nações no domínio particular da protecção e da intervenção judiciária e social relativamente a estas crianças. Esses instrumentos procuraram uma certa harmonização e a modificação, no plano internacional, de medidas e directrizes que definem, de maneira mais ou menos explicita, as regras que visam assegurar a protecção das crianças na aplicação de princípios fundamentais de liberdade, igualdade e legalidade, sem discriminação. (Carvalho, 1996). De um modo mais específico destaca-se a Declaração internacional dos Direitos da Criança adoptada pelas Nações Unidas a 20 de Novembro de 1959 que estabeleceu um quadro global de protecção, apelando para a necessidade de um quadro jurídico próprio para o tratamento das questões judiciárias cuja intervenção se centre nas crianças.

Durante os anos 70 é dada uma extraordinária atenção às necessidades e futuro das crianças e várias ONG contribuem bastante para esta tomada de consciência.

Até aos anos 80 a gestão da desviância juvenil foi da competência dos Estados e, durante o decénio de 1980-1990 a situação altera-se, o qual é marcado pela emergência de textos fundamentais de cariz supranacional - dos quais destacamos as Regras Mínimas das Nações Unidas para o desenvolvimento de Medidas Não Privativas de Liberdade, também conhecidas por Regras de Tóquio (1990), as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Protecção de menores Privados de Liberdade designadas por Regras de Havana (1990) e as Directrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Directrizes de Ríade - constituindo uma tentativa de harmonização da administração da justiça de menores à escala europeia e internacional.

Em muitos países, bem como em Portugal, a intervenção estatal em relação aos jovens vem-se debatendo pela discussão da opção de um modelo adequado de

intervenção, afirmando-se os “menores delinquentes” e os “menores em perigo” como uma preocupação estatal, generalizando-se a ideia que ao Estado cumpre intervir na sua “protecção, educação e correcção” (Pedroso, 1998, cit. Santos, 2004). Em geral, a justiça juvenil tem-se apresentado com uma natureza dual, dada a existência de dois modelos de intervenção: o modelo de protecção e o modelo de justiça. O primeiro modelo considera, numa perspectiva geral, que a criança não é responsável pelos seus actos mas vítima das circunstâncias, pelo que não deve ser punida. Os actos praticados pelo menor, e tipificados na lei penal, são relegados para segundo plano, uma vez que são considerados sintomas de inadaptacção (Moura, 2000). Este modelo caracteriza-se, fundamentalmente, pelos seguintes aspectos: equiparacção, quanto á forma do processo e às medidas aplicáveis, entre crianças em perigo e crianças delinquentes; processo informal, conduzido, em regras pelo juiz, visando apurar a personalidade do menor e as suas condições sócio-familiares, com escassas garantias para o menor e livre aplicacção e livre revisao, pelo juiz, de medidas de protecção, de assistência e/ou educacção, de duracção indeterminada (Moura, 2000).

O modelo de justiça foi progressivamente elaborado nos anos 70, realçando, não as características da criança e do jovem delincente, mas do acto que este praticara, considerando que este deve assumir as suas responsabilidades e a sancção aplicada deve ser proporcional à gravidade do acto cometido. Este modelo pretende potenciar a protecção da sociedade sobre as necessidades do menor (Tutt, 1991, cit. Santos, 2004).

O debate sobre a legitimidade e capacidade de intervençao judicial, no que toca especialmente ao problema da delinquência levou, a partir da década de 80 ao surgimento de um conjunto de críticas em diversos sistemas jurídicos e à discussao em torno da opçao por um “modelo de protecção” e o “modelo de justiça”. Com efeito, são várias as críticas apresentadas a um modelo e a outro (Santos, 2004). Quanto ao modelo de protecção, as criticas assentam na ausência de medidas responsabilizantes para o menor, que impliquem a reparacção dos actos praticados (Gersão, 1996), na grande flexibilidade de escolha e aplicacção da medida, a falta de garantias processuais dos jovens (Moura, 2000), a falta de medidas protectivas com exequibilidade prática e a aplicacção excessiva do internamento (Rodrigues, 1997). No modelo de justiça, aponta-se essencialmente o facto de se caracterizar por um processo marcadamente punitivo e, portanto, estigmatizador do jovem e o tratamento desigual do sistema de justiça no que se refere a jovens oriundos de classes desfavorecidas (Gersão, 1997).

Importa, no entanto, sublinhar, que na maioria das ordens jurídicas estes modelos não se apresentam como modelos puros, atendendo á especificidades sociais e jurídicas de cada país. Actualmente, assiste-se ao abandono do modelo de protecção e o regresso a um paradigma mais punitivo/reeducativo, com o retorno à diferenciação entre menores vítimas e agressores

Seguindo na esteira de alguns documentos internacionais nesta matéria, nomeadamente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, que defendem que o desenvolvimento da criança implica a realização dos seus direitos, alguns autores afirmam que o centro do discurso da justiça de crianças e jovens deve passar da questão da protecção da infância para a questão da protecção e da promoção dos seus direitos (Queloz, 1991, cit. Santos, 2004). Assim, defende-se um modelo participativo/democrático dos actores sociais na justiça de crianças e jovens que tivesse subjacente uma concepção global de responsabilidade e de solidariedade social dos Direitos do Homem, da Criança e do Jovem (Queloz, 1991, cit. Santos, 2004). Consequentemente, deveria atender a um justo equilíbrio entre a redução de danos provocados pela criminalidade e limitação dos efeitos perversos da limitação a esta criminalidade, implicando uma política social pró-activa que encorajasse a autonomia e a participação das crianças e jovens nos vários domínios da vida em sociedade, procurando evitar a sua marginalização (idem, 2004). Começou assim a desenvolver-se um modelo alternativo, que se apresenta como uma terceira via, que harmonize em si a salvaguarda dos direitos do menor e a satisfação das expectativas comunitárias em relação ao infractor, o que conferirá eficácia à intervenção (Rodrigues, 1997).

Assim, parece conveniente que o sistema se revele flexível, dotado de medidas múltiplas e diversificadas, a aplicação da medida de internamento é uma solução de último recurso; e reconhece-se à comunidade um papel importante na aplicação de medidas alternativas à institucionalização (Gonçalves, 1999).

3. Panorama internacional

A história recente dos serviços de cuidados residenciais para crianças e jovens está marcada pela mudança, em que os países da União Europeia partilham as mesmas tendências evolutivas gerais, distinguindo-se sobretudo em termos do ritmo das transformações encetadas neste domínio (McDonald, Allen, Wersterfelt, & Piliavin, 1996). A situação das crianças e jovens no sistema de protecção está actualmente bem

posicionada na agenda política e muitos estão de acordo de que o clima presente é de uma atenção governamental sem precedentes relativamente aos que estão em tal situação (Morris, 2000, cit. Taylor, 2004).

Casas (1998), no entanto, considera que estas problemáticas não são do interesse da generalidade da sociedade, sendo entendidas como questões do foro individual, não apelando a uma responsabilidade colectiva. Em consequência, refere, “a pressão da opinião pública sobre as instâncias políticas e de governo, no sentido do investimento dos recursos necessários à solução destes problemas, tem-se revelado débil e ineficaz, excepção feita aos acontecimentos mórbidos e alarmistas que os meios de comunicação social repercutem” (p.17).

De facto, as escandalosas histórias de abusos sofridos por pessoas em situações assistenciais que foram descobertos ao longo dos últimos anos (Taylor, 2004) nos vários países, conduziram os governos, bem como a sociedade em geral, a considerar e a reflectir sobre o sector residencial. Apesar de esta área de investigação ter sofrido um incremento nas últimas décadas e ter suscitado a intervenção de instituições várias, bem como reacções em vários sectores da sociedade, “as mudanças estruturais e de mentalidade levam muito tempo a operacionalizar, e esta é, no âmbito das ciências sociais, uma questão ainda muito recente” (Arruabarrena & Paul, 1997, cit. Vilaverde, 2000, p.27).

A ênfase colocada na protecção de crianças vulneráveis nos últimos anos tem sido igualada (alguns diriam ultrapassada) por uma ênfase acentuada nas políticas de endurecimento do combate ao crime (Ramsbotham, 2002, cit. Taylor, 2004). A mediatização e politização do fenómeno da delinquência juvenil “ascendeu à categoria de preocupação nacional em todos os países industrializados” (Lourenço, 1998, p.51). Cada vez é mais frequente ouvirmos falar de *gangs* juvenis e do insucesso das instituições responsáveis pela ressocialização destas crianças e jovens (Marteleira, 2004). A opção pela detenção de jovens tem sido alvo de críticas por alguns autores, que consideram que “a detenção de jovens é destrutiva, prejudicial, cara e espectacularmente contraproducente” (Goldston, 2001, p. 79).

No primeiro estudo internacional desenvolvido pelas Nações Unidas sobre todas as formas de violência exercida sobre crianças, Pinheiro (2007) conclui que milhões de crianças e jovens, sobretudo do sexo masculino, passam um bom período das suas vidas sob o controlo e supervisão de autoridades assistenciais ou sistemas de justiça e até oito

milhões de crianças no mundo estão em instituições como Lares ou em instituições para adolescentes em conflito com a lei (Tolfree, 1995, cit. por Pinheiro, 2007).

O nosso país, juntamente com a Espanha e a Grécia, figura entre os países da União Europeia com maior percentagem de crianças e jovens sob cuidados residenciais (Madge, 1994).

No que diz respeito especificamente aos cuidados residenciais de crianças no âmbito do sistema de protecção, vários autores referem que se verifica um uso excessivo destes serviços, principalmente no que respeita às crianças mais novas. Assim, Browne (2006) manifesta a sua preocupação relativamente à falta de serviços que garantam à criança o direito a crescer num ambiente familiar. As medidas de protecção e os procedimentos legais para fazer face ao abandono, negligência e abuso não foram desenvolvidos em consonância com estratégias para a prevenção destes abusos, bem como de cuidados familiares alternativos. Deste modo, em muitos países as crianças são colocadas em instituições por longos períodos de tempo (Browne, 2006).

No entanto, constata-se que vários países têm procurado recentemente inverter esta tendência. Por exemplo, em Inglaterra, esta orientação começou a ser invertida a partir dos anos de 1980, por várias razões: alterações de ordem legislativa (traduzida no *Children Act 1989*), e pela necessidade de contenção na despesa pública e preocupações de gestão eficaz (Parker *et al.*, 1991, cit. por Martins, 2004). O impacto desta lei traduziu-se na diminuição do número de crianças compulsivamente retiradas do meio familiar; na restrição das retiradas aos níveis mais elevados de risco e na intervenção de novos serviços de apoio às famílias (Davies, 1998, cit. por Martins, 2004).

Segundo Madge (1994), a mudança de orientação nas políticas de protecção infantil, que pretere a opção pela colocação institucional como último recurso, teve como resultado o decréscimo das crianças institucionalizadas, coerente com a tendência geral verificada nos países da União Europeia, com a excepção de Espanha. Este decréscimo radicaria:

- na maior atenção conferida ao cumprimento dos direitos da criança, nomeadamente à Convenção dos Direitos da Criança e a apropriação dos seus princípios pela prática dos profissionais que trabalham em contexto institucional (Berridge & Brodie, 1998), ainda em progresso. Casas (1993) fala assim de um novo paradigma – o *paradigma dos direitos* – centrado no interesse da criança.

- nos custos dos cuidados residenciais relativamente às possibilidades em alternativa. O facto de as medidas de protecção à infância dependerem financeiramente de outras políticas faz com que a taxa de crianças institucionalizadas em períodos de prosperidade tenha aumentado e, em períodos de maior contenção, tenha diminuído (Parker et. al., 1991, cit. por Martins, 2004). Assim, nos períodos que correspondem a taxas de desemprego mais elevadas, o número de crianças que vive fora do seu contexto familiar é inferior aos demais (Parker & Loughran, 1990, cit. por Martins, 2004).
- no criticismo crescente da opinião pública face às macro-instituições, ainda o rosto visível dos serviços residenciais para crianças e jovens.

Assim, Casas (1998) refere que, do total de crianças tuteladas no Reino Unido e na Irlanda, as que permanecem internadas em cuidados residenciais representam menos de 30%. Em consequência da diminuição da procura deste tipo de serviços, também a sua dimensão se reduz, tornando-o mais viável de um ponto de vista financeiro (Department of Health, 1998).

Efectivamente, em Espanha, a reestruturação do sistema residencial foi mais tardia e as correntes inovadoras da Europa foram portadoras de um novo paradigma – *o paradigma da normalização* (Casas, 1998). Na opinião deste autor, este princípio, importado do domínio educacional, defende que, embora tendo como objectivo responder a necessidades sociais específicas e diferenciadas, as instituições não devem gerar, elas próprias, dinâmicas diferenciadoras do conjunto da população. Este processo de normalização das instituições residenciais tem sido objecto de entendimentos distintos (Casas, 1993): num extremo, foram elaborados programas de ruptura, com o objectivo de encerrar as macro-instituições, em períodos relativamente curtos de tempo, com a criação simultânea de uma rede de serviços alternativa; programas de transformação relativa, mais frequentemente adoptados nos organismos públicos, que procuram reduzir a dimensão dos centros residenciais, mantendo, no entanto, a estruturação da equipa educativa e os procedimentos; e, por fim, abordagens de remodelação física, que alteram os espaços físicos das macro-instituições, aproximando-os do aspecto de uma casa de família.

Este princípio teve como mérito operar a comunicação entre os subsistemas dirigidos à população em geral e às populações com problemáticas específicas e

possibilitou a diversificação do subsistema de serviços especializados. A partir da década de 1980 as transformações do sistema residencial em Espanha ganhou uma expressão mais significativa, através da promulgação de legislação específica sobre cuidados extra-familiares para crianças (Casas, 1994).

O paradigma da normalização teve como um dos principais expoentes precisamente o Reino Unido, encerrando um grande número de estabelecimentos residenciais para crianças e jovens, renovando as equipas e reforçando o seu número. As grandes instituições, próximas do conceito de *instituições totais* de Goffman (1961), foram substituídas por casas mais pequenas, o período de permanência das crianças foi reduzido, os regimes tornaram-se menos institucionais e mais abertos (Department of Health, 1988, cit. por Martins, 2004).

Casas (1998) considera, contudo, que, subjacente ao discurso da normalização, podem verificar-se algumas mensagens implícitas, enviesando o pensamento normalizador, para cujos conteúdos alerta:

- a desinstitucionalização, que, motivada por razões de ordem orçamental, defende a restrição de novos ingressos em instituições residenciais, sem a preocupação de criar serviços em alternativa que garantam a adequação das problemáticas às crianças. O autor chama a atenção para as contradições que têm caracterizado a prática da desinstitucionalização, frequentemente entendida como meta e não como meio para a consecução de um serviço de maior qualidade para as crianças e jovens. Esta prática, por si só, não implica uma melhoria na qualidade do atendimento prestado quer às crianças quer às famílias, devendo ser enquadrado no âmbito mais alargado da planificação e elaboração de programas globais de prevenção, deteção, atendimento e acompanhamento em diversos domínios das situações de risco;

De facto, trata-se de um sector que tem vivido na ausência de qualquer orientação política consistente, limitando-se a gerir situações de crise que impõem admissões não planificadas e situações quotidianas geridas com os recursos disponíveis (Fernández del Valle, 1992). Ou seja, por um lado, a desinstitucionalização não foi completamente conseguida, por outro, remete a institucionalização para o estatuto de “último recurso”.

Sandomingo (1998) discorda do estatuto de “último recurso” atribuído às instituições para crianças e jovens. Considera assim que estes serviços constituem uma mais-valia no sentido de ir ao encontro das necessidades específicas de uma

determinada população com características particulares, sendo uma das várias possibilidades existentes (Leandro, 1998). Assim, podem constituir-se como respostas complementares, simultâneas ou sequenciais e não exclusivas ou incompatíveis com as outras (Zurita & Fernández del Valle, 1996). Estes serviços podem constituir parte efectiva do processo de trabalho social com as famílias na comunidade; todavia, a assunção deste papel requer mudanças tanto a nível logístico como ideológico, entre as quais se salienta a formação de equipas para o exercício destas funções (Kendrick & Fraser, 1992).

- o voluntarismo, usada para justificar a redução dos recursos investidos (Casas, 1998);
- a priorização de um modelo único, que apenas valida a adopção e o acolhimento familiar como opções alternativas ao contexto familiar, excluindo a preocupação com o grande número de crianças já institucionalizadas e sem inserção possível nestas opções, acentuando a sua marginalização (Casas, 1998).

Ao nível do sistema de justiça juvenil, o princípio da normalização tem como correlato o princípio da desjudicialização que, procurando evitar o recurso aos procedimentos judiciais formais, prioriza medidas alternativas ao internamento, de forma a não acrescer outros danos à já irregular trajectória de vida de cada criança. Assim, os sistemas de apoio e as redes relacionais das crianças e jovens são privilegiados, numa lógica de responsabilização social solidária (Casas, 1998).

Não obstante a evolução que os serviços residenciais têm registado nas últimas décadas, a sua imagem permanece globalmente depreciada. A revivescência da instituição total que caracterizou a maior parte destes dispositivos - e a que alguns ainda se assemelham - ajuda a explicar esta imagem, que atravessa a sociedade como um todo e, em particular, os profissionais envolvidos no sistema de protecção de crianças e jovens em risco (Sandomingo, 1998). “Assim, à instituição é atribuída uma dupla função: prover a prestação de cuidados aos internos e espaço para os sentimentos indesejados da sociedade” (Ward, 1980, cit. por Martins, 2005).

Para Berridge e Brodie (1998) os esforços entretanto levados a cabo não terão surtido o efeito desejado ao nível da opinião pública e dos profissionais, cuja confiança permanece abalada. De facto, a exposição destes estabelecimentos tem revelado os seus

aspectos mais obscuros, contribuindo para a formação de uma imagem parcial e, eventualmente, enviesada dos mesmos junto do público.

Os serviços competentes na matéria continuam a preferir as instituições para crianças e jovens face a outras opções (Sandomingo, 1998), sendo os serviços residenciais considerados como último recurso, representando uma medida grave, apenas aplicável quando esgotados todos os recursos em alternativa (Casas, 1988; Diniz, 1979). Assim, a tendência da diminuição da utilização dos equipamentos residenciais, consideradas como último recurso, tem sido comum em países como os E.U.A. (Berridge & Brodie, 1998), Espanha (Casas, 1993), Reino Unido, Holanda, Bélgica, Alemanha, Irlanda e Itália (Hellinckx & Colton, 1993, cit. por Martins, 2004).

Deste modo, os países em que as taxas de acolhimento institucional tem vindo a diminuir dispõem de um leque mais abrangente de opções em alternativa, observando-se também um incremento na oferta de programas e serviços, nomeadamente de base comunitária e de apoio familiar (Colton & Hellinckx, 1993).

Citando o exemplo do modelo de acolhimento institucional britânico, que sofreu mudanças consideráveis nos últimos 30 anos, a maior transformação verificou-se na passagem de um sistema quase totalmente fundado no acolhimento institucional, para a protecção através do acolhimento familiar, tendo como prioridade a manutenção da criança no seu meio natural de vida. Assim, cerca de 2/3 das crianças que estão no sistema de acolhimento britânico encontram-se em famílias de acolhimento. As crianças e jovens que permanecem nos cuidados residenciais, têm acesso a equipamentos de elevada qualidade e com pequena dimensão (Nunes, 2007).

4. Pressupostos, objectivos e modelos da institucionalização

A colocação institucional da criança ou do jovem deve obedecer a determinados pressupostos legais que legitimam e justificam a adopção desta medida: ser considerada uma criança em perigo ou ter cometido um facto qualificado pela lei penal como crime.

Em termos gerais, existem um conjunto de iniciativas e medidas - que serão abordadas mais pormenorizadamente no segundo capítulo deste trabalho - que consagram uma separação jurídica entre as crianças e jovens que são vítimas de maus-tratos e as que cometeram crimes, sendo alvo da aplicação de Leis diferenciadas: a Lei de Protecção de crianças e Jovens em Perigo - Lei nº147/99 de 1 de Setembro e a Lei Tutelar Educativa - Lei nº166/99 de 14 de Setembro, respectivamente. Além disso, as

medidas a aplicar distinguem-se entre si, bem como as finalidades da intervenção (Peres & Gonçalves, 2006).

Assim, quando se considera que uma criança ou jovem foi vítima de maltrato, pode aplicar-se, entre outras, a medida de promoção e protecção designada por acolhimento em instituição, que consiste:

“na colocação da criança e/ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e lhe proporcione condições que permitam a sua educação, bem - estar e desenvolvimento integral” (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, art. 49º)

Deste modo, a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, considera que o acolhimento institucional inclui:

“A assunção das responsabilidades educativas (ao nível jurídico, moral, social e escolar) cometidas normativamente aos progenitores biológicos, por parte dos lares de crianças e/ou jovens que acolhem. Estas responsabilidades, implicando a substituição das famílias de origem, incluem o acompanhamento das crianças e dos jovens quer ao nível do seu desenvolvimento físico (alimentação, cuidados de saúde) quer ao nível psicológico (equilíbrio emocional, desenvolvimento cognitivo e afectivo), tendo em conta a adequação à sua idade, género de pertença, origens sociais, percursos de vida e características de personalidade” (CNPCJR, 2000, p.21).

Quando uma criança ou jovem cometeu um facto qualificado como crime, pode, entre outras, aplicar-se uma medida tutelar educativa designada de internamento, que tem como finalidade:

“proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável” (art.º17, Lei nº 166/99), “sem no entanto lhe retirar a sua qualidade de titular de direitos e deveres” (art.2º, nº1, RGDCE).

Mosteirin (2000) considera que os objectivos de uma instituição são “mandatos” sociais (e.g., atender a infância em risco). Estes mandatos correspondem à antecipação de um estado futuro desejável, para a obtenção do qual se dirigem os meios e enunciam metas que a organização deve alcançar mediante acções planificadas dirigidas ao objectivo. Acrescenta ainda que a diferença entre os agregados sociais tradicionais

conhecidos como *sociedade, comunidade ou família* é que estes *são*, enquanto que as organizações *fazem*. Ou seja, ao contrário de uma família, uma organização é feita para cumprir um propósito, é especializada numa tarefa e define-se pela sua especialidade.

A função e razão de existência das organizações e dos especialistas é que “os especialistas sejam eficazes e as organizações sejam eficientes” (idem, 2000, p.73). Para tal, a organização institucional deve ter uma missão clara e um propósito único, caso contrário os seus membros confundem-se e dedicam-se à sua especialidade, impondo os seus próprios valores à tarefa comum, medindo os resultados apenas pela sua área de intervenção.

No que respeita às crianças e jovens, compete às instituições:

- A prestação de cuidados. Parker (1988) considera que a convicção de que o contexto próprio para estes tipo de cuidados é a família, pois, para além da associação entre institucionalização e definição de objectivos instrumentais (escolarização, disciplina, etc.), as próprias dinâmicas institucionais, caracterizadas por várias crianças, cuidadas por vários adultos, não facilitam o estabelecimento de relações de proximidade afectiva. Há, contudo, investigadores que consideram que a assunção das tarefas usualmente cometidas à responsabilidade parental é uma característica essencial destes serviços, designadamente, cuidar, confortar e conter, desenvolver competências físicas, sociais e culturais e encorajar e preservar a integridade dos menores (idem, 1988);
- A reabilitação, que inclui: a contenção e controlo dos comportamentos perturbadores (Department of Health, 1998), o tratamento de menores com problemas de adaptação social, emocionais e de comportamento (Zurita & Fernández del Valle, 1996) e, também, a manutenção e aprofundamento do contacto com os pais, com a família alargada e outras pessoas significativas (Department of Health, 1998);
- A educação (Department of Health, 1998), no sentido em que as crianças e jovens institucionalizados tendem a manifestar dificuldades ao nível do desempenho escolar, explicadas pelo meio de origem, pelas rupturas, mudanças sucessivas (Raymond, 1996, 1988) e traumas emocionais vividos, entre outros factores;

- A preservação da integridade e o desenvolvimento da identidade cultural, étnica, linguística e do património simbólico da criança (Department of Health, 1998), promovendo a reconstrução das suas percepções relativamente ao seu passado, à sua família, à sua personalidade e ao seu futuro, criando, deste modo, expectativas positivas em relação a si, aos outros e à vida. As memórias e as pessoas significativas são essenciais neste processo (Raymond, 1996, 1998);
- A preparação para a independência dos jovens, na qual o trabalho de apoio ao processo de saída e eventual retorno a casa da criança/adolescente se reveste de extrema importância (Casas, 1993);
- A reinserção social, em que, após um trabalho de (re)construção da personalidade, é suposto que as manifestações sintomáticas que impediram a adaptação social se apaziguem e o jovem seja capaz de se adaptar na vida social e profissional. A reinserção social dos adolescentes é resultado do trabalho institucional, apesar de não o ser unicamente, pois, sendo a inadaptação o resultado da convergência de vários factores, a readaptação na sociedade também dependerá de numerosos factores, exigindo a colaboração de todos os que trabalham para a educação do jovem (Raymond, 1996b).

Estes objectivos enunciados integram claramente uma dimensão de acção psicoterapêutica junto das crianças/jovens. Esta é, contudo, uma questão controversa. A crescente complexidade do perfil dos beneficiários destes serviços conduziu – sobretudo em países como o Reino Unido, a Dinamarca, a Alemanha, a Irlanda e Itália - à criação de unidades especializadas para crianças e jovens com perturbações mentais – as instituições terapêuticas ou de tratamento. Contudo, a maior parte destas instituições, apesar de integrar equipas profissionais especializadas para o efeito, não oferece respostas terapêuticas definidas e sistematicamente aplicadas, sendo a modificação do comportamento – objectivo mais ou menos explícito de grande parte das instituições que acolhem crianças – confinada às interacções sociais ocorridas nos centros e à qualidade dos cuidados diários dispensados (Parker, 1988). Estes centros têm sido objecto de extensas críticas, que questionam a validade das intervenções desenvolvidas em contexto artificial, argumentando a favor da intervenção no âmbito da família.

O tipo de trabalho que os profissionais de saúde mental infantil costumam desenvolver enfrenta, por outro lado, dificuldades acrescidas nas unidades residenciais,

caracterizadas por sistemas complexos de comunicação e pela rotatividade dos responsáveis pela prestação dos cuidados às crianças. A questão da terapêutica a aplicar e da sua adequação é também extremamente controversa (Martins, 2004).

Apesar destas dificuldades, no entender de Calheiros, Fornelos e Dinis (1993), a colocação institucional tem uma dimensão educacional e terapêutica inerente. A orientação terapêutica é importante para a compreensão da experiência subjectiva das crianças face à separação, à ruptura, à perda e à distorção que marcam as suas trajetórias de vida, condicionando o sucesso da sua adaptação ao contexto residencial. Compete a estes estabelecimentos potenciar a experiência de acolhimento residencial como uma oportunidade positiva de desenvolvimento.

Neste sentido, Berger (1998) defende a intencionalização terapêutica da gestão do quotidiano da criança, numa intervenção concertada, coerente e contínua, das vertentes social, clínica, administrativa, educacional e pedagógica, que compreenda o acompanhamento da família no mesmo plano global de acção. Conceptualizar a prestação de cuidados extra-familiares a crianças e jovens - tenha como pressuposto a “protecção” ou a “educação para o direito” - implica reconhecer que as suas necessidades e problemas não se resolvem pela mera transferência e colocação num contexto sócio-relacional mais organizado.

No que respeita aos modelos que enquadram as instituições que acolhem estas crianças e jovens, tal como notam Bullock, Little e Millham (1993, cit. por Martins, 2004), os serviços residenciais não têm sido objecto de teorização explícita, sendo as concepções subjacentes inferidas a partir das práticas adoptadas. Também Leandro (2002) considera que os serviços residenciais não têm modelos de funcionamento definidos, pelo que devem organizar a prestação dos seus serviços no quadro das disposições legais relevantes e dos conhecimentos científicos actuais, nomeadamente na área das ciências humanas.

Hill (2000, cit. por Martins, 2004), em contraponto, enuncia três modelos fundamentais ou perspectivas do funcionamento dos serviços residenciais:

- a) focados na instituição;
- b) focados na perspectiva das crianças/jovens acolhidos;
- c) sistémicos, que enquadram a instituição no âmbito mais geral do sistema de bem-estar e protecção de menores.

a) Os modelos focados na instituição

Estes modelos assentam no pressuposto de que a modificação do comportamento e reestruturação das crianças, necessárias ao seu funcionamento adaptativo, decorrem das suas experiências relacionais com a equipa de profissionais e com os pares da instituição. O contexto exterior é apenas integrado na dinâmica interna do centro, competindo à instituição capacitar a criança para lidar com as exigências colocadas pelo meio.

b) Os modelos focados na perspectiva das crianças/jovens acolhidos

Estes modelos podem conciliar-se com o modelo anterior, todavia, procuram situar a criança no seu contexto temporal e sócio-cultural mais vasto, analisando o seu funcionamento e desenvolvimento em vários domínios. A família é objecto de atenção, na medida em que contribui para a definição da criança ao longo do seu ciclo de vida. Entende-se que as decisões sobre a colocação da criança ou do jovem devem obedecer a uma perspectiva longitudinal, tendo em consideração o seu historial de perdas, mudanças e separações, os seus sucessos e dificuldades e as suas possibilidades futuras.

c) Os modelos sistémicos

Assentam no pressuposto de que os serviços residenciais constituem uma das respostas sociais do sistema de protecção infantil, que, em última análise, os delimita e configura. Deste modo, vários factores influenciam o funcionamento das instituições que acolhem crianças e jovens (Ainsworth & Fulcher, 1981, cit. por Martins, 2004):

- as políticas sociais,
- a localização e arquitectura do centro,
- clima social,
- relações com a família, a escola e a comunidade,
- critérios de avaliação do desempenho,
- determinações teóricas e ideológicas,
- custos do serviço prestado,
- dinâmicas organizacionais exteriores ao centro.

Em suma, a eficiência da instituição é, assim, articulada e interdependente dos sistemas mais amplos na qual se integra e com os quais interage. Considera-se, assim, a história de vida da criança, integrada nos diversos sistemas, designadamente, o meio

familiar, social e cultural; a instituição que a acolhe, consubstanciada na diversidade de recursos de que dispõe e nos sistemas na qual se integra e a própria sociedade, tendo presente a complexa interacção de factores nos diferentes níveis de análise, numa determinada sociedade, num determinado tempo e numa determinada relação.

Após algumas considerações conceptuais, um breve olhar pela evolução histórica das instituições de Infância e Juventude e a enunciação de alguns objectivos, funções e modelos do acolhimento institucional, vejamos agora quais os riscos e fragilidades, bem como as potencialidades e oportunidades do acolhimento institucional, tendo em consideração os diversos sistemas que enquadram a instituição.

Capítulo 2. Capítulo II. Riscos e potencialidades das instituições

*“não pertencer a ninguém é
tornar-se ninguém”
(Cyrulnik , 2000. p.85)*

1. Riscos e fragilidades das instituições

O processo de institucionalização de uma criança ou jovem, independentemente do motivo que lhe está subjacente, neste caso, ter sido alvo de maus-tratos na sua família de origem e/ou ter cometido um acto qualificado pela lei penal como crime, pressupõe alguns riscos que, se não forem devidamente tidos em consideração, poderão prejudicar o efeito pretendido pela institucionalização ou mesmo causar o que se designa por “maus – tratos institucionais” (Linares, 2002), definidos no ponto 1.1. do capítulo 1.

No sentido de facilitar a exposição teórica deste tópico, faremos referência a algumas dimensões intimamente ligadas ao processo de institucionalização da criança/jovem em que podem gerar problemas no funcionamento institucional nos seguintes períodos: no período pré-acolhimento, durante o acolhimento institucional e no período de saída e pós-colocação.

1.1. Período pré-acolhimento

Este período decorre desde a intervenção dos serviços do sistema de protecção ou do sistema tutelar educativo até à decisão da medida de acolhimento/internamento em instituição da criança ou do jovem.

A partir do momento em que se considera que uma criança ou um jovem está em situação de “perigo” ou que cometeu um acto qualificado pela lei como crime, desencadeiam-se uma série de mecanismos com o objectivo de assegurar a sua protecção e/ou a sua “educação para o direito”. No entanto, apesar de ser este o objectivo, por vezes, “os sistemas desenhados para aliviar os problemas acabam por perpetuá-los e os serviços de ajuda podem, muitas vezes contribuir para os problemas que deveriam combater. Tipicamente são as famílias pobres e multiproblemáticas que estão nesta situação” (Sousa, 2005, p.50).

1.1.1. *Etiquetagem*

A criança ou jovem, a partir do momento em que é sinalizado, entra no denominado sistema de protecção ou sistema tutelar educativo e, a partir daí, passa a ser identificado como “criança ou jovem em risco” ou como “criança ou jovem delincente”, o que, para além de que poder ser vivido como uma experiência humilhante, faz com que estes sistemas coloquem em prática um processo complexo de etiquetagem, conferindo à criança/jovem um estatuto social desvalorizado, transformando as pessoas em “clientes” e convertendo uma heterogeneidade de situações e vivências numa homogeneidade (Dias, 1998).

Ora, as percepções generalizadas que relacionam de modo habitual as crianças do sistema de protecção ou de justiça com situações de perturbação, como “psiquicamente doentes ou más”, tem como consequência a discriminação e a estigmatização de uma população já de si vulnerável (Taylor, 2004). Por um lado, vão desencadear imagens sociais que levam à construção de estereótipos e ao desenvolvimento de preconceitos pela sociedade face a estas crianças/jovens, conduzindo a uma discriminação social; por outro lado, os próprios indivíduos, partindo da interiorização dessas “imagens” sociais, vão desenvolver processos de diferenciação negativa, pela auto-desvalorização e auto-discriminação (Medeiros & Coelho, 1991, cit. Alberto, 2003). Esta estigmatização pode agravar os seus percursos disfuncionais, assim como permitir que sejam toleradas, nas situações de prestação de cuidados e na vida quotidiana, condições abusivas (Taylor, 2004).

1.1.2. *Reprodução das desigualdades sociais*

O processo de institucionalização de crianças e jovens vítimas de violência ou autoras de crimes, parece ter subjacentes mecanismos de selecção mais associados “à sua família de origem numa esfera sócio-económica marcada pela precariedade de meios que caracterizam os seus modos de vida e os dos respectivos núcleos familiares” (Carvalho, 1999, cit. Alberto, 2003, p.231), do que propriamente à situação de maltrato ou crime. Assim, esta medida poderá ter como função, não apenas proteger a criança, mas controlar socialmente certas famílias, de determinados grupos sociais e culturais.

Efectivamente admite-se a existência de maltrato em todos as classes sociais, mas as populações institucionalizadas reflectem apenas os estratos sócio-económicos mais desfavorecidos (Wolfe, 1985, cit. Alberto, 2003). Assim, usa-se, quase por

princípio, o termo “crianças em risco” para ocultar situações que, na realidade, são, acima de tudo, de pobreza (Gersão, 1996).

Com a institucionalização do desviante, “as sociedades, para evitar situações de ruptura generalizada, expurgam num movimento centrífugo parte do que se lhes não integra a nível do individuo, da família, da comunidade ou da própria sociedade” (Coelho, & Medeiros, 1991, p.23) justificando-se e legitimando esta actuação pelo objectivo da futura reintegração e reinserção do individuo considerado desviante, ao mesmo tempo que “se confirma a validade do sistema de normas que ela (sociedade) estabeleceu” (Castel, citado por Coelho & Medeiros, 1991, p.19).

Para além dos efeitos negativos da estigmatização e reprodução das desigualdades, Linares (2002) refere algumas circunstâncias nas quais os sistemas de apoio à infância e juventude podem ajudar a perpetuar o(s) problema(s) da família, e, portanto, da criança e do jovem:

1.1.3. “Carências materiais”

- a) Quando se atribui a profissionais dos serviços de apoio à infância e à juventude, jovens e com pouca experiência, escassa formação, sobrecarregado de trabalho e mal remunerado, a tarefa de decidir se a criança dever permanecer ou ser retirada do seu meio familiar. Nestas circunstâncias, pode ocorrer o *burn out*, em que o trabalho, desempenhado num clima de angústia e frustração, facilita o estabelecimento de dinâmicas que permitem actuações precipitadas quando seriam necessárias atitudes moderadas e contidas;
- b) Quando existe falta de formação dos profissionais, sendo que a direcção ou administração não a permite ou coloca entraves à sua concretização. Nunno (1997, cit. por Linares, 2002) assinalou, numa revisão da literatura existente sobre maltrato institucional, que é imprescindível, para a sua prevenção, a formação dos profissionais;
- c) Quando, tendo-se permitido a contratação de serviços para desenvolver determinados recursos, proliferam associações em que, por detrás da sua aparência desinteressada (ausência de lucro), mergulham numa dinâmica de ganho de benefícios, desprezando áreas importantes que poderiam resolver o problema com uma intervenção mínima.

1.1.4. “Deformação ideológica”,

Cujas raízes podem se basear num triplo preconceito:

- a) preconceito “religioso”: baseia-se na ideia de que separar a criança maltratada dos maltratantes (normalmente os pais), quando estes se mostraram resistentes ao “*exorcismo*” – entendido como uma espécie de imersão dos maltratantes na retórica institucional oficial em que estes, com os aconselhamentos e advertências dadas pelos técnicos, devem demonstrar que aceitam os valores pré-estabelecidos (trabalhar, arranjar casa e, no geral, mostrarem-se boas pessoas) – é a única maneira de “salvar” aquele elemento de uma família que não merece o esforço investido nela;
- b) preconceito “político”: faz com que se enfatize a protecção da vítima e se reforce o castigo do maltratante. Em relação ao maltrato parental, acontece quando as instituições colocam a ênfase exclusivamente na repressão e protecção, não promovendo, deste modo, a segurança e bem-estar da vítima nem evitando o maltrato;
- c) preconceito “teórico”: em que se enfatiza o controlo, em detrimento da intervenção terapêutica, através de um mecanismo específico que consiste em “animalizar” o maltratante, enfatizando o peso da sua herança biológica ou genética. Deste modo, as instituições mostram-se incapazes de se sintonizar com os recursos do maltratante, necessário para os poder desenvolver. Apoiando-se nesta lógica, procedem segundo uma intervenção “classificadora” e “domesticadora” de carácter individual sobre o maltratante e sobre a vítima, o que impede que se compreenda a situação e se aplique uma lógica relacional, sendo certo que os tratamentos individuais aplicados isoladamente tendem a fracassar.

1.1.5. “Abuso inventado”

Ocorre quando a criança inventa um abuso cuja existência deve ser detectada pelas instituições sob pena de causar maltrato à família e, indirectamente, à própria criança.

1.1.6. “Maltrato cultural”

acontece quando determinados padrões de comportamento são claramente tipificadas como maltratantes na nossa cultura, não o sendo noutras etnias ou minorias culturais. Assim, protegem-se as crianças e maltrata-se institucionalmente a família, quando se deveria promover e trabalhar a relação familiar e facilitar a reparação e a reconciliação, seja o seu desejo de colaboração evidente ou não.

No mesmo sentido, Sousa (2005) chama a atenção para os seguintes fenómenos que podem ocorrer nos serviços da área da protecção e da delinquência infantil e juvenil:

1.1.7. Fragmentação da intervenção

Quando a especialização se transforma em multi-assistência, ou seja, quando cada instituição actua numa área de problema (delinquência, pobreza, cuidados a crianças abandonadas, etc.) e cada técnico tem a seu cargo uma função específica (o assistente social faz as visitas domiciliárias, o psicólogo atende as crianças individualmente, o médico analisa os problemas de saúde, etc.), cada um actuando num determinado contexto, com a sua linguagem própria. Nestes casos existe o risco de descoordenação entre os objectivos e práticas emanadas dos diferentes serviços, com conseqüente fragmentação da intervenção, quer para a família, quer para os técnicos. (Calapinto, 1995, cit. Sousa, 2005, p.51).

Esta forma de intervir promove a diluição dos sistemas familiares nos sistemas alargados (Colapinto, 1995, cit. por idem, 2005), provocando a perda das ligações entre os membros da família na sequência da intervenção dos serviços sociais, ocorrendo este efeito num crescendo. “Os técnicos, ao interromperem algumas transacções familiares podem impedir que novas transacções se desenvolvam” (Sousa, 2005, p 52).

1.1.8. Indefinição dos limites

Quando ocorre a indefinição dos limites entre a família e os serviços: “Se as fronteiras são difusas, incapacitam os recursos da família” (ibidem, 2005, p.57). Por vezes, pode ocorrer a transferência de funções tipicamente familiares para os serviços sociais, contribuindo grandemente para a perda de autonomia ou para um sentimento de impotência e incapacidade das famílias na gestão das suas vidas.

1.2. Período de acolhimento institucional

A decisão de retirada do meio familiar e/ou do ambiente em que a criança/jovem vive e a posterior colocação numa instituição, seja um Lar ou um Centro Educativo, independentemente do motivo que a fundamenta, é um momento de grande sofrimento emocional para a criança ou jovem. Posteriormente, a permanência numa instituição pode tornar-se um processo difícil para os diferentes actores envolvidos - a criança ou o jovem, a sua família, os profissionais e a comunidade envolvente – provocando mal-estar em cada um dos sistemas e acentuando a vulnerabilidade e o sofrimento.

No que concerne às crianças e jovens que foram alvos de maus-tratos, Alberto (2003) considera que, se uma instituição fracassa no exercício das suas funções específicas, a intervenção, cuja “intenção primária é proteger a criança, pode revestir-se de várias implicações que levarão ao paradoxo da institucionalização, isto é, se o objectivo é proteger a criança, criar-lhe condições de desenvolvimento e bem-estar, que não são asseguradas pelo contexto familiar, o resultado pode traduzir acréscimo dos danos nas crianças já de si sensibilizadas, fragilizadas e carenciadas” (p.229).

No que respeita às crianças e jovens que cometeram infracções, considerando o objectivo da reinserção social, levanta-se a questão de saber até que ponto a privação da liberdade a que o jovem se encontra sujeito será, de facto, a melhor forma de o preparar para uma vida a gozar no futuro em liberdade, ou se este paradoxo não virá por si mesmo contribuir decisivamente para o acentuar de valores e atitudes da sub-cultura desviante do próprio indivíduo impedindo a sua completa ressocialização (Coelho, & Medeiros, 1991).

Estes riscos estão particularmente potenciados nas condições que enunciamos de seguida.

1.2.1. Incapacidade em reconhecer os erros

Incapacidade em reconhecer os erros numa determinada intervenção e continuar as linhas de acção iniciais, apesar de as evidências demonstrarem o contrário, provocando custos à família e, portanto, à criança ou jovem (Linares, 2002).

1.2.2. Trabalhar separadamente as crianças e os progenitores

A intervenção dos serviços, muitas vezes, incide apenas num dos intervenientes, verificando-se uma tendência de trabalhar separadamente as crianças e os seus pais,

evitando situações em que o processo familiar se desenvolva com espontaneidade (Linares, 2002).

1.2.3. Ausência de objectivos claros.

Goffman (1974) refere que a contradição entre o que uma instituição realmente faz e o que oficialmente diz que faz constitui o contexto básico da sua actividade diária. Apesar de muitas das instituições totais parecerem funcionar como “depósitos”, “apresentam-se ao público como organizações racionais, conscientemente planeadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas” (Goffman, 1974, p.70).

Por outro lado, mesmo entre as instituições que procuram efectivamente atingir um conjunto de objectivos racionais, há problemas relacionados com a sua definição e mensuração. Quando as organizações carecem de objectivos mensuráveis não se pode avaliar nem os processos nem os resultados. Ora, as instituições para crianças e jovens têm sempre objectivos múltiplos, com uma amplitude e diversidade que os torna frequentemente impossíveis de quantificar. Por isso, muitas vezes, os seus responsáveis medem as acções (e não os objectivos alcançados). Entre as acções que se planificam, algumas são mais facilmente mensuráveis do que outras, por isso se tende a utilizar os alguns dados como uma forma de medida dos objectivos institucionais, por exemplo, regista-se o número de pessoas atendidas durante um ano em vez da eficácia das intervenções. A avaliação qualitativa e o seguimento dos casos, que poderiam funcionar como critérios fundamentados para o internamento ou não, não se realiza. A distorção de valores pode chegar a ser tal que se mede o êxito de uma instituição para crianças e jovens pela ausência de reclamações, fugas ou denúncias (Mosteirín, 2000).

Por outro lado, quando uma organização tem vários objectivos que não são compatíveis entre si (por exemplo, ter um elevado número de admissões e, ao mesmo tempo, proporcionar um ambiente familiar), ou quando vários grupos influentes, dentro ou fora da organização, não coincidem quanto ao objectivo que a instituição deve seguir, gera-se um conflito de objectivos (por exemplo, terapêutico ou educativo, assistencial ou preventivo), provocando tensões entre os seus membros e afectando o seu desempenho (idem, 2000).

1.2.4. *Imagem depreciada das instituições para crianças e jovens.*

Como vimos anteriormente (ponto 2. do capítulo 1), os primeiros dispositivos para crianças estão implicados nas estratégias sociais de segregação, contenção e vigilância, inserindo-se num movimento de controlo dos grupos considerados perigosos para a sociedade, que emergiu no século XIX. Este estigma social e a correspondente marginalização, ainda que mais dissipados, constituem um legado ainda com algum peso na estrutura dos serviços residenciais actuais (Berridge & Brodie, 1998).

Fernández del Valle (1992) alerta para o risco de, em face da crítica generalizada às respostas institucionais, estas tenderem a realizar tal *profecia*: preteridas como recurso em vias de extinção, sem investimento político, técnico ou financeiro, poderão vir a carecer de programas de intervenção que garantam respostas de qualidade, correspondendo assim ao papel que lhes é atribuído. A desvalorização do seu estatuto tem tradução ao nível das equipas e dos profissionais que prestam serviços, ao nível da sua remuneração, formação e condições de trabalho e, por conseguinte, nas crianças e jovens, que ganham consciência e vivenciam os estereótipos negativos através dos quais são percebidas.

1.2.5. *(Des)continuidade das relações afectivas.*

As relações afectivas contínuas são as bases primárias mais importantes para o desenvolvimento das capacidades essenciais da criança, intelectuais, sociais e morais (Brazelton, Greenspan, 2002). “Para alguns pode ser com uma avó ou uma tia ou talvez até uma vizinha, mas é preciso que aconteça. Não há meios - termos” (p.32). A personalidade de cada um, o *self*, o núcleo organizador da sua identidade é construída no contexto de relações fundadoras, necessariamente contínuas, duradouras, investidas de significado pessoal para as partes envolvidas e significantes. Ora, o que acontece frequentemente nos percursos vivenciais destas crianças e jovens é a falta, a perda ou a distorção destas relações organizadoras e o acolhimento institucional acresce e multiplica o carácter paradoxal das suas vivências (Martins, 2005).

A partir do momento em que a criança ou o jovem é separada do seu meio familiar e social e colocada numa instituição, dá-se um corte abrupto com toda a rede de relações construídas até ao momento da institucionalização, o que possibilita uma vivência subjectiva de afastamento e abandono relativamente à família, com as atribuições depreciativas e de auto-desvalorização que pode tal separação motivar

(Alberto, 2002). Simultaneamente, estas crianças são submetidas a uma “pluralidade de olhares descomprometidos - pense-se na variedade de estranhos com que contactam e de intromissões ou acções invasivas que sofrem - olhares que não permitem conhecer porque não se reconhecem mutuamente, que não engendram cumplicidades, e por isso, em vez de revelar ou confirmar a sua identidade, contribuem para a expor e fragmentar” (Martins, 2005, p.4). No fundo, são assegurados um afecto e uma disponibilidade “em serviço”, racionais e racionalizados, sem relações de pertença, em que os adultos se defendem do investimento afectivo da criança, tão necessário à sua sobrevivência psíquica e ao seu desenvolvimento. Oferecem-se como modelos de referência assépticos, que se pretendem profissionalmente envolvidos e pessoalmente descomprometidos (Martins, 2001).

Um outro factor reforçador da descontinuidade dos laços afectivos é o facto de, nas instituições, muitas vezes, se constatar a falta de continuidade do pessoal que lá trabalha (Taylor, 2004) o que faz com que as crianças e jovens sintam uma falta de apoio mantido e consistente, podendo isso “servir-lhes para reforçar a ideia pré-existente de que não há ninguém que realmente se interesse” (p.68).

Uma criança sem pertença sentida e reconhecida fica à margem das estruturas e circuitos sociais que lhe permitem estabelecer trocas afectivas e vincular-se. A falta ou desorganização das interacções quotidianas condicionam um sentimento de fluidez e desorientação pessoal e social; a criança, sem referências consistentes, fora dos percursos definidos e normalmente prescritos para o crescimento, experimenta a pontualidade da sua existência, sente-se perdida e desvinculada de si e dos outros, só, porque abandonada - portanto em risco, intrapessoal, interpessoal e social mais alargado (Martins, 2005, p.5).

1.2.6. Distanciamento físico do meio de origem.

A institucionalização, muitas vezes, para além do afastamento da criança em relação à sua família, pressupõe também um afastamento do meio físico e social em que vivia antes. Ora, a criança chega à instituição com uma cultura apreendida no seu meio, uma forma de viver e um conjunto de actividades e rotinas aceites sem discussão até ao momento (Goffman, 1961) e o distanciamento físico do seu meio natural pode dificultar a sua integração, tanto na instituição onde é colocada como futuramente no seu meio de origem onde, provavelmente, retornará.

De facto, o acolhimento na instituição é muitas vezes longe da zona de origem das crianças e jovens, e depende mais das disponibilidades do momento do que das características da instituição e do indivíduo (Carvalho, 1999 cit. Alberto, 2003), o que revela uma grande fragilidade do sistema de promoção e protecção. Esta situação é altamente prejudicial no plano formativo individual, atendendo ao facto de que o menor regressará, mais tarde ou mais cedo, a esse mesmo meio (Cóias, 1995).

1.2.7. Maior probabilidade de entrada no Sistema de Justiça.

Taylor (2004) sublinha o facto de haver a tendência para classificar a população residencial do sistema de assistência e protecção como crianças e jovens que apresentam comportamentos muito desafiantes, sendo que estes, muitas das vezes, resultam de privações e de perturbações que ocorreram muito precocemente nas suas vidas. Ora, nas instituições, estes estão expostos a sistemas de vigilância e controlo mais rigorosos do que os seus pares e, portanto, existe uma maior probabilidade de que o seu comportamento seja sujeito a intervenção oficial.

Sinclair e Gibs (1998, cit. Taylor, 2004) obtiveram a conclusão de que 40% dos jovens sem admoestações ou condenações à entrada do sistema de assistência e de protecção já tinham uma depois de seis ou mais meses a viver num Lar para crianças. No mesmo sentido, Goldston (2000, cit. in idem, 2004) refere que a probabilidade de estas crianças receberem uma admoestação ou condenação é três vezes mais elevada do que a dos seus pares e, para além disso, destaca a sua sobre-representação na população prisional. Quando efectivamente entram em conflito com a lei, há um “perigo sério de que serão em primeira linha tratadas como delinquentes e não como crianças em situação de necessidade” (Taylor, 2004, p.60).

1.2.8. Processos de “mortificação do eu”

(Goffman, 1961). Goffman (1961) considera que uma pessoa chega à instituição com uma concepção de si mesmo que se tornou possível pelas disposições sociais da realidade em que vivia e que, a partir da sua entrada na instituição, é imediatamente despido do apoio dado por tal conceptualização, iniciando-se um processo de “rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu” (p.24). Vejamos de que modo a instituição pode, ainda que sem intencionalidade, provocar estes efeitos:

a. “Barreiras entre o internado e o mundo externo”: na medida em que a instituição perturba os papéis que a pessoa desempenha na vida civil, tanto no ciclo vital como nas rotinas diárias do indivíduo. Em algumas instituições proibem-se as visitas e as saídas do estabelecimento, o que representa uma ruptura profunda com os papéis anteriores. Embora alguns papéis possam ser restabelecidos após a saída da instituição, outros são irrecuperáveis e podem ser dolorosamente sentidos como tais (por exemplo, progresso educacional ou profissional, relação de namoro, etc.).

b. “Processos de admissão ou “boas-vindas””: ocorre quando a equipa dirigente ou os internos - ou os dois grupos - procuram dar à pessoa recém-chegada uma noção clara da sua situação de subordinação (por exemplo, obter a história de vida, tirar uma fotografia, pesar, cortar o cabelo, dar instruções quanto a regras, etc.). É também muito comum nas instituições ocorrer a perda de um sentido de segurança pessoal, no sentido em que a pessoa sente que está num ambiente que não garante a sua integridade física. O processo de admissão pode ser caracterizado como uma despedida e um começo.

c. “Regulamentação de espaços e de tempos”: a regulamentação espacial e temporal que constituem a rotina da instituição, se por um lado têm uma dimensão positiva - securizante e organizadora - para as crianças e jovens, por outro, pode tornar-se invasora da definição do espaço próprio (Alberto, 2002) e corre-se o risco de os despojar da sua própria individualidade (Carvalho, 1999), ao atingir os mais ínfimos pormenores da vida dos crianças e jovens (Medeiros & Coelho, 1991).

d. “Deferência obrigatória”: ocorre quando as pessoas que estão institucionalizadas são obrigadas, na sua interacção social com a equipa directiva (ou técnica), a apresentar actos verbais de deferência (por exemplo, dizendo “senhor” a todo o momento, pedir coisas pequenas, etc.). Também surge quando se é obrigado a participar em rotinas diárias que se consideram estranhas à própria pessoa, aceitando-se assim um papel com o qual não se identifica.

e. “Exposição contaminadora”: acontece quando a fronteira que se estabelece entre a pessoa institucionalizada e o ambiente é invadida. Esta exposição pode acontecer de várias formas, entre as quais se salientam:

- o dossier individual, na medida em que constam informações pessoais e comportamento anterior do sujeito, estando registados, principalmente, os factos negativos;
- os exames médicos e de segurança, expondo fisicamente a criança/jovem;

- os dormitórios colectivos e nas casas de banho sem porta;
- a obrigação de tomar medicação e de alimentar-se;
- o contacto interpessoal imposto e, conseqüentemente, relações sociais impostas, no sentido em que o indivíduo é obrigado a relacionar-se obrigatoriamente com as pessoas que o rodeiam;
- a sujeição a revistas periódicas, a si próprio ou ao seu dormitório;
- a vida em grupo exigir necessariamente um contacto mútuo e exposição entre as pessoas que integram a instituição;
- o sistema de apelido, em que a equipa dirigente ou os outros internados adquirem o direito de empregar uma forma de chamar a pessoa, de uma forma íntima ou, pelo contrário, de modo formal e desindividualizador;
- quando se expõem relações íntimas do sujeito (por exemplo, a correspondência ser lida e censurada ou o carácter obrigatoriamente público das visitas, em que não existe intimidade).

f. “Circuito”: manifesta-se quando a instituição cria uma resposta defensiva na criança/jovem e, depois, toma essa resposta como alvo para o ataque seguinte (por exemplo: a obediência gera uma resposta de mau-humor e a equipa técnica refere o mau humor e a insolência como base para outros castigos);

g. “Ataque ao status do internado como actor social”: numa instituição total, os mínimos segmentos da actividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos e a vida do internado é constantemente penetrada pela hipótese de uma sanção vinda de cima, violentando-se a autonomia do acto. Uma das formas mais eficientes de perturbar a autonomia pessoal é a obrigação de pedir permissão ou instrumentos para actividades secundárias que a pessoa pode executar sozinha no mundo externo (por exemplo, fumar, ir ao quarto de banho, etc.). Essa obrigação coloca o indivíduo num papel submisso e, para além disso, permite que as suas acções sofram interferências da equipa.

h. A autoridade dirige-se a praticamente todas as dimensões da conduta do internado, sendo este constantemente julgado. Mais ainda, tal ocorre num sistema de autoridade escalonada, em que qualquer pessoa da classe dirigente tem o direito de impor disciplina a qualquer pessoa que está institucionalizada, o que aumenta nitidamente a possibilidade de sanção. Deste modo, muitas vezes, face a uma autoridade

escalonada e a regulamentos difusos, os internados, sobretudo os novos, vivem com uma angústia crónica quanto à desobediência às regras e às suas consequências.

Teixeira (1993) chama a atenção para o facto da realidade sócio-económica originária da maioria da população institucionalizada se caracterizar por uma grande precariedade, à qual a instituição oferece respostas reparadoras (tais como, uma alimentação substancial, instalações estruturadas e um tratamento) e uma compensação das carências materiais de origem, o que cria um certo nível de estabilidade nas relações sociais intra-institucionais. Deste modo, considera que a ênfase dada por Goffman à perda de identidade do indivíduo deve ser redimensionada em face desta realidade social, onde os ganhos materiais obtidos quase sempre superam os do seu local de origem (Teixeira, 1993).

Em suma, é necessário ter em conta três aspectos gerais na descrição dos processos de “*mortificação do eu*”: em primeiro lugar, as instituições totais perturbam exactamente as acções que na sociedade civil têm o papel de atestar a autonomia e liberdade de acção. Assim sendo, a impossibilidade de manter esse tipo de competências pode provocar sentimentos de auto-depreciação e de perda de capacidade de decisão pessoal. O segundo aspecto refere-se às justificações para os ataques ao eu pela instituição, em que se racionalizam oficialmente determinados actos, pela “segurança” do internado. No entanto, na opinião de Goffman (1961), tal são apenas simples racionalizações criadas por esforços para controlar a vida diária de um grande número de pessoas e com pouco gasto de recursos. O terceiro e último aspecto refere-se ao impacto que esta “mortificação no eu” pode ter no indivíduo: tende a provocar uma aguda tensão psicológica (apesar de, para alguns indivíduos, poder provocar alívio psicológico), perda do sono, perturbações na alimentação, elevado nível de angústia, e ausência de fantasia, entre outros sintomas (Goffman, 1961).

1.2.9. Processos de etiquetagem da conduta do internado

A equipa directiva e/ou técnica tem necessidade, pelas suas próprias funções e posição hierárquica, de defender a perspectiva racional defendida pela instituição. Este esquema de interpretação actua assim que a pessoa é admitida na instituição, no sentido em que se tem a noção de que essa pessoa deve ser o tipo de indivíduo que a instituição procura tratar. No caso dos Centros Educativos: *Se não fosse delinquente, porque estaria ali?* Esta identificação automática relaciona-se com a criação de *uma teoria da*

natureza humana acerca das pessoas institucionalizadas, traduzindo o seu comportamento para termos moralistas, adequados à perspectiva oficial da instituição.

Um dos aspectos centrais desta teoria interpretativa é a ênfase na mudança da conduta do internado e na importância da sua “conversão”. Esta crença traduz-se, por exemplo, na ideia de que se, no momento do internamento, o internado for obrigado a mostrar uma extrema deferência será depois controlável, pois, ao submeter-se a essas exigências iniciais, a sua “resistência” é de alguma forma quebrada (esta é uma das razões para o fenómeno de “boas-vindas” previamente abordado).

Acontece, contudo, que frequentemente este projecto de mudança não encontra eco nos jovens internados, sobretudo no caso dos adolescentes delinquentes. Se o jovem não segue o desejo de mudança o adulto não fica satisfeito, ressentido esta recusa e reage. Deste modo, assiste-se a uma luta de poder entre duas pessoas: o jovem utiliza a sua energia contra o adulto e a instituição, esta, posta em xeque, rejeita o jovem. Desencadeia-se, assim um conflito que frequentemente reforça as leituras iniciais da instituição sobre o jovem (“é um delincente”) e deste sobre a instituição (“é uma prisão”). Neste processo, a equipa técnica frequentemente adere ao discurso institucional, racionalizando as suas funções de controlo social. Poderá, contudo, acontecer que os técnicos fiquem insatisfeitos com este papel, sentindo que não podem exercer correctamente as suas funções terapêuticas e que são usados sobretudo para sancionar como especialistas o sistema de controlo institucional (Goffman, 1961).

1.2.10. Dinâmicas emocionais da equipa técnica

As pessoas institucionalizadas podem tornar-se “objecto de afeição” por parte dos membros da equipa, o que pode fazer com que, por um lado, estes sejam mais vulneráveis ao seu sofrimento e, por outro, face, por exemplo, à desobediência a uma regra, esta possa gerar sentimentos de humilhação e desafio nos profissionais, originando “ciclos de contacto e afastamento” que se repetem (Goffman, 1974, p.76). Nestes momentos, o controlo emocional pode ser extremamente difícil;

1.2.11. Problemas de funcionamento da equipa de funcionários ou monitores

O pessoal de uma instituição é um recurso que a organização incorpora para alcançar os seus objectivos e, portanto, deve satisfazer condições de formação, prática e idoneidade física e psíquica. No entanto, é muito frequente haver a contratação de

peçoal para contactar directamente com menores que foi dispensado de uma outra área ou carece da formação necessária e, algumas vezes, com diagnóstico médico ou psicológico limitativo para esse trabalho. Além disso, considera-se, frequentemente, que “toda a gente sabe cuidar de crianças”, o que diminui as exigências ao nível da selecção e recrutamento. Os funcionários, muitas vezes, iniciam a sua actividade profissional movidos pela necessidade de sobrevivência e são oriundos de meios sócio-económicos desfavorecidos. Da mesma forma que são empregados na instituição, podiam sê-lo em qualquer outro ramo de actividade e, frequentemente, não tem qualificação profissional para exercer tal actividade (Souza, 1987, cit. por Teixeira, 1993). A sua chegada à instituição caracteriza-se por uma carga de preconceitos, que retratam a exacta visão e concepção que a sociedade tem desta população. Esta situação é agravada pela inexistência de investigações fiáveis que permitam afirmar quais são os recursos mínimos para a realização de uma tarefa de cuidado institucional no diz respeito tanto a instalações como a serviços e recursos humanos (Mosteirín, 2000).

Por outro lado, o funcionário encontra-se numa posição paradoxal na instituição: é o que está mais próximo das pessoas institucionalizadas, sendo, ao mesmo tempo, o único a não possuir formação específica. Sobre ele agem todas as instâncias hierárquicas e, devido ao seu nível de escolaridade, é o que auferes dos salários mais baixos. Pitta (1990, p.54) comenta este aspecto dizendo que “as tarefas dos auxiliares e funcionários são (...) as mais intensas, repetitivas e socialmente e financeiramente pior valorizadas”.

A sua relação com o interno é pré-determinada por esta lógica, ou seja, abaixo dele está o interno. Por mecanismos defensivos de que necessita para demarcar as fronteiras, pode construir com este uma relação tensa e contraditória, desprovida de capacidade compreensiva. As orientações “técnicas” de como lidar com as diferentes situações podem ter o efeito paradoxal de reforçar os seus receios e cristalizar a sua relação de poder face aos internos.

Não obstante, “a maior parte do tempo, os membros do pessoal não são nem maus nem perversos; em relação individual são simpáticos, cheios de boa vontade, prontos a terem iniciativas, mas desencorajados, tendo perdido muita ilusão, não sabem como utilizar a sua energia” (Raymond, 1996b). Em larga medida, o pessoal repercute sobre os jovens o modo como é tratado pelos seus superiores e só pode criar uma atmosfera positiva se gozarem da confiança da direcção (Raymond, 1996a).

1.2.12. Interação jovem-adulto geradora de disfunção

Numa instituição, podem desenvolver-se interações negativas entre os jovens os adultos (bem como entre os adultos), pelo que o funcionamento institucional pode ser patogénico para os jovens e para o pessoal que lá trabalha (Raymond, 1998). Os jovens manifestam as suas características, consequências das vivências prévias à institucionalização, e, por vezes, os adultos organizam defesas inadaptadas, deteriorando-se o clima institucional. Assim, ocorrem interações negativas, quando, para tentar conter os jovens que excedem os limites, os adultos põem em prática relações de domínio, de manipulação, sedução e distância (Raymond, 1996, p.84-87):

- a) **“Domínio”**: o jovem desafia o adulto dizendo-lhe, pelo seu “agir repetido”: “eu sou mais forte do que tu”. Esta atitude da criança/jovem induz uma relação de dominação. A resposta do adulto poderá assumir então um mero objectivo de dominação e não de ensino. Como consequência, o jovem responde com sentimentos de ressentimento /raiva ou subordinando-se de forma passiva/depressiva.
- b) **“Manipulação”**: para controlar a criança ou o jovem, o adulto ameaça que a direcção o porá na rua se continuar com o comportamento indesejado.
- c) **“Sedução”**: o adulto responde aos comportamentos sedutores do jovem sem respeitar as decisões institucionais, muitas vezes procurando as suas confidências. O jovem apercebe-se desta proximidade/favorecimento e usa isso a seu favor. Cria-se uma relação dual demasiado próxima, que impede o adulto de se centrar no grupo e concede a um jovem uma posição de poder e favorecimento por comparação com os restantes.
- d) **“Distância”**: ao contrário de uma relação demasiado próxima, os adultos podem, para se defenderem, instaurar uma relação muito distante e longínqua, excessivamente formal e tecnicista.

1.2.13. Conflitos entre a equipa técnica

Em algumas instituições as relações são conflituosas entre as diversas categorias profissionais, cada um vê o outro como um adversário e faz notar os seus erros, mas nunca as qualidades. Alguns membros da direcção ou da equipa técnica estabelecem contra poderes e nas reuniões institucionais, os verdadeiros conflitos não são resolvidos.

Cada um dos “operadores sociais” na instituição sucumbe ao desejo de pensar que os progressos da criança ou do jovem são devidos exclusivamente à sua acção específica, constituindo a acção dos outros um entrave, o que origina um processo de fragmentação da instituição. Trabalhar num tal clima é particularmente penoso: as pessoas vêm contrariadas, deprimem-se, as faltas por doença sucedem-se (Raymond, 1998). A intervenção terapêutica sobre os jovens é, obviamente, prejudicada por este conflito.

1.2.14. Distanciamento e alienação da família

Tal como já foi referido anteriormente, muitas vezes, a actuação dos serviços pode acentuar a perda de ligação entre os membros da família, situação que será agravada após a institucionalização, ainda mais se for distante do meio de origem da família biológica.

Quando se procede à retirada da criança do meio familiar, a família pode reagir face a esta situação, nem sempre do modo mais cómodo para as expectativas dos profissionais que intervêm, criticando-os e reagindo hostilmente à sua intervenção. Esta resposta pode ser lida de várias formas: por um lado, negativamente, como sinal de resistência e falta de insight da família; por outro lado, positivamente, como manifestação de afecto pela criança e reveladora de algum sentido de auto-protecção familiar. Se os profissionais optam pela leitura puramente negativa, se defendem, baseando-se em preconceitos, interpretando e julgando as acções da família como um fracasso da sua acção, classificando os pais como “resistentes” ou “não colaboradores”, inicia-se um ciclo que frequentemente culmina no afastamento da família. A pressão sobre a família pode ser de tal magnitude que a impede de recuperar-se e estimulará as suas tendências disfuncionais. A intervenção pode conduzir a “uma desqualificação gradual da família e do seu meio, quanto ao seu papel, quanto à confiança nos recursos próprios, quanto ao sentimento de competência, relativamente às suas responsabilidades educativas ou à sua capacidade para assumir responsabilidades” (Bouchard, 1997, cit. Alberto, p.230). O internamento, por sua vez, ao promover a desresponsabilização das famílias, leva a que estas se afastem do menor, desenvolvendo nele o sentimento de não ser importante e de ser esquecido (idem, 2003).

1.2.15. Ausência de uma intervenção terapêutica

Estudos efectuados no Reino Unido verificaram uma escassez de serviços terapêuticos oferecidos às crianças nos serviços residenciais (Berridge & Brodie, 1998), sendo a utilização de métodos e técnicas terapêuticas muito rara. Mesmos os mais vulgarizados – técnicas de modificação do comportamento, os sistemas de recompensa, o treino de competências sociais, etc. – são de uso avulso e pouco reflectido, cuja utilização carece de suficiente preparação ou conhecimento. Longe de integrarem um trabalho estruturado, com a definição de áreas de trabalho a abranger, objectivos, prazos e critérios de consecução, ninguém parece saber o que fazer ou quando. A noção de que a sua função é essencialmente punitiva e de controlo social tem uma aceitação mais fácil, sobretudo em alguns sectores políticos e da opinião pública. Por outro lado, a carência de formação qualificada e de sensibilização, quer do pessoal, quer dos órgãos de direcção e gestão, pode contribuir igualmente para esta situação, a par da visão estreita do âmbito das suas competências e atribuições (idem, 1998).

Berger (1998) considera que se verifica uma ênfase na resolução social dos casos de protecção, em detrimento da acção psicoterapêutica e psicoeducacional, alertando para o efeito protector/reabilitador da separação da criança e do jovem, todavia incompetente em termos terapêuticos, pois, por si só, não possibilita a reparação das falhas nem a resolução dos problemas psicológicos destas crianças.

Nas instituições em que predomina o controlo sobre a terapia gera-se um aglomerado de incompreensão, hiper-exigência e falta de valores que é altamente prejudicial. As crianças recebem mensagens implícitas do género: “Agora que estão protegidos das vossas inaproveitáveis famílias têm que mudar e converter-se em gente boa” (Linares, 2000, p.90).

Deste modo, podem gerar-se fenómenos que autor define como:

- a) **“maltrato psicológico deprivador”**, que consiste numa deterioração das funções cuidadoras, demonstrando desinteresse, desinvestimento ou uma certa hostilidade, desenvolvendo circunstancialmente ou de forma duradoura dinâmicas relacionais pobres ou disfuncionais;
- b) **“privação hipersocial”**, que acontece quando os recursos humanos baseiam a valoração da criança em exigências cuja satisfação é impossível, resultando numa profunda desqualificação da criança. Esta, incapaz de responder favoravelmente a este tipo de exigências, sente desespero, rancor e culpa (Linares & Campo, 2000);

- c) **“privação hiposocial”**, que consiste numa espécie de hiperprotecção em que se dá à criança/jovem tudo o que pede, mais para a neutralizar do que para satisfazer as suas reais necessidades. Isto pode originar uma carência relacional e um fracasso na socialização. Os resultados serão condutas inadaptadas e anti-sociais, conducentes ao diagnóstico de distúrbio de personalidade;
- d) **“maltrato psicológico triangulado”**, em que criança/jovem é envolvida em jogos triangulares disfuncionais com a instituição e a família, podendo potenciar-se evoluções neuróticas ou psicóticas. Por exemplo, quando a instituição se apresenta como instância parental boa frente à família, cujas dificuldades, ao invés de serem trabalhadas para a sua compreensão e superação, são usadas para lhes retirar os filhos (Linares, 2000).

1.2.16. Resistência à mudança

Uma das maiores resistências à mudança é a própria cultura organizacional, que determina as reacções dos seus membros face a circunstâncias não habituais. Ouve-se dizer “aqui sempre se fez assim” ou “já tentaram isso antes e não deu resultado” (Mosteirín, 2000, p.74).

1.2.17. Maus-tratos físicos, emocionais e abusos sexuais

A pouca pesquisa disponível sobre esta área provém sobretudo do Reino Unido e dos Estados Unidos da América. Esta é coerente na constatação de dois pontos principais: primeiro, que as crianças institucionalizadas são mais vulneráveis aos abusos e, segundo, que a sub-representação dos incidentes de abuso em contexto institucional é uma ocorrência comum (Barter, 2003). No que respeita ao primeiro ponto, as crianças/jovens institucionalizadas estão em maior risco de ser maltratadas (MacLeod, 1999; Waller & Lindsay, 1990, cit. Kendrick, 1998), por diversos factores: estão separadas da sua rede de suporte familiar, muitas estão tristes, sentem-se sós e abandonadas, foram alvo de abusos físicos e/ou sexuais no seu passado, manifestam problemas comportamentais (MacLeod, 1999) e são percebidas pelo pessoal que trabalha na instituição como sendo “difíceis” e necessitando de uma maior supervisão (Blatt & Brown, 1986). Em relação ao segundo ponto, Westcott (1991, cit. Barter, 2003) extrapola da literatura da especialidade quatro principais características que contribuem para que as alegações de abuso recebam pouca atenção: a) o abuso institucional ser

percebido como um problema do indivíduo que integra o pessoal da instituição e não como um problema da própria instituição ou do sistema de protecção infantil, o que leva a que seja tratado como um problema pessoal, mais do que profissional; b) pela natureza fechada das instituições, o que faz com que estas se mostrem resistentes na abertura a sistemas exteriores pelo receio de perder credibilidade e c) pelo conjunto de crenças acerca dos objectivos dos cuidados residenciais (nomeadamente, proporcionar cuidados melhores dos que os cuidados parentais) pelo que os seus métodos não devem ser questionados.

A escassa investigação disponível nesta área demonstra a prevalência do maltrato físico, seguido do abuso sexual (Blatt, 1882; Blatt & Brown, 1986; Groze, 1990; Rosental et al., 1991, cit. Barter, 2003a). No entanto, alguns estudos efectuados a partir de denúncias das próprias crianças revelaram igual prevalência de maltrato físico e de abuso sexual (cf. Kendrick, 1998).

No que respeita à violência entre pares, a literatura disponível refere que o risco de abuso físico e sexual pelos pares da instituição é maior do que pelos adultos (Morris & Wheatley, 1994; Farmer & Pollock, 1998; Sinclair & Gibbs, 1998, cit. Barter et al., 2003a), sendo que este é um acontecimento relativamente frequente em instituições (Sinclair & Gibbs, 1998). A violência física é muitas vezes usada pelos jovens como método privilegiado de auto-protecção e é, frequentemente ocultada pelos funcionários da instituição (Barter, 2003). É necessário também sublinhar que, muitas vezes, as crianças/jovens usam os pares (mais do que os profissionais) como recurso e suporte emocional, reflectindo um aspecto positivo das relações entre pares nas instituições (Edmond, 2002).

No que respeita ao abuso sexual, Lindsay (1997) considera que a gravidade deste tipo de abuso não se coloca em termos de prevalência mas constitui um problema grave em termos de seriedade do abuso e da incerteza e ansiedade que esta questão cria nos serviços residenciais como um todo (Lindsay, 1997). No que respeita ao maltrato emocional, Barter (2003b) constatou, no único estudo efectuado sobre esta temática, que todos os jovens tinham experienciado, de alguma forma, ofensas e insultos verbais pelos pares. A autora sublinha que não devemos subestimar o impacto das ofensas verbais, ainda que à partida pareçam menos graves face aos outros tipos de abuso, pois a investigação efectuada revelou que, a longo prazo, o seu impacto emocional é mais pernicioso do que as ofensas físicas (Barter, 2003b).

Em síntese, a falta de investigação nesta área parece demonstrar que os profissionais não reconheceram a sua “responsabilidade” relativa ao abuso e à protecção das crianças (Kendrick, 1998). Assim, como refere Pinheiro (2007, p.34) num Estudo das Nações Unidas sobre a violência contra crianças: “nem todos os agressores são responsabilizados pelos seus actos, o que gera uma cultura de impunidade e de tolerância da violência contra as crianças”.

Linares (2000) afirma que “o maltrato institucional provoca uma agressão intolerável para as crianças já atingidas duramente pelo maltrato familiar. (...) o primeiro deve ser combatido ainda com maior determinação que o segundo, longe de qualquer complacência que, inevitavelmente, se tornaria em cumplicidade” (p.90).

1.3. Período de saída e pós-colocação

Sendo certo que as experiências vividas no sistema de assistência e protecção e no sistema de justiça podem ter um impacto significativo na vida das crianças e jovens, as experiências durante e após a saída do sistema são igualmente importantes. Em particular, a forma tranquila (ou não) da transição dos jovens para a independência, como também o nível de apoio que lhes é proporcionado, podem influenciar o seu percurso na idade adulta.

Muita da literatura documenta as dificuldades encontradas por aqueles que estiveram neste sistema que, já de si vulneráveis, foram tradicionalmente forçados à independência numa idade precoce (Broad, 1998, cit. Taylor, 2004). A investigação realizada neste domínio realça a vulnerabilidade dos jovens que saem do sistema residencial a vários factores associados com a exclusão social, tais como absentismo escolar e situações de sem-abrigo (Unidade de Exclusão Social, cit. Taylor, 2004). De facto, verificou-se uma associação entre resultados negativos - maior envolvimento entre actividades criminais, risco acrescido de dependência da segurança social (McDonald, Allen, Westerfelt, & Pillavin, 1996), mudanças de residência mais frequentes, condições de habitabilidade mais fracas, sobre-representação entre os sem-abrigo (Biehal *et al*, 1995; McDonald *et al.*, 1996), número elevado de gravidezes precoces (Biehal *et al*, 1995) - e o retorno a casa, em vez da permanência da colocação (Ferguson, 1966; Zimmerman, 1982). Estes dados remetem para o fracasso relativo dos serviços residenciais na preparação das crianças que acolhem para uma vida independente (McDonald *et al.*, 1996).

Estas fragilidades e problemas institucionais podem levar a um conjunto de consequências que apresentaremos a seguir.

2. Estudos sobre o impacto da institucionalização

Grande parte da investigação sobre o impacto da experiência institucional em crianças, a nível do seu desenvolvimento e funcionamento, incidiu nas instituições da segunda metade do século XX e nos orfanatos e países de Leste.

É importante notar que estas instituições se caracterizavam por serem altamente deficitárias em três níveis (Groze & Ileana, 1996; Johnson, 2000; Kaler & Freeman, 1994; Rutter, 1981/1972), nomeadamente: (1) nos cuidados de higiene, nutrição e saúde; (2) na estimulação e possibilidades de acção que propiciavam e (3) nas relações interpessoais e de vinculação. Se as instituições da primeira metade do século XX apresentavam deficiências generalizadas, actualmente, é o terceiro nível que continua a merecer preocupação por parte dos técnicos (Fernández del Valle, 1992).

Ora, o facto de estas instituições se caracterizarem por défices em vários domínios condiciona as análises e interpretações dos resultados e o conhecimento obtido neste domínio, sendo certo que a severidade do impacto da institucionalização está relacionada com o grau de privação institucional e os níveis de carência aí registados (Martins, 2005). Todavia, por considerarmos ser útil ao conhecimento dos riscos inerentes ao processo de institucionalização, abordaremos, de uma forma sintética, alguns pontos comuns referenciados pelos referidos estudos.

Estes foram consistentes em demonstrar o impacto negativo da institucionalização no desenvolvimento da criança (Gunnar, Bruce & Grotevant, 2000; Maclean, 2003; Vorria et al., 1998a, 1998b, 2003, 2006), nomeadamente nas seguintes áreas:

2.1. Desenvolvimento físico

Poucos estudos se debruçaram sobre o impacto da institucionalização no desenvolvimento físico da criança. Entre estes, Johnson e colaboradores (1992) e Fisher e colaboradores (1997) examinaram as condições médicas de crianças adoptadas previamente institucionalizadas e constataram que apenas 15% destas eram consideradas fisicamente saudáveis no momento da adopção. Também Hostetter,

Iverson, Thomas, McKenzie, Dole e Johnson (1991) comprovaram a presença de um problema médico na maioria das crianças adotadas. Fisher e colaboradores (1997) concluíram que os problemas mais comuns eram parasitas intestinais, hepatite B e anemia. Por sua vez, Miller (2000) referiu que estas crianças estão em maior risco de problemas gastrointestinais e problemas respiratórios. Estes problemas médicos são consistentes com os resultados encontrados por outros estudos (Aronson, 2000; Benoit, Moddeman, & Embree, 1996; Gyorkos & MacLean, 1992; Hoksbergen, 1981; Hostetter et al. 1991; Jenista, 1992; Marcovitch, Cesaroni, Roberts, & Swanson, 1995) e em outros países.

Para além destes problemas médicos, alguns estudos referem que as crianças institucionalizadas estão normalmente abaixo do nível esperado relativamente ao peso e altura (Benoit et al., 1996; Groze & Ileana, 1996; Morison et al., 1995; Rutter & Era Study Team, 1998). Tais défices permanecem visíveis até 3 anos pós adopção (Carlson & Earls, 1997; Chugani et al., 2001; Johnson et al., 1992; Rutter & Era Study Team, 1998) e são consequência de vários factores: condições médicas, alimentação desadequada e a privação psicossocial (Johnson, 2000). Em algumas investigações, o atraso relativamente à altura da criança foi associado com a duração do período de tempo passado na instituição (Ames, 1997; Johnson et al., 1998; Rutter & Era Study Team, 1998), concluindo-se que quanto mais tempo as crianças passaram na instituição, mais pequenas eram em relação à sua faixa etária.

Os resultados dos estudos em vários países são consistentes na conclusão de que o desenvolvimento físico das crianças melhora substancialmente após a permanência das crianças de, pelo menos dois anos no lar adoptivo, não se verificando então diferenças entre as crianças adoptadas e as crianças criadas no seio familiar (Fisher et al., 1997; O'Connor et al., 2000; Rutter & Era Study Team, 1998; Tsitsikas, Coulacoglou, Mitsotakis, & Driva, 1988; Vorria et al., 2006).

Outras investigações verificaram ainda perturbações no funcionamento das crianças institucionalizadas ao nível hormonal. O aparecimento precoce da menstruação nas raparigas institucionalizadas, foi um dos factores que levou os investigadores a colocar a hipótese de um potencial efeito das adversidades em idades precoces no funcionamento neuroendócrino (Gunnar, Morinson, Chislom, & Schuder, 2001). Deste modo, alguns investigadores analisaram determinadas medidas fisiológicas em crianças institucionalizadas, nomeadamente, os níveis de cortisol (Carlson & Earls, 1997; Gunnar et al., 2001) e os padrões no metabolismo da glucose (Chugani et al., 2001).

Propuseram então que o impacto de adversidades precoces no desenvolvimento físico e psicológico altera o desenvolvimento do sistema hipotalâmico-pituitário-adrenocortical (Gunnar, 2000; Heim, Owen, Plotsky, & Nemeroff, 1997). Neste sentido, Dettling, Feldon, e Pryce (2002) consideram que a privação materna, bem como as adversidades em idade precoce, provocam distúrbios no ritmo diurno no sistema HPA e nos níveis de cortisol, a hormona produzida por este sistema. Tanto o hiper como o hipo funcionamento do cortisol podem ter efeitos negativos na saúde e no comportamento do indivíduo (McEwen, 1998). Corroborando estes dados, Carlson e Earls (1997) compararam os resultados dos níveis de cortisol em crianças de uma instituição romena com crianças criadas em meio familiar e concluíram que os níveis de cortisol do primeiro grupo eram mais baixos dos que os do segundo grupo, sendo tal correlacionado com atrasos no funcionamento cognitivo, sugerindo os autores que a experiência de institucionalização origina distúrbios no padrão diurno de cortisol.

Gunnar e colaboradores (2001), examinaram esta medida em crianças romenas adoptadas no Canadá (6 anos após a adopção), para determinar se a adopção normalizaria a actividade diurna do cortisol. Os resultados mostraram que as crianças institucionalizadas apresentavam níveis mais elevados de cortisol do que as outras, sendo que esta variável estava fortemente correlacionada com o tempo passado na instituição. Este estudo sugere que os défices físicos e cognitivos verificados nas crianças previamente institucionalizadas poderão ser o resultado de problemas neuroendócrinos (Wilson, 2003). No entanto, “a generalização destes resultados deve ser feita com precaução, dada a amostra ser reduzida (n=16)” (McEwen, 1998, p.862).

Retirei as referências abaixo porque se referem mais aos efeitos dos maus tratos do que da institucionalização. Faria sentido uma nota conclusiva a referir: a) a necessidade de pesquisas com amostras maiores, b) com variáveis fisiológicas mais diversificadas, c) que procurassem discriminar o impacto dos maus tratos precoces do impacto da institucionalização propriamente dita.

2.2. Funcionamento alimentar

Algumas investigações encontraram problemas na alimentação em crianças previamente institucionalizadas.

Logo após a adopção, muitas crianças manifestavam distúrbios alimentares, designadamente, a recusa em comer alimentos sólidos (Beckett *et al*, 2002; Fisher *et al*,

1997; Ripley, 1992). Mesmo onze meses após a adopção, 65% das crianças institucionalizadas mantinham distúrbios alimentares: um terço das crianças recusavam-se a ingerir alimentos sólidos e quase um terço comiam em excesso (Fisher *et al*, 1997).

Por sua vez, o problema de comer em excesso foi também referido na literatura prévia sobre a institucionalização (Flint, 1978; Goldfarb, 1943b; Hoksbergen, 1981; Lowrey, 1940; Provence & Lipton, 1962; Tizard, 1977), sendo colocadas algumas hipóteses explicativas para o mesmo: por um lado, este seria um mecanismo natural de compensação do organismo, dada a falta de uma alimentação equilibrada na instituição e o tamanho mais pequeno destas crianças e, por outro, o facto de, nas instituições, não lhes ser permitido experimentar o sentimento de saciedade (Fisher *et al*, 1997).

Fisher *et al* (1997) consideram que estes problemas são directamente atribuíveis à experiência de institucionalização, já que onze meses depois da adopção, 85% dos distúrbios alimentares das crianças melhoravam ou resolviam-se completamente. Este dado parece contraditório com o que diz acima sobre a subsistência dos problemas 11 meses depois. Ames (1997), Marcovitch e colaboradores, (1997) também constataram que estes problemas diminuem ou desaparecem completamente ao longo do tempo.

2.3. Funcionamento cognitivo e linguístico

René Spitz (1945a, 1945b), na sua investigação em crianças institucionalizadas, verificou uma queda progressiva no desenvolvimento da criança, considerando que os danos da institucionalização nos primeiros anos de vida seriam irreparáveis. Por sua vez, William Goldfarb (1945a, 1955), comparando crianças institucionalizadas com crianças colocadas em famílias de acolhimento constatou que, mesmo na adolescência, o primeiro grupo apresentava um maior atraso a nível intelectual.

Pesquisas posteriores (Barbara Tizard et al., 1977; Hodges & Tizard, 1989; Tizard & Joseph, 1970; Tizard & Rees, 1974) confirmaram que os coeficientes intelectuais das crianças institucionalizadas eram ligeiramente inferiores, bem como se verificava um ligeiro atraso na linguagem (Tizard & Joseph, 1970), afirmando que o que diferencia as crianças institucionalizadas das crianças criadas em meio familiar é o facto de os educadores serem desencorajados a estabelecer relações íntimas com a criança (Tizard & Tizard, 1971). Resultados análogos foram encontrados por Kaler e Freeman (1994) e Carlson e Earls (1997), que verificaram que os resultados no desenvolvimento cognitivo das crianças em instituições romenas eram bastante

inferiores ao esperado para a sua idade cronológica. Sloutsky (1997), comparando crianças criadas numa instituição russa e crianças criadas em meio familiar, obtiveram os mesmos resultados.

No mesmo sentido, Ames, Chisholm, e colaboradores (Ames, 1997; Chisholm, 1998; Chisholm et al., 1995; Fisher, Ames, Chisholm & Savoie, 1997), num estudo longitudinal concluíram que os coeficientes intelectuais mais baixos pertenciam ao grupo de crianças que passaram pelo menos 8 meses na instituição (comparativamente com as crianças adoptadas antes dos quatro meses e com as crianças a viver em meio familiar).

Apesar deste consenso quanto ao impacto intelectual da institucionalização, há divergências quanto à recuperação destas crianças, por exemplo, se posteriormente forem adoptadas. Segundo Morrison (2000), as melhorias eram evidentes após a adopção, mas a generalidade das crianças previamente institucionalizadas demonstrava ainda dificuldades em duas ou mais áreas do desenvolvimento. Outros estudos constataam também um baixo desenvolvimento cognitivo em crianças previamente institucionalizadas, mesmo três (Morison & EllWood, 2000) ou quatro anos após a adopção (Rutter & the Era Study Team, 1998; Vorria et al, 2006).

A variável tempo de institucionalização parece ser uma importante variável explicativa desta persistência do impacto, estando negativamente associada ao coeficiente intelectual da criança, especificamente, 3 anos depois da adopção (Morison & EllWood, 2000), 6 anos depois da adopção (O'Connor, Rutter, Beckett et al., 2000) e 8 anos após a adopção (Le Mare et al., 2001). Assim, vários estudos concluíram que a variável tempo de institucionalização é um bom factor preditor do Q.I. posterior das crianças (Morison & EllWood, 2000; O'Connor, Rutter, Beckett et al., 2000; Rutter & the Era Study Team, 1998). Neste sentido, Maclean (2003) chama também a atenção para que, “quanto mais velha a criança for adoptada, mais difícil se torna superar as dificuldades” (p.860).

Apesar destes resultados relativamente consistentes, vários autores chamam a atenção para a importância de não os sobrevalorizar. Assim, por um lado, Gunnar, Bruce e Grotevant (2000) chamam a atenção para o facto de os dados disponíveis até à data não permitirem ainda tecer considerações a longo prazo, sendo necessárias mais investigações nesta área. Por outro, saliente-se que a institucionalização pode não ser o único factor explicativo dos resultados a nível cognitivo, dada a influência de outros factores: as bases genéticas, os cuidados pré e pós natais, a variabilidade das famílias

adoptantes, o ambiente familiar (Morison & EllWood, 2000), e o facto de poder ser necessário um maior período de tempo para a recuperação dos défices cognitivos destas crianças (Vorria et. al., 2006).

2.4. Funcionamento académico

Diversos estudos verificaram um fraco desempenho académico nas crianças institucionalizadas que permanece, muitas vezes, por longos períodos de tempo. Numa investigação em crianças a viver em instituições constatou-se um fraco desempenho académico e dificuldades nas competências verbais, no raciocínio prático, na escrita e no desenho (Tsitsikas, Coulacoglou, Mitsotakis, & Driva, 1988), mantendo-se estas dificuldades aos 9 anos de idade, quando comparadas com pares da mesma idade criados em meio familiar (Vorria, Rutter, Pickles, Wolkind. & Hobsaum, 1998).

LeMare e colaboradores (2001), na sua investigação, comparando o desempenho académico em 3 grupos - crianças criadas em meio familiar, crianças adoptadas antes dos dois anos, e crianças adoptadas depois dos dois anos - chegaram à conclusão de que, oito anos após a sua adopção, os melhores resultados pertenciam ao primeiro grupo e os piores ao último, sendo que 60% das crianças deste grupo repetiram um ano na sua escolaridade. Os autores evidenciam que, apesar destes resultados e do facto de muitas crianças institucionalizadas apresentarem dificuldades no contexto escolar, um grande número apresenta um desempenho académico normal. Neste sentido, a literatura recente demonstra que a adopção é uma medida fundamental para a superação destas dificuldades, sendo comuns as melhorias no desenvolvimento das crianças após a sua adopção (Le Mare et al., 2001; Morison et al., 1997; Morison & EllWood, 2000; O'Connor, Rutter, Beckett et al., 2000; Rutter & the Era Study Team, 1998).

Finalmente, importa salientar, para as crianças que permanecem na instituição, que estas têm um melhor desempenho académico em instituições de qualidade (Tizard, 1977) e cujo ambiente social seja rico.

2.5. Desenvolvimento emocional e psico-social

As crianças institucionalizadas passaram por experiências precoces adversas e foram separadas dos cuidadores, experienciando assim uma importante perda na sua primeira figura de vinculação e, na instituição, são muitas vezes criadas num ambiente social e emocionalmente pouco estimulante (Vorria et al., 2006). O acolhimento

institucional parece estar associado com grandes dificuldades emocionais (Judge, 1999, cit. por Wilson, 2003; Roy, Rutter, & Pickles, 2000), em que é difícil distinguir os factores de impacto da institucionalização propriamente dita dos efeitos das experiências relacionais precoces. São aspectos especialmente críticos as relações de vinculação e o funcionamento interpessoal.

Vários estudos anteriormente citados mostram que as crianças previamente institucionalizadas apresentam um *afecto indiferenciado*² no modo de se relacionarem com os outros e que este permanece, mesmo após a adopção ou reintegração na família, quer quando as crianças tinham 4 anos (Tizard & Rees, 1975), quer aos 8 anos de idade (Tizard & Hodges, 1978).

Alguns investigadores, usam o termo *amizade indiscriminada*³ e consideram que esta representa um défice na percepção do contexto social, concluindo que um quinto das crianças que permaneceram em instituições até ao primeiro ano de idade usavam este tipo de relacionamento com os seus cuidadores e pares. Para além disso, constataram que, nos rapazes, este padrão estava fortemente relacionada com problemas de atenção e hiperactividade (Roy, Rutter, & Pickles, 2004).

Os resultados das investigações são consistentes ao constatar a associação entre o afecto indiscriminado e problemas de comportamento, três anos após a adopção (Chisholm, 1998) e oito anos depois da adopção (Le Maré & Audet, 2002), nomeadamente, problemas hiperactividade e comportamento disruptivo (O'Connor et al., 1999).

Esta amizade indiscriminada traduz-se sobretudo em dificuldades na percepção e avaliação dos contextos sociais (Chisom, 1998; O'Connor et al., 1999, 2000, 2003; Vorria et al, 2004), podendo constituir uma sequela da impossibilidade de terem desenvolvido relacionamentos selectivos com os cuidadores na primeira infância. O facto de este padrão se verificar unicamente em crianças institucionalizadas (e não nas crianças colocadas em famílias de acolhimento) e persistir mesmo após a adopção, reforça esta hipótese (Roy, Rutter, & Pickles, 2004).

² Tradução de "Indiscriminate friendliness". Tizard (1977) definiu este termo como um comportamento afectuoso com os adultos (incluindo estranhos) sem o receio típico da criança, sendo que o comportamento face ao estranho não difere do comportamento em relação ao cuidador primário, parecendo assim que qualquer adulto é suficiente para a criança, desde que lhe satisfaça as necessidades básicas.

³ Tradução de "lack of selective attachment" (Roy, Rutter, & Pickles, 2004).

Para além deste aspecto verificaram-se também dificuldades destas crianças em estabelecer relações seguras, independentemente da qualidade dos cuidados recebidos (Chislom et. al., 1995; Hodges & Tizard, 1989a, 1989b; Provence & Lipton, 1962; Tizard & Hodges, 1978; Tizard & Rees, 1974, 1975; Zeanah, Smyke, Koga, Carlson, & The Bucharest Early Intervention Project Core Group, 2005). Neste sentido, os diversos estudos são consistentes em demonstrar que a percentagem de crianças institucionalizadas com uma vinculação segura é mais baixa que em crianças que não passaram por esta experiência (Chisholm, 1998; Golmbok, 2000; Maclean, 2003; O'Connor et al., 2003; Vorria et al., 2006).

Vários estudos sugerem que estas dificuldades permanecem ao longo do tempo: aos onze meses, dois anos após a sua adopção (Vorria et al., 2006), três anos após a adopção (Chisholm, 1998) e mesmo oito anos depois da adopção (FERNYHOUGH, AUDET, & LE MARÉ, 2002; O'Connor, Bredenkamp, Rutter & The Era Study Team, 2000).

Um número considerável destas crianças vem a desenvolver padrões de vinculação atípicos com os pais adoptivos, nomeadamente, um padrão de vinculação inseguro (Chisholm, 1998; O'Connor et al., 2003; Marcovitch et al., 1997) e uma necessidade de *afecto compulsiva*⁴ (Crittenden & Claussen, 2000). Este padrão de vinculação é frequentemente encontrado em amostras clínicas de crianças maltratadas (Carlson, Cicchetti & Barnett, 1991; Crittenden, 1988; Lieberman & Zeanah, 1995) e tem sido referido como factor de risco no desenvolvimento de psicopatologia (Carlson & Sroufe, 1995). Neste sentido, Marcovitch e colaboradores (1997) constataram que as crianças classificadas como inseguras apresentavam coeficientes intelectuais mais baixos, bem como mais problemas de comportamento.

Para além destes problemas de vinculação, as crianças institucionalizadas apresentam outras dificuldades que perturbam o seu funcionamento social. Goldfarb (1943) refere, por exemplo: défices ao nível da organização mental da acção, dificuldades na planificação da conduta, falta de competências de análise, de reflexão ou de antecipação dos resultados das acções, e falhas ao nível da linguagem e processamento da informação. Também Hodges e Tizard (1989) registaram dificuldades ao nível das competências sociais em crianças e adolescentes provenientes de contextos institucionais. Neste sentido, no estudo de Fisher e colaboradores (1997) verificou-se

⁴Tradução de “compulsive caregiving”

que, 11 meses após a adoção, 32% das crianças institucionalizadas manifestavam problemas de relacionamento com os pares. Estes problemas persistiram mesmo 3 anos depois da adoção (Ames, 1997). Contudo, 8 anos depois, o relacionamento com os pares melhorou (Warford, 2002), apesar de as crianças institucionalizadas sentirem menos suporte social do seu grupo de pares e a falta de um amigo próximo. Quanto maior o tempo passado na instituição, menor o apoio social sentido pelas crianças.

Concluindo, os estudos realizados com menores institucionalizados, apesar de escassos e cujos resultados estão todavia por estabelecer com rigor, apontam tendencialmente para sintomas que poderão pôr em causa os resultados efectivos dessa institucionalização.

É necessário, no entanto, ter em conta que diversos factores condicionam a recuperabilidade destes défices, uma vez providenciadas as condições necessárias, nomeadamente (Gunnar, Bruce & Grotevant, 2000):

a) A idade de admissão na instituição

Desde os primeiros trabalhos de Spitz e de Bowlby, a idade da criança foi salientada como uma variável de relevo. Os estudos mais recentes (Browne e col., 2008; Gunnar, Bruce & Grotevant, 2000) confirmaram que a institucionalização precoce é de pior prognóstico do que quando é precedida por um período relativamente estável das crianças em contexto familiar.

b) A duração do internamento

Quanto mais prolongada e intensa for a experiência de privação, mais graves são as suas consequências a todos os níveis. Períodos superiores a 6-8 meses estão associados a elevada probabilidade de problemas múltiplos, persistentes e debilitantes (Browne e col., 2008; Gunnar, Bruce & Grotevant, 2000).

c) As características da instituição

As consequências negativas da institucionalização parecem estar em grande medida associadas ao grau de privação em várias dimensões impostas às crianças pelas condições de acolhimento, observando-se uma relação entre a severidade dos efeitos e os níveis de carência registados (Gunnar, Bruce & Grotevant, 2000).

d) A idade à saída da instituição

As crianças a quem foram impostas graves restrições em contexto institucional e que à data da adopção tinham mais idade, revelaram um risco acrescido de desenvolverem problemas múltiplos e persistentes (Gunnar, Bruce & Grotevant, 2000).

e) Qualidade dos contextos pós-institucionais.

As condições ambientais e relacionais adequadas revelam-se indicadores mais fortes do sucesso da adopção do que a idade em que a criança é adoptada (Bronfenbrenner, 1978/1987; Clarke & Clarke, 1957; Rutter, 1981/1972). A análise específica das características dos contextos de pós-institucionalização mais favorável à evolução das crianças permanece, todavia, pendente (Martins, 2004).

O impacto real e efectivo da institucionalização é, como vimos, de difícil determinação. Alberto (2003) considera que reflectir sobre o impacto da institucionalização é considerar “os fundamentos, as possibilidades e os limites subjacentes a esta política de intervenção, é ultrapassar a generalidade do conceito e reconhecer a diversidade de instituições, o seu tamanho, os seus objectivos, a sua dinâmica interna, o seu corpo profissional, os apoios que têm, etc.” (p.227).

Na maior parte das vezes, a vivência em contexto institucional constitui um aspecto de uma cadeia inextrincável de acontecimentos anteriores, contemporâneos e posteriores, numa relação complexa que alguns autores comparam a uma “teia construtiva” (Ficher & Bidell, 1998, cit. Martins, 2005). Esta autora (2005) considera mesmo que o contributo da institucionalização para o impacto global desta experiência é de difícil determinação e porventura inútil, sendo que é a totalidade experiencial e vivencial da criança que é significativa e relevante do ponto de vista desenvolvimental, mais do que os episódios isolados, mais ou menos precoces, ou mais ou menos perturbadores (Shaffer, 1990, cit. Martins, 2004).

A institucionalização não é, contudo, apenas caracterizada por riscos e fragilidades, conducentes inevitavelmente ao impacto negativo que acabámos de descrever. Tem também potencialidades e aspectos de impacto positivo que importa reconhecer e potenciar. Analisaremos, de seguida, tais potencialidades.

3. Potencialidades e oportunidades da institucionalização

A enunciação e a exposição das fragilidades do sistema residencial para crianças e jovens, bem como o funcionamento impróprio de uma parte das instituições e dos escândalos de abuso e negligência em algumas delas geraram, noutros países, uma situação de crise que afectou profundamente a identidade, o funcionamento e o desenvolvimento deste sector e de todos aqueles que com ele mantinham relações de interdependência. No entanto, estas críticas constituíram factores importantes para algumas reformas requeridas, participando, construtivamente, na sua reformulação e melhoramento (Martins, 2004).

As especificidades e as mudanças no sector residencial são, deste modo, passíveis de um olhar positivo e construtivo. Para que uma instituição proporcione condições de desenvolvimento e realização pessoal, Raymond (1996) acentua: “só o poderá fazer se estiver consciente de si mesma, dos seus objectivos, dos métodos de tratamento e da coerência interna da sua equipa” (p.26).

A colocação institucional deve ser entendida não apenas como o suprimento de uma falha ao nível do contexto parental, mas enquanto oportunidade de ganhos efectivos para a criança e para a sua família. É aqui que a definição de critérios de sucesso se torna necessária, tendo em conta a situação das crianças e jovens aquando da sua entrada na instituição, quer ao nível das suas circunstâncias familiares, relacionais e sociais, quer do ponto de vista do seu desenvolvimento (Hill, 2000, cit. Martins, 2004).

Partindo dos trabalhos de Raymond (1996ab, 1998, 1999), uma instituição constitui um “invólucro” que permite o acompanhamento a diversos níveis, interdependentes entre si, realizando um conjunto de funções:

- “Análise Transitória”: consiste num “sistema de regras, atitudes e referências conceptuais que permite restaurar, no seio de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, nas suas relações entre eles e o meio, um eu-pele, um invólucro psíquico e um aparelho para pensar os conteúdos psíquicos” (Anzieu, 1984, p.65). Este invólucro dará às crianças e adolescentes uma nova hipótese de retomarem o seu desenvolvimento, visto que é esta nova realidade proporcionada pelo meio que tem um valor terapêutico (Winnicott, 1975, cit. Raymond, 1998);
- “Moderação”: a instituição assume uma função do tipo “para-choque”, sustendo, protegendo, envolvendo. Tal como a mãe, a instituição cria um meio envolvente seguro. Esta função é concretizada através do enquadramento (local e espaço

físico, ritmo de vida individual e do grupo e regras) e do meio humano envolvente (crianças e jovens e os adultos que a compõem);

o “Contenção”: quando a instituição recebe e transforma as experiências das crianças e jovens em representações e em pensamentos aceitáveis, através dos adultos que nela trabalham. Os adultos preenchem esta função contentora não reagindo como os jovens, não respondendo a um insulto com outro insulto, e não utilizando violência perante a cólera, não respondendo por actos face ao agir dos menores.

Assim, a instituição, ao desenvolver o seu papel contentor, desenvolve a vida psíquica, ao estabelecer uma área de transição, participa na socialização e pode favorecer a construção da identidade e a restauração da imagem do eu (Raymond, 1998) das crianças e jovens.

Para além disso, uma instituição que acolhe crianças e jovens pode (e deve) ser:

a) Securizante: na medida em que compensa a desorganização, instabilidade e imprevisibilidade que normalmente caracterizam os contextos familiares destas crianças, regendo-se, por exemplo, pelo estabelecimento de regras e rotinas diárias conhecidas e horários estáveis e limites claramente definidos, protegendo da imprevisibilidade, geradora de ansiedade (Medeiros & Coelho, 1991). Para além das regras e das rotinas, a instituição tem limites naturais no espaço físico que funcionam como protecção do exterior e, internamente ajudam a diferenciar os espaços e objectos pessoais. Concomitante com a organização, limites e rotinas, estes devem ser dinamizados por uma interacção afectuosa e acolhedora, isto é, dar importância ao indivíduo, em todas as actividades ao longo do dia (Raymond, 1996), incluindo as refeições, o arranjo dos espaços, a altura de deitar, etc.; b) Contentora das angústias: através da atitude benevolente dos adultos, por atitudes de compreensão, empatia e tolerância, promovendo a expressão adequada de sentimentos e opiniões, facilitando a comunicação na diversidade das suas formas e o estabelecimento de relações. Para além disso, é igualmente necessário articular estas atitudes com a firmeza e rigor, sem confundir com autoridade ou autoritarismo: “Pode dizer-se “não” com firmeza, mas, ao mesmo tempo, com gentileza e bondade; pode também dizer-se “não” com violência e ódio...” (Raymond, 1998, p.50). Ainda no sentido de superar a angústia vivenciada pelos jovens, os adultos devem privilegiar o papel fundamental da informação, explicando os porquês, as razões de ser das regras, das situações, das relações,

reduzindo assim a imprevisibilidade e a instabilidade, ajudando a criança/jovem a construir uma imagem mais organizada e estável da realidade. Devem também pautar-se pela estabilidade e congruência, estabelecendo a continuidade entre os seus discursos e as suas acções; c) Promotora do desenvolvimento pessoal e da construção da identidade: oferecendo a possibilidade de acompanhamento e tratamento, ao promover condições que possibilitem a (re)construção do eu, quer pela (re)formulação do passado, quer pela construção de projectos de futuro, acompanhada de uma reestruturação do auto-conceito. Este acompanhamento pode ser efectuado através de duas realidades: interna - através do trabalho da realidade psíquica - e externa - pela interacção constante entre a criança/jovem e o ambiente que a rodeia. Assim, oferece esta possibilidade de tratamento duplo, pois adultos e jovens vivem juntos a realidade diária e são colocados perante situações susceptíveis de ser utilizadas. Raymond (1996, p.34) sublinha: “Não se educa com recurso a palavras, estímulos verbais de ou punições, mas através de situações realmente vividas”. No entanto, a retoma do desenvolvimento psíquico só é possível num quadro que disponha de profissionais dispostos a trabalhar uns com os outros e a modificar as suas técnicas de modo a oferecer uma abordagem personalizada e adaptada ao ritmo do jovem (Raymond, 1998) e d) Promotora de relacionamentos positivos: os esquemas de transformação estão em relação directa com a criação de vínculos e o trabalho institucional faz-se, essencialmente, graças aos laços que os adultos estabelecem com os jovens (Raymond, 1999) e dos laços entre os pares (Edmond, 2000). Assim, o primeiro trabalho a fazer consiste precisamente no estabelecimento de laços com eles e entre eles, de modo a colmatar as falhas do meio em que viveram. Esta recuperação é feita através dos estímulos dos profissionais e só é possível através de uma relação personalizada com um adulto, se possível dinâmico, criativo, capaz de muito investimento e empatia. O tipo de relação que os adultos da instituição estabelecem com os jovens leva-os a deixar de perceber o mundo à sua volta como um mundo perseguidor e a construir, dentro de si próprios, bons objectos internos (Raymond, 1999). Deste modo, para conseguir a autonomia, é necessário ter vivido relações positivas, que permitem que se construa um mundo interior que dê segurança.

Nesta óptica, de acordo com alguns autores, o contributo que os cuidados residenciais podem oferecer pode não ser inferior aos das opções em alternativa, devendo, por isso, na opinião de Sinclair e Gibbs (1996), inverter-se a evolução actual

de que estão a ser objecto, cuja lógica é questionável, nomeadamente constituírem uma opção de ultimo recurso. Zurita e Fernández del Valle (1996) enumeram mesmo um conjunto de vantagens dos cuidados residenciais frente a outros tipos de medidas:

- Ser sujeito a menos rupturas e adaptações mal sucedidas do que outros tipos de colocação;
- Não solicitar, do mesmo modo que o acolhimento familiar, o estabelecimento de vínculos afectivos próximos com adultos, eventualmente sentidos pelas crianças e jovens como comprometedores da sua fidelidade às famílias de origem;
- Poder facilitar o contacto pais-filhos e promover o envolvimento e a proximidade da família biológica, na medida em que o tipo de relações instituídas no acolhimento institucional são mais profissionais, contrastando com as dificuldades de relação frequentes entre, por exemplo, a família de acolhimento e a família biológica;
- Constituírem contextos mais estruturados e organizados, com limites definidos para os comportamentos;
- Possuírem uma capacidade de oferta de serviços especializados para o tratamento de problemáticas específicas, constituindo um contexto privilegiado para a realização de determinadas intervenções terapêuticas;
- Através das experiências propiciadas pela vida em grupo, facilitarem o estabelecimento de laços com diferentes pares e adultos, favorecerem o desenvolvimento de sentimentos de pertença e de cooperação; promoverem a interiorização de valores e padrões de condutas grupais, favorecendo a identificação com o grupo de pares o desenvolvimento da própria identidade (Colton & Hellinckx, 1993; Edmond, 2002) e fomentarem tarefas de socialização e de responsabilização (Vilaverde, 2000).

Maluccio (1988) refere ainda outras funções aos cuidados residenciais para crianças e jovens, constituindo estas, na sua opinião, um contexto favorável para a realização de um trabalho intensivo com pais e crianças, visando a reunificação; a prestação de serviços de apoio continuados após reunificação familiar; a avaliação da criança e da sua situação, no sentido de determinar o seu projecto de vida; e a preparação da criança para a adopção.

As indicações para a escolha dos cuidados residenciais e o reforço dos aspectos positivos desta medida relativamente a outras opções, podem ser estabelecidas de acordo com algumas condições, nomeadamente atendendo:

a) às características das crianças e jovens (*Child Welfare of América*, cit. Zurita & Fernández del Valle, 1996):

- com dificuldades relacionais graves com pares e/ou adultos;
- que tenham experienciado condições graves de privação, isolamento ou maus-tratos nas suas famílias, experiências repetidas de separação ou outras colocações insatisfatórias;
- com dificuldades em lidar com a autoridade, interpretando o controlo do adulto como rejeição;
- com condutas inadmissíveis para os padrões morais e de comportamento para a família, que se revela incapaz de as modificar;
- com défices ao nível do auto-controlo;
- com comportamentos perigosos para si próprios ou para os outros, requerendo protecção e controlo especiais.

b) à não separação dos elementos da fratria (Department of Health, 1991);

c) a situações em que o tipo de maltrato ocorrido na família biológica desaconselha a colocação noutra família ou as próprias crianças exprimirem vontade de não serem sujeitas a medidas de colocação familiar (Madge, 1994).

Em suma, a censura dos serviços residenciais não pode ser feita em termos absolutos e universais. Se, para a maioria das crianças, o internamento não constitui uma medida apropriada, para outras, pode ser uma componente essencial da solução dos seus problemas e necessidades (Department of Health, 1998), desde que asseguradas as condições básicas que visam o seu bem-estar e qualidade de vida, o que implica uma avaliação criteriosa das suas necessidades e uma monitorização cuidadosa da sua evolução.

4. Desafios da institucionalização: exemplos de Boas Práticas

Crê-se que as mudanças positivas na área do acolhimento institucional de crianças e jovens em risco não se situam tanto ao nível das respostas jurídico-legais mas nas administrativas, com a criação e a flexibilização de respostas e recursos (Martins, 2004). Passamos a uma síntese das condições de funcionamento que a literatura considera como boas práticas institucionais, indispensável ao crescimento harmonioso das crianças e jovens acolhidas.

1) Antes do acolhimento institucional

É importante preparar bem o acolhimento de modo a que a instituição não seja considerada como persecutora; realçando à criança e adolescente os aspectos positivos da vida institucional. É importante que se informe a criança porque se tomou essa decisão e que quem decidiu o internamento assuma as responsabilidades (I.S.S., 2006; Raymond, 1998).

2) Durante o acolhimento institucional

Há vários aspectos a considerar para o incremento da qualidade do acolhimento. Relativamente à organização da instituição, são considerados aspectos como: o espaço físico, em que *a*) a localização física das instituições, em que a sua distância objectiva e o acesso relativamente aos serviços, recursos e ao conjunto da comunidade em geral, condicionam a qualidade e a frequência dos contactos e trocas que estabelecem com o meio envolvente (Martins, 2005); *b*) a aparência externa da instituição projecta uma imagem sobre o meio envolvente, condicionando os olhares que com que são olhadas e, em consequência, as atitudes e disponibilidades dos interlocutores (Martins, 2005); *c*) o espaço deve caracterizar-se por ter limites naturais (não sendo necessário que as portas estejam fechadas ou que a instituição tenha muros). Pode ser necessário que a instituição inclua “espaços de descompressão” (por exemplo uma oficina com actividades), pois se o jovem estiver num estado de tensão elevado, pode ser positivo retirá-lo do grupo e colocá-lo neste espaço. Para além disso, é importante que a instituição possa *d*) integrar estruturas de acolhimento diversas, que tenham como função a de conduzir a uma reinserção social progressiva e que correspondam às diversas etapas de ressocialização (Raymond, 1998); *e*) a dimensão deve ser reduzida (com a organização de grupos de pequenas dimensões), em que o número de adultos ser proporcional ao número de crianças/jovens (Smithm 2001, cit. Nunes, 2007).

Relativamente ao regime, considera-se que este deve ser *f*) misto e vertical. No caso dos Lares de Infância e Juventude, este aspecto assume particular relevância, pelo facto de permitir acolher conjuntamente grupos de irmãos (Sandomingo, 1998). No que respeita às rotinas, *f*) o tempo deve ser programado e deve evitar-se tudo o que seja incerto, impreciso e vago (Raymond, 1998), todavia, ter alguma flexibilidade de horários e de actividades para permitir o exercício razoável da sua escolha da escolha individual (C.I.D., I.P., 2006). As regras devem ser cumpridas, pois, se as regras não existissem, a instituição não desempenhava o papel de barreira protectora, instalava-se o caos e as regras seriam impostas pelos mais fortes e mais violentos, no entanto, deve *g*) propor-se um mínimo de regras e fazê-lo de forma positiva e os jovens tomarem parte na sua elaboração (I.S.S., 2006; Raymond, 1998).

No que respeita aos recursos humanos, *h*) a dimensão e a composição das equipas de trabalho, com implicações no *ratio* utente-profissional, *i*) o clima e a satisfação no trabalho, *j*) a sua formação, *l*) os processos e critérios de recrutamento e de selecção, são dimensões que a investigação provou serem determinantes (Department of Health, 1992, cit. Martins, 2004; Martins, 2005). Revela-se também fundamental *m*) a supervisão, em que, mais do que vigiar e corrigir, pretende-se promover a formação, o desenvolvimento pessoal e a permanente actualização de todos os colaboradores. O resultado final é uma melhor gestão dos recursos humanos e um serviço de maior qualidade, centrado nas necessidades das crianças e jovens. A supervisão deverá ser da responsabilidade de uma entidade externa, no sentido em que o olhar exterior permite muitas vezes uma objectividade que conduz a alternativas e intervenções que muitas vezes quem está directamente envolvido não consegue perspectivar. Sugere-se, assim, o trabalho directo com cada criança, o aconselhamento e apoio profissional ao pessoal que trabalha nos contextos residenciais (C.I.D., I.S.S., 2006).

É ainda essencial *n*) a pouca rotatividade dos profissionais, *o*) o respeito pela especificidade de cada área e *p*) ter referências teóricas acerca das problemáticas com que se lida (C.I.D., I.P., 2006; Nunes, 2007; Raymond, 1996).

É ainda importante que a instituição inclua *q*) saídas e passeis no exterior (C.I.D., I.P., 2006). Todavia, estas actividades devem ser contudo serem doseadas, dada a importância da existência de tempos livres na instituição; *r*) os jogos e animação na instituição são igualmente importantes. Este tipo de actividades serve para ocupar as crianças e jovens, mas não só (Raymond, 1998): servem como suporte mediador para estabelecer uma relação entre o jovem e o adulto; permitem canalizar a violência, ao

permitir um meio de a exprimir de modo socializado e permite investir em realizações construtivas; evitar o aborrecimento (que muitas vezes é a expressão de uma depressão subjacente); preencher um vazio interno e o adulto “emprestar-lhes” as suas capacidades de criatividade. Contudo, estas actividades não devem ser demasiado caras, pois convém pensar no salário que estes jovens terão mais tarde, para além da família se poder sentir desqualificada porque os meios que têm não permitem dar-lhe a mesma coisa. “Não são as actividades caras que interessam mais aos jovens (...) só é preciso imaginação, investimento, prazer em estar com os jovens, o que quer dizer não se levar a sério, ser dinâmico” (Raymond, 1998, p.60).

Afigura-se essencial que se estabeleçam relações com o exterior, nomeadamente com os seguintes agentes: a família, fomentando-se os contactos entre esta e a criança ou o jovem; o acesso a serviços e equipamentos comunitários, pois toda a possibilidade de abertura ao meio exterior se revela positiva (Raymond, 1996b). Os moldes de relacionamento permitidos e activamente promovidos pelas instituições em relação às famílias das crianças e jovens, as trocas estabelecidas entre as instituições e a comunidade envolvente, o carácter (activo-passivo) das relações quotidianas, a capacidade de articulação e coordenação das suas intervenções com outras entidades e pessoas relevantes, todos estes factores são fortemente explicativos da construção das relações e do desenvolvimento interpessoal no âmbito das instituições (Martins, 2005). Neste sentido, “as instituições devem estar abertas à comunidade social na qual estão situadas e à utilização dos seus recursos básicos (educativos, de saúde, de tempo livre)” (Sandomingo, 1998, p.241).

Outros agentes poderão ainda contribuir no sentido de propiciar condições positivas para as crianças e jovens institucionalizados (Raymond, 1996b), tais como: *t*) os meios de comunicação social, evitando propor modelos de identificação negativa e valorizando actos positivos; *u*) o bairro, ao proporcionar meios construtivos para ocupar os tempos livres das crianças e jovens; *v*) a escola, ao permitir um ensino específico e a possibilidade de tratar as perturbações que os impedem de aprender e *x*) os serviços de protecção, ao evitar rupturas sucessivas, ao facilitar o processo de adopção; ao criar grupos terapêuticos com os progenitores, etc (Raymond, 1996b).

3) Após o acolhimento institucional

Após o acolhimento, deverá garantir-se a autonomização do jovem de forma gradual bem como promover o acesso aos bens e serviços que se revelem necessários à sua autonomização.

Um outro aspecto a considerar para o bom funcionamento institucional é a avaliação do seu desempenho a vários níveis. Sendo indiscutível que o objectivo de qualquer serviço de protecção é atingir resultados positivos para as crianças e jovens, importa, contudo, avaliar todo o processo ao longo do sistema (quer de protecção, quer tutelar educativo).

De acordo com esta perspectiva, é necessário ter em conta a construção de indicadores de vários tipos (Anderson et. al., 1995, cit. por Gain & Young, 1998):

- **Indicadores de Input:** capacidade para prestar serviços eficazes, incluindo:
 - i. *Características da criança e da família:* descrição do grau de abuso, qualidade do relacionamento pais-criança, distância entre a criança/família e os serviços;
 - ii. *Características institucionais:* recursos físicos, materiais e humanos disponíveis, supervisão da intervenção técnica, filosofia institucional;
 - iii. *Características da comunidade:* recursos comunitários, rede social existente, níveis de pobreza, desemprego, índices de abuso infantil.
- **Indicadores de processo:** descrição e análise da forma como o serviço ou a intervenção são implementados e prestados à população, incluindo:
 - i. *Processos de intervenção adoptado pelo serviço:* acompanhamentos finalizados, processo de acompanhamento, prazos de resposta às situações, desenvolvimento de um plano de intervenção;
 - ii. *Processo de intervenção interinstitucional:* desenvolvimento de intervenção institucional, envolvimento com outras instituições/serviços no acompanhamento da situação.
- **Indicadores de produto:** produtos ou serviços garantidos pela instituição, incluindo:
 - i. Implementação de planos de acompanhamento;
 - ii. Envolvimento da criança e da família na elaboração e avaliação dos planos de acompanhamento.

- **Indicadores de resultado:** resultados ou efeitos desejáveis da intervenção junto das crianças, incluindo:
- i. Melhoria no funcionamento e organização familiar;
 - ii. Diminuição da frequência ou severidade do maltrato;
 - iii. Eliminação de futuros actos de maltrato.

Davies (1998, cit. Martins, 2004) faz um conjunto de perguntas que entende deverem ser respondidas no decurso dos processos de protecção infantil:

- *Na investigação e encaminhamento dos processos de maltrato: a criança sofreu ou corre o risco de vir a sofrer algum tipo de dano?*
- *Após a intervenção: a criança está protegida de danos futuros? Foram tomadas as devidas providências no sentido de promover o seu bem-estar e desenvolvimento saudável?*
- *Quem foi objecto dos serviços? Quem ficou de fora?*
- *Qual o tipo e a qualidade dos serviços prestados?*
- *Quais as percepções e experiências das crianças e das famílias envolvidas?*

Para melhorar a qualidade dos dispositivos institucionais, torna-se necessário proceder a uma avaliação externa das instituições que acolhem crianças e jovens (CDSS, 2002), criando estratégias que visem o controlo da qualidade destes serviços de acolhimento. Partindo do pressuposto de que a instituição ideal não existe, é necessário tender para ela (Raymond, 1996, p.102), no sentido de garantir a consecução dos objectivos a que a instituição se propõe, designadamente, a protecção e a educação para o direito das crianças e dos adolescentes acolhidos.

Após a enunciação de alguns riscos e potencialidades do acolhimento institucional, bem como alguns factores que poderão contribuir para o seu funcionamento adequado, passamos agora a caracterizar especificamente o(s) sistema(s) de Protecção e de Justiça português, nomeadamente, a sua evolução histórica e as respostas legislativas e institucionais. De seguida, procuraremos caracterizar a Rede de Lares de Infância e Juventude e de Centros Educativo e as crianças e jovens que a integram.

Capítulo 3. As instituições para a Infância e a Juventude no Sistema de Protecção e no Sistema de Justiça: um breve olhar pelo panorama nacional

“Cada Instituição é uma casa de “faz-de-conta”, para crianças e adolescentes que continuam a sentir um profundo vazio de uma “casa de verdade”, com uma “família de verdade”, como têm outros meninos e meninas”

(Alberto, 2003, p. 242)

No Sistema Legal Português há duas grandes vertentes que definem a institucionalização de crianças e adolescentes: a) a promoção e protecção de crianças vítimas de abuso e/ou negligência; b) a institucionalização dos adolescentes que cometem actos tipificados como crime. É considerando este quadro legal, por um lado, e as especificidades de cada uma destas grandes dimensões, por outro, que estruturaremos este capítulo.

As instituições para crianças e jovens, bem como as modalidades de apoio e assistência que as integram, reflectem em cada época a conjuntura política, as mutações sociais e as preocupações que a sociedade reserva a esta temática. Assim, começaremos por abordar, de forma sucinta, a histórias das instituições de internato no nosso país, para depois nos centrarmos na sua caracterização na actualidade.

1. O Sistema de Promoção e Protecção

1.1. Breve resenha histórica

Martins (2006) considera que o estudo da história da infância desprotegida na sociedade portuguesa permite uma melhor compreensão de tudo o que (não) se fez em cada época, do contexto histórico e do modo como a sociedade considerou essa infância e juventude.

A primeira instituição vocacionada para o acolhimento de crianças órfãs e abandonadas data do século XIII, que ficou conhecida como o *Hospício dos Enjeitados*, fundado em Lisboa, por iniciativa de D. Beatriz, primeira mulher de D. Afonso III. Mais tarde, em 1321, a Rainha Santa Isabel fundou o *Hospital de Meninos de Santarém* (Graça, 2000).

No século XV surgem as primeiras medidas de protecção à infância visando as crianças órfãs e vítimas de abandono. Por iniciativa de D. Leonor e D. Manuel, surgiram várias instituições para o acolhimento destas crianças nas áreas de Lisboa e Porto (Vilaverde, 2000).

No século XV e XVI surgiram as Misericórdias, marcando o início de estruturas organizadas de carácter religioso vocacionadas para a prática de caridade, de assistência e beneficência para crianças, idosos, pobres e de presos. Posteriormente, criaram-se outros estabelecimentos de assistência e de educação para as crianças abandonadas, órfãs e pobres, tais como hospícios, orfanatos, seminários, recolhimentos, colégios, asilos, etc (Martins, 2006).

A partir do século XVI, as Ordenações Manuelinas e Filipinas estabeleceram que a protecção aos “enjeitados” passaria a ser da responsabilidade das autoridades municipais, pelo que se construíram casas de acolhimento em todos os municípios em que não existissem hospitais ou albergarias. Surge assim uma nova consciencialização e uma preocupação em organizar respostas adequadas às situações de numerosas crianças a viver em situações de grande precariedade (Vilaverde, 2000).

No decurso dos séculos XVII e XVIII registou-se um abandono generalizado de crianças, que foi reconhecido oficialmente por D. Maria I. Em resposta, através de normativos legais (diplomas de 31 de Janeiro de 1775 e de 5 de Junho de 1800), criaram-se as bases para a organização do acolhimento das crianças em instituições. Como componente fundamental dos sistemas de assistência torna-se necessário considerar o corpo legislativo, que não só permitia, como institucionalizava o abandono de crianças, cuja prática era comum na sociedade portuguesa (Sá, 1997).

A criação da *Casa Pia*, em Lisboa, bem como as *Casas de Roda*, pretenderam ser uma resposta ao abandono de crianças. As *Rodas*, colocadas nestas últimas instituições, eram geralmente constituídas por um cilindro oco, em madeira, com apenas uma abertura suficientemente larga para permitir a colocação da criança. Este cilindro estava montado num sistema rotativo, colocado em local estratégico da instituição de acolhimento, de modo que, quando a sua abertura estivesse orientada para uma janela exterior de acesso público, a parte de oposta estava orientada para uma janela interior, permitindo que a criança fosse recolhida no interior, sem que fosse possível ver quem a depositara (Cóias, 2005). A maioria das crianças morria no decurso do primeiro ano de vida, especialmente nos primeiros seis meses (Sá, 1992).

Nesta época em que era proibido investigar a identidade de quem praticava o abandono, as crianças eram entregues ao cuidado de amas até aos 7 anos; depois eram encaminhadas para os hospícios (ligados às Misericórdias e Câmaras), onde ficavam sob a alçada dos Juizes dos Órfãos. Por volta dos 12 anos eram oferecidos como criados, pelo menos até à maioridade – aos vinte um anos – altura em que cessava a protecção judicial (Vilaverde, 2000).

As Rodas foram suprimidas em 1867, dado o aumento considerável de crianças aí abandonadas, transformando-se em *Hospícios de Acolhimento*. Nestes, as crianças eram admitidas após uma selecção prévia, da qual resultava a identificação dos pais para verificar a necessidade de entregar a criança aos cuidados da assistência pública (Sá, 1992). De acordo com Vilaverde (op. cit.), esta mudança traduziu uma atenção crescente ao processo de acolhimento das crianças.

No século XX, com a implantação da República, as concepções acerca destas problemáticas na infância conhecem mudanças positivas e sucedem-se reformas legais no âmbito do Direito de Menores que constituíram marcos decisivos na evolução das concepções acerca da infância e das práticas de institucionalização (Martins, 2004).

No decurso do século XX, salientam-se, em particular: a Constituição da República Portuguesa (1997, quarta revisão constitucional); em 1911, a Lei de Protecção à Infância (de 27 de Maio), em 1962, a Organização Tutelar de Menores (Decreto-Lei n.º 44 228, de 20 de Abril), modificada em 1967 (Decreto-Lei n.º 47 727, de 23 de Maio) e revista em 1978 (Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro) e em 1999, as Leis de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro) e Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro).

A Lei de Protecção de Protecção à Infância contempla as crianças e jovens vítimas de maus-tratos e autoras de crimes até aos dezasseis anos, considerando-se que são merecedores da intervenção tutelar do Estado, tendo em vista a sua protecção e a prevenção da delinquência. Assim, eram postos em prática procedimentos informais e medidas cujo conteúdo ou duração não estavam relacionados com os factos eventualmente praticados pelos menores, que na prática eram destituídos de relevância jurídica (Proposta de Lei n.º 265/VII, Diário da Assembleia da República, II série A, n.º 54, de 17 de Abril de 1999).

A Lei de Protecção da Infância consagra a criação de um conjunto de dispositivos dirigidos às crianças, dos quais destacamos: a) as Tutorias da Infância – Instituto homólogo dos actuais Tribunais de Menores (Vilaverde, 2000) - inicialmente

sediada em Lisboa e, a partir de 1925 diferenciadas em Tutorias Centrais e de Comarca (Pedroso, 1998), cada uma com uma composição também distinta. Às Tutorias da Infância competia a protecção das crianças em situação de risco e a tomada de medidas com vista à sua reeducação. Por outro lado, foi criada a b) Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças – que reúne as instituições públicas e particulares de pedagogia social e os patronatos e associações de beneficência (Ferreira, 1998).

As crianças consideradas em perigo moral são primeiramente acolhidas nos refúgios paroquiais, que eram instituições que funcionavam junto das Tutorias, que exerciam os direitos dos pais ou tutores. As estruturas de acolhimento são diferenciadas em função do sexo das crianças e do tipo de perigo moral em que incorrem (Ferreira, op. cit.).

Em 1919, o Ministério da Justiça cria um organismo que visa a centralização e coordenação das acções tutelares sobre as crianças – a Inspeção-Geral de Protecção à Infância, que, em 1923, dá lugar à Administração e Inspeção-Geral dos Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores e, mais tarde, em 1933, à Direcção Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores; a esta entidade é atribuída a coordenação das instituições judiciárias privativas da infância, dos estabelecimentos tutelares de menores e respectivos serviços de assistência social (Ferreira, 1998).

O Decreto-Lei 26/11 de 1926, alarga as atribuições das Tutorias da Infância, que passam a poder declarar as crianças em situação de perigo moral e a definir, no âmbito das medidas de protecção legalmente previstas, aquelas julgadas mais adequadas às especificidades dos casos. Em 1944, as Tutorias da Infância passam a chamar-se Tribunais de Menores.

Posteriormente, todas as situações de protecção infantil passam a estar regidas no âmbito da Organização Tutelar de Menores, que privilegia as medidas de protecção, assistência e educação, face às medidas correctivas e penais (Vilaverde, 2000). Assim, os Tribunais de Menores constituem-se como instâncias competentes para decretar medidas a aplicar (Epifânio, 2001, cit. por Martins, 2004) a crianças em situação de perigo para a sua segurança, saúde, formação moral e educação e a a crianças entre os doze e os dezasseis anos que pratiquem actos (para)delinquentes. Todavia, não contempla ainda medidas especificamente intencionalizadas para a resolução do maltrato infantil (Alberto, 1999). Apesar de distintas as medidas tutelares a aplicar a estas diferentes categorias de crianças e jovens, as regras processuais e prática

aproximam as respostas existentes para os dois tipos de situação e de população (Martins, 2004).

Em 1978, a O.T.M. é alvo de uma importante revisão, que estende a protecção judiciária para além da criminal, privilegiando as medidas não judiciais de protecção dos menores por via administrativa. Assim, a jurisdição tutelar assume um papel de protecção e de educação, cabendo ao Tribunal o acompanhamento em permanência dos casos sob a sua alçada. Estas alterações motivaram a reformulação e a redistribuição das competências e funções dos profissionais envolvidos (Ferreira, 1998, cit. por Martins, 2004). A institucionalização passa a constituir uma medida extrema, portanto, de último recurso, uma vez que implica a separação da família e a privação da liberdade (Vilaverde, 2000).

1.2. Enquadramento legal actual – a Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

O modelo de intervenção estatal junto das crianças e jovens em perigo subjacente à O.T.M. na sua versão inicial manteve-se basicamente inalterado na revisão de 1978. O que estava em causa era a sua visão proteccionista, indiferenciada e extensiva à diversidade de problemáticas que afectam as crianças e jovens (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999): a mesma protecção e assistência tanto para as crianças em perigo como para as crianças autoras de factos delinquentes, cujos factos perpetrados são considerados irrelevantes perante a lei (Rodrigues, 2002).

A consciência da ineficácia e inadequação deste modelo de intervenção criou as condições favoráveis para a reforma do Direito de Menores (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999).

Este processo de reforma do direito e da justiça de menores inicia-se com a constituição de várias Comissões, designadamente: a) Comissão para a Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas (Epifânio, 2001); b) Comissão Interministerial para o estudo e articulação entre os Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social (Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999); c) Comissão de Reforma da Legislação de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999), d) Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999) e e) criação de uma Rede nacional de Centros de

Acolhimento Temporário e de Emergência e de uma Comissão de Reforma da Legislação sobre o Processo Tutelar Educativo (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999).

Esta reforma global procedeu à distinção de duas vertentes da intervenção tutelar (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999): a dimensão de protecção, que ganha relevo nas situações em que os direitos das crianças são ameaçados por factores exteriores (maus-tratos, exclusão social, etc.) e a dimensão educativa, estritamente limitada às situações desviantes em ruptura evidente com a ordem jurídica estabelecida.

São então elaboradas as propostas de Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo e da Lei Tutelar Educativa, que passariam a constituir o novo suporte da intervenção, com áreas de responsabilidade distintas e claramente definidas. A sua entrada em vigor no início de 2001 introduziu novos conceitos legais de intervenção (Proposta de Lei n.º 266/VII, de 17 de Abril de 1999), nomeadamente: a protecção de crianças e jovens em perigo (a cargo do sistema de solidariedade e segurança social), que se estende à promoção dos direitos das crianças e jovens

A designação de crianças e jovens em perigo, constituída como conceito jurídico, em detrimento de crianças e jovens em risco, baseia-se no facto de nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimarem a intervenção do Estado e da sociedade na sua vida e autonomia e na sua família. São, então, tuteladas por esta lei apenas as situações e circunstâncias que possam pôr em causa a segurança, saúde, formação e educação ou o desenvolvimento da criança ou jovem, cuja protecção, de acordo com o artigo 69.º da Constituição da República Portuguesa, compete ao Estado garantir.

O Estado age *porque* uma criança se encontra em perigo, desprovida do apoio suficiente dos seus progenitores, ou de quem é responsável pela sua protecção, traduzindo um sofrimento inaceitável no presente para a própria criança, mas também porque se prevê um mau prognóstico no que concerne aos futuros desempenhos dessa criança enquanto cidadã.

São abrangidas pela Lei de Promoção e Protecção crianças e jovens considerados em perigo, dos 0 aos 18 anos de idade. Considera-se que uma criança está em *perigo* quando se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;

- b) Sofre de maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados e a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação. (Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo).

A intervenção tutelada por esta lei subordina-se a dez princípios orientadores (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999), nomeadamente: a) interesse superior da criança; b) privacidade; c) intervenção precoce; d) intervenção mínima; e) proporcionalidade e actualidade; f) responsabilidade parental; g) prevalência da família; h) obrigatoriedade da informação; i) audição obrigatória e participação e j) subsidiariedade.

De acordo com estes princípios, o Sistema de Promoção e Protecção organiza-se numa estrutura piramidal, com vista à progressiva desjudicialização da intervenção. Nos termos da LPCJP, a promoção e protecção das crianças compete em primeiro lugar, às entidades públicas ou privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, só depois às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, em última instância, aos Tribunais.

As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo desempenham um papel de relevo, enquanto entidade oficial interinstitucional e interdisciplinar não judiciária que articula a participação dos principais agentes da comunidade na promoção dos direitos e na prevenção das situações de perigo (na modalidade de comissão alargada) e na intervenção em situações concretas que representem perigo para as crianças (na modalidade de restrita) (Pedroso, 1998). A intervenção das C.P.C.J., de acordo com o disposto no art. 34.º visa: a) afastar o perigo em que as crianças se encontram; b) proporcionar-lhes as condições de protecção e promoção da sua

segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento; e c) garantir a recuperação física e psicológica das crianças que sofreram qualquer forma de exploração e abuso.

Deste modo, as medidas aplicáveis pelas Comissões de Protecção e pelos Tribunais (art. 35º) consistem em: *a*) apoio junto dos pais; *b*) apoio junto de outro familiar; *c*) confiança a pessoa idónea; *d*) apoio para a autonomia de vida; *e*) acolhimento familiar e *f*) acolhimento em instituição. De sublinhar que as medidas são elencadas pela respectiva ordem de preferência e prevalência, preferindo-se as medidas a executar em meio natural de vida (*a*), *b*), *c*) e *d*)) sobre as medidas executadas em regime de colocação (*e*) e *f*)). Estas medidas podem ser aplicadas quer pelas Comissões (excepto quanto à aplicação da medida prevista na alínea *g*), reservada apenas ao Tribunal) quer pelos Tribunais e podem ser aplicadas a título provisório ou definitivo (Ramião, 20003).

Os conteúdos das medidas, bem como as condições da sua execução, nomeadamente a duração, revisão e cessação, são previstos e regulados. Por exemplo, para a definição do projecto de vida da criança/jovem, recomenda-se o acolhimento de curta-duração em equipamentos de acolhimento temporário pertencentes à rede nacional de centros de acolhimento temporário e de emergência (Epifânio, 2001).

1.3. Caracterização das respostas institucionais

O sistema português de acolhimento e acompanhamento de crianças e jovens em situação de perigo - o Sistema Nacional de Acolhimento - é constituído pelo conjunto de respostas de acolhimento do Estado e da sociedade civil (Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras entidades) dirigidas às crianças e jovens em situação de perigo e tem uma organização funcional em rede. Apesar desta colaboração da sociedade civil, a Constituição da República, no n.º3 do artigo 63.º determina a responsabilidade directa do sector da Segurança Social pela protecção e pelo atendimento devidos às crianças e jovens que transitória ou definitivamente não possam estar integrados nas suas famílias naturais (Ramião, 2003).

O sistema de acolhimento organizado com base nesta responsabilidade e parcerias, organiza-se em três níveis distintos, em função das necessidades de intervenção decorrentes da análise das problemáticas com que se lida (Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000):

- o acolhimento de emergência, que dispõe das Unidades de Emergência, vocacionadas para o acolhimento urgente e transitório, cuja duração não deverá exceder as 48 horas;
- o acolhimento temporário, com dois tipos de recursos:
 - i. os Centros de Apoio Temporário (C.A.T.) que permitem a colocação provisória das crianças por um período não superior a seis meses;
 - ii. o acolhimento familiar, por um prazo de 6 meses, podendo ser superior.
- o acolhimento prolongado, com os Lares de Infância e Juventude

O acolhimento em instituição só deve ser aplicado como último recurso para a criança ou o jovem e só deve ser aplicada quando se tornem inviáveis as restantes medidas, com prevalência do acolhimento temporário ou de curta duração, desde que seja previsível o regresso da criança à sua família natural ou com vista à adopção (Ramião, 2003).

Estas instituições de acolhimento prolongado podem ser de carácter público, cooperativo, social ou privado (Lei n.º147/99, art.52º) e funcionam em regime aberto, segundo um modelo relacional familiar, personalizado e integrado na comunidade, com possibilidade da visita das famílias de origem das crianças institucionalizadas (art.53º).

O acolhimento institucional de crianças e jovens em perigo, é enquadrado legalmente pela LPCJP, que apresenta como direitos das crianças a viver em instituições (art.58º):

- Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afectiva;
- Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e das suas potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em actividades culturais, desportivas e recreativas;
- Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia adequados à sua idade e situação;
- Receber dinheiro de bolso;
- Não ser transferidos da instituição, salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse;
- Contactar, com garantia de confidencialidade, a Comissão de Protecção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado.

Estes direitos devem constar do regulamento interno das instituições para crianças e jovens.

1.4. A Rede de Lares de Infância e Juventude

O acolhimento em Lar de Infância e Juventude destina-se a crianças e jovens entre os 0 e os 18 anos que, transitória ou definitivamente, não possam estar integrados na sua família de origem. Pretende-se que os Lares de Infância e Juventude assegurem os meios necessários ao desenvolvimento físico, psicológico, social, escolar e profissional de cada criança/jovem e a sua inserção na sociedade, com vista aos seguintes objectivos: satisfazer as necessidades básicas da criança/jovem; promover a sua reintegração na família/comunidade; e contribuir para a sua valorização pessoal, social e profissional.

O Decreto-Lei n.º 2/86 define os princípios básicos a que deve obedecer este tipo de instituições. As leis que enquadram estes dispositivos institucionais apontam para o ambiente familiar enquanto eixo central de funcionamento, o que é garantido pelo acompanhamento sistemático e individualizado de cada caso, pela constituição de equipas técnicas multidisciplinares e por condições de organização interna como o número de utentes (não deve exceder 60), a organização de unidades residenciais com capacidades mais reduzidas (com o máximo de 12 crianças e jovens), e a participação da criança/jovem nas actividades do meio envolvente.

Em 1999 foi publicado o Despacho n.º 7264/99, que passou a possibilitar o desenvolvimento de acções de orientação profissional e a inserção dos jovens em cursos de pré-aprendizagem, aprendizagem e educação-formação, dado o elevado número de jovens com mais de 14 anos a viver em Lar e nas baixas habilitações que apresentavam. Promoveu, igualmente, a criação e organização de ateliers polivalentes para jovens em idade escolar, assegurando a orientação vocacional e a sensibilização pedagógica para a formação profissional.

Depois do enquadramento legal das instituições de acolhimento, impõe-se a análise do panorama geral dos Lares nacionais, tanto a nível das características das crianças e jovens que acolhem, como das características das próprias estruturas de acolhimento.

1.4.1. Caracterização sócio-demográfica das crianças e jovens acolhidos em LIJ

Existem no nosso país cerca de 11.200 crianças acolhidas em instituição, sendo que destas, cerca de 9.000 se encontram em Lares de Infância e Juventude (CDSS, PII, 2006). Desta forma, cerca de 60% da população acolhida encontra-se nesta resposta de acolhimento prolongado (CDSS, PII, 2007).

➤ Idades

Nos Lares de Infância e Juventude, a população acolhida é maioritariamente adolescente, sendo que quase metade tem entre os 12 e os 17 anos (CDSS, PII, 2006). As faixas etárias mais representadas são as dos adolescentes dos 13 aos 15 anos (26%), seguidas dos pré-adolescentes de 11 e 12 anos (17%) (MTSS, 2000).

A faixa etária dos 6 aos 10 anos (cerca de 25%) e dos 0 aos 5 anos (6%) têm também um peso significativo, idades para os quais outras alternativas podiam ser equacionadas (por exemplo, a adopção, o acolhimento familiar ou o acolhimento temporário em CAT).

Salientamos também a elevada percentagem de jovens com 18 anos ou mais (13% do total), o que faz antever que para estes jovens ainda não foi encontrado o projecto de autonomização, que viabilize a sua saída do Lar (MTSS, 2000).

➤ Género

No que respeita ao género, verifica-se, nos LIJ, a maioria são raparigas (54,5%), embora sem grande distanciamento relativamente ao número de rapazes (45,5%) (MTSS, 2000).

➤ Nacionalidade e naturalidade

A grande maioria das crianças e jovens acolhidos nasceu em Portugal e tem nacionalidade portuguesa (PII, 2006) e mais de metade (58%) provém de meios urbanos (MTSS, 2000).

➤ Escolaridade

As crianças e jovens acolhidas em LIJ apresentam um índice de frequência escolar de 85%, ainda que prevaleçam baixos níveis de escolarização: a maioria detém o 1º Ciclo Completo (30%), seguida do 2º Ciclo (22%).

Dos que não frequentam a escola, ainda que se situem em idades escolares, 55.3% são raparigas e 46.7% são rapazes. No que respeita ao primeiro grupo, 49% das raparigas têm idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos e 30% têm mais de 18 anos. No que respeita aos rapazes não escolarizados, a tendência da distribuição pelos escalões etários mostra-se idêntica à das raparigas, em que 38% têm entre os 6 e os 10 anos de idade e 31% são jovens com mais de 18 anos (MTSS, 2000).

➤ **Motivo do acolhimento institucional**

No que respeita ao motivo do acolhimento em LIJ, as problemáticas mais preponderantes foram a negligência (20%), o alcoolismo (16,6%), o abandono (14%), o absentismo escolar (14,5%) e os maus-tratos físicos e psicológicos (10%). A carência económica da família (9%) surge também como um factor com importância significativa que conduz à institucionalização destas crianças e jovens (MTSS, 2000).

Cruzando-se os motivos de perigo com as problemáticas do agregado, existe, de uma forma geral, uma correspondência directa entre a negligência parental e a carência socioeconómica (CDSS, PII, 2006), o que reforça e salienta a grande desvantagem social visível na população institucionalizada.

➤ **Caracterização sócio-familiar**

De uma maneira geral, no que respeita ao agregado familiar das crianças e jovens prévio à institucionalizadas em LIJ, destacam-se as seguintes características:

- Famílias monoparentais (Gaspar, 2000), famílias em que vivem ambos os pais, e, com menos expressividade, famílias recompostas;
- Precariedade económica e fracas condições de habitabilidade (IDS, 2000)
- Violência familiar (Gaspar, 2000);
- Agregados familiares com baixos níveis de habilitações (IDS, 2000);
- Fratria institucionalizada (MTSS, 2000);

➤ **Medidas tentadas antes do acolhimento institucional**

Apesar do acolhimento em LIJ constituir uma medida de natureza prolongada, verifica-se, surpreendentemente, que em quase metade dos casos, não foi tentada qualquer medida prévia ao acolhimento, sendo o acolhimento institucional em Lar a

primeira estratégia de intervenção desenvolvida para solucionar a situação de perigo da criança ou do jovem (MTSS, 2000).

Saliente-se ainda, que no caso das crianças e jovem sujeitas a outras medidas previamente a esta institucionalização, estas passaram também muitas vezes por outras institucionalizações (7,8%) - o acolhimento familiar esteve presente em apenas (3,5%) (MTSS, 2000) - o que reforça o sentido da observação anterior.

1.4.2. Caracterização dos equipamentos

Existem actualmente, a nível nacional 230 Lares de Infância e Juventude (PII, 2007). Não obstante, cerca de metade das instituições de acolhimento (43%) encontra-se em situação de sobrelotação, acolhendo mais crianças do que a sua capacidade permite (idem, 2007).

As regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo são aquelas onde existe maior número de lares de crianças e jovens (33% e 31% do total nacional, respectivamente), seguidas da Região Centro (16% do total). Nos Açores e Alentejo existem cerca de 7% e 6% destas instituições e os restantes 6% de lares de crianças e jovens distribuem-se equitativamente pelas regiões da Madeira e do Algarve (MTSS, 2000).

2. O Sistema Tutelar Educativo

2.1. Breve resenha histórica

No que respeita aos comportamentos desviantes das crianças e adolescentes, até aos finais do século XIX estes “não constituía(m) uma preocupação jurídico-social e socioeducativa de “ordem”, naquelas épocas, pois o número e os problemas sociais (e delitos, crimes) que provocavam eram escassos” (Martins, 2006, p. 97).

Apenas em finais do século XVIII, o Estado criou a já referida Real Casa Pia de Lisboa, Casa de Detenção e Correção de Lisboa (1871) e a Colónia Correccional de Vila Fernando (1880). Posteriormente, no século XX, surgiram os reformatórios e colónias. Apesar de existirem crianças e jovens em situações de desvio social, as instituições penais e institucionais não os separavam dos adultos, misturando-os nas instituições, onde “os menores cumpriam as suas penas nas prisões em péssimas condições higiénicas, e em promiscuidade com os criminosos adultos, com medidas

educativas repressivas e intimidativas, falta de instrução e de trabalho” (ibidem, 2006, p.99). Além disso, eram julgados em tribunais que em nada diferiam dos tribunais dos adultos, sendo sujeitos às mesmas regras processuais, bem como às mesmas penas dos adultos (com atenuação devido à sua menoridade) (Lima, 2003).

Com a primeira legislação para crianças no país, a Lei de Protecção à Infância (27/05/1911) já anteriormente referida, o Estado assumiria a função educativa, assistencial e protectora em relação às crianças e jovens em perigo e delinquentes. O Decreto de 27 de Maio de 1911 prescreve que as Tutorias procedam sempre no interesse da criança e do jovem, acentuando-se, não o carácter intimidante e repressivo, mas a função tutelar das instituições que protegem. Deste modo, aos jovens com idade inferior a 16 anos detidos e julgados nas tutorias, aplicavam-se várias decisões e medidas judiciais, uma das quais era o internamento em estabelecimento especial que adoptava o sistema de internato e semi-internato. A Tutoria decidia tendo em conta a situação específica da criança ou do jovem e da sua família e as penas variavam segundo as causas do crime e a idade do seu autor. Estes serviços públicos serviam a finalidade de defesa social, contudo, apresentavam vários inconvenientes na aplicação prática da legislação e na implementação das medidas ou tratamento medico-pedagógico (Martins, 2006).

Em 1925, procede-se à actualização e reformulação da legislação anterior (Lei de 27 de Maio de 1911), através de um novo Decreto-Lei (15/ 05/1925), em que se acentua a dimensão social e médico-pedagógica da delinquência, alegando-se que o objectivo seria o estudo do agente do crime e não o crime em si mesmo. Das inovações deste Decreto ressalta a implementação de três níveis de intervenção das instituições e entidades que compunham os designados Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores, dependentes do Ministério de Justiça e dos Cultos: a) uma coordenação e fiscalização superior, que passou a ser assegurada pela Administração e Inspecção Geral; b) um nível jurisdicional, constituído por um Tribunal Superior de Recurso, pelas Tutorias Centrais de Infância e pelas Tutorias de Infância Comarcãs, que passariam a funcionar em todas as comarcas; c) um conjunto de serviços que garantiam a detenção provisória (Refúgios das Tutorias Centrais), detenção disciplinar (Reformatórios) e correcional (Colónias Correccionais) das crianças e jovens delinquentes (Caldeira, 1993, cit. Lima, 2003). Por outro lado, as crianças e jovens não delinquentes, passavam a não poder ingressar nos Reformatórios ou Colónias Correccionais nem permanecer nos Refúgios (idem, 2003).

A partir da década de 50, surgiram os “lares de semi-liberdade” nas cidades, como extensões dos reformatórios e colônias. Estes semi-internatos eram destinados às crianças e jovens que trabalhavam ou estudavam na cidade sob a vigilância de técnicos ou funcionários (Martins, 2006).

Nestes estabelecimentos, era proporcionado aos internados uma formação baseada no trabalho, em que o silêncio era a regra, sob pena de falta disciplinar a quem a infligisse. Os sistemas organizativos mais utilizados eram o regime disciplinar intimidativo e ambiente do internato burocrático e austero (Lima, 2003; Martins, 2006).

Posteriormente, surgiram sucessivas reformas legais no âmbito do Direito de Menores, que viriam a constituir marcos decisivos na evolução da institucionalização de crianças e jovens no âmbito da educação para o Direito no nosso país.

Após a Organização Tutelar de Menores, em 1962 (revista em 1978), os Tribunais de Menores constituíram-se como instâncias competentes para decretar medidas a aplicar (Epifânio, 2001) a crianças e jovens com comportamentos delinquentes, bem como a crianças e jovens em situação de perigo. Mais tarde, em 1995, foi publicada a Lei Orgânica do Instituto de Reinserção Social (Lei 58/95, de 31 de Março), que atribuía ao I.R.S. todas as competências da extinta Direcção Geral dos Serviços Tutelares de Menores. Surgiram então os Colégios de Acolhimento de Menores, Educação e Formação (C.A.E.F.), especialmente destinados a crianças sujeitas a medidas judiciais. Ocorre, a partir deste momento (concretizado em 1998) um movimento no sentido da diferenciação do tratamento das crianças e jovens vítimas de maus-tratos das consideradas delinquentes. Esta separação marca uma transição fundamental na própria concepção do modelo de justiça juvenil.

Em geral, a justiça juvenil tem-se apresentado com uma natureza dual, dada a existência de dois modelos de intervenção: o modelo de protecção e o modelo de justiça. O primeiro modelo considera, numa perspectiva geral, que a criança não é responsável pelos seus actos mas vítima das circunstâncias, pelo que não deve ser punida. As condutas das crianças e jovens criminalizadas pela lei penal são destituídas de relevância jurídica, porque entendidas como sintomas de inadaptação ao meio envolvente. São a sua personalidade e condições de vida que constituem objecto de atenção (Moura, 2000). Este modelo caracteriza-se, fundamentalmente, pelos seguintes aspectos: equiparação, quanto à forma do processo e às medidas aplicáveis, entre crianças em perigo e crianças delinquentes; processo informal, conduzido, em regra pelo juiz, visando apurar a personalidade do menor e as suas condições sócio-familiares,

com escassas garantias para o menor; e livre aplicação e livre revisão, pelo juiz, de medidas de protecção, de assistência e/ou educação, de duração indeterminada (idem, 2000). Este foi o modelo que prevaleceu no tratamento dos menores delinquentes em Portugal precisamente até 1998.

Por sua vez, o modelo de justiça, progressivamente elaborado a partir dos anos 70, realça, não apenas as características da criança e do jovem delincente, mas também a natureza do acto praticado, considerando que este deve assumir as suas responsabilidades e que a sanção aplicada deve ser proporcional à gravidade do acto. Este modelo pretende potenciar a protecção da sociedade ao invés de atender somente às necessidades do menor (Tutt, 1991, cit. Santos, 2004). Este modelo parece ter influenciado as modificações legais que levaram à separação do sistema de protecção do sistema tutelar educativo, seguindo a tendência internacional de abandono do modelo de protecção e regresso a um paradigma mais punitivo/reeducativo, com o retorno à diferenciação entre crianças e jovens vítimas e agressores.

Importa, de qualquer forma, sublinhar que na maioria das ordens jurídicas estes modelos não se apresentam num formato “puro”, atendendo às especificidades sociais e jurídicas de cada país. Por outro lado, seguindo na esteira de alguns documentos internacionais nesta matéria, nomeadamente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, várias vezes têm defendido um modelo participativo/democrático na justiça de crianças e jovens, tendo subjacente subjacente uma concepção global de responsabilidade e de solidariedade social (Queloz, 1991, cit. Santos, 2004). Começa assim a desenvolver-se um modelo alternativo, que se apresenta como uma terceira via, e que harmoniza a salvaguarda dos direitos do menor com a satisfação das expectativas comunitárias em relação ao infractor (Rodrigues, 1997).

2.2. Enquadramento legal actual – a Lei Tutelar Educativa

A Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro) aplica-se às crianças e jovens cuja conduta é desviante, visando a sua educação para o Direito e para os valores fundamentais da vida em sociedade (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999).

Trata-se de uma lei tutelar, na medida em que contempla o dever constitucionalmente garantido de protecção das crianças e jovens a cargo do Estado; é uma lei educativa, porque pretende prevenir infracções futuras e garantir a segurança da

sociedade, criando condições especialmente intencionalizadas no sentido de promover nos seus membros mais jovens em situação de (para)delinquência, o respeito pelos valores e das normas da sua comunidade e a interiorização de "uma ideia de interdito" (Souto de Moura, 2000, p. 38). Abrange os jovens com idade situadas entre os doze anos e os dezasseis, já que este é o limite etário da imputabilidade penal (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999).

A ofensa a bens jurídicos fundamentais, traduzida na prática de um acto com relevância jurídica, constitui um requisito da intervenção tutelar educativa, que assim se aproxima da lei penal. Todavia, e contrariamente a esta, a sua finalidade não é a repressão e punição do comportamento considerada como crime, mas sim o interesse do jovem (Epifânio, 2001). Tal explica que a legitimidade da intervenção estatal nestes casos decorra da gravidade dos factos praticados e da constatação da necessidade ou não de educação do jovem para o Direito (Rodrigues, 2002). Nos casos em que a confirmação da necessidade de uma intervenção correctiva não se verifique, a autonomia da criança supera a defesa dos bens jurídicos e expectativas sociais. Trata-se de um aspecto que afasta e distingue este tipo de intervenção da acção penal, constituindo o direito tutelar educativo como um direito autónomo (Epifânio, 2001).

A intervenção tutelada pela LTE subordina-se a dez princípios ditos orientadores (Alves, 2002), designadamente: a) mínima intervenção: a intervenção não deve ter lugar se a prática de facto se inserir no processo normal de desenvolvimento da personalidade, não constituindo um total desrespeito pelos valores jurídicos vigentes; b) contingência: os prazos são reduzidos e as fases do processo simplificadas, adequando-se a uma personalidade em rápida transformação, em que uma medida necessária num momento pode deixar de o ser um mês depois e c) humanização: exigência de condições específicas para a deslocação e transporte da criança e do jovem, a imposição de regras para a protecção da personalidade física e moral do menor durante a sua detenção ou guarda.

Deste modo, as medidas tutelares (art. 4º) podem variar entre: a) a admoestação, que consiste na advertência solene feita pelo juiz ao menor, exprimindo o carácter ilícito da conduta e suas consequências, exortando-o a adequar o seu comportamento às normas e valores jurídicos e a inserir-se, de uma forma digna e responsável, na vida em comunidade; b) a privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores; c) a reparação ao ofendido, apresentando-lhe desculpas, compensando-o economicamente o ofendido e/ou exercendo, em benefício do ofendido,

actividade que se relacione com o dano; *d*) a realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; *e*) a imposição de regras de conduta; *f*) a imposição de obrigações; *g*) a frequência de programas formativos; *h*) o acompanhamento educativo e *i*) o internamento em centro educativo.

Ao tribunal compete a fixação da forma de execução da medida tutelar seleccionada, usando de flexibilidade na sua adequação às condições de vida e desenvolvimento do menor e nas possibilidades de supervisão, acompanhamento da sua execução e revisão periódica da sua aplicação. A adesão do jovem é considerada um aspecto de grande importância para a eficácia da medida tutelar, pelo que deve ser activamente promovida (Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1999).

Apesar da distinção entre menores em perigo e menores delinquentes, o legislador não deixou de criar pontes entre as duas situações, pelo que, o Ministério Público, em situações de urgência, pode decretar, no processo tutelar, medidas de protecção (Santos, 2004). Além disso, o Direito de Menores, seja tutelar educativo de crianças que praticam crime ou de protecção de crianças em perigo, tem como objectivo permitir que a criança ou o adolescente venha a ser um actor social de pleno direito, superadas que sejam as condições que o levaram à prática de um crime e/ou o colocaram numa situação de risco (Peres & Gonçalves, 2006).

2.3. Caracterização das respostas institucionais

O Sistema Tutelar Educativo dispõe de um conjunto de medidas institucionais, que consistem no afastamento temporário do jovem do seu meio habitual de vida através da sua colocação em Centro Educativo, por ordem do Tribunal. Existem diferentes tipos de medidas institucionais, em função dos seus objectivos e fase do processo (DGRS, 2006), nomeadamente:

- a) Medida cautelar de guarda;
- b) Internamento para realização de perícia sobre a personalidade;
- c) Medida de detenção;
- d) Medida de internamento;
- e) Internamento em fins-de-semana.

Assim, um jovem pode ser colocado num Centro Educativo por ordem do Tribunal antes da audiência em julgamento, porque está indiciado pela prática de um facto considerado como crime e podem ser-lhe aplicadas as medidas previamente referidas. Quando, em audiência de julgamento, foi provada a prática de um facto qualificado pela lei como crime pode ser-lhe aplicada a medida de internamento em Centro Educativo (DGPG, 2007).

Os Centros Educativos são instituições educativas destinadas a adolescentes entre os 14 e os 16 anos (apesar do internamento se poder prolongar até aos 21 anos) que tenham praticado factos qualificados pela lei como crime. Visam proporcionar à criança/jovem, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e pela utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável. Estes Centros têm três regimes de execução:

- a) regime aberto, aplicável no caso de o jovem ter cometido factos qualificados como crimes pouco graves, tem a duração mínima de três meses e a máxima de dois anos;
- b) regime semi-aberto, aplicável no caso de o jovem ter cometido factos qualificados como crimes com maior gravidade, tem a duração mínima de três meses e a máxima de dois anos;
- c) regime fechado, aplicável no caso de o jovem ter cometido factos qualificados como crimes muito graves, tem a duração máxima de três anos.

A medida tutelar educativa de internamento em CE é a medida mais grave aplicável às crianças e jovens, sendo a que implica maior restrição da liberdade e da autonomia. Com efeito, está reservada para os casos em que, encontrando-se reunidos os pressupostos legais, não é adequada e suficiente nenhuma medida não institucional, dada a gravidade dos factos e a necessidade de uma educação para o direito (Santos, 2004).

O acolhimento institucional para crianças e jovens autoras de facto qualificado como crime pela lei penal, está definido na LTE, que no art. 171º se refere aos direitos destas crianças e jovens, nomeadamente:

- O direito ao respeito pela sua personalidade, liberdade ideológica e religiosa e pelos seus direitos (civis, políticos, sociais, económicos e culturais) e interesses legítimos não afectados pelo conteúdo da decisão de internamento;
- A um projecto educativo pessoal e à participação na respectiva elaboração, a qual terá em conta as suas necessidades específicas de formação, escolaridade, preparação profissional e ocupação útil dos tempos livres;
- À frequência da escolaridade obrigatória;
- À preservação da sua dignidade e intimidade; a usar, sempre que possível, as suas próprias roupas, ou as fornecidas pelo estabelecimento; os artigos próprios; possuir os documentos, dinheiro e objectos pessoais autorizados;
- A contactar, em privado, com o juiz, com o Ministério Público e com o defensor;
- A ser ouvido antes de lhe ser imposta qualquer sanção disciplinar; a ser informado, periodicamente, sobre a sua situação judicial e sobre a evolução do seu projecto educativo pessoal;
- A efectuar pedidos, a apresentar queixas, fazer reclamações ou interpor recursos;
- A ser informado pessoal e adequadamente, no momento da admissão, sobre os seus direitos e deveres, sobre os regulamentos em vigor, sobre o regime disciplinar e sobre como efectuar pedidos, apresentar queixas ou interpor recursos;
- A manter contactos autorizados com o exterior (por escrito, pelo telefone, através da recepção ou da realização de visitas, recepção e envio de encomendas);
- Sendo mãe, a ter na sua companhia filhos menores de 3 anos.

Paralelamente à LTE, foi publicado o Decreto-lei 323 D/2000 – Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos (RGDCE) - que regulamenta dois aspectos: por um lado, regula a organização, competência e funcionamento dos CE, por outro, consagra o regime disciplinar a que os jovens internados estão sujeitos (Santos, 2004).

2.4. A Rede de Centros Educativos

2.4.1. Caracterização socio-demográfica dos adolescentes acolhidos

No ano de 2006, encontravam-se 267 jovens em regime de internamento em CE, sendo este número de 203 jovens em 2007 (Direcção Geral de Política de Justiça, MJ, 2007).

➤ **Idades**

Nos Centros Educativos, podemos verificar que as faixas etárias mais significativas dos educandos se situam acima dos 16 anos, tendo-se registado um aumento significativo do número de jovens internados nestas idades durante o ano de 2007 (DGPJ, 2008).

➤ **Género**

A grande maioria dos educandos internados em CE são rapazes, as raparigas apenas representando cerca de 10% desta população (DGPJ, 2008).

➤ **Nacionalidade e naturalidade**

No ano de 2005 (N=291) a grande maioria dos adolescentes internados em CE era de origem portuguesa (85,2%), sendo os restantes cabo-verdianos (7,6%) e angolanos (4,5%). Analisando a naturalidade dos educandos, mais de metade dos adolescentes era natural de Lisboa (46,4%), seguida do Porto (14,4%) (Marteleira, 2007).

➤ **Escolaridade**

Nos CE, a maioria dos jovens frequenta a escola (85,5%), frequentemente o 2ºciclo. A maioria (81,3%) frequenta cursos de formação profissional (DGPJ, 2008). Sublinhamos que a escolaridade da população aqui em estudo é aplicada segundo currículos alternativos no âmbito do Ensino básico recorrente, procurando-se assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade para quem na idade prevista não o conseguiu, procurando uma ligação entre a formação escolar e a formação técnico-profissional (Carvalho, 1999).

➤ **Motivo do acolhimento institucional**

No que respeita ao motivo que justificou o internamento em CE, verifica-se que os crimes contra a propriedade são os mais representados (86,9%) (DGPJ, 2008; Marteleira, 2007), seguidos pelos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (5,8%), os crimes contra a integridade física (2,7%) e os crimes respeitantes ao consumo de estupefacientes (2,1%) (Marteleira, 2007).

Merecedor de destaque é a predominância do crime contra a propriedade como razão que justifica o internamento do jovem em CE, observando-se a predominância de

uma delinquência de carácter aquisitivo, sendo o roubo o crime mais praticado, seguido do furto e, com menos expressividade, a ofensa à integridade física, ameaças/injúrias/coacção, condução ilegal e dano (Marteleira, 2007).

➤ **Caracterização sócio-familiar**

No que concerne às crianças e jovens institucionalizadas em CE verificou-se que os agregados familiares dos jovens possuíam, maioritariamente, as seguintes características (Marteleira, 2007):

- Agregados familiares nucleares (25,4%), famílias monoparentais (14,4%) e, ainda com alguma expressividade, famílias recompostas (14,1%);
- Pais separados/divorciados (37,5%) e, com alguma expressividade, órfãos (16,5%), principalmente de pai;
- Problemáticas de consumo de álcool, principalmente do progenitor (18,9%), e toxicodependência (6,2%);
- Precariedade económica (66,3%);
- Violência familiar (32,9%), incluindo violência doméstica (19,9%) e violência sobre a criança ou jovem (18,9%);
- Ausência de relações afectivas positivas com os progenitores (Carvalho, 2004);
- Familiares que estão ou que já estiveram detidos, nomeadamente um (14,4%) ou dois familiares detidos (5,5%), dos quais irmãos (41,7%), o pai (10%) ou ambos os pais (8,3%) (Carvalho, 2003; Marteleira, 2007).

De facto, como refere Carvalho, (2003, p.126) verificam-se, nestes jovens “vivências familiares acentuadamente marcadas por circunstâncias pessoais e sociais de perdas, rupturas, negligência ou abandono”. Sublinhamos ainda a frequência de situações de violência familiar e de situações de carência socio-económica, funcionando como factores de maior risco social e vulnerabilidade.

➤ **Medidas tentadas antes do acolhimento institucional**

No que respeita à situação anterior à entrada no CE, verifica-se que a grande maioria dos educandos terá sido previamente acompanhada por uma equipa de Reinserção Social (80,8%) e que uma parte significativa (33,3%) já tinha cumprido uma

medida de internamento em CE, cujo motivo assentou na prática de factos qualificados como crime contra a propriedade. Salientamos que quase metade (40,2%) dos adolescentes em CE frequentaram previamente uma instituição para crianças e jovens e muitos terão sido acompanhados por uma CPCJ (Marteleira, 2007; Santos, 2004). Esta forte percentagem parece apontar para um percurso institucional em que os CE aparecem como última paragem de um trajecto desviante (Marteleira, 2007).

2.4.2. Caracterização dos equipamentos

No que concerne à rede de Centros Educativos, existem 9 estabelecimentos, 7 no Continente (2 na região Norte, 2 na Região Centro e 3 a sul de Lisboa e Vale do Tejo), 1 na Madeira e 1 nos Açores. Relativamente à lotação, os números variam entre 13 a 38 jovens em cada CE (IRS, 2003, cit. por Santos, 2004).

Em síntese, podemos verificar algumas similitudes entre as crianças e jovens que foram alvo de acolhimento institucional, quer em LIJ quer em CE, designadamente: a) são maioritariamente adolescentes, têm nacionalidade portuguesa e provêm sobretudo de meios urbanos; b) nos seus agregados familiares verificam-se situações de precariedade sócio-económica, violência familiar, abandono, rupturas, negligência e alcoolismo, e c) muitas vezes, os familiares e eles próprios foram alvo de outras institucionalizações.

3. Algumas dimensões críticas na organização funcional dos Lares de Infância e Juventude e dos Centros Educativos

3.1. Os recursos humanos

A quantidade e características dos recursos humanos de que estas instituições dispõem determinam o tipo de apoio que oferecem. Assim, o conhecimento dos meios técnicos e humanos que existem nos lares de crianças e jovens são um bom indicador do seu funcionamento (MTSS, 2000).

No que respeita à direcção dos Lares de Infância e Juventude, constata-se que uma percentagem significativa dos responsáveis por estas instituições não têm formação académica superior (13%). Os que têm formação superior, distribuem-se essencialmente pelas áreas da Educação de Infância e pelo Serviço Social, Educação, Saúde,

Humanidades, Filosofia/Teologia, Matemáticas e Engenharia/Arquitectura. Assim, alguns destes lares encontram-se sob a responsabilidade de indivíduos cuja formação pouco se enquadra no âmbito das ciências da educação ou sociais e humanas (MTSS, 2000).

Relativamente às equipas técnicas, a maioria (70%) das respostas de acolhimento menciona a existência de técnicos especializados nos seus quadros, sendo as áreas mais representadas a Psicologia e o Serviço Social, contando também com um número significativo de Educadores de Infância, bem como de Educadores Sociais. No entanto, sublinhamos que 30% dos Lares não dispõem de equipa técnica (MTSS, 2000; PII, 2007).

Os elementos auxiliares ao funcionamento dos LIJ são cozinheiro(s), auxiliare(s) de limpeza, vigilante(s), pessoal administrativo, e contabilista(s), entre outros. Apenas em 38% da totalidade das instituições é exigida a apresentação de comprovativos médicos de saúde física e psíquica dos membros das equipas. Assim, em 62% não existe qualquer garantia clínica de que o estado de saúde daqueles que mais directamente trabalham com as crianças e jovens acolhidas se adequa às funções que desempenham (MTSS, 2000).

No que respeita aos técnicos do CE, nas equipas do Sector Técnico-Pedagógico desempenham funções técnicos profissionais de reinserção social e técnicos superiores de reinserção social, que devem acompanhar os educandos 24 horas por dia. Os técnicos superiores que integram estas equipas têm formações-base distintas, variando sobretudo entre a licenciatura de Psicologia, Serviço Social e Direito (Santos, 2004).

3.2. Acompanhamento terapêutico

A maioria dos LIJ (72%) refere ter apoio psicológico para as crianças e jovens, apesar de se desconhecer se efectivamente este é concretizado (MTSS, 2000).

Por sua vez, em CE, apenas uma pequena parte proporciona acompanhamento psiquiátrico ou pedopsiquiátrico (8,2%) e acompanhamento psicológico e psicoterapêutico (3,1%) (Marteleira, 2007). De facto, quanto à saúde mental, não existe nenhuma resposta por parte do Ministério da Saúde, apesar de ser desejável que todos os CE estivessem apetrechados, pelo menos, com apoio psicológico, Além disso, a articulação com a área da saúde mental é extremamente deficitária, bem como a formação dos técnicos nesta área específica (Santos, 2004).

3.3. Relacionamento com a família e comunidade exterior

No acompanhamento efectuado pelos LIJ à família das crianças e jovens, a grande maioria das instituições (90%) refere envolver a família durante o período de permanência na instituição (PII, 2007). No entanto, 4% dos lares não fomentam este restabelecimento dos laços familiares. “Permanecemos no desconhecimento quanto ao motivo por que tal acontece, que pode transparecer negligência face a esta questão, pode significar desadequação no que diz respeito ao interesse da própria criança ou ainda decorrer dos próprios princípios de funcionamento da instituição” (MTSS, 2000, p. 77).

Verifica-se também que a participação da família nos quotidianos das crianças e jovens que vivem em lar não é a norma estabelecida pela maioria das instituições (66%) (idem, 2000). No que concerne à permissão de visitas na instituição, verificou-se que a maioria das instituições de acolhimento permitem a sua ocorrência, no entanto, cerca de metade (52%) estabelece um limite à frequência de visitas à criança, estabelecendo dias pré-definidos para a ocorrência das mesmas. Assim, são permitidas visitas 1 vez por semana (29%) ou com frequência igual ou superior a 15 dias (12%) e, em algumas instituições, este contacto é proibido no início do acolhimento.

Esta restrição, quando não está relacionada com as precauções ou exigências judiciais de alguns casos em particular, revela uma opção questionável quanto ao tipo de proximidade que é permitida entre família e criança e sobre o tipo de intervenção com vista ao trabalho familiar ou à reunificação que poderá ser feito nestas instituições (PII, 2007).

Estes dados parecem reflectir que, na sua estrutura organizacional, os LIJ consideram que a visita não poderá surgir espontaneamente, de acordo com a vontade e motivação da família (ou de outras pessoas de referência para a criança). Paralelamente, esta limitação poderá significar uma representação estigmatizada em relação à família, que não é vista como parceira no processo de intervenção. “Mesmo que as instituições considerem que o seu papel é fundamentalmente intervir junto da criança, ao limitarem a relação com a família estão também a limitar os direitos da criança” (CDSS, PII, 2006, p.15).

Crê-se que esta prática é justificada pela necessidade de dar estabilidade à criança e de facilitar a sua integração na instituição de acolhimento (idem, 2006). No entanto, representa não só uma limitação do direito da criança e da família, como

também poderá traduzir uma dificuldade em respeitar a realidade familiar da criança acolhida.

Para além do direito de manutenção dos contactos da criança / jovem acolhida com os seus familiares, também é fundamental que a mesma mantenha ou estabeleça relações com outras pessoas que para ela poderão constituir uma referência: pares e adultos. Ora, verificou-se que algumas instituições preconizam o impedimento de visitas de pessoas, com grau de parentesco (16%) e sem grau de parentesco (30%), quer na instituição, quer fora da mesma (CDSS, PII, 2006).

No que respeita aos contactos com a comunidade, a grande maioria das instituições refere proporcioná-lo, quer no acesso aos estabelecimentos de educação e ensino, quer na frequência de ginásios e colectividades e na permissão da entrada de amigos na instituição. No entanto, 4% dos LIJ não permite a entrada de amigos e 1% não permite o acesso a escolas públicas (MTSS, 2000).

No que se refere aos CE, o educando pode receber visitas do representante legal ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto. Quem autoriza estas visitas é o director do CE, podendo o tribunal proibi-las e o educando recusá-las sempre que for esse o seu desejo (Marteleira, 2007).

Os dados estatísticos indicam, contudo, que poucos educandos receberam visitas da mãe (13,7%) ou do pai (9,7%) e que alguns não receberam qualquer visita (7,9%) (idem, 2007). Estes dados podem revelar, por um lado, a ausência do(s) progenitor(es) no processo educativo do educando e, por outro, a distância da residência física do agregado, que envolve maiores despesas de deslocação.

3.4. A duração do internamento

No que respeita ao tempo de permanência na instituição, constata-se que, em LIJ, mais de metade das crianças e jovens estão acolhidas há mais de 6 anos e metade permanece no Lar há mais de 2 anos (MTSS, 2000). Embora com menos expressividade, verificam-se crianças a viver em Lar há 6, 7 ou 8 anos (29%), há 9, 10 e 11 anos (15%) e há 12 ou mais anos (10%). Deste facto resulta a constatação do carácter definitivo deste tipo de respostas, efectuando-se acolhimentos demasiadamente prolongados, com graves repercussões para as crianças e jovens.

No que respeita à duração do internamento em CE, os dados de que dispomos, que se reportam a 2003, referem que a maior parte das medidas ultrapassam os 24 meses

de internamento (IRS, 2003, cit. por Santos, 2004), o que poderá ter a ver com a gravidade do acto praticado pelo jovem ou pela primazia deste tipo de medida, designadamente, o internamento em regime fechado.

3.5. Controlo de qualidade dos serviços de acolhimento

Uma variável importante a considerar na avaliação das medidas de acolhimento é o grau de satisfação do utente em relação à intervenção de que foi alvo. Em Portugal, contudo, a opinião das crianças não é tida em conta (Nunes, 2007). No nosso país, esta filosofia ainda não se encontra implementada e, no que se refere aos mecanismos de detecção de irregularidades no sistema de acolhimento institucional, ainda não são clarificadas e divulgadas as formas de denúncia e de apresentação de queixas que garantam a integridade da população institucionalizada. Tradicionalmente, a avaliação do desempenho das instituições não é prática corrente e, por outro lado, os meios acessíveis para a criança efectuar denúncias são escassos, o que aumenta o risco das crianças e jovens institucionalizados e adia a qualificação das instituições (Nunes, 2007).

O não envolvimento das crianças e jovens na análise das instituições e a não valorização da sua percepção relativamente ao acolhimento, com vista a uma melhoria qualitativa do mesmo, faz com que sejam silenciados e perpetuados abusos, o que permite que, para além da impunidade dos agressores, se perpetuem esses abusos a outras crianças, criando um ciclo de violência que torna contraproducente e paradoxal a institucionalização.

4. Elementos para uma análise crítica do acolhimento institucional em Portugal

Partindo do pressuposto de que qualquer sistema tem os seus constrangimentos, faremos uma breve apreciação crítica do funcionamento do sistema de acolhimento institucional no nosso país para crianças e jovens – quer vítimas de maltrato, quer autoras de factos qualificados como crime - indissociável do sistema mais abrangente (de protecção e de justiça, respectivamente).

Em primeiro lugar, por vezes verifica-se uma (in)distinção entre crianças e jovens vítimas de maltrato e de crianças e jovens autoras de factos qualificados como crime pela lei penal. Apesar de ser indiscutível a necessidade desta distinção, com vista

à diferenciação e especificidade da intervenção, Taylor (2004) refere que, ao mesmo tempo que se deve reconhecer a diversidade existente entre as duas situações, é importante reconhecer que aquilo que é mais comum a todas é a condição de vulnerabilidade, sendo que muitos jovens delinquentes foram previamente identificados como crianças desprotegidas e/ou em situação de “necessidade”, apresentando, muitas vezes, os mesmos factores de risco (Gonçalves & Peres, 2006).

Em segundo lugar, os actores envolvidos na protecção e/ou educação para o direito, muitas vezes priorizam a medida de acolhimento institucional em detrimento de outras que poderiam ser tão ou mais eficazes para responder às necessidades da criança. Assim, verifica-se um número elevado de entradas de crianças e jovens no SNA e no STE, contribuindo para a sobrelotação dos LIJ (Nunes, 2007) e dos CE (Santos, 2004), bem como para a existência de listas de espera nestes serviços.

A medida de acolhimento institucional, para além de ser frequentemente aplicada, ainda continua a assumir um carácter de permanência, no caso dos LIJ (MTSS, 2000) ou de carácter prolongado, no caso dos CE (Santos, 2004). Paradoxalmente, no quadro da protecção infantil, configura-se como último recurso, um mal menor, preterido nas escolhas e nos investimentos. Esta imagem depreciada é assumida pelos profissionais que trabalham neste sector e é extensiva aos seus utentes, alimentando um círculo vicioso de desqualificação (Martins, 2004). Assim, cria-se uma situação ambígua e ambivalente: “oferece-se uma resposta que não se recomenda, critica-se veemente uma solução que, no entanto, é mantida e prolongada, advoga-se a extinção daquela que constitui a opção mais representativa no conjunto das respostas de protecção infantil” (Martins, 2005, p.2).

Em terceiro lugar, a escassez de recursos humanos adequados verifica-se, quer no período pré-acolhimento (Nunes, 2007), quer durante o acolhimento (Santos, 2004) das crianças e jovens, o que compromete a eficácia da intervenção. A qualificação dos recursos humanos permanece também, apesar dos investimentos feitos, muito aquém do que seria desejável, traduzindo-se na limitação das respostas terapêuticas oferecidas aos jovens.

Por último, ao verificar-se a ausência de um trabalho com os agregados familiares das crianças e jovens acolhidos, a institucionalização acentua o distanciamento físico daqueles face à criança e ao adolescente, podendo criar um distanciamento emocional; reforça o sentimento de abandono da criança/jovem; pode estimular as tendências disfuncionais da família (ela própria ainda mais desequilibrada

pela institucionalização e intervenção judicial), deixando passar um momento de “crise” que poderia ser aproveitado no sentido de fomentar mudanças positivas e de prevenir a ocorrência de novas situações de risco.

Como dimensão positiva das instituições aqui brevemente caracterizadas, destaca-se a qualificação de que estes dispositivos institucionais têm sido alvo e o decréscimo das crianças institucionalizadas. De facto, as instituições para crianças e jovens têm sido alvo de algumas medidas destinadas a melhorar estes dispositivos (por exemplo, o programa D.O.M. - Desafios, Oportunidades e Mudanças, que se destina à qualificação, nomeadamente ao nível dos recursos humanos, dos LIJ).

Em suma, a institucionalização das crianças e jovens em risco deve ser entendida no quadro da promoção dos seus direitos, favorecendo-se a emergência de um serviço de qualidade e não como um sector com um estatuto desvalorizado. Face a padrões que se têm revelado cada vez mais exigentes ao nível da protecção das crianças, espera-se que o interesse da criança e do jovem venha a sobrepor-se a qualquer outro interesse legítimo, seja dos pais, seja o de outros adultos, sejam ainda interesses de natureza diferente, de ordem económica ou cultural (Pedroso, 2002).

Segunda Parte

Estudo Empírico

Capítulo 1. A experiência de institucionalização em Lar de Infância e Juventude e em Centro Educativo

“A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objecto de estudo”

(Bogdan & Biklen, 1994, p.49)

1. Introdução

A investigação qualitativa, também referida como etnográfica, fenomenológica ou interpretativa, vem sendo utilizada desde os finais do século XVII e apresentava, na origem, como área de interesse, *“as vidas e perspectivas das pessoas na sociedade que tinham pouca ou nenhuma voz”* (Erickson, 1986, cit. por Silva, 2007, p.122)

O nosso estudo segue uma metodologia qualitativa, uma abordagem interpretativa do objecto de estudo, que envolve diferentes métodos de recolha e análise da informação. Em relação às características da investigação qualitativa, Bogdan e Biklen (1994) destacam cinco aspectos fundamentais nas decisões a tomar quando se inicia uma investigação: (I) a recolha de dados; (II) o tipo de dados relevantes; (III) a ênfase no processo; (IV) a análise indutiva dos dados; (V) a procura dos significados atribuídos pelos participantes.

O investigador qualitativo usa-se a si próprio como instrumento preferencial para a recolha de dados, observando e recolhendo os dados através do contacto directo com as pessoas; o tipo de dados que considera mais relevantes são a palavra, a imagem e os documentos escritos; interessa-se tanto pelo processo como pelos resultados ou produtos da pesquisa, tentando, a cada passo, analisar, comparar e reflectir a multiplicidade de dados em toda a sua riqueza; e, mais do que verificar hipóteses, importa-lhe a construção de um quadro interpretativo da realidade que se alimenta dos dados recolhidos, em que os significados que os participantes atribuem às situações e vivências se tornam os elementos fundamentais para a compreensão da realidade estudada.

2. Objectivos

Esta investigação pretende identificar as narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização na sua infância e/ou adolescência. Para tal, parte de uma amostra de indivíduos que foram alvo de institucionalização em duas condições distintas: *i*) acolhimento prolongado em Lar de Infância e Juventude, após terem sido identificados como vítimas de mau(s) trato(s) e *ii*) sujeitos que foram colocados em Centro Educativo, após a sua identificação como autores de facto(s) qualificado(s) como crime pela Lei Penal Portuguesa.

Como já referimos anteriormente, começa-se agora a dar os primeiros passos na avaliação das instituições para crianças e jovens – quer sejam vítimas, quer sejam agressores - sendo que as investigações neste domínio escasseiam e raramente assenta nas narrativas dos sujeitos institucionalizados. Com a concretização deste projecto pretendemos aceder a um conhecimento da realidade institucional através do acesso às representações dos sujeitos que a experienciaram.

Operacionalizando este objectivo geral, definimos os seguintes objectivos específicos:

- Conhecer os processos representacionais dos sujeitos no que respeita ao motivo do acolhimento, ao momento de chegada à instituição, ao espaço físico, aos recursos humanos, aos horários e rotinas, às regras e castigos, bem como ao momento de saída e no período pós-colocação;
- Identificar parâmetros de funcionamento institucional que forneçam pistas para a avaliação da qualidade destes serviços, através do que os sujeitos percebem como aspectos positivos – enquanto agentes promotores de mudanças qualitativamente positivas - ou, pelo contrário, como aspectos negativos – enquanto factores que reforçaram a sua vulnerabilidade;

3. Metodologia

3.1. Amostra

Dada a dificuldade de acesso a esta população, numa primeira fase foram efectuados contactos com técnicos de instituições da região Centro, nomeadamente, Lares e Centros Educativos, bem como CPCJ. A cada um dos técnicos foi pedido que nos facilitasse o contacto com um possível participante, que obedecesse aos seguintes critérios: 1) ter sido alvo de institucionalização no seu passado em Lar e/ou Centro

Educativo e 2) o período de institucionalização ter sido superior a 6 meses. A selecção dos sujeitos deveu-se ao preenchimento destes critérios bem como à sua disponibilidade para participar.

Numa segunda fase, usámos a técnica de amostragem em bola de neve, em que o primeiro sujeito, após ter sido entrevistado, identificou outro(s) elementos que pertencessem à mesma população-alvo, ou seja, jovens/adultos que tivessem vivido numa instituição do mesmo tipo (Lar/Centro Educativo) e assim sucessivamente. Assim, foram sendo construídas cadeias que se prolongaram (ou não) de acordo com a (in)disponibilidade dos sujeitos para participar no estudo. Deste modo, foram construídas 4 cadeias para os participantes que foram alvo de institucionalização em Lares, perfazendo um total de 10 elementos e 4 participantes que foram institucionalizados em Centros Educativos. Nesta última sub-amostra as cadeias não tiveram continuidade devido, por um lado, à indisponibilidade das pessoas contactadas em participar na investigação, por outro, aos contactos não terem sido facultados pelos participantes.

Podemos observar nos quadros 1. e 2. uma caracterização mais detalhada da amostra:

Quadro 1: Caracterização sócio-demográfica dos sujeitos da sub-amostra Lares

Participante ⁵	Género	Idade	Proveniência (zona, concelho)	Agregado familiar pré- acolhimento	Escolaridade	Estado Civil	Enquadramento Profissional
Matos	Masculino	47	Grande Lisboa (Urbano)	Progenitores, 1 Irmão	9ºano (incompleto)	Solteiro	Desempregado (frequência em programa operacional na Junta de freguesia)
Scooter	Masculino	22	Grande Lisboa (Urbano)	Família de Acolhimento	9ºano (Curso profissional)	Solteiro	Pedreiro
Dids	Masculino	21	Norte (Rural)	Progenitora	9ºano (Curso profissional)	Solteiro	Desempregado

^{5 5} No sentido de manter o anonimato foi pedido a cada um dos sujeitos que dessem a si próprios um nome fictício que seria usado na dissertação.

Participante ⁵	Género	Idade	Proveniência (zona, concelho)	Agregado familiar pré- acolhimento	Escolaridade	Estado Civil	Enquadramento Profissional
A-Kon	Masculino	22	Centro (Urbano)	Pais adoptivos do progenitor, 1 Irmã	9ºano (Curso profissional)	Solteiro	Serralheiro
Emanuel	Masculino	46	Centro (Rural)	Progenitora, 6 Irmãos	9ºano (curso profissional)	Casado	Carpinteiro
Martins	Masculino	67	Centro (Urbano)	Avó, 4 Irmãos	Licenciatura	Casado	Reformado
Margarida	Feminino	29	Centro (Urbano)	Progenitor, 3 Irmãs	6ºano	Solteira	Empregada de balcão
Jessica	Feminino	25	Centro (Urbano)	Progenitores, 3 Irmãs	9ºano (curso profissional)	Solteira	Empregada de balcão
Patrícia	Feminino	24	Centro (Urbano)	Progenitor, 2 Irmãos	9ºano (curso profissional)	Solteira	Empregada de balcão
Xana	Feminino	24	Norte (Urbano)	Progenitores, 3 Irmãs	9ºano (curso profissional)	Solteira	Empregada de balcão

Quadro 2: Caracterização sócio-demográfica dos sujeitos da sub-amostra Centros Educativos

Participante	Género	Idade	Proveniência (zona, concelho)	Agregado familiar pré- acolhimento	Escolaridade	Estado Civil	Enquadramento Profissional
Jorge	Masculino	21	Grande Lisboa (Urbano)	Avô, 3 Irmãs	9ºano (Ensino recorrente)	Solteiro	Segurança
Louça dos Santos	Masculino	28	Centro (Urbano)	Progenitores, 1 Irmã	11ºano	Solteiro	Desempregado
Come e dorme	Masculino	20	Norte (Rural)	Progenitora, 6 Irmãos	9ºano (Curso	Solteiro	Electricista

					profissional)		
Mundo melhor	Feminino	29	Ilha (Rural)	Progenitora, Padrasto, 2 Irmãos	12ºano	Casada	Desempregada

Podemos observar nos quadros 3. e 4. uma descrição mais detalhada do percurso institucional de cada sujeito, na sub-amostra Lares e na sub-amostra Centros Educativos:

Quadro 3: Caracterização do percurso institucional dos sujeitos da sub-amostra Lares

Participante	Idade de entrada	Idade de saída	Tempo de acolhimento (anos)	Número de instituições	Tipologia Institucional
Matos	8	18	10	3	Lar; Prisão; Centro de Acolhimento Sem-Abrigo
Scooter	12	15	3	2	Lar; Centro de Acolhimento Sem-Abrigo
Dids	3	21	18	1	Lar
A-Kon	5	20	15	1	Lar
Emanuel	3	26	23	1	Lar
Martins	7	32	25	1	Lar
Margarida	8	19	11	3	Lar; Centros de Acolhimento (tráfico humano/prostituição)
Jessica	8	16	8	2	Lar; Centro de Acolhimento (tráfico humano/prostituição)
Patrícia	10	18	8	1	Lar
Xana	6	18	12	2	Lares

No que respeita à localização do acolhimento em Lar de Infância e Juventude, sublinhamos que 8 sujeitos foram acolhidos em outro distrito que o não o da residência da família de origem. Apenas 2 sujeitos – Jessica e Margarida – foram acolhidos no mesmo distrito do agregado familiar.

Quadro 4: Caracterização percurso institucional dos sujeitos da sub-amostra Centros Educativos

Participante	Idade de entrada	Idade de saída	Tempo de acolhimento	Número de instituições	Tipologia Institucional
Jorge	16	18	1 noite 2 anos	2	Centro Educativo Centro Educativo
Louça dos Santos	12	12	7 dias	3	COAS (Centro Observação Acção Social)
	12	13	8 meses		Centro de reinserção social
	13	17	4 anos		Centro Educativo
Come e dorme	14	16/17	3	1	Centro Educativo
Mundo melhor	16	17	8 meses	1	Centro Educativo

No que respeita ao local físico do internamento em Centro Educativo, podemos constatar que 2 sujeitos foram acolhidos em outro distrito que o não o da residência da família de origem e 2 no mesmo distrito da residência da família de origem.

3.2. Instrumentos

No sentido de facilitar o processo de recolha de informação, elaborámos um guião de entrevista semi-estruturado (cf. anexo 2), em torno das questões centrais do nosso estudo. Para a construção do respectivo guião, utilizámos as seguintes fontes: a) a literatura disponível sobre as características desta população e sobre as especificidades destas formas de acolhimento e b) a experiência prática obtida no decurso do nosso percurso profissional neste tipo de instituições.

A partir destas fontes de informação, fomos identificando algumas questões de partida que orientaram o nosso estudo: *“Qual a percepção que os sujeitos institucionalizados têm dessa experiência?”*, *“Como vivenciam retrospectivamente o período passado na instituição?”*, *“Quais as vivências marcantes durante este período?”*, *“De que modo a institucionalização constituiu um apoio efectivo e uma alternativa ou uma repetição de vulnerabilidades no decurso do seu percurso de vida?”*.

Da conjugação de todos estes aspectos surgiu a entrevista individual que constitui a base para a recolha de informação. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p.134), *“a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito,*

permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. Genericamente, a entrevista individual contemplava os seguintes domínios: período pré-institucionalização; período de institucionalização, designadamente no que respeita ao momento de saída do contexto familiar, à chegada à instituição, ao espaço físico, aos horários e às rotinas, às regras e os castigos, aos recursos humanos, ao momento de saída e, por fim, ao período pós-institucionalização.

A opção por realizar esta entrevista num formato semi-directivo decorreu da necessidade de articular duas exigências aparentemente contraditórias: por um lado, permitir que o entrevistado estruturasse o seu pensamento em torno do objecto perspectivado, daí o seu aspecto parcialmente “não-directivo”; por outro lado, focalizar a entrevista no nosso campo de interesse, solicitando ao entrevistado o aprofundamento de pontos que ele próprio não teria espontaneamente explicitado, daí o aspecto parcialmente “directivo” das intervenções do entrevistador (Albarello et al., 1997).

Neste processo, procurámos assegurar um conjunto de procedimentos éticos face aos participantes, nomeadamente: o consentimento informado, o direito à privacidade e à protecção do dano (idem, 1994). O consentimento informado traduziu-se na autorização expressa dada pelo participante à investigação, de forma escrita, depois de ter sido cuidadosamente informado acerca dos objectivos da mesma. No sentido de garantir o direito à privacidade e proteger a identidade de todos os indivíduos que colaboraram na investigação, para além da entrevista ter sido efectuada num local que assegurava o sigilo das informações, todos os elementos identificativos de cada participante foram alterados neste texto de modo a não serem reconhecidos. Por último, a protecção do dano significa que os sujeitos não devem sofrer danos físicos, emocionais ou quaisquer outros, pelo facto de participarem na investigação. Assim, perante qualquer sinal de desconforto manifestado pelos participantes, optámos por não efectuar determinada(s) questão(ões) específica(s) ou reforçar o facto da não obrigatoriedade de resposta.

3.3. Procedimentos

A maior parte das entrevistas foram efectuadas num gabinete de apoio psicológico na região Centro e, quando tal não foi exequível, o investigador deslocou-se ao meio de origem dos sujeitos.

As entrevistas foram gravadas em áudio e duraram em média 90 minutos. Pelo facto de serem entrevistas de condução flexível, e devido a alguns conteúdos abordados serem complexos e emocionalmente exigentes para os participantes, algumas foram substancialmente mais prolongadas. Após cada entrevista, anotaram-se todas as informações consideradas relevantes acerca de cada participante, nomeadamente, apresentação, postura, elementos de comunicação não verbal e, ainda, opiniões e sentimentos por parte da investigadora.

Posteriormente, procedemos à transcrição integral de todas as entrevistas.

3.4. Análise dos dados

A técnica de tratamento de dados utilizada foi a análise de conteúdo. A finalidade da análise de conteúdo é “efectuar inferências sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 1986, p. 104). Atendendo à natureza exploratória do nosso estudo, a análise de conteúdo conduzida indutivamente, tal como fizemos, revelava-se um método adequado para a produção de descoberta a partir dos significados expressos pelos sujeitos.

O processo de codificação decorreu em duas fases distintas: a definição de categorias, criadas indutivamente a partir da codificação dos dados das entrevistas e, posteriormente, o teste de validade interna sobre a exclusividade e exaustividade das categorias encontradas. Efectivamente, na análise de conteúdo categorial exige-se que todas as unidades de registo sejam codificadas numa dada categoria - exaustividade - e que cada unidade de registo só possa estar contida numa, e numa só, categoria - exclusividade (Vala, 1986). Estes critérios foram cumpridos para todas as categorias criadas na análise, à excepção de uma – sugestões para o aperfeiçoamento do acolhimento institucional – por se considerar que a especificidade desta última não permitia a aplicação destes critérios. Assim, neste caso optámos por codificar nesta categoria todo o conteúdo relevante do discurso dos participantes, mesmo unidades já atribuídas a outras categorias.

Neste processo, adoptámos um critério semântico para a identificação das unidades de registo, tomando como unidade de contexto a entrevista individual de cada sujeito da amostra. A nossa unidade de enumeração foi a contagem de ocorrências, isto é, a contagem do número de unidades de registo indexadas a cada categoria. O nosso

processamento da informação foi feito sem recurso a programas informáticos de tratamento ou categorização da informação.

Em termos gerais, a análise foi organizada segundo em três grandes momentos: o período pré-institucionalização, o período durante a institucionalização (cuja análise é mais exaustiva e pormenorizada) e o período pós-institucionalização. Cada um destes blocos temporais é analisado de acordo com um conjunto de categorias fundamentais, algumas delas subdivididas em sub-categorias que foram emergindo ao longo da análise dos dados (cf. Anexo 3).

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

No sentido de propiciar uma exposição mais clara dos resultados, destacaremos nesta apresentação dos resultados as categorias mais comuns em cada grupo (LIJ e CE), especificamente as referidas por mais de 50% dos participantes de cada uma destas sub-amostras, apenas enfatizando outras categorias menos representativas quando tal se revelar teoricamente relevante. Relativamente a cada categoria apresentada, referiremos o número de sujeitos que a mencionam. Em certas categorias que se referem a experiências específicas durante a institucionalização, o número apresentado pode exceder o tamanho da amostra, uma vez que há sujeitos com mais do que uma experiência de institucionalização, sendo importante discriminar as suas diferentes vivências.

Após a apresentação descritiva dos resultados relativos a cada grande grupo de categorias, discutiremos o seu significado, em função da literatura existente e da nossa experiência de trabalho com esta população.

Começaremos por caracterizar brevemente o percurso de vida dos entrevistados e a sua representação do conceito de instituição, passando depois a analisar o seu discurso referente aos vários momentos (pré, durante e após) da sua vivência institucional. Para finalizar, apresentaremos a sua avaliação dos aspectos positivos e negativos da institucionalização, assim como as suas recomendações para a melhoria desta resposta.

4.1. Caracterização do percurso de vida dos participantes e seus principais marcos

Começaremos por apresentar o percurso de cada um dos sujeitos, através das apreciações que os próprios fizeram, em linhas gerais, do seu percurso de vida (quadro 5. e 6.) bem como da forma como representam os seus principais marcos.

Quadro 5: Breve descrição do percurso de vida dos sujeitos da sub-amostra Lares

Participante (n=10)	Idade	Descrição do percurso de vida
Matos	47	<p>“Até aos 8 anos vivi com os meus pais. (...) fui vítima de maus-tratos(...) dos 8 aos 18 fui retirado pelas autoridades (...) fui internado num colégio interno (...)o mais importante que aconteceu foi dentro da instituição. Enquanto lá estava, estava protegido, tinha uma casa, tinha um abrigo, tinha trabalho (...) Aos 18 anos saí e fui viver para L. (...) andava a roubar as minhas tias (...) chegou a um ponto em que não me queriam lá e eu tive que fazer à vida sozinho. (...) Depois, passei pela prisão, em Alcoentre (...) 8 anos (...) depois fui para esta situação de sem-abrigo (...) quase 2 anos (...) vim para o Centro de Acolhimento e inserção social.”</p> <p>Observação: Matos foi dado como desaparecido desde 20/03/06.</p>
Scooter	20	<p>“Nasci em L. numa cadeia. Depois, fui para casa (...)”a minha mãe era alcoólica. (...) não me davam carinho, o meu pai ameaçava-me com facas e era espancado (...) retiraram-me e fui para um casal (...) ficaram a tomar conta de mim (...) Fui para lá com 10 anos e saí de lá com 12 anos, porque um dos membros do casal morreu (...) fui para uma instituição (...) depois, a minha mãe apanhou-me com a idade de trabalhar - aos 15 anos - e foi-me lá buscar.(...) mas ninguém me aceitava, com essa idade não podia trabalhar (...) aos 16 anos, pôs-me fora de casa. (...) não tinha para onde ir, passou lá o circo e eu fui com o circo. (...) saí aos 19 (...) vim para C. para o Centro de Acolhimento e inserção social.”</p>
Dids	20	<p>“Os meus pais eram alcoólicos, os dois.(...) Aos 3 anos fui para o Lar (...) No dia 1 de Setembro fui obrigado a sair (...) sem emprego e sem nada (...) vivo em casa de um colega meu (...) um bocado revoltado com o que eles me fizeram”.</p>
A-Kon	22	<p>“Vivi com os pais adoptivos do meu pai até aos 5 anos (...) sofri maus-tratos quando entrei para o colégio (...) aprendi muito com o curso (...) saí [da instituição] porque não cumpri a regra (...) Aquilo que sou hoje é graças a ter estado no colégio.”</p>
Emanuel	46	<p>“(...) o meu pai nunca soube quem foi, a minha mãe era solteira (...) morreu (...) Ter encontrado uma casa, ter ido para aquela casa onde me acolheram (...) Se eu não viesse para ali naquela altura, o que é que seria de mim hoje? (...) Dormia lá, comia, tinha tudo, não é? (...) casei aos 26 (...)Eu não vou dizer que a coisa mais importante na minha vida foi o casamento, pois se eu não viesse para ali, se eu não tivesse os contactos, não tivesse o carinho, não tivesse a educação que tive (...) eu com certeza nunca tinha tido o casamento, nunca tinha tido os filhos ”</p> <p>Observação: Emanuel vive a poucos metros da instituição onde esteve institucionalizado.</p>
Martins	67	<p>“A morte dos meus pais, faleceram ambos, em 20 dias, tuberculosos (...) tinha 2 anos (...) eu não era propriamente um menino de rua...era órfão mas a minha avó era uma senhora de bem (...) eu era um menino de tão bem que eu até trazia na minha malinha uns sapatinhos de lã de dormir que a minha avó me fazia para eu dormir (...) entretanto, o perigo desapareceu (...) foi lá para me levar</p>

		<p><i>outra vez para junto dela e eu não quis, pus-me a chorar que não queria ir (...) resolvi ir estudar (...) com o objectivo de ser professor na Casa (...) tenho duas filhas e quatro netos. (...) "Eu não saí...[da instituição] eu ainda cá estou!"</i></p> <p>Observação: Martins vive a poucos metros da instituição onde esteve institucionalizado.</p>
Margarida	29	<p><i>"Até aos 3 estive com o meu pai (...) fui entregue à minha mãe aos 5 (...) a minha mãe fazia cervejão (...) cerveja com vinho e açúcar (...)Era o nosso pequeno almoço todos os dias(...) ela morreu (...) [companheiro mãe] Ele, depois da morte da minha mãe, começou a beber muito (...) aos 8 fui para as Irmãs (...) fui obrigada a sair (...) fui viver com a minha irmã (...) depois chateei-me com o meu cunhado e fui para as Irmãs A. (...) Aos 22 sai e conheci o pai do meu filho (...) já enquanto estava grávida não correu nada bem (...) fui para as Irmãs B.(...) sai e voltei para as Irmãs A. algum tempo (...) agora estou a viver com ele (...) "</i></p>
Jessica	25	<p><i>" (...) a minha mãe era alcoólica, depois houve um problema grave com o meu pai e a minha irmã (...) a minha mãe batia-nos muito (...) Aos 8 anos fomos para uma instituição (...) a gente fugiu para o P. (...) Depois conheci o pai da minha filha (...) fiquei grávida (...) não tinha muitas condições para poder sustentar a minha filha e depois fizeram-me uma proposta, para ir para uma Instituição (...) depois saí (...) a menina esteve uns 7 meses em casa da M. (...) agora está comigo e vai para lá aos fins de semana (...) nunca meteria a minha filha numa instituição."</i></p>
Patrícia	24	<p><i>"a minha mãe"envolveu-se com vários homens(...)fugiu (...)[pai] é alcoólico(...)passei mal (...)desatei a correr em direcção à PSP, tinha 8 anos(...)fomos para casa do meu pai (...) estava revoltada(...)porque não me deixavam ver a minha mãe(...)naquele dia, descarreguei tudo, mandei uma cabeçada no vidro(...) a Segurança Social chamou-nos e disse que arranjavam um Lar para nós (...) entrei no colégio com 11 anos (...) Aos 17 ele [pai] veio-me buscar, não só a mim, também à minha irmã, só que depois ela fugiu (...) Eu não queria ir mas (...) não podia fazer nada.(...) no dia em que fazia 18 anos fugi (...)entretanto arranjei um trabalho e aluguei um quartito "</i></p>
Xana	24	<p><i>"(...)o meu pai era esquizofrénico (...) e a minha mãe é alcoólica (...) [aos 6 anos] fui para uma instituição e a minha irmã para outra" (...) aos 7, voltei para junto da minha irmã (...) decidi sair. (...) vivi com a minha irmã 2 anos (...) para o fim já não dava (...) tive que procurar casa (...) agora vivo sozinha".</i></p>

Verificamos que, nas narrativas dos participantes da sub-amostra Lares - com a excepção do *Martins* e do *Emanuel* – destacam-se maus-tratos na família de origem, separações e mudanças constantes. A estas dificuldades acrescem, para alguns sujeitos, institucionalizações repetidas ao longo do seu percurso de vida.

Quadro 6: Breve descrição do percurso de vida dos sujeitos da sub-amostra Centros Educativos

Participante (n=4)	Idade	Síntese do percurso de vida
Jorge	21	<p><i>"No bairro onde eu estava, não fazia praticamente nada. Acordava, ficava lá a apanhar sol. (...) já tinha saído da escola (...) o bairro onde eu morava era muito problemático (...) o meu pai está na Bélgica, a minha mãe está aqui mas não tinha possibilidades de cuidar de 3 pessoas sozinha e então eu fiquei com o meu avô (...) os polícias (...) "Sim, vais para um Colégio, para um Centro Educativo"</i></p>

		<i>(...) a minha despedida [do C.E.] foi diferente porque eu acho que marquei muita gente e muita gente me marcou...desde que sai do colégio, passado dois meses entrei logo na Segurança."</i>
Louça dos Santos	28	<i>"a casa era fria porque era feita em blocos...a casa nem era casa... era uma casa de arrumos! (...) se eu pudesse, na altura, cortar o cordão umbilical, acho que cortava.(...) com 12 anos (...) "O pá desculpa lá mas vais-me conhecer"! E nunca mais mudei a partir desse dia.(...) [1ª instituição] Todos me queriam fazer a folha (...) [2ª instituição] disseram que eu ia ser transferido (...) vieram-me as lágrimas aos olhos. (...) Gostava daquilo."(...) [3ª instituição] uma desilusão (...) saí do colégio e voltei para casa em 98, em Janeiro de 99 saí de casa...puseram-me na rua. Estive uns meses em Peniche, em 2000 voltei outra vez para casa (...) fui para a escola, namoradas, drogas (...) depois, Centros de acolhimento e inserção social."</i> Observação: Louça dos Santos está em situação de sem-abrigo.
Come e dorme	20	<i>"Eu nasci numa casa da minha mãe no meio de um pinhal (...) aquilo não tinha condições nenhuma, chovia lá dentro, péssimas mesmo! (...) quando entrei para o ciclo comecei a ter más companhias (...) Fazíamos asneiras, batíamos, roubava-mos (...) quem me tentava sempre ajudar foi o meu irmão (...) Porque não tinha nenhum apoio na família (...) Talvez por ter nascido sem pai, faz muita falta. (...) Fui ao tribunal e na audiência mandaram -me directamente para o colégio (...) Depois, voltei para casa da mãe e fiquei fechado no meu mundo (...) Depois conheci a S. [namorada] e mudei muito. Sai do meu mundo...foi como se tivesse nascido."</i>
Mundo melhor	29	<i>"(...) os momentos mais felizes foram na minha terra, em S. T. até aos meus 5 anos, em que vivi o ser criança. (...) Vivia com os meus pais, depois separaram-se (...) A partir dos 10 anos começaram os problemas. (...) mãe ainda ficou mais ausente de casa (...) chamava a atenção de que ele [companheiro da mãe] já não era boa pessoa, ela punha-me de lado. (...) tinha 16 anos (...)decidi que ia pegar num amigo e decidi que queria ter um filho (...) houve averiguações da parte do tribunal mas não deu em nada. Depois, voltei para casa da minha e mãe e ele [companheiro da mãe] continuou a violar-me. (...) Eu queria engravidar porque pensei que a minha mãe se aproximasse de mim e fosse mais minha amiga (...) A minha mãe desconfiou e foi ao tribunal fazer queixa de mim e que queria pôr-me fora de casa e então fui para a antiga tutoria. (...) Sou casada e vivo com o meu marido e três filhos e ainda cuido de mais dois, num total de cinco."</i>

Nas narrativas dos sujeitos da sub-amostra Centros Educativos destacam-se situações de grande desvantagem socio-económica dos seus agregados familiares (com a excepção de *Mundo Melhor*), falta de suporte familiar, abandono escolar e comportamentos de carácter delinvente em idade precoce.

Quando pedimos aos sujeitos que elaborassem o que se denominou de linha da vida, onde assinalavam os momentos mais significativos, positivos e/ou negativos, do seu percurso de vida até à altura da entrevista emergiram, globalmente, três períodos: a) o período pré-institucionalização, a) o período do acolhimento/internamento na instituição, e c) o período pós-institucionalização.

No que concerne ao período pré-institucionalização destacam-se as referências às vivências na família de origem, relatadas por 9 sujeitos na sub-amostra LIJ e por 3 na sub-amostra CE.

No grupo LIJ, realçam-se as vivências negativas (n=6): morte dos progenitores, maus-tratos (da/à progenitora), divórcio dos progenitores e venda do irmão. Vivências positivas são também referidas por 2 sujeitos, fazendo menção a momentos positivos com o progenitor, nascimento da irmã e a escola primária. Por sua vez, no grupo CE 2 sujeitos referiram igualmente momentos positivos com o(a) progenitor(a) e apenas um sujeito enfatiza vivências negativas (violação pelo companheiro da mãe e denúncia da progenitora).

No período do acolhimento/internamento, o momento da entrada para a instituição foi o mais destacado, tanto na sub-amostra LIJ como na sub-amostra CE, sendo referenciado por 8 e por 3 sujeitos, respectivamente. No primeiro grupo, metade dos sujeitos percebem este momento como positivo e metade como negativo, enquanto no segundo grupo a totalidade dos sujeitos classificaram-no como negativo. Saliente-se que, em ambas as sub-amostras, foram percebidos como negativos: a) o momento de retirada do meio familiar (3 indivíduos no primeiro grupo; 1 no segundo), b) os procedimentos (3,1), tais como, a audiência em tribunal, ser transportada no carro da polícia e, por fim, c) a permanência na instituição (2,1).

No período pós-institucionalização, os momentos mais destacados dizem respeito ao momento da saída da instituição, percebido por ambos os grupos como positivo (4 sujeitos da sub-amostra LIJ e 2 da sub-amostra CE) e o casamento/relação actual, vivenciado também como “positivo” em ambas as sub-amostras (3,2).

Articulando esta categoria com a descrição sintética dos percursos de vida dos participantes, reforça-se a ideia de vivências precoces caracterizadas por maus tratos, violência e separações, sobretudo nos participantes da amostra LIJ. Compreende-se, assim, que a descrição das vivências precoces na família de origem desta sub-amostra seja predominantemente negativa e que sensivelmente metade deste grupo perceba a institucionalização como positiva. Esta vivência contrasta de forma sensível com a experiência dos participantes internados em Centro Educativo, aparentemente menos marcados por experiências negativas na família de origem e que, talvez por consequência, representam a sua retirada da mesma de forma uniformemente negativa.

Tal não significa, contudo, a ausência de vivências positivas na família por parte dos nossos participantes, mesmo daqueles que experienciaram maus tratos. Efectivamente, vários particularizam momentos e recordações positivas enquanto viviam no seio familiar. A família de origem é sempre uma referência fundamental para os entrevistados, ainda que se tenha verificado a ocorrência de maus-tratos ou mesmo que as condições habitacionais, económicas e sociais, emocionais, entre outras, fossem caracterizadas por uma grande precariedade e disfuncionalidade (Carvalho, 1999).

Assim, mesmo nas famílias maltratantes, o vínculo existe, transmitindo não apenas elementos negativos, mas também elementos positivos, que devem ser contextualizados nos fenómenos de sobrevivência da família (Linares, 2000). Podemos, desta forma, equacionar uma primeira questão decorrente dos nossos dados: *Até que ponto este vínculo positivo, mesmo em situações de maltrato, é reconhecido e preservado pelos profissionais que intervêm com estas crianças? De que forma age a instituição sobre este vínculo, preservando-o e optimizando-o ou, pelo contrário, contribuindo para a sua fragilização?*

4.2. Conceito de instituição

Após a caracterização dos sujeitos da amostra, vejamos o que cada um entende por instituição (quadro 7. e 8.).

Quadro 7: Definição de instituição pelos sujeitos da sub-amostra LIJ

Participante	Definição de instituição
Matos	<i>"É uma casa para pessoas que são, às vezes, vítimas de maus-tratos por parte das famílias e são tratados de forma diferente, têm dificuldades em aprender" (...) um porto de abrigo... para tentar aprender aquilo que cá fora não consigo."</i>
Scooter	<i>"Uma casa de solidariedade para os sem-abrigo e para os ajudar."</i>
Dids	<i>"Lar, acolhimento"</i>
A-Kon	<i>"É um sítio para onde vão pessoas desconhecidas com condições...famílias que não têm condições."</i>
Emanuel	<i>"É uma casa onde se pode acolher crianças que não tenham pais, que não tenham familiares, que não tenham carinho (...) que andem na rua e assim (...) é uma casa onde o carinho se dê, será fazer deles uns homens, duma tal forma que eles um dia também não se arrependam de terem vindo para ali" (...) Casa de gente pobre (...) é um rapaz da rua, um abandonado né? Casa de repouso, casa de pobres, casa de acolhimento a crianças que têm necessidade (...)."</i>
Martins	<i>" (...) uma instituição depende dos seus objectivos, neste caso, a Casa X, defino-a como se fosse – não é minha – uma casa de família, porque vive-se em família, para os sem família. E acho que as</i>

	<i>instituições se deviam orientar por este princípio porque serve para todos...porque quando falta o ambiente familiar há uma lacuna muito grande. "</i>
Margarida	<i>"Instituição é um lar onde as pessoas podem aprender um pouco mais do que já sabem, mudarem um pouco o rumo da vida, serem auto-dependentes, conhecerem novas regiões do país, conhecerem um pouco do mundo."</i>
Jessica	<i>"A palavra por ela já diz tudo. É uma casa, que pode ou não acolher pessoas. Se for uma instituição de crianças acolhe crianças que passam por dificuldades, pais que não tem condições para poder cuidar dos filhos, porque são abandonados."</i>
Patrícia	<i>"Instituição para mim é uma palavra pesada, muito pesada...é muito pesada e muito difícil de definir...(silêncio). Porque eu nem estive numa instituição, eu acho que não estive numa instituição...eu estive dentro de uma cadeia!"</i>
Xana	<i>"Um refúgio transformador, porque entramos lá porque não podemos estar em casa, somos umas crianças coitadinhas e saímos de lá e parece que ainda nos pode dar cabo se não explodimos, porque lá dentro temos que criar defesas, que nos fazem pessoas completamente diferentes, mais duras, mais persuasivas."</i>

Na sub-amostra LIJ podemos constatar que 4 participantes destacam a dimensão de acolhimento e de porto de abrigo na sua definição de instituição, o que reflecte a sensação de protecção e de segurança. Por outro lado, um participante compara-a a uma “cadeia”, destacando a dimensão de aprisionamento. Outro aspecto referido foi a caracterização da população de internados, referida por 8 sujeitos, de uma forma que traduz o estigma associado a estes percursos: pessoas desconhecidas, “abandonadas”, “vítimas de maus-tratos por parte das famílias”, “que não tenham familiares”, ou cujas famílias “não têm condições”, “gente pobre”, com “necessidade” e com “dificuldades em aprender”. Foram ainda descritos positivamente por 6 participantes os objectivos da instituição, designadamente: “ajudar”, dar “carinho”, mudar o “rumo da vida”, “conhecer “ e “aprender”.

Quadro 8: Definição de *instituição* pelos sujeitos da sub-amostra Centros Educativos

Participante	Definição de instituição
Jorge	<i>" é um colégio onde há miúdos e esses miúdos têm regras."</i>
Louça dos Santos	<i>"Escola do crime."</i>
Marco	<i>"Correcção, corrigir as pessoas."</i>
Mundo melhor	<i>"Não sei, mas eu não gosto do nome. Para mim lembra-me cadeia e não gosto."</i>

Por contraposição com esta dimensão de apoio, na sub-amostra CE os participantes destacam a dimensão correctiva das instituições, referindo-se a “regras”, à “correccão” e ao aprisionamento (“cadeia”). O fracasso deste objectivo é também mencionado, neste caso por um participante que se refere à aprendizagem de técnicas de comissão de delitos.

4.3. Período pré-institucionalização

No que concerne às razões que os sujeitos perceberam como motivos de institucionalização, verifica-se, em ambas as sub-amostras, a ocorrência de vários motivos no mesmo sujeito.

Na sub-amostra LIJ, podemos realçar que o alcoolismo (n=7) e os maus-tratos (n=7) dos progenitores foram os motivos de institucionalização mais enumerados. Nos maus-tratos incluem-se: abusos físicos, abuso emocional, negligência e abandono. A morte dos cuidadores (n=4) foi também um motivo subjacente a várias institucionalizações neste grupo.

Podemos ainda constatar que a maior parte dos sujeitos menciona várias condições do agregado familiar que justificaram a institucionalização. As poucas situações em que foi referida uma problemática isolada correspondem às situações de morte dos adultos cuidadores.

Foi ainda questionado aos participantes se o motivo de institucionalização lhes foi explicado por alguém, ao que metade dos sujeitos referiu que o motivo não lhes foi explicado.

No que respeita aos motivos de institucionalização nos CE, também as razões expressas pelos sujeitos que justificaram o internamento foram variadas. É interessante notar que a totalidade dos sujeitos apontaram quer motivos manifestos, definidos como os motivos que constituíram a causa directa da medida de internamento em Centro Educativo, quer os motivos subjacentes, que incluem as causas que, directa ou indirectamente, permitiram a ocorrência da situação problema. Assim, os motivos manifestos mais enumerados foram o roubo (n=2) e a ofensa à integridade física (n=2).

Os motivos subjacentes descritos pelos sujeitos que praticaram roubo referem-se a dificuldades económicas (“a maioria dos jovens que andam aí a fazer essas porcarias é por causa disso, por não terem dinheiro (...) ter o que não temos); a ausência de um ou ambos os progenitores (*Talvez por ter nascido sem pai, faz muita falta...*); viver

num bairro problemático (“*havia confusões sempre que havia festas, aos fins-de-semana havia tiros e depois os policias vinham*”) e associação a pares desviantes (“*tudo começou quando eu era pequenino (...) enfim, com os amigos...*” *Embora lá buscar uns brinquedinhos...*”). No caso dos sujeitos que praticaram ofensa à integridade física, são referidos como motivos subjacentes dificuldades económicas, bullying, instabilidade emocional, problemas familiares e desigualdade sócio-económica (“*aquele menino (...) filho de um professor universitário, mãe universitária (...) todos os dias, quando eu saía de manhã (...) abordava-me, batia-me e roubava-me o dinheiro todo que eu tinha para comer na escola (...) peguei nas facas de matar os porcos que o meu pai tinha e escolhi a maior (...) isto com 12 anos (...) cravei-lha no pescoço e vim-me embora!*”).

Analisando estes dados, destacamos, em primeiro lugar, o facto de a maioria dos participantes da sub-amostra LIJ referirem que o motivo do acolhimento não lhes foi explicado pelos técnicos (um sujeito conta ter lido o seu processo às escondidas aos 18 anos, altura na qual soube o motivo do seu acolhimento). Colocamos várias hipóteses na interpretação deste dado: a) um constrangimento dos técnicos em falar acerca das problemáticas familiares das crianças e jovens; b) não ser considerado uma informação relevante; c) o motivo ter sido dito apenas num dado momento (por exemplo, no momento de chegada) em que a criança/jovem se encontra num estado de tensão, não integrando a informação. Independentemente destas explicações, esta será uma prática institucional que urge alterar, sendo na nossa opinião fundamental que o motivo da institucionalização seja claramente explicado à criança/jovem, se necessário em diferentes momentos do acolhimento institucional (que se julguem mais adequados e segundo as necessidades e capacidades da criança). Para além disso, é indispensável que saiba claramente quem tomou a decisão do acolhimento/internamento (e.g. família, juiz, técnicos, etc.), assumindo as suas responsabilidades (Raymond, 1998).

Em segundo lugar, no que respeita especificamente às crianças e jovens acolhidos em LIJ, os resultados da nossa investigação são congruentes com os resultados dos estudos efectuados a nível nacional (M.T.S., 2000; I.S.S., 2007), que constata que os motivos da institucionalização se prendem sobretudo com a negligência, o alcoolismo, o abandono, o absentismo escolar, os maus-tratos físicos e psicológicos e a carência sócio-económica.

Do mesmo modo, também os motivos manifestos que os participantes do grupo CE apontam como motivo do seu internamento constituem os motivos mais enumerados nos estudos efectuados a nível nacional (Marteleira, 2007; Santos, 2004), nomeadamente a prática de furto e, com bastante menos frequência, ofensas à integridade física.

Digno de especial referência é o facto de estes participantes terem percepcionado como motivos subjacentes aos seus problemas de conduta os mesmos motivos percepcionados pelos sujeitos da sub-amostra LIJ como subjacentes ao seu acolhimento institucional, nomeadamente: a carência socio-económica, problemas familiares, ruptura familiar, ou ausência de um ou ambos os progenitores. Assim, os resultados deste estudo parecem corroborar a ideia de que as crianças e jovens institucionalizados provêm sobretudo de contextos familiares onde predominam grandes carências socio-económicas, abrangendo sobretudo os estratos sociais mais desfavorecidos (Carvalho, 1999; Gersão, 1996; Santos, 2004; Wolfe, 1995, cit. por Alberto, 2002; PII, 2006). Estas condições de desvantagem sócio-económica sobrepõem-se a uma interacção familiar de contornos problemáticos, onde o abandono dos pais, a negligência e o alcoolismo como os traços mais fortes de ambas as sub-amostras.

Esta semelhança das problemáticas do grupo acolhida em LIJ e do grupo acolhido em CE, em que diferentes formas de vitimização surgem cumulativamente nos dois tipos de situações, reflecte também a sobreposição entre estes dois percursos de vida. Assim, apesar de as finalidades da intervenção de promoção e protecção e da intervenção tutelar educativa se distinguirem entre si (Peres & Gonçalves, 2006), na prática, muitos jovens delinquentes são as mesmas crianças identificadas como vulneráveis e em situação de necessidade (Taylor, 2004), possuindo em comum os mesmos factores de risco e as problemáticas de que são alvo (Gersão, 1996; Gonçalves & Peres, 2006). Como refere Marteleira (2005), os CE aparecem como última paragem de um trajecto desviante que frequentemente se inicia por problemas económicos e familiares e, não raramente, experiências de vitimação.

Estes resultados fazem-nos questionar o funcionamento do sistema de protecção de menores, sugerindo que a prevenção primária e a intervenção ao nível dos vários sistemas que rodeiam a criança (família, grupo de pares, escola, outras instituições) antes da sua institucionalização terá nestes casos sido inexistente ou não ter funcionado de forma adequada. Assim, questionamo-nos: *Ao reforçar o “controlo” de certas*

famílias, em detrimento de uma intervenção preventiva (ou, pelo menos, uma intervenção terapêutica) concertada e eficaz, que minimize os danos para a criança/jovem, não estaremos a agir de forma socialmente injusta? Não poderá esta intervenção ser considerada uma forma de violência institucional e uma prática que reforça as desigualdades sociais vigentes?

4.4. Período de institucionalização

a) Chegada à instituição

Começamos por pedir aos participantes que recordassem o momento em que chegaram à instituição e as emoções então predominantes (cf. anexo4.).

Na sub-amostra LIJ, podemos verificar que a totalidade dos sujeitos descreve o momento de chegada à instituição (n=8) com uma grande pormenor (cf. anexo3.), indicador do forte impacto deste momento. Fazem predominantemente referência às vivências emocionais associadas a esta experiência, quer sejam positivas (n=2) ou negativas (n=6). O modo como é vivenciada a entrada na instituição parece estar particularmente associado aos sentimentos provocados pela separação da família de origem. Como refere Patrícia: *“senti muita raiva, porque eu era muito ligada à família (...) mesmo sabendo que éramos escravas dos meus avós, éramos uma família (...) e vivíamos assim”*. De igual modo, as vivências emocionais positivas (n=3), têm em comum o facto de fazerem referência às vivências relacionais, ou seja, alguém que tenha facilitado o acolhimento, por exemplo, a recepção por uma funcionária (*“Senti um certo acanhamento ao chegar (...) mas fui logo bem recebido pela senhora (...) tranquilizou-me muito”*, *“sentia-me muito pequenina mas estava muito contente porque estava com a minha irmã e era muito bom.”*). A vivência do espaço físico, quer tenha sido percepcionada como positiva, associada a um espaço livre (n=3), quer como negativa (n=6), associada a um espaço fechado, é também coincidente com as vivências emocionais atrás referidas.

Considerando a sub-amostra CE, os 4 participantes referem predominantemente o impacto emocional (n=6) do momento de chegada à instituição (cf. anexo4.) São mencionadas fundamentalmente vivências emocionais negativas (n=5), nomeadamente, aos sentimentos de separação da família e do meio de origem, referências negativas às pessoas que integram o CE ou até mesmo em relação a toda a sociedade. No que

concerne à referência ao espaço físico, 2 sujeitos percebem-no de forma negativa, por ter características semelhantes às de uma prisão, nomeadamente, ser fechado e ter grades. Relativamente aos processos de admissão ou boas-vindas, estes foram vivenciados por 2 sujeitos de forma negativa, nomeadamente, o sentimento de falta de segurança pessoal e a permanência numa divisão fechada, sem contacto com o meio exterior, sendo estes acontecimentos relatados com um grande impacto emocional: *“Chorei, chorei muito (...) 3 dias e 3 noites lá, só me levavam comida...”*.

Embora sendo uma vivência idiossincrásica, consideramos importante a referência, por parte de um participante, de agressões físicas e uma tentativa de abuso sexual no momento de chegada a duas instituições diferentes (este participante esteve em 3 instituições no total), coincidindo estas situações com aquelas em que o impacto emocional e relacional foi também vivenciado de forma “negativa”.

As vivências positivas na entrada no CE (n=2) estão associadas ao aspecto relacional, nomeadamente, à presença dos pais, à relação estabelecida com os pares, aos monitores, à equipa técnica e à recepção do jovem pela equipa técnica/direcção.

Tal como se depreende do relato dos participantes, o momento de chegada à instituição é um acontecimento com um grande impacto emocional, atestada pela recordação pormenorizada e pelos fortes conteúdos emocionais patentes nas narrativas dos participantes, já na idade adulta. Vários factores justificam a “intensidade” emocional do momento de chegada: antes de mais, pela vivência de separação e/ou abandono da família de origem (e a toda a rede de relações construídas até ao momento), com as consequentes atribuições depreciativas e de auto-desvalorização (Alberto, 2002), e sentimentos de ambivalência e de revolta; por outro lado, o facto de esta ser uma vivência imposta à criança ou jovem, uma decisão na qual o menor não tomou parte; finalmente, pela chegada a um espaço novo, grande parte das vezes distante do meio de origem, rodeado de pessoas desconhecidas, no qual o menor não prevê ou controla o que vai acontecer a seguir.

De facto, para a maior parte dos participantes deste estudo este foi um momento percebido de forma negativa. Em ambas as sub-amostras, tais vivências negativas parecem estar associadas, fundamentalmente, aos sentimentos de separação da família de origem e, no caso dos sujeitos internados em CE, também ao sentimento de indignação, de revolta e de mal-estar.

Destacamos ainda, particularmente no caso dos Centros Educativos, a referência a processos de admissão ou boas-vindas (Goffman, 1961), pelo menos num dos casos de carácter marcadamente punitivo/violento.

Sendo certo que o momento de chegada ao CE constitui uma ruptura com determinados padrões até então existentes e que exigirá alguma reflexão por parte do jovem, a verificar-se este procedimento, *urge questionar a sua função e efeitos*. Segundo Goffman (1961) a cerimónias de boas-vindas traduz a crença de que, se o internado for obrigado a mostrar uma extrema deferência no momento da admissão, será depois controlável, pois, ao submeter-se a essas exigências iniciais, a sua resistência é, de alguma forma, quebrada. Esta crença de senso comum não encontra, contudo, sustentação na literatura da especialidade, a qual considera que apresentar a entrada na instituição como uma punição, conduz a uma recusa e oposição por parte do jovem. Parece ser preferível transmitir uma mensagem de esperança (I.P., CID, 2006), fazer ressaltar os aspectos positivos da vida num Lar/Centro Educativo, ou seja, um “local onde não se faz tudo aquilo que se quer, mas onde se pode aprender qualquer coisa de útil e interessante, um lugar onde serão propostos projectos que se abrem ao futuro” (Raymond, 1998).

Efectivamente, os nossos próprios resultados sugerem que o impacto emocional negativo da admissão pode ser minimizado e que esta pode até constituir um momento positivo para a criança/jovem. Para tal os seguintes aspectos parecem ser relevantes: a) o ambiente físico da instituição – o espaço ser agradável e acolhedor; b) o aspecto relacional - a criança/jovem permanecer com a fratria e/ou alguém adulto o receber neste momento; e c) a recepção da criança na instituição ser devidamente planificada e concertada, na qual se podem mobilizar os progenitores, os pares, os técnicos, os funcionários e a direcção da instituição. Assim, antes da chegada do novo residente, deve haver um trabalho de preparação junto de todos os membros da estrutura residencial (IP, CID, 2006; Raymond, 1998) e, quando finalmente se dá o ingresso na instituição, este deve ser individualizado (I.P., C.I.D., 2006).

De facto, podemos constatar que os recursos humanos – a sua presença, os seus esclarecimentos, o seu afecto, a sua compreensão - parecem ser um aspecto basilar na recepção da criança/jovem na instituição, quer seja Lar ou centro Educativo. Como refere um dos participantes: *"estavam lá os meus pais, com bolinhos (...) Amigos, tudo a falar comigo, tanto pelos monitores como pela equipa técnica como pelos próprios miúdos. Comecei bem. (...) Não foi preciso andar à porrada nem responder mal nem dar nada, foi só preciso falar que é aquilo que eu prezo é falar"*.

b) Percepção do espaço físico

No geral, a percepção do espaço físico da instituição é positiva (“*ótimas, “espectáculo”*”), referidas por 9 sujeitos na sub-amostra LIJ e por 4 sujeitos na sub-amostra CE. Scooter refere: “*Era muito grande, com piscina e tudo, era um espectáculo! (...) tomara eu ter aquela casa para mim!*”. No primeiro grupo foram valorizadas as “*instalações*” no geral, o ter “*espaço livre*”, os “*portões abertos*” e o “*não ter muros*” e, no segundo, as “*condições*”, sendo até mencionado ser “*mordomia demais para uma correcção*”.

Este resultado é coerente com os resultados dos estudos efectuados nos LIJ portugueses, que revelam um panorama favorável no que diz respeito às condições de habitabilidade dos edifícios que acolhem crianças e jovens (M.S.T., 2000). Por outro lado, a percepção positiva pode também dever-se ao meio de origem da população institucionalizada, caracterizada por grandes carências sócio-económicas e habitacionais (Goffman, 1961).

Todavia, na sub-amostra CE, 3 sujeitos percebem como negativos (“*transtornante*”) os seguintes aspectos: a dimensão grande da instituição (n=3), o facto de se assemelhar a uma prisão (n=2), o ter muros, portões e janelas com grades, o ser fechado e o não ser familiar (n=3). Jessica descreve: “*É muito grande. Tem janelas, ainda tem grades (...) A entrada (...) parece mesmo uma prisão porque tem uma grade, mas daquelas grades mesmo pesadas, para fechar o portão, depois, na porta, para ver, tem daquelas portinhas pequenas que abrem para espreitar, que dá para ver a cara da pessoa*”.

A este propósito recordamos a afirmação de Raymond (1998), segundo o qual este tipo de características conduz a que o espaço seja assimilado como se de uma prisão se tratasse, o que faz com que os jovens tenham apenas um desejo: “*evadirem-se, passando por cima dos muros*” (idem, 1998, p.41).

No que respeita à organização e divisão do espaço, na sub-amostra LIJ este é percebido como dividido por idades (n=4), por secções (n=1) e por grupos (n=1). Na sub-amostra CE é referida a divisão por unidades (n=3) e respectivo regime (fechado, semi-aberto e aberto). Desta forma, constata-se que os participantes da sub-amostra CE referem critérios mais homogéneos e menos variáveis que os da sub-

amostra LIJ, pelo que colocamos a hipótese de os CE serem sujeitos a uma maior regulamentação.

No que concerne ao número de pessoas por quarto, no primeiro grupo varia entre quartos de [1-4] (n = 3); de [4-8], designados de camaratas (n=1), de [8-12] (n=3) e [20-25] (n=1) pessoas. No segundo grupo, varia entre [1-2] (n=3) e camaratas de [10-15] pessoas (n=2). Estes dados são coerentes com os resultados dos estudos efectuados a nível nacional sobre os LIJ, que indicam que a existência de quartos partilhados é uma realidade existente em todas as instituições do nosso país, sem excepção (M.T.S., 2000). Sabemos que nem todas as instituições permitem ter um quarto individual para cada um, no entanto, vários autores sublinham a importância de cada um poder ter o seu espaço (por exemplo, um armário ou uma arca fechada) (Raymond, 1998).

c) Aspectos organizacionais

Considerando os aspectos organizacionais da instituição, podemos observar que todos os participantes estiveram em regime de internato (cf. anexo4.) e, na sub-amostra CE, os sujeitos especificam ter estado em “*regime fechado*” (n=2) e “*semi-aberto*” (n=2). Note-se que, nos casos em que os sujeitos mencionaram o regime semi-aberto, este ocorreu após a permanência em regime fechado.

Na sub-amostra LIJ, no respeito ao número total de pessoas internadas, a referência a 100-150 crianças e jovens foi a mais comum e, na sub-amostra CE foi referida a permanência de cerca de 30 jovens na instituição.

Quanto ao regime do acolhimento, destacamos que, no primeiro grupo, o regime unisexo foi referido por 6 sujeitos e, no segundo grupo, por 4 sujeitos. O regime misto foi descrito por 2 participantes em cada uma das sub-amostras.

A orientação da instituição foi definida como católica por 3 sujeitos na sub-amostra LIJ e por 1 na sub-amostra CE. Note-se ainda que, na primeira sub-amostra 6 não especificaram a orientação da instituição.

Apenas no primeiro grupo é descrita a identificação da pessoa responsável, mais especificamente, um responsável adulto (n=4) e um responsável mais velho (n=6), que corresponde aos pares mais velhos da instituição que ficam com a função de “*responsável chefe*” das outras crianças e jovens. No segundo grupo, os sujeitos que fazem referência aos aspectos organizacionais do grupo, descrevem apenas a divisão por unidades (n=2).

Realçamos ainda outro aspecto referido pelo grupo LIJ, que se refere ao facto de a escola funcionar dentro da instituição (n=5), o que era vivenciado de modo negativo (“*não gostava*”, “*não me adaptava*”) devido a não ter intervalos, ao professor ser demasiado exigente) e dar muitos castigos, como por exemplo, reguadas (n=2). Pelo contrário, no segundo grupo, dos 3 sujeitos que estudaram dentro da instituição, 2 deles vivenciaram esta experiência de modo positivo (“*muito bom*”, “*estava empenhado*”).

Do conjunto destes dados, é de destacar que o número total de crianças acolhidas na instituição é significativamente maior em LIJ do que em CE. A teoria na área propõe, contudo, uma “dimensão reduzida, que permita uma atenção individualizada num clima grupal, acolhedor e familiar”, estabelecendo como capacidade máxima 40 lugares, ainda que recomende a capacidade de cerca de 15-25 crianças/jovens por instituição (Sandomingo, 1998, p.226). Este tipo de organização favoreceria a prossecução do objectivo definido para estas instituições de lhes proporcionarem condições de vida tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar, minimizando eventuais efeitos negativos decorrentes das situações de institucionalização (MTSS, 2000).

Constata-se que o número de pessoas, principalmente na sub-amostra LIJ excede em larga medida esta capacidade, o que dificultará o estabelecimento de um acompanhamento individualizado a cada criança/jovem, bem como a criação de um ambiente familiar e acolhedor. Estes dados são coerentes com os resultados dos estudos a nível nacional (MTSS, 2000).

Uma outra característica digna de referência é o facto de a maioria dos participantes de ambas as sub-amostras ter mencionado o regime unisexo. De facto, vários autores consideram que as instituições devem ser mistas e verticais, em relação com o sexo e com a idade dos seus beneficiários (Sandomingo, 1998), aspecto que assume particular relevância, pelo facto de permitir acolher conjuntamente grupos de irmãos.

A referência à orientação católica de muitos Lares é também referida, porventura tributárias da predominância histórica e cultural no nosso país da intervenção social de tipo assistencial associada à Igreja Católica. Na verdade, mesmo os 6 sujeitos que não especificaram a orientação religiosa da instituição, ao longo da entrevista, fizeram referência à orientação católica da mesma (no que respeita aos princípios, às rotinas, às regras).

No que concerne à organização dos grupos, constata-se também uma maior homogeneidade na sub-amostra CE do que na sub-amostra LIJ, cujos critérios são mais variáveis. Digno de especial destaque é a referência frequente ao responsável mais velho, sendo estes frequentemente jovens que estão há mais tempo institucionalizados. Apesar do carácter comum desta prática, a mesma poderá assumir algum risco, na medida em que facilita o estabelecimento de dinâmicas abusivas, em que o “mais forte” – o mais velho, o mais antigo - ganha “mais poder” sobre o “mais fraco” – o mais novo e o mais recente na instituição (Barter, 2003), propiciando o que Raymond (1998) definiu como a “lei do silêncio”, na qual muitas vezes o pessoal técnico não consegue perceber e/ou aceder à realidade relacional entre os jovens.,

Por último, em ambas as sub-amostras se verifica o modelo de co-habitação de escolas nas instituições. No caso dos CE, o facto de os jovens estarem em regime fechado explica, em parte, este modelo de organização. No caso dos LIJ, esta organização reflecte um modelo antigo e tributário das “instituições totais”, pelo que consideramos ser fundamental a integração das crianças e jovens no sistema escolar normalizado, no qual têm ao seu dispor um maior número de modelos de referência, um maior leque de aprendizagens, de actividades e de oportunidades. Tal como refere a investigação teórica nesta área, as instituições devem estar abertas à comunidade e permitir a utilização dos serviços e equipamentos (Raymond, 1996b; Sandomingo, 1998).

d) Horários e rotinas

Os horários e rotinas fixas são explicitados pela totalidade dos participantes de ambas as sub-amostras. A regulamentação do tempo e das rotinas diárias da instituição são minuciosamente descritas, durante a semana, bem como ao fim-de-semana.

No que respeita aos horários são referidos: o horário de acordar e de deitar, os horários das refeições e a hora de entrada e de saída da instituição; no que respeita às rotinas são mencionadas as ocupações diárias de cada um (escola, oficinas, trabalho) e as rotinas obrigatórias (assistir à missa, participar na catequese, na oração).

Na sub-amostra LIJ, a regulamentação diária dos horários é descrita sem especificar o modo como foi vivenciada (negativo ou positivo) por 9 sujeitos, considerando-a como parte integrante do seu quotidiano. Como aspecto negativo específico, foi destacada (n=4) a rigidez dos horários de entrada na instituição, tanto

durante a semana como ao fim-de-semana, considerando que não se adaptam às necessidades de cada um, principalmente no período da adolescência.

As rotinas enumeradas foram: a missa (n=8), a catequese (n=4) e o rezar (n=5), sendo variável a tonalidade emocional (positiva ou negativa) com que estas obrigações são descritas. Foram ainda referidas por 4 sujeitos determinadas tarefas (tais como arrumar, ajudar na cozinha); o tempo livre e as actividades extracurriculares.

No que respeita ao fim-de-semana foram destacadas rotinas como: a missa (n=7), catequese (n=4), as tarefas (n=3) e o tempo livre (n=3). Como experiências positivas, 4 sujeitos destacam o fim-de-semana, nomeadamente, o almoço melhorado, o ter tempo livre, a participação numa actividade extracurricular (tal como, escuteiros), as actividades lúdicas (jogos, tal como jogar à bola) e os passeios no exterior da instituição.

No grupo do CE, os 4 participantes fizeram referência aos horários das refeições, às ocupações diárias de cada um (escola, oficinas, tarefas) e à hora de levantar e de deitar. De forma positiva, 3 sujeitos descreveram as actividades lúdicas e desportivas, tais como futebol, canoagem, equitação, badmington, campeonatos de xadrez, dança, convívios e passeios. Aos fins-de-semana, cada um dos 4 sujeitos destaca de modo positivo (“*bom*”, “*diferente*”) a permissão para sair, ver filmes, ir à biblioteca/casa da juventude e ir à piscina. Ainda de modo positivo, 2 sujeitos consideraram as celebrações festivas em datas especiais (e.g. “São João”), as festas de despedida (quando alguém saía do Centro Educativo) e os torneios de futebol inter-colégios.

O facto de todos os participantes deste estudo descreverem pormenorizadamente os horários e rotinas parece demonstrar que - quer em LIJ quer em CE – os tempos (e espaços) do quotidiano foram cuidadosamente estruturados, para além de terem sido assimilados pelos sujeitos. Como foi referido anteriormente (cf. caps. 1 e 2), é indiscutível a necessidade de se programar o tempo das crianças e jovens: a regulamentação de espaços e de tempos da actividade diária tem uma dimensão positiva (securizante e organizadora), protegendo da imprevisibilidade, que pode ser geradora de ansiedade (Medeiros & Coelho, 1991). Por outro, esta regulamentação pode tornar-se invasora do espaço próprio (Alberto, 2002) ao atingir os pormenores mais ínfimos da vida da criança/jovem (Medeiros & Coelho, 1991) e homogeneizando determinados

aspectos para todos, correndo o risco de não ter em conta a individualidade e as necessidades específicas de cada um.

Podemos verificar, na sub-amostra LIJ a referência a alguma inflexibilidade relativamente aos horários de entrada na instituição, principalmente no período da adolescência: *“Se a gente quer chegar um pouco mais tarde, não nos deixam, se chegamos, ficamos de castigo. Acho que isso está mal...a gente tem esta idade e claro que queremos estar um pouco mais tempo na rua e não podemos, temos de cumprir aquilo”*. É um facto que as necessidades funcionais da instituição nem sempre são facilmente compatíveis com as necessidades individuais de cada criança/jovem; contudo, os horários e as rotinas devem ser suficientemente flexíveis para permitir o exercício razoável da sua escolha da escolha individual (C.I.D., I.P., 2006), não confundindo rigor com rigidez (Raymond, 1998)

Um outro aspecto merecedor de especial atenção é a obrigatoriedade do cumprimento de determinadas rotinas de carácter religioso, referidos pela maior parte dos participantes da sub-amostra LIJ, opção esta que não parece respeitar à opção individual de cada um, em matéria de orientação religiosa. Como refere um dos nossos entrevistados: *“ninguém devia ser obrigado a ir à missa. Eu posso não ser católico, ou posso acreditar em Deus mas não querer ir à missa dada pelo Sr. Padre!”*

De salientar, mais positivamente, a referência à participação em actividades lúdicas e extra-curriculares, percepcionada de forma bastante agradável por todos os sujeitos que a experienciaram. Constata-se ainda a referência a uma grande oferta - em quantidade, qualidade e diversidade - de actividades lúdicas e de actividades desportivas pelos sujeitos que estiveram em CE. Como nos refere um dos entrevistados *“Participava: na canoagem – aprendi a fazer canoas em fibra - aprendi a andar a cavalo, fiz atletismo, andei em provas – ganhei uma medalha regional – no Verão, havia sempre actividades fora, ou íamos para a praia em Lisboa ou íamos para colónias de férias 2 ou 2 semanas, longe, com os monitores (...) iam todos e tudo se portava bem!”*. Pelo contrário, os participantes que estiveram em LIJ mencionam a pouca frequência, fraca acessibilidade e pouca variedade destas mesmas actividades: *“Tínhamos a catequese, que era obrigatória e uma actividade extracurricular, os escuteiros (...) só para quem quisesse.”*

A teoria neste domínio sublinha a importância das actividades lúdicas, jogos e passeios, bem como do contacto com a natureza, salientando as funções importante que estas desempenham para a crianças e jovens, bem como para a instituição (cf. capítulo

2). No entanto, tal como os nossos entrevistados salientam, é igualmente importante haver espaço para o tempo livre (Raymond, 1998), principalmente ao fim-de-semana.

e) Regras

Os participantes foram questionados acerca da existência de regras na instituição e, no caso da resposta ser afirmativa, era pedido que as nomeassem, bem como a sua opinião relativamente a elas. A quase totalidade dos participantes de ambas as sub-amostras referiu a existência de regras (n=12).

Na sub-amostra LIJ, podemos constatar que as regras da instituição são claramente identificadas por 9 indivíduos, ainda que apenas alguns tenham expressado a sua opinião relativamente a estas (cf quadro 12). Destes, 4 têm uma opinião negativa, por considerarem que são impostas, inflexíveis e exageradas, designadamente no que diz respeito à vigilância e controlo (n=10), considerado “*exagerado*”, ao cumprimento de rotinas obrigatórias (n=9), e ao cumprimento de horários (n=6), “*rígidos*” e “*iguais para todos*”.

As regras foram percepcionadas de forma positiva (“*importante*”) por 2 sujeitos, nomeadamente o facto de haver rotinas, a existência de horários estipulados e de tarefas institucionais e de regras evangélicas. Os restantes 4 participantes não especificaram a sua opinião relativamente às regras da instituição.

Na sub-amostra CE, as regras foram descritas claramente por 3 indivíduos (cf. quadro 13.). Contudo, em relação à maioria das regras, não especificaram a sua opinião, com excepção da percepção negativa das seguintes: regras respeitantes à vigilância e controlo, nomeadamente, a permanência, no momento de chegada, numa divisão fechada e isolada (n=2); as regras de deferência obrigatória (n=2), a utilização de esquemas de pontuação consoante o comportamento do sujeito e a proibição de sair da instituição. Para além destas, o cumprimento de rotinas (n=2), o cumprimento de horários, considerados demasiado rígidos e, por fim, o desconhecimento das regras existentes foram percepcionados de modo negativo: “*eu nunca percebi as regras do colégio, porque tudo falhava.*”

É indiscutível a necessidade da existência de regras em qualquer instituição. Se não existissem, a instituição não desempenhava o papel de barreira protectora, instalava-se o caos e as regras seriam impostas pelos mais fortes e mais violentos

(Raymond, 1998). Neste sentido, a existência de regras na instituição foi mencionada pela grande maioria dos participantes de ambas as sub-amostras, sendo estas claramente identificadas, o que nos parece positivo. No entanto, tal como refere a literatura da especialidade, as regras mais frequentemente identificadas dizem respeito à vigilância e controlo (sub-amostra LIJ – n=10; sub-amostra CE – n=7), parecendo privilegiar-se a sua função punitiva e de controlo social (Berridge & Brodie, 1998). No que concerne a este tipo de regras, destacamos a referência negativa dos participantes da sub-amostra CE, nomeadamente à deferência obrigatória (Goffman, 1961). Assim, Jorge explica: *“nós vivemos livremente na nossa casa, vamos a qualquer sítio não é? E agora vamos a um sítio onde temos de pedir para ir da sala para o quarto “O senhor, posso sair?”, “Podes” (...) “Não, fica onde estás!” É complicado, não é fácil. “Senhor, posso ir à casa de banho?”*. Segundo Goffman (1961) o facto de todos os segmentos de actividade serem sujeitos a julgamentos e à possibilidade de sanção é algo que violenta a autonomia do acto, colocando o indivíduo num papel submisso e não natural para um jovem que busca a autonomia.

Podemos ainda verificar que alguns dos participantes consideram que as regras são impostas, inflexíveis e exageradas, percepção esta que poderá ter diferentes explicações: a) a existência de facto de pouca flexibilidade na gestão das regras; b) as dificuldades destas crianças/jovens em aceitarem limites, o que poderá ser explicado pela ausência de regras e limites no meio familiar de origem; c) estas regras serem transmitidas e impostas pelo adulto e a criança/jovem sentir que não fez parte da sua elaboração, sem ter existido uma reflexão conjunta acerca da importância do seu cumprimento e d) a transmissão e cumprimento das regras ser priorizada pela instituição, em detrimento do estabelecimento de uma relação emocional entre a criança/jovem e o adulto que as elabora e as enuncia, o que dificulta a sua aceitação.

Por último, é interessante verificar que, ao contrário do que acontece na sub-amostra LIJ, os participantes da sub-amostra CE mostraram ter assimilado as regras, sem contudo desenvolver uma opinião crítica acerca delas, o que poderá dever-se ao facto de perceberem o seu internamento como uma correcção e/ou punição e, como tal, sujeito a determinadas regras e obrigações. Como refere um dos participantes: *“Assimilei-as e nem questione!”*.

f) Castigos

Os participantes foram ainda questionados acerca do que sucedia no caso de as regras da instituição não serem cumpridas. Na sub-amostra LIJ, os castigos mais enumerados, referidos pela totalidade dos sujeitos, dizem respeito à recusa de privilégios, que consiste na privação de alguns direitos previamente adquiridos, tais como a proibição de ir ao fim-de-semana com os familiares (n=3); a proibição de fazer a refeição (n=3), a proibição de ver televisão (n=3) e o deitar mais cedo (n=2), entre outros.

De seguida, 7 sujeitos mencionaram como castigo a comunicação com o superior hierárquico da instituição, que, por sua vez, decidiria o castigo a aplicar. Este pode variar entre o director, os jovens mais velhos, os educadores ou a decisão em “tribunal”, que consiste numa reunião em que cada uma das crianças e jovens acusa as infracções cometidas e decide o castigo merecido. Martins explica: *“cada um acusava as suas faltas que se entendia que eram ofensas para a comunidade (...) “Hoje, quem é que se portou bem, quem é que se portou mal (...) “Então e tu ali, achas que mereces castigo?” (...) “E então e que castigo mereces?” “Ah, ir para copa, um dia ou mais tempo, ou ser rapado o cabelo” - eles é que escolhiam os próprios castigos (...) eram tribunais familiares era tudo feito em família”.*

Também 7 participantes referiram como castigo a realização de tarefas institucionais extra, de limpeza e arrumação: *“a freira pôs-me de castigo 1 semana a arrumar os 3 refeitórios (...) Tudo à mão! Não havia máquinas! Louça para cento e tal crianças! Tinha de arrumar, pôr as mesas, limpar o chão, varrer, lavar a louça, secá-la, arrumá-la. Sozinha!”.*

A punição física como castigo é relatada por 4 sujeitos, variando entre punição física com objecto (n=2) - *“bateu a uma com um chinelo de borracha, ficou 1 semana marcado, ou mais!”* - e agressão física sem objecto (n=2) - *“em caso de fazermos algo de mal é que davam um estalo ou dois, ou três ou quatro.”.*

Associados às narrativas dos participantes acerca dos castigos, se por um lado se reconhecem sentimentos tais como injustiça e oposição, por outro notam-se sentimentos de ambivalência e de aceitação, quer por constituir a política da instituição, quer por os participantes considerarem que fizeram algo de mal e que, portanto, é merecedor de um castigo.

Tal como no primeiro grupo, na sub-amostra CE, os castigos mais frequentemente referidos dizem respeito à recusa de privilégios, referidos por todos os sujeitos e praticados em todas as instituições em que estes foram internados. A retirada de privilégios consiste na privação de alguns direitos básicos, tais como o contacto com os outros, através de várias formas: o isolamento numa divisão específica, referidos por 3 sujeitos que consideraram ser este “o pior” castigo: *“agarravam em ti e metiam-te numa cela, em porta blindada (...) e davam-te um cobertor para tu te tapares (...) Estive lá uma vez e era revoltante, era tudo fechado, sem janela, só tinha um respiradouro e uma tábua de ferro (...) Os castigos nem eram maus - menos esse de estar na cela fechado - ninguém gostava de estar fechado num quarto escuro. Se estivesse dia havia luz se não, não...”*.

Outros meios de privação do contacto com os outros consistiam no isolamento no quarto do próprio, referido por 2 sujeitos: *“para o meu quarto mesmo (...) só saía para comer, para ir à casa de banho...fiquei lá 1 semana”*, e permanecer virado para a parede.

Como meio de recusar privilégios foi também referido a diminuição da pontuação e correspondente valor na semanada: *“Se o monitor passasse lá, passasse o dedo em cima da mesa e visse pó...” menino só levas um 2 ou um 1”. O 3 era a pontuação máxima e aquilo ia somando por semana (...) Chega ao sábado – que é quando davam a semanada – tinhas tantos pontos, tinhas tanto dinheiro.”* Finalmente, é também mencionada a privação dos bens pessoais: *“como eu me portei mal, tiraram-me as coisas todas”*.

Três dos participantes descrevem ainda a “realização de tarefas institucionais”, tais como tarefas de limpeza, cavar terra, descarregar o lixo, ir para a lavandaria, etc.

Tal como no primeiro grupo, também nesta sub-amostra se destacam alguns sentimentos associados aos castigos: por um lado, sentimentos de injustiça e de oposição, por outro, sentimentos ambivalentes e de aceitação: *“meteram-me num quarto, lá fechado, só aumentou a minha raiva! (...) Eu achava bem para certos indivíduos”*.

Como vimos, os castigos mais enumerados, em ambas as sub-amostras, dizem respeito à recusa de privilégios. Na sub-amostra LIJ a recusa de privilégios diz respeito, fundamentalmente, à proibição de estar ao fim-de-semana com a família de origem, a

fazer a refeição e a ver televisão. Consideramos que o primeiro e segundo aspecto são merecedores de reflexão, pois, a nosso ver, espelham o modo de ver a realidade do acolhimento, da criança e da sua família. Os contactos com a família constituem um direito básico da criança (e da família) que não deve ser recusado (salvo quando existe uma fundamentação legal para este efeito); por outro lado, também a alimentação constitui um direito básico e fundamental de qualquer criança/jovem.

Na sub-amostra CE a recusa de privilégios consiste, basicamente, na privação do contacto com os outros. Apesar da investigação referir (cf. cap.2) que, quando o jovem está num estado elevado de tensão, pode ser positivo existirem “espaços de descompressão” na instituição para onde aquele é enviado, com o objectivo de evitar a desorganização do grupo e reduzir o estado de tensão, deve evitar-se recorrer ao “quarto do isolamento”, que se deve reservar para as situações mais graves, “tendo sempre o cuidado de não deixar aí o jovem sozinho com a sua raiva, senão sairá dali com mais raiva” (Raymond, 1998, p. 68). Esta autora aconselha ainda que, se o técnico falar com o jovem neste espaço deve explicar-lhe a razão de estar ali e, à medida que se acalma, trazer-lhe leitura, jogos e fazê-lo reflectir no seu comportamento (idem, 1998). Este processo é relatado por um participante: *“Do Dr. J. eu nunca me vou esquecer (...) ele deu-me muitos conselhos bons e acho que nunca lhe faltei ao respeito. Deu-me força - foi depois de eu ter saído do castigo - passámos quase 2 horas a falar, falou, falou e depois daí (...) fiz uma mudança da minha pessoa...fiz uma mudança e disse “Não quero sair daqui da mesma maneira!”*.

Por outro lado, caberá questionar se esta ênfase na punição como estratégia de mudança de comportamento será necessariamente a melhor, sendo usada com jovens já habituados, e de certa forma insensibilizados a experiências penosas. Segundo Raymond (1998), ao retirar-lhes algo, causamos uma frustração que os reconduz a todas aquelas que tiveram no passado, o que desencadeia raiva, sendo que as gratificações e a recompensa os estimulam mais do que a ameaça de punição. *Então, porque não valorizar mais as recompensas e as gratificações na política institucional?*

Destacamos ainda a referência, na sub-amostra LIJ, à punição física (com e sem objecto) como castigo, o que, a verificar-se, constitui uma forma de maltrato institucional.

Consideramos ainda que, em ambas as sub-amostras, se verifica o que Goffman (1961) referiu como “exposição contaminadora”, que ocorre quando a instituição invade a fronteira do espaço próprio da criança. Ora, a nosso ver, este fenómeno acontece,

quando, por exemplo, uma criança ou um jovem é obrigado a rapar o cabelo (sub-amostra LIJ), pondo em causa a integridade física e a opção individual de cada criança/jovem e, portanto, constituindo uma forma de maltrato institucional.

Por último, consideramos também merecedor de particular destaque a menção ao castigo que consiste na saída obrigatória da instituição, na sub-amostra LIJ. Visto estas crianças/jovens terem um percurso marcado pela descontinuidade e perdas a nível emocional, parece-nos que esta medida reforça a precariedade dos laços estabelecidos com os adultos que a acolheram e o sentimento de não ser aceite, constituindo mais um abandono e uma rejeição, ou seja, uma (re)vitimização. Deste modo, questionamo-nos: *O Estado, que através da actuação das suas instituições retira uma criança/jovem à sua família e confia a sua guarda a uma instituição, não deveria – em regra - assegurar a sua permanência nesse contexto até ao final da medida de promoção e protecção?*

g) Recursos humanos

Foi pedido aos sujeitos que descrevessem as suas percepções no que respeita aos recursos humanos da instituição⁶ em que estiveram acolhidos/internados, mais especificamente, o relacionamento entre estes e as crianças e jovens, as funções desempenhadas por aqueles e a existência de uma relação significativa (positiva ou negativa).

Na sub-amostra LIJ, 5 sujeitos referem não existir técnicos na instituição onde estiveram. Os 5 sujeitos que mencionaram a existência de técnicos, especificam a constituição da equipa técnica, maioritariamente composta por assistentes sociais (n=5) e psicólogos (n=4). As funções atribuídas a estes técnicos foram, basicamente, tratar de assuntos burocráticos e dar castigos. A existência de um técnico favorito foi referida apenas por 1 sujeito, apontando as suas características positivas: o ser compreensivo e o comunicar bastante com as crianças e jovens: *“muitas vezes chamava-nos ao gabinete e tudo!”*. Os restantes 4 sujeitos que fizeram referência ao tema consideram não ter tido um técnico favorito, para além de não gostarem de um ou mais técnicos, enumerando os motivos: relativamente ao técnico de serviço social, o ter exclusivamente a função de “dar castigos”, o seu “distanciamento” emocional e a “constante rotatividade”, e, em relação ao psicólogo, o “contar os segredos” ao superior hierárquico; o “distanciamento” emocional e o “não exercer as funções de psicólogo”.

⁶ Os recursos humanos foram divididos em “Técnicos”, “Funcionários” e “Direcção”.

A existência de funcionários é referida por todos os 10 sujeitos, sendo possível diferenciar os funcionários com remuneração (n=5) e sem remuneração (n=5). Salientamos que os funcionários sem remuneração incluem, por um lado, as pessoas que trabalham e vivem na instituição sem ser remuneradas e, por outro, as religiosas (“irmãs”), correspondendo estas às instituições de carácter religioso onde não existiam técnicos. Aos funcionários são atribuídas as seguintes funções: “dar castigos”; “executar tarefas de limpeza, da cozinha e da costura” e “tomar conta das crianças”. A existência de um “funcionário favorito” foi referida por 5 sujeitos, salientando-se a “amizade”, a “boa relação”, o facto de serem as pessoas “com quem se passa mais tempo” e o ser “como uma mãe” – “*ela é que me criou desde pequenino*”. Dos 5 sujeitos que referem não ter gostado de algum funcionário, as razões apontadas foram: a) abuso sexual; b) punição física; c) maus-tratos físicos e emocionais continuados; d) alianças, conflitos e conspiração (entre os funcionários e entre estes e as crianças e jovens); e) guerras de poder entre eles; f) constante rotatividade: “*deparei-me com a minha "madrinha" a fazer as malas (...) Eu só chorei (...) Há uma rotação, mas foi muito injusto (...) habituamo-nos à pessoa e a forma de ela ser*” - e g) “distanciamento emocional”: “*não me lembro de ter carinho de mais ninguém (...) não são pessoas de dar (...) eram um bocado frias*”.

As narrativas dos sujeitos, ao falar dos funcionários, evidenciam um grande envolvimento emocional e proximidade. É curioso notar que, mesmo nos casos em que foram maltratados (física, emocional ou sexualmente) por funcionários, 4 sujeitos apresentam sentimentos ambivalentes face aos mesmos, desculpabilizando-os e continuando a tê-los como pessoas significativas: “*esse funcionário, aí ...também se envolveu [sexualmente] connosco (...) ao menos era um bocadinho educado*”; “*mesmo que as pessoas nos batessem, eu sempre gostei de todos*”.

Relativamente à direcção, 8 sujeitos referem que o elemento da direcção era padre ou freira. As suas funções são descritas como “mandar”, “observar o comportamento” das crianças e jovens, “pagar a comida” e “fazer tudo”. Como aspectos positivos da direcção, 7 sujeitos enumeram: a “presença”, o “ser como um pai”, ser a “pessoa que permite estar na instituição”, o ser “boa pessoa”, “comunicar”, ser “compreensivo”; ter uma “boa relação” com as crianças e jovens; fazer “jogos”, o “convívio”; “estar disponível para ajudar”; “proteger”; “fazer obras” na instituição e “organizar festas e viagens”. Como aspectos negativos 3 sujeitos destacam: a “rotatividade”; o “ser raro ir à instituição”; ser “calculista”, “antiquado”, “rabugento”,

“ter critérios diferenciados para rapazes e raparigas”; “ter raparigas favoritas” e uma ter uma “relação severa”.

Nas narrativas dos participantes destacam-se o sentimento de profunda gratidão para com a direcção: *"era impecável (...) era como se fosse meu pai. Era o dono daquilo e era o que nos consentia lá, que nos dava a nossa maneira de viver ali dentro...era ele que pagava o comer, era ele que fazia tudo."*

Na sub-amostra CE, no que respeita aos técnicos, podemos observar que todos os sujeitos relatam a existência de equipas técnicas, destacando a presença de psicólogos. As funções são descritas como “conhecer e mandar no processo”, “tomar decisões acerca de tudo”, “dar castigos”, “organizar actividades no exterior”, “atender as pessoas”, “falar”, “compreender como a criança/jovem pensa”. Os 4 sujeitos referem ter tido um técnico favorito - predominantemente o psicólogo - para além de todos evidenciarem uma grande proximidade emocional e um bom relacionamento com os técnicos da instituição. Como aspectos positivos destacam: o “ter boa relação”, ser “disponíveis”, “atenciosos”, ser uma “equipa unida”, o “dar bons conselhos” e o estar “presentes”.

Os monitores são descritos pelos 4 sujeitos de um modo positivo, em que se destacam: o “convívio”, a “amizade”, serem “pessoas sãs”, “preocuparem-se mais” (do que os técnicos), serem “muito humanos”, ter uma “relação boa” com os jovens, “serem de confiança”, “ajudarem”, “poder-se falar abertamente, “darem recompensas” e o facto de poder usufruir dos mesmos de um “tratamento especial” relativamente aos outros jovens. Como refere um entrevistado: *"Os monitores eram mais amigos, preocupavam-se mais, eram pessoas mais sãs (...) eu acho que todos eles tinham um sentido muito humano."* Como características dos monitores percebidos de forma negativa, 2 sujeitos mencionam abusos sexuais de crianças e jovens, negligência e maus-tratos físicos e verbais às crianças e jovens. Foram ainda descritos fenómenos de sedução (em que o adulto responde ao pedido do jovem sem respeitar as decisões institucionais, por exemplo, permitir a entrada de tabaco e bebidas alcoólicas na instituição) por 2 sujeitos: *"Havia alguns monitores que tinham algo a esconder, havia vezes que a bebida entrava, os tabacos e fumavam na boa a frente de toda a gente. (...) Vi muita coisa incorrecta dos monitores para com os rapazes"*.

Quanto à direcção, é percebida de modo positivo (“boa”, “simpáticos”) pelos 4 participantes, mencionando a “simpatia”, “disponibilidade”, ter uma “boa relação” e “levar a tomar café”.

O que mais se destaca das informações apresentadas na sub-amostra LIJ, no que respeita aos técnicos são a referência à sua ausência por metade dos participantes e a percepção do grande distanciamento emocional destes. Em relação ao primeiro aspecto, este é coincidente com a orientação religiosa destas mesmas instituições. Ora, a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro (no artigo 54º, no ponto nº 1 e 2) refere que as instituições de acolhimento dispõem necessariamente de uma equipa técnica. Assim, por mais boa-vontade e competências que os recursos humanos da instituição possam ter, a existência de profissionais com formação técnica adequada é imprescindível para um acompanhamento apropriado destas crianças e jovens, bem como para uma definição adequada do seu projecto de vida.

Relativamente ao segundo aspecto, o distanciamento emocional percebido em relação aos técnicos, tal é coerente com as funções que lhes são atribuídas - essencialmente burocráticas e de punição do comportamento - e com o facto de considerarem (com a excepção de 1 participante) não terem tido uma relação significativa com algum deles, apesar de o tempo de acolhimento ter sido, na maior parte dos casos, bastante prolongado. Este distanciamento poderá ser explicado por vários mecanismos: a) constituir um mecanismo de defesa dos técnicos, em que se instaura uma relação distante e longínqua, sendo apenas “técnicos”, pelo que a criança/jovem não é investida (Raymond, 1998); b) falta de formação dos profissionais (Linares, 2002); c) qualidades pessoais que não permitem defrontar as exigências do trabalho e d) condições laborais específicas, tais como: trabalhar em regime de tempo parcial (Department of Health, 1998), com uma multiplicidade de tarefas e actividades que lhes são cometidas (Whitaker, Archer & Hicks, 1998, cit. por Martins, 2004), as condições de trabalho serem insatisfatórias, e/ou as remunerações serem baixas (Madge, 1994). Por outro lado, questionamo-nos ainda: *se, em metade das instituições existiam técnicos, porque é que estes sujeitos - tendo sido institucionalizados em idade precoce e o tempo de acolhimento ter sido tão prolongado – não tiveram outro projecto de vida que permitissem a vivência num ambiente familiar?*

No que concerne aos funcionários, destacamos a existência de funcionários não remunerados, a ocorrência de maus-tratos institucionais, e a grande proximidade emocional relativamente a este grupo profissional. A existência de funcionários não remunerados é coincidente com a orientação religiosa da instituição, reflectindo um modelo de carácter assistencialista, beneficente e voluntarista da instituição. Foi ainda referida a existência de ex-utentes a desempenhar papéis de funcionários da instituição, nomeadamente na educação e no cuidar das outras crianças, o que nos parece também uma prática questionável.

No que respeita à referência aos maus-tratos perpetrados por funcionários, metade da amostra menciona a existência de maus-tratos físicos, emocionais e abusos sexuais (a que faremos referência pormenorizada na categoria narrativas de violência) e outros tipos de fenómenos institucionais descritos na literatura da especialidade, nos quais destacamos: a luta entre grupos profissionais (Raymond, 1998) e guerras de poder. Estes factos poderão advir da falta de formação destes profissionais (Hellinckx & Colton, 1993, cit. por Martins, 2004), de eventuais condições laborais específicas, da falta de supervisão e de fracos procedimentos de recrutamento e selecção dos recursos humanos, nomeadamente no que diz respeito à qualificação e qualidades pessoais dos funcionários que se contratam para estas instituições (Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000). A falta de qualificação e de formação da maior parte do pessoal que assegura o funcionamento nestes serviços, bem como a sua constante rotatividade, com consequências inevitáveis ao nível da qualidade dos serviços prestados e da estabilidade das próprias crianças é justificada, pelos próprios profissionais, pelas seguintes razões: baixas remunerações, condições de trabalho insatisfatórias, as oportunidades de progressão na carreira serem baixas ou inexistentes, ser uma actividade sujeita a muitas tensões, os centros estarem, muitas vezes, distantes dos centros urbanos, os horários serem completos e com prolongamentos nocturnos e falta de reconhecimento público (Madge, 1994).

Em relação à direcção, destacamos o facto de 8 participantes referirem que o elemento da direcção era padre ou freira, o que pode reflectir o grande peso da igreja católica no sistema de acolhimento institucional no nosso país.

Na sub-amostra CE, no que se refere aos recursos humanos da instituição, o panorama é bem mais positivo, no sentido em que todos os participantes referem a existência de equipas técnicas multidisciplinares, atribuem a estes uma maior variedade

de funções, todos referenciaram técnicos significativos, bem como descreveram aspectos positivos em relação a todos os recursos humanos da instituição. Estes resultados sugerem que existe uma maior exigência, ao nível da regulamentação, acompanhamento, qualificação, processos de selecção e supervisão do pessoal que trabalha nos CE, relativamente ao que ocorre nos Lares de Infância e Juventude.

Os aspectos negativos referenciados dizem respeito aos monitores, dos quais destacamos, maus-tratos físicos, verbais, negligência e abusos sexuais. Destacamos também o fenómeno institucional denominado por Raymond (1998) por “sedução”, em que o adulto responde ao pedido do jovem sem respeitar as decisões institucionais.

h) Contactos com a família biológica e com o meio exterior

Na sub-amostra LIJ, no que respeita às visitas da família de origem à instituição, 7 sujeitos referem ter recebido visitas dos familiares, ainda que cerca de metade apenas esporadicamente (n=3) ou apenas uma vez (n=1). No que concerne aos meios de contacto, 5 sujeitos referem que, na maioria das situações, podiam telefonar ou escrever cartas. Foram também referidas por 6 sujeitos visitas ao meio de origem, ainda que tal se tenha verificado apenas esporadicamente em metade destes casos (n=3). Relativamente ao contacto com a fratria, 5 sujeitos referem ter tido contacto com os irmãos, ainda que esporádico, e os outros 5 referem não ter tido este contacto.

No que concerne aos contactos com a comunidade, 4 não referem situações em que tal acontecesse e, dos 6 que o descrevem, 1 menciona poder sair livremente e os outros 5 reportam-se a situações tais como, no trabalho, na escola, nos escuteiros ou no voluntariado, constituindo momentos de excepção a missa, a catequese, ou os serviços prestados a pessoas exteriores à instituição (por exemplo, tomar conta da vizinha, fazer limpezas).

Na sub-amostra CE, os 4 sujeitos referem ter tido visitas da família de origem na instituição. Relativamente aos meios de contacto, também todos referem ter tido autorização para telefonar e escrever cartas. É ainda referido que os jovens tinham à sua disposição um cartão telefónico semanal para efectuar telefonemas. Nenhum participante refere ter efectuado visitas ao meio de origem.

Destaca-se, na sub-amostra LIJ o facto de as visitas da família à instituição, parecerem ocorrer em alguns casos apenas esporadicamente e sem uma estrutura

temporal definida. Este facto poderá decorrer de restrições impostas por parte do Tribunal, da falta de interesse/investimento dos membros do agregado familiar, da falta de condições económicas e de recursos da família de origem (agravado pelo facto de algumas instituições serem distantes do meio familiar), ou ainda de a instituição não fomentar os contactos com a família de origem. Na verdade, a participação da família nos quotidianos das crianças e jovens que vivem em Lar não é a norma estabelecida por estas instituições, sendo que a maioria (66%) não promove esta participação (M.T.S., 2000). Poderá também acontecer que a família reaja face à retirada da criança desresponsabilizando-se da sua educação, fazendo com que os laços entre estes fiquem cada vez mais frágeis (Alberto, 2002). Neste caso, cabe questionar *até que ponto tal reacção pode decorrer da percepção da injustiça da decisão de retirada ou das próprias políticas institucionais quando estas tratam as famílias como inadequadas e não estimulam o seu envolvimento.*

Independentemente destas razões, é importante recordar que a partir da decisão de institucionalização se deve construir um projecto de vida que consistirá no retorno à sua família de origem, na opção por outras medidas alternativas à institucionalização ou, no caso de estas não serem possíveis, na manutenção do acolhimento institucional. Ora, no caso da primeira opção, será fundamental que se mantenham os contactos da criança com a família e que exista uma intervenção com esta, actuando nas causas que motivaram a institucionalização. A família, normalmente com poucos recursos a vários níveis, muito dificilmente vai operar as mudanças consideradas necessárias, por si só. Parece, no entanto, que no caso dos nossos entrevistados estes se mantiveram nas instituições por períodos longos de tempo, sem que estes laços familiares fossem activados. *Traduzirá isto o facto de se encarar a institucionalização como uma resposta de carácter permanente e, portanto, como um projecto de vida para as crianças acolhidas? Ou será a própria necessidade de definição clara de um projecto de vida que nem sempre é posta em prática?*

Na sub-amostra CE, todos os participantes referiram ter tido visitas (mais ou menos regulares) do seu agregado familiar na instituição. A nossa hipótese é que esta diferença decorra da ênfase na prática de acto(s) qualificado(s) como crime(s) pela criança/jovem, não se verificando uma desqualificação nem um tão grande juízo moral das famílias nestes casos. Ao mesmo tempo, o carácter temporalmente limitado da medida implica a necessidade de pensar a reintegração do jovem no meio familiar, podendo tal conduzir a uma maior promoção destes contactos pela instituição.

De forma consistente com os dados anteriores, verifica-se que os meios para o contacto (telefone, cartas, etc.) com as famílias, são bastante mais acessíveis para as crianças/jovens internados em CE e as suas regras de utilização mais previsíveis, claras e estruturadas do que na sub-amostra LIJ. No entanto, as próprias disposições legais que regulamentam o funcionamento destas instituições de acolhimento para crianças e jovens prevêm o *direito da criança em manter regularmente, em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com as pessoas com quem tenham especial relação afectiva* (artº 58 da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro), como forma de garantir o seu equilíbrio emocional, fundamental para um desenvolvimento saudável e harmonioso.

i) Narrativas de maus-tratos na instituição

Uma das temáticas abordadas na entrevista, era da possível vivência de experiências de violência na instituição e, no caso de a resposta ser afirmativa, de que forma e com que frequência essa violência era exercida. Note-se que a categoria maltrato, bem como as sub-categorias - maus-tratos físicos, abuso sexual e maus-tratos emocionais - foram definidas unicamente a partir da percepção do sujeito acerca dos acontecimentos. Assim, ainda que os sujeitos, ao longo das suas narrativas, tenham relatado episódios de agressões de vários tipos (cf.anexo3), desde que não tenham sido percebidos enquanto maus-tratos, não figuram nesta(s) (sub)categoria(s).

Na sub-amostra LIJ, podemos verificar que, dos 10 sujeitos deste grupo, 8 referem ter experienciado alguma forma de maltrato na instituição, na maioria (n=7) a conjugação de vários tipos de maus-tratos.

Sete participantes referem ter experienciado “maus-tratos físicos” na instituição, 2 mencionam ter sido alvo de “abusos sexuais” e 7 de “maus-tratos emocionais”.

No que respeita aos maus-tratos físicos, 2 sujeitos referem a ocorrência de maltrato perpetrado por pares, e 7 descrevem ter sido alvo deste tipo de maus-tratos por funcionários. Estas agressões são descritas como “estalos”, “puxar cabelos”, “puxar as orelhas e vincar as unhas” e “dar carolos na cabeça com os nós dos dedos”, “murros” e “pontapés”. São também agressões com objectos, tais como o chinelo, vassoura, cinto, colher de pau, rolo da massa, fio de electricidade e salto alto. De notar que estas agressões perpetradas por funcionários revelam em certos casos um carácter extremamente violento: *“foi buscar um fio de electricidade daqueles grossos e bateu-*

nos (...) nas costas, deixou-nos bué de negros (...) E era com a vassoura, chegou-me a partir a cabeça ainda! (...) e com o salto alto (...) batia sem mais nem menos."

No que concerne ao abuso sexual, 3 sujeitos relatam a ocorrência deste tipo de abuso na instituição, cujos agentes foram pares (n=1), pares mais velhos (n=1) e funcionários (n=1). Nos dois primeiros incluem-se actos sexuais em grupo e entre crianças/jovens do mesmo sexo: *"aquilo eram vários já com mais idade que tomavam conta de nós e eles fizeram tipo um grupo e cada um ia para cada um. (...) A gente íamos trocando (...) E depois a gente começámos a envolvermo-nos entre nós (...) agora de certeza que os da minha idade vão fazer o mesmo aos mais novos...é tipo uma coisa peganhosa, cola-se"*. Foram descritos alguns sentimentos associados a este tipo de abuso, tais como: medo, humilhação, impotência, receio dos abusos continuarem, revolta e desamparo: *"Senti-me humilhado, não sabia o que fazer (...) Se eu fugisse dali não tinha mais ninguém. Não dava hipótese."*

Os maus-tratos emocionais foram descritos por 8 sujeitos, tendo sido perpetrados maioritariamente por funcionários (n=7). Nestes incluem-se a negligência emocional, observar maus-tratos a outras crianças e jovens sem nada poder fazer; insultos, ameaças constantes; falsas acusações, gozar; mentir; ser obrigado a fazer limpezas a meio da noite, ser obrigado a rapar o cabelo ou a urinar num balde, mesmo havendo instalações sanitárias; retirar os objectos que a família biológica oferecia para dar aos seus familiares. Estas experiências de maus-tratos foram descritas pormenorizadamente pelos sujeitos (cf. anexo3), tendo sido referenciadas como frequentes e habituais na instituição.

Na sub-amostra CE, podemos verificar que os 4 sujeitos deste grupo, referem também ter experienciado alguma forma de maltrato na instituição, na maioria (n=3) de vários tipos de maus-tratos conjugados (cf. anexo3,4). Estes são predominantemente maus tratos físicos (n=4) e emocionais (n=3), existindo um caso que refere experiências de abuso sexual

No que respeita aos maus-tratos físicos, 3 sujeitos referem ter sido alvo deste tipo de maltrato perpetrado pelos pares, incluindo agressões com e sem objecto. Dois sujeitos contam ter sido eles próprios o agente de maus-tratos: *"Peguei em paralelos e toca a atirar. Por acaso acertei nuns"*. Três sujeitos descrevem também maus tratos físicos por funcionários, estas não recorrendo a objectos: *"foi um monitor, mas já passou... bateu-me muito com pontapés...isso foi o mais grave e fiquei a deitar sangue"*

e tive que ir a enfermaria. Mas ninguém me perguntou nada! Ele bateu-me porque eu não queria ir para a biblioteca."

No que concerne ao abuso sexual, 1 sujeito⁷ conta a ocorrência deste tipo de abuso por parte de pares e por parte de funcionários, descrevendo: *"os rapazes, era à descarada, os adultos não, aproveitavam para fazer as noites e vinham comprar os miúdos: "O pá dou-te isto, dou-te aquilo e fazes-me isto e fazes aquilo"(...) mas era tudo na calada, quando já estava tudo a dormir (...) entro no quarto, era o D., eh man mete-me dó...tava o puto a sangrar pelo ânus...porque eram uns brutos que estavam ali... e enfiaram-lhe cabos de vassoura depois de o violarem (...) o miúdo nem chorava (...) eles, assim que me viram (...) "O L. tem calma... a gente tá aqui na boa, a gente dá-te isto, dá-te aquilo..."*

Relativamente aos maus-tratos emocionais, 2 sujeitos referem este tipo de maltrato por pares mais velhos e 2 por funcionários, incluindo-se no primeiro caso ameaças, intimidação, segregação, insultos, obrigar a fazer determinadas actividades, tais como mostrar os órgãos genitais, beber bebidas alcoólicas e roubos constantes: *"juntavam-se uns 4 ou 5 e diziam "Dá ai a semanada senão isto, senão aquilo..."*. Nos maus-tratos emocionais por funcionários, os 2 sujeitos destacam ameaças, intimidação, jogos de poder, negligência e exposição contaminadora. O mesmo sujeito que nos descreve a situação de abuso sexual acima relatada continua: *"(...) eu vou falar com eles e eles vão ter de me ouvir! E este miúdo vai dormir hoje comigo no meu quarto!" - "Ah, não se pode fazer isso, olha que tu vais para a cela, a gente mete-te na cela!" (...)* *nem sabia como é que havia de falar com o miúdo (...)* *começa-me a chorar, eu abraço-me a ele, ele agarra-se a mim com uma força... e ficámos ali bué de tempo (...)* *o sangue era tanto que se via pelas calças, tive de lhe pôr a minha camisola à volta da cintura para ninguém ver (...)* *Entretanto chega o director e eu vou logo falar com o director (...)* *levaram-no ao hospital, tiveram que o coser! (...)* *Entretanto, eu andava a estudar e não andava lá dentro, andava a tirar o 9ºano, na altura, soube várias vezes que o violavam, só que eu sentia-me impotente (...)* *Pá... é a pior m., que é tirar a honra à pessoa, é tirar a única coisita que a pessoa tem cá dentro, ó pá...revolta-me, eu digo-te, revolta-me!"*

⁷ Note-se que este sujeito foi alvo de uma tentativa de abuso sexual no momento de chegada à instituição (ver sub-categoria c) *Vivência do momento de acolhimento/internamento*)

Estes dados são merecedores de especial reflexão pela sua óbvia intolerabilidade. Se as crianças sob cuidados residenciais experienciaram frequentemente abusos e negligência nas suas próprias casas, o mínimo que deviam poder esperar é segurança face aos abusos quando estão sob os cuidados de uma instituição (Kendrick, 1998). Tal parece, contudo, um dado longe de adquirido. Efectivamente, o que mais se destaca nestes resultados é a elevada incidência de relatos de maltrato físico (na sub-amostra Lares – n=9; na sub-amostra Centros Educativos – n=6), de abuso sexual (na sub-amostra Lares – n=3; na sub-amostra Centros Educativos – n=1) e de maltrato emocional (na sub-amostra Lares – n=8; na sub-amostra Centros Educativos – n=4) na instituição, relatados como sendo severos, frequentes e recorrentes. Esta constatação corrobora os estudos efectuados nesta área (Blatt, 1882; Blatt & Brown, 1986; Groze, 1990; Rosental et al., 1991, cit. Barter, 2003a).

A investigação refere, contudo, que o risco de abuso físico e sexual pelos pares é maior do que pelos adultos da instituição (Morris & Wheatley, 1994; Farmer & Pollock, 1998; Sinclair & Gibbs, 1998, cit. por Barter e tal., 2003a). Os resultados do nosso estudo mostram, pelo contrário, que a maioria dos abusos foram perpetrados por funcionários da instituição, especificamente, no que concerne ao maltrato físico e ao maltrato emocional. Em relação a este último cabe salientar que, embora possa parecer menos grave do que os outros tipos de abuso, a investigação revela que, a longo prazo, o seu impacto emocional pode ser mais pernicioso do que o das ofensas físicas (Barter, 2003b).

No que respeita ao abuso sexual, embora a sua prevalência seja mais baixa (na sub-amostra Lares – n=1; na sub-amostra Centros Educativos – n=1), não pode ser minimizado, atendendo à sua seriedade e à incerteza e ansiedade que esta questão cria nos serviços residenciais como um todo (Lindsay, 1997). É necessário ainda ter em conta que existem diferenças substanciais entre a ocorrência de um tipo de abuso e o que efectivamente é relatado, dada a natureza íntima do abuso sexual, para além de as crianças se mostrarem mais relutantes em denunciá-lo, por se sentirem embaraçadas ou por considerar não irão ser acreditadas (Barter, 2003a).

Finalmente, parece-nos ser também relevante o que Goffman (1964) mencionou como exposição contaminadora, em que a criança/jovem testemunha um ataque a alguém a quem está ligado e sofre a mortificação permanente de nada ter feito (e os outros saberem que nada fez) e que foi relatado por vários participantes, quer no que respeita ao maltrato físico, quer sexual.

Assim, estes dados merecem uma reflexão a vários níveis: a) individual – *Qual o impacto de uma (re)vitimização para a criança/jovem quando era suposta a sua protecção?*; b) institucional – *Quais os factores que permitem a ocorrência do maltrato institucional e qual o impacto ao nível dos recursos humanos da instituição, no seu ambiente e na sua imagem para o exterior?, Se os pais biológicos são responsabilizados pelo maltrato às suas crianças/jovens, de quem é a responsabilidade do maltrato que ocorre nestas instituições?*; c) comunitário e societal – *Qual o impacto destas experiências na sociedade a curto, médio e longo prazo? Quais os “custos sociais” do maltrato institucional?*

Por outro lado, estes dados sugerem também uma reflexão acerca da (in)distinção e da (inter)ligação entre o conceito de vítimas e de agressores: no contexto pré-institucionalização, estes dois grupos de menores possuem, como vimos anteriormente, frequentemente os mesmos factores de risco; entram para o sistema de protecção/justiça e, eventualmente, durante este período poderão ser tanto vítimas como agressores, independentemente de qual seja o seu estatuto prévio.

Esta situação de vitimação é agravada pelo facto de, no nosso país, não existirem mecanismos eficazes para a apresentação de denúncias, monitorização, inspecção e supervisão adequada nos sistemas assistenciais e nos sistemas de justiça, fazendo com que “nem todos os agressores sejam responsabilizados pelos seus actos, o que gera uma cultura de impunidade e de tolerância da violência contra as crianças” (Pinheiro, 2007, p.34).

4.5. Período pós-institucionalização

a) Momento de saída

O momento de saída da instituição, para 5 sujeitos da amostra LIJ, foi vivenciado de modo negativo (cf. anexo 4.) (*“revolta”*), destacando-se que em 3 casos a saída se deveu à expulsão pelo não cumprimento de regras (não cumprimento de horários, ter um namorado, fumar estupefacientes na instituição). A percepção negativa baseia-se no facto da expulsão ter sido imediata e por se considerar que os procedimentos não foram adequados. Dois sujeitos percebem ainda como motivo da sua saída da instituição a decisão do progenitor para início de actividade laboral. Os sentimentos associados a este momento foram neste casos de desconsideração, revolta,

injustiça, imposição, raiva e impotência: *uma grande revolta (...) Porque não era aquilo que eu tinha para os meus objectivos.*”, *Eu não queria ir mas (...) não podia fazer nada*”.

Os restantes sujeitos da amostra LIJ dividem-se entre a avaliação positiva desse momento (n=1), a não valoração afectiva desse facto (n=2) e uma postura mais ambivalente face ao mesmo (n=3).

Assim, 3 sujeitos referem fortes sentimentos de ambivalência, designadamente, alívio e ânsia de liberdade e, simultaneamente, angústia por deixar as pessoas da instituição e o facto de não poder voltar: *“queria-me sentir livre (...) por outro lado, senti-me triste por estar a deixar uma instituição que foi o início da minha vida, estava habituado às crianças, aos meus amigos, foi um hábito.”*.

Finalmente, note-se que 2 sujeitos não saíram realmente da instituição, já que ambos vivem a escassos metros do estabelecimento e continuam a participar diariamente nas rotinas da instituição.

Na sub-amostra CE, o momento de saída foi descrito de forma negativa (“pena”, “medo”) por 2 sujeitos: *“vieram-me as lágrimas aos olhos. Senti pena porque não ia ver mais aquele pessoal. Eu ia ver mas não ia conviver com eles. Gostava daquilo”*.

Por sua vez, um participante que descreve essa experiência de forma positiva também valoriza a ligação emocional à instituição: *“quando sai também chorei, porque deixei lá muitas amizades, muitas pessoas.”*. Finalmente, a quarta entrevistada deste grupo justifica o motivo da sua saída pelo nascimento do filho, sem especificar a sua percepção acerca deste momento.

Tal como estes depoimentos deixam antever, o processo de saída da instituição constitui, à semelhança do processo de chegada, um período de transição importante, pelo que a sua preparação e gestão deve ser igualmente valorizado. Muita literatura documenta as dificuldades encontradas pelos jovens que estiveram no sistema assistencial/justiça, que são forçados à independência (Broad, 1998, cit. Taylor, 2004).

Fulcral nos resultados deste estudo é a constatação, no caso da sub-amostra LIJ, que metade dos participantes referem ter sido obrigados a sair da instituição, apesar de considerarem não ter, nesse momento, as condições necessárias para tal. Como refere um entrevistado: *“o Dr. F. (...) escreveu num papel, onde todos podiam ler “O D., até ao dia 1 de Setembro vai-se embora do Lar”.(...) ninguém falou comigo. É uma*

*porcaria, está mal, mandam assim uma pessoa embora, sem emprego e sem nada?!". Estes dados fazem-nos reflectir sobre dois aspectos: por um lado, sobre a decisão de saída da criança/jovem da instituição – *Terão sido averiguadas e trabalhadas as condições do agregado familiar no sentido do regresso do jovem? Se sim, porque razão o regresso a casa ocorre apenas no período da adolescência se a retirada do meio familiar ocorreu em idade precoce?* Por outro, sobre a legitimidade de a instituição decidir a saída de uma criança/jovem à sua guarda, neste caso, pelo não cumprimento de regras da instituição – *Em que critérios se baseiam estas decisões? Quem regulamenta a adequabilidade destes critérios e assegura um processo de autonomia adequado destes jovens?**

Também merecedor de especial referência é o facto de este momento ser marcado por fortes sentimentos de ambivalência em ambas as sub-amostras e, ainda, de ter sido relatada por vários entrevistados. As vivências negativas no agregado familiar, melhor percebidas após vivências positivas alternativas, os laços relacionais estabelecidos na instituição e um sentimento de dependência fruto da vivência da institucionalização prolongada são explicações prováveis para este facto. Como refere um dos participantes: *"Chorei com pena, pá (...) Estava institucionalizado!"*. Exemplo extremado desta dependência é a negação da saída da instituição e da independência face a esta, traduzida na vivência de quem optou por manter os vínculos à "casa": *"Eu não saí... eu ainda cá estou!"*.

b) Período pós-saída

Na sub-amostra LIJ, 8 sujeitos referem não ter tido apoio de alguma forma pela instituição após a sua saída, pelo que 6 recorreram ao apoio (ao nível da habitação) da fratria (n=2), da família alargada (n=1) e de pessoas amigas (n=4). No que respeita às vivências posteriores à saída da instituição, 5 destes sujeitos referem ter sido alvo de outras institucionalizações, nos quais 2 deles em Centros de acolhimento e reinserção social, 2 em Estabelecimento prisional e 2 em Comunidade de inserção para mulheres vítimas de tráfico humano e/ou prostituição. Por sua vez, os mesmos referem situações de exclusão social (e.g., sem-abrigo, desemprego).

Ainda que seja uma situação relativamente pouco comum, parece-nos ser de destacar que, relativamente aos 2 sujeitos que consideraram ter tido apoio por parte da instituição, as suas vivências após a sua saída se caracterizam ambas pelo casamento, filhos e construção de casa própria (a poucos metros da instituição).

Na sub-amostra CE, 3 sujeitos referem ter sido apoiados pela instituição após a sua saída, nomeadamente apoio emocional, na integração no mercado de trabalho e dormida. As vivências que os sujeitos destacam após a saída são o seu emprego actual, os actuais relacionamentos amorosos e os filhos.

Os estudos efectuados no nosso país em Lares de Infância e Juventude documentam que 90% destes serviços residenciais efectuam uma preparação prévia à saída do jovem (M.T.S.S., 2000). No entanto, na nossa amostra, a maioria dos sujeitos (n=8) referiu não ter sido apoiado, de qualquer forma, pela instituição após a saída, pelo que tiveram que recorrer aos escassos recursos disponíveis (fratria, família alargada e amigos). Tal como documenta a investigação nesta área, os resultados obtidos neste estudo confirmam a vulnerabilidade dos jovens que saem deste sistema a vários factores associados com a exclusão social (Biehal et al, 1995; McDonald, Allen, Westerfelt & Pillavin, 1996; Taylor, 2004), tais como outras institucionalizações (n=5) e mudanças de residência frequentes (n=6). não falou disto na apresentação de resultados

A intervenção das instituições com vista à prevenção destas situações seria, pois, essencial, verificando-se também nesta dimensão uma aparente diferença de práticas entre as instituições LIJ e CE.

4.6. Apreciação global da institucionalização

a) Aspectos positivos da institucionalização

Na sub-amostra LIJ foram enumerados vários aspectos positivos da institucionalização (cf. anexo4.), dos quais o aspecto mais mencionado foi a satisfação das necessidades básicas (n=8) Dentro desta sub-categoria pode distinguir-se a alimentação (n=4); o acolhimento e protecção (n=2) e o afecto (n=2): *"eu não tive família nuclear estruturada, porque os meus pais, infelizmente faleceram, deixaram-me...não sei e tenho dito muitas vezes, não sei o que é o amor de mãe. (...) não recebi dos meus pais mas recebi depois, por outras vias."* De seguida, o aspecto mais enumerado foi a convivência e relacionamentos (n=7): *"o melhor acho que é o convívio, o de conhecer muita gente. Porque conhecemos todo o tipo de pessoa, temos muito contacto com muitas crianças"*. Ainda como aspectos positivos, 6 participantes referiram a instituição permitir um percurso académico e profissional, em que se

destacam os cursos profissionais: *“No Colégio, aprendi bastante - aprendi mais desde que acabei o curso - comecei a perceber as coisas de maneira diferente, tornei-me mais adulto, mudou completamente a minha vida”* e constituir um apoio indispensável na formação da identidade, na medida em que este apoio não foi proporcionado pela família biológica. Neste sentido, um dos participantes afirma *“o que sou, devo-o, ao meu esforço também claro mas, sobretudo, à Casa X. Não tive família que tivesse possibilidade de me dar o que eu sou. (...) o essencial, a maneira de estar e encarar a vida foi cá que aprendi”*.

Na sub-amostra CE o aspecto positivo mais referido foi a convivência e relacionamentos, mencionado por todos os sujeitos (cf. anexo4.): *“havia paz, havia companheirismo, havia amor, entre aspas, entre o pessoal (...) Eram amigos, tinham diálogo, tentavam ajudar (...) no X aprendi uma coisa:(...) Vale a pena um gajo ser amigo das pessoas.”* De seguida, 3 sujeitos mencionam o facto de o Centro Educativo permitir um percurso académico e profissional, destacando também os cursos profissionais.

O facto da instituição constituir um apoio indispensável na formação da identidade foi mencionado por 2 sujeitos: *“marcou para sempre a minha vida e nunca me vou esquecer. É uma marca boa [aprendi] muita coisa...respeitar as outras pessoas, a integrar-me na sociedade, a estudar, a trabalhar ir a missa, ser católico.(...) a ser alguém”*. Ainda como aspecto positivo, foram referidas as actividades desportivas e festas (n=2).

A instituição, tal como referimos nos capítulos anteriores, pode ter inúmeras potencialidades, que são percebidas pelos participantes enquanto tal, nomeadamente: o ser calorosa e securizante (Raymond, 1998), através da satisfação das necessidades básicas de alimentação, de acolhimento e de protecção e de afecto. Este aspecto positivo foi o mais enumerado pela sub-amostra LIJ, o que, a nosso ver, se deve à não satisfação destas necessidades no contexto familiar. Como resume uma participante: *“pelo menos aquelas crianças têm cama, roupa lavada e comida na mesa, já é muito bom. Nem todos o têm.”*

Por outro lado, a instituição pode ser promotora de relacionamentos positivos (Raymond, 1996), através das relações entre pares e os recursos humanos, constituindo este um aspecto frequentemente enumerado e valorizado em ambas as sub-amostras.

Outra das potencialidades da institucionalização é o ser promotora do desenvolvimento pessoal e da formação da identidade (Raymond, 1996), sendo este aspecto reconhecido por grande parte dos participantes: *"Se eu não viesse para ali naquela altura, o que é que seria de mim hoje? (...) eu concerteza nunca tinha tido o casamento, nunca tinha tido os filhos, se calhar (...) tudo aquilo que eu lá passei, em parte, foi tudo bom."*

A instituição permite ainda um percurso académico e profissional, uma vantagem fundamental para as crianças e jovens institucionalizados, no sentido em que é condição para a sua integração sócio-profissional presente e futura. Esta vantagem pode fazer a diferença no percurso de vida destas crianças e jovens uma vez que poderia não estar acessível no meio de origem. Este aspecto positivo foi também dos mais enumerados pelos participantes..

b) Aspectos negativos da institucionalização

Na sub-amostra LIJ, os aspectos negativos mais frequentemente referidos dizem respeito à ausência de afecto (cf. anexo 4.), mencionada por 5 participantes: *"O pior momento é querer um mimo, ou sentir aquela falta de atenção, não é de uma amiga ou irmã, de uma pessoa mais velha, maternal e não ter "*. Também referidos por 5 sujeitos, podemos constatar a obrigatoriedade de participação nas rotinas religiosas (tais como missa, catequese, rezar antes das refeições, rezar o terço) e nas actividades e tarefas da instituição (tais como tarefas de limpeza e oficinas). 4 sujeitos percebem ainda como negativo o facto de a instituição ser demasiado fechada ao exterior: *"não ter acesso ao mundo cá fora"; "Porque eles ao prenderem as pessoas, quando vêm cá para fora a vida torna-se estranha para elas e muitas acabam por fazer coisas más"*. Também os recursos humanos são percebidos de modo negativo por 4 participantes, referindo-se aos técnicos e aos funcionários, fazendo referência à sua personalidade em geral e a características específicas, nomeadamente a falta de compreensão, não respeitarem a privacidade de cada um, não conversarem abertamente, serem conservadores, não conversarem acerca de temas importantes (crescimento, menstruação, abusos sexuais). Citando "Patrícia": *"não tive nenhuma freira que me falasse do crescimento da criança(...)da menstruação(...)quando me aconteceu(...) eu gritei, ninguém me tinha falado(...) foi um trauma"*. Foi também referido por 4 participantes a obrigatoriedade da saída imediata da instituição, sem a devida preocupação com as condições necessárias e sem apoio pós-colocação, dando como

exemplo vários motivos para que esta situação se verificasse: como castigo pelo não cumprimento de uma regra, por engravidar e pela idade. Ainda como aspecto negativo, 4 participantes mencionaram a obrigatoriedade, rigidez e inflexibilidade de determinadas regras, especificando não ser permitido ter namorado, não ser permitido ter telemóvel, não ser permitido falar durante as refeições, não ser permitido escolher a própria roupa e não ser permitido telefonar aos pais. De realçar que estas regras foram mencionadas por participantes que estiveram em instituições de orientação católica.

Por último, 3 sujeitos mencionaram alguns aspectos específicos relativos ao Sistema de promoção e Protecção, nomeadamente: o Tribunal decretar a retirada da criança aos progenitores por ausência de condições mas, simultaneamente, conceder-lhes o direito de tomar decisões relativas à sua vida; no momento da retirada do meio familiar, ser usado uma viatura da polícia; a ausência de um trabalho/apoio junto dos progenitores no sentido da criança poder voltar à família (após a decisão de retirada da criança do meio familiar) e a opinião da criança/jovem não ser ouvida (antes e durante a institucionalização).

Na sub-amostra CE, como aspectos mais enumerados (cf. anexo 4.), é destacada a pouca vigilância (n=3): “*Se houvesse mais vigilância, muitos dos problemas que houve naquele colégio, não se tinham passado.*”⁸ O permanecer no quarto fechado, isolado dos outros, em que de noite se fica na escuridão foi mencionado também por 3 sujeitos. Foi também referido por 2 participantes o facto de a institucionalização propiciar o distanciamento da família biológica, a deferência obrigatória e a tentativa de abuso sexual (no momento da chegada à instituição) assim como os abusos sexuais e emocionais e a negligência.

Alguns tópicos a destacar no que diz respeito ao acolhimento em Lar de Infância e Juventude dizem respeito à ausência de afecto, que os participantes consideram não ter sido uma necessidade satisfeita por parte da instituição. De facto, esta é uma função básica dos Lares de Infância e Juventude e que é ressalvada a nível legal, no art.5º, no ponto 1 do Decreto-Lei n.º 2/86⁹: “*O acolhimento dos lares deve obedecer a rigorosos critérios de admissão e salvaguardar sempre a individualidade das crianças e jovens,*

⁸ Este sujeito refere a existência de abusos sexuais numa das instituições em que esteve internado.

⁹ Publicado no D.R. n.º 1/86, Série I, de 2 de Janeiro de 1986

proporcionando-lhes as condições de afectividade, saúde, equilíbrio emocional e educação que permitam o seu adequado desenvolvimento.”

Outros aspectos específicos do acolhimento em Lar, mencionado por metade dos participantes desta sub-amostra, são a obrigatoriedade de determinadas rotinas (especificamente as rotinas ligadas à religião), consideradas como invasoras do espaço próprio (Alberto, 2002), um fenómeno de deferência obrigatória (Goffman, 1961) e o facto de ser fechada ao exterior, o que contraria o estipulado no art. 6º do Decreto-Lei n.º 2/86, que refere que estas instituições “*devem ser abertas à comunidade*”.

Digno de especial atenção é a referência à obrigatoriedade de saída imediata da instituição, a pouca preparação para a autonomia de vida e a ausência de apoio pós-colocação, o que reforça a constatação de que, muitas vezes, estes jovens são forçados à independência (Broad, 1998, cit. por Taylor, 2004), mesmo que ainda não possuam as condições para tal. Se a finalidade do sistema de protecção é “*propiciar condições para uma correcta inserção das crianças e jovens na comunidade através da sua integração nas estruturas locais, nomeadamente no que se refere a educação, formação profissional, desporto e tempos livres*”(art. 6º, ponto 2 do Decreto-Lei n.º 2/86), nestes casos, este objectivo parece não ter sido cumprido.

Por último, foram ainda referidos alguns aspectos negativos relativos ao sistema de promoção e protecção em geral, nomeadamente, os procedimentos de retirada ao agregado familiar, que não são considerados os mais adequados (como por exemplo, o transporte na viatura da polícia), a ausência de trabalho com os progenitores, no sentido da criança poder voltar à família e a opinião da criança não ser ouvida antes e durante o processo de institucionalização.

Por sua vez, é surpreendente a percepção da pouca vigilância por parte dos participantes internados em CE. Enquadramos este dado no facto de alguns participantes terem estado institucionalizados antes da vigência da nova Lei Tutelar Educativa, num regime porventura menos atento às questões securitárias do que o actual.

c) Sugestões de mudança em relação ao acolhimento institucional

Finalmente, pedimos aos entrevistados sugestões de mudança(s) em relação ao internamento, questionando-os sobre o que fariam no caso de serem directores da instituição onde tinham sido acolhidos.

Na sub-amostra LIJ, as sugestões de mudança mais frequentemente mencionados (cf. anexo 4.) dizem respeito aos recursos humanos (n=7), nomeadamente:

a) proporcionar uma atenção mais individualizada, mais afecto, conversar mais, compreender, reflectir com a criança/jovem acerca das regras e outros assuntos; b) proporcionar uma educação diferente, mais actual c) haver mais psicólogos; e d) a formação e especialização dos funcionários e colocação de mais adultos por cada grupo de crianças.

Seguidamente, 6 participantes sugerem que determinadas rotinas não deveriam ser obrigatórias, designadamente, as de tipo religioso e as tarefas institucionais.

No que concerne ao espaço físico, 5 participantes, sugerem a criação de estruturas físicas diferenciadas consoante as idades das crianças/jovens e a construção de casas familiares (em detrimento de construções de grandes dimensões). De seguida, é mencionada a oferta de melhor formação profissional e inserção no mercado de trabalho (n=4).

Também 4 participantes indicam a necessidade de uma maior abertura e flexibilidade das regras, por exemplo, *“em vez de não se poder ter namorado (e esconder), ter a informação necessária e tomar precauções”, “em vez de não se poder sair, poder sair de vez em quando”, “em vez de ser proibido ver filmes considerados tabu (e determinadas cenas dos filmes serem cortadas), vê-los em conjunto e falar-se sobre isso”, “em vez de não se falar acerca da educação sexual, permitirem o acesso à educação sexual”*.

Na sub-amostra CE, as sugestões de mudança mais enumeradas (cf. anexo 4.) dizem respeito também aos recursos humanos, referidos pelos 4 sujeitos, mais especificamente: a) conversar mais e explicar as regras, b) proporcionar apoio psicológico e psiquiátrico até ao momento de saída e c) proporcionar a execução de tarefas que sejam úteis aos jovens. Para além disso, proporcionar mais formação e qualificação profissional, bem como executar testes psicotécnicos e vocacionais, foram referidos por 3 participantes. Também o garantir mais vigilância foi referido por 3 sujeitos 2 destes sujeitos sugerem também, no que respeita ao espaço físico, a construção de casas mais familiares e o proporcionar menos luxo nas instalações: *“Deveria fazer um espaço mais pequenino e ter uma figura de mãe e pai.”* A necessidade de terminar com o procedimento, de, no momento da chegada, os jovens permanecerem isolados no quarto fechado é também mencionado por 2 sujeitos: *“no início, quando a pessoa lá entra acha que temos mesmo de nos meter 3 dias num quarto? Porquê? Já o facto de nos termos afastado da família e de irmos para um sítio*

que não conhecemos...agora estar fechado dentro de um quarto escuro durante a noite é uma solidão, só quem está lá é que sente...estás triste mas depois estás no quarto a pensar nas coisas...é pior ainda." Por último, 2 sujeitos mencionam o promover o relacionamento com a família biológica: *"em vez de estar no ano inteiro e só ir lá nas férias do Verão, ir passar os fins de semana a casa, ir passar umas semanas...estar institucionalizado mas sem nunca perder os laços familiares"*.

As sugestões apresentadas pelos participantes de ambas as sub-amostras no sentido de melhorar o acolhimento institucional para crianças e jovens foram bastante consistentes e a maior parte delas correspondem, efectivamente, aos aspectos referenciados pela literatura (cf. cap. 1 e 2). Das sugestões mencionados, destacamos algumas referidas por ambas as sub-amostras, nomeadamente: a) recursos humanos com a formação e a qualificação necessária, bem como possuindo as características pessoais adequadas à função que desempenham; b) o espaço físico ser acolhedor e familiar, privilegiando estruturas de pequena dimensão; c) melhor formação profissional e inserção no mercado de trabalho, d) proporcionar a aquisição das competências necessárias para a autonomia de vida e um maior apoio pós colocação e e) proporcionar um contacto mais frequente com as famílias de origem e, no caso específico da sub-amostra Lares, existir um trabalho terapêutico com estas, no sentido de reforçar os aspectos relacionais positivos da criança e da família, ajudando-as a superar as suas práticas disfuncionais, no sentido de a criança ou do jovem poder retornar a casa.

Dos aspectos específicos ao acolhimento de cada uma das sub-amostras, destacamos, no caso dos Lares de Infância e Juventude, uma maior abertura ao exterior e, no caso da sub-amostra Centros Educativos, a suspensão do procedimento do isolamento numa divisão fechada.

5. Conclusões

A institucionalização de crianças e adolescentes vítimas de maltrato e autoras de factos qualificados como crime tem sido um tema "esquecido" no domínio científico até há bem pouco tempo, sendo raras as referências teóricas a este tema. Nos últimos anos, verifica-se que esta área tem sido dotada de algumas investigações, todavia, há ainda um longo caminho a percorrer, quer no que respeita ao domínio científico, quer no que concerne às questões sociais, políticas e ideológicas que o enquadram e influenciam.

Da análise e discussão das informações recolhidas das narrativas destes adultos que tiveram percursos de institucionalização na sua infância e/ou adolescência há vários tópicos a destacar, nomeadamente: haver uma história prévia de vulnerabilidades pessoais, familiares e inclusivamente comunitárias, quer a nível dos processos de socialização, quer dos modelos de vinculação, que é comum aos dois grupos (Lares e Centros Educativos). Estes resultados confirmam os dados da literatura nacional e internacional, que referem que as crianças e jovens institucionalizados provêm sobretudo de contextos familiares onde predominam grandes carências socio-económicas, abrangendo sobretudo os estratos sociais mais desfavorecidos (Carvalho, 1999; Gersão, 1996; Santos, 2004; M.T.S., 2000; I.S.S., 2006; Wolfe, 1995, cit. por Alberto, 2002). Ainda congruente com a literatura (Carvalho, 2004; Gersão, 1996; Gonçalves & Peres, 2006; Marteleira, 2005; Taylor, 2004), verificam-se situações de disfuncionalidade familiar, a ausência de relações afectivas positivas e diferentes formas de vitimização, que surgem cumulativamente no grupo dos adolescentes considerados delinquentes e o grupo das crianças identificadas como estando “em perigo”, parecendo existir uma sobreposição dos factores de risco das problemáticas vividas no meio de origem em ambos os grupos.

Por outro lado, como factor reforçador desta vulnerabilidade pessoal, familiar e social, constata-se que, nas crianças e jovens institucionalizadas em Lar de Infância e Juventude, muitas vezes o acolhimento é realizado sem que se concretizem outras medidas prévias e, nas crianças e jovens internadas em Centro Educativo, o internamento surge após a intervenção do Sistema de Promoção e Protecção e até de institucionalizações anteriores integradas neste sistema, parecendo haver uma “perversão do sistema” (Santos, 2004), em que o Centro Educativo aparece como a última paragem deste percurso (Marteleira, 2005).

No período do acolhimento institucional, estes sujeitos realçam que: *a)* a institucionalização emerge como um período de vida descontínuo, não integrado na história global de vida destes sujeitos, ou seja, não houve nem uma re-construção do passado antecedente à institucionalização, nem uma projecção no futuro, social, familiar, profissional. Esta descontinuidade é manifesta na própria divisão que os participantes que fazem dos momentos marcantes do seu percurso de vida (período antes, durante e após a vivência na instituição) e na percepção do corte abrupto com o meio familiar e social de origem após a institucionalização; *b)* essa descontinuidade é manifesta logo no momento do acolhimento, em que não é explicado à

criança/adolescente nem os motivos, nem os objectivos da institucionalização; *c*) não há um ritual de acolhimento/integração na instituição, nem é preparada a saída da instituição. Na grande maioria das situações, a preparação, quer do acolhimento, quer da saída da instituição não se verificou. Para estes sujeitos, o momento do acolhimento foi percebido de forma negativa, sobretudo pelos sentimentos associados à separação da família e ao meio de origem. O aspecto relacional revelou-se fulcral na valoração positiva ou negativa deste momento, sendo que a presença dos progenitores ou outros familiares, bem como a presença e atitude receptiva dos pares e recursos humanos da instituição parecem promover respostas mais favoráveis ao internamento. Do mesmo modo, no momento de saída, o aspecto relacional e a presença de um ritual de despedida parecem facilitar o impacto deste momento.

Esta descontinuidade resulta igualmente do facto de *d*) a institucionalização se centrar no trabalho com as crianças/adolescentes, sem articulação com uma intervenção nas suas famílias e comunidade de origem, permanecendo os factores de risco que já existiam. Verificámos que, principalmente nos participantes que estiveram institucionalizados em Lares de Infância e Juventude, os contactos com a família e a comunidade de origem, quando se verificaram, foram esporádicos e sem uma estrutura temporal definida, não sendo promovidos nem valorizados pela instituição. Os nossos entrevistados mantiveram-se por períodos longos de tempo na instituição sem que estes laços familiares (ou outros) fossem activados. Este dado é também coerente com a investigação teórica, que refere a prevalência do acolhimento prolongado e o facto da participação da família nos quotidianos das crianças e jovens não ser a norma estabelecida por estas instituições (M.T.S., 2000). Já na sub-amostra Centros Educativos, os contactos com a família e outras pessoas significativas para os sujeitos foram percebidos como mais frequentes e permanentes. Os meios para o contacto (telefone, cartas, etc.) com estas pessoas são bastante mais acessíveis para as crianças/jovens internados em Centro Educativo e as suas regras de utilização mais previsíveis e estruturadas do que para as crianças e jovens internados em Lar. Em ambas as sub-amostras, os contactos com o meio exterior são percebidos como não sendo tão frequentes como seria desejável.

As instituições nem sempre se pautaram por *e*) oferecer alternativas relacionais estruturantes, securizantes, nem por preparar a integração social e laboral futura, constituindo-se apenas como um espaço diferente do familiar. Através das narrativas dos sujeitos, verificou-se que, principalmente os Lares de Infância e Juventude, não

proporcionavam relações afectivas significativas e securizantes, quer tenha sido na instituição ou na própria família. O que sobressai nestas relações são a descontinuidade, a mudança, rupturas e perdas sucessivas, reforçando a informação da investigação teórica que considera que o acolhimento institucional acresce e multiplica o carácter paradoxal das suas vivências (Martins, 2005), o que terá um impacto ao nível do desenvolvimento das capacidades essenciais, intelectuais, sociais e morais (Brazelton, Greenspan, 2002).

No que respeita aos recursos humanos, verifica-se uma grande falta de investimento, com metade dos participantes da sub-amostra Lares de Infância e Juventude referirem que não existiam técnicos nas instituições. Os que mencionam a sua existência percebem-nos como distantes e como não tendo as características pessoais e profissionais adequadas à função desempenhada. Apesar de não ser uma experiência consensual, merece particular destaque a referência a situações de maltrato institucional (Linares, 2000), nomeadamente, maus-tratos físicos, emocionais e abuso sexual e guerras de poder (Raymond, 1998) por parte destes recursos humanos. Note-se que estas experiências também são relatadas na sub-amostra Centros Educativos, ainda que neste caso se destaque a existência de equipas técnicas multidisciplinares, em que os técnicos e os monitores são maioritariamente percebidos como pessoas significativas e competentes.

Os resultados sugerem que os sujeitos revelam sentimentos ambivalentes em relação à sua experiência em acolhimento institucional: por um lado, *f*) a instituição representa um espaço físico seguro e organizado, por outro *g*) a sua estrutura e normas de funcionamento são sentidas como demasiado “rígidas”, por vezes até invasores do espaço próprio, não tendo em conta o respeito pela individualidade de cada criança/jovem. As condições físicas do espaço permitem o acesso a bens anteriormente inacessíveis, no entanto, a existência de instituições de grandes dimensões, que acolhem um grande número de crianças e jovens, as características que a assemelham a uma prisão e a ausência de privacidade e individualidade é percebido negativamente pelos sujeitos.

Outro dos tópicos relevantes que emergiu das entrevistas é a ausência de preparação para a saída da instituição. Oito participantes da sub-amostra Lares referiram não ter sido apoiados de qualquer forma pela instituição no momento de saída, ao contrário do que parece ter acontecido na sub-amostra Centros Educativos. Tal como documenta a investigação nesta área, os resultados obtidos neste estudo confirmam a

vulnerabilidade dos jovens que saem deste sistema a vários factores associados com a exclusão social (Taylor, 2004).

A transição brusca para o meio exterior, associada à pobreza de contactos e relações familiares atrás mencionada, reflectem-se na fraca rede suporte pós-institucionalização da sub-amostra Lares de Infância e Juventude. Já na sub-amostra Centros Educativos, os participantes revelam uma forte rede de suporte e a presença de relações significativas e estáveis.

Em função destas informações, parece-nos que a institucionalização surge como uma resposta pouco trabalhada e de resolução imediata, que não considera um efectivo projecto de vida das crianças/adolescentes acolhidos. Na era actual, defensora da dignidade e direitos da criança/adolescente e da igualdade de oportunidades de acesso social, a organização institucional descrita pelos sujeitos da nossa amostra evidenciam a falta de investimento, senão mesmo de respeito, por estes direitos e por estes sujeitos, que se evidencia na falta de formação adequada dos profissionais que lidam no dia-a-dia com as crianças institucionalizadas, na existência de maus-tratos dentro da própria instituição, da dificuldade das instituições em permitir o processo de individuação. Parece, também, não haver uma efectiva valorização pessoal destas crianças/adolescentes na instituição, uma vez que não lhes é proporcionado o afecto essencial para o desenvolvimento de uma boa auto-estima e de uma vinculação segura, não é favorecido o processo de autonomia, sendo mesmo referido por alguns sujeitos como aspecto negativa a falta de vigilância e de estrutura, que se poderá constituir como uma revivência das atitudes negligentes da família das quais se procurou proteger estes sujeitos. Assim, a institucionalização pode aparecer como uma resposta contraproducente e paradoxal para a criança, considerando que é retirada para ser protegida e ter garantidas as condições adequadas de desenvolvimento, com vista a um presente e a um futuro de integração social plena e de vivência pessoal positiva.

Se o processo de acolhimento institucional não for devidamente planificado, monitorizado, avaliado e supervisionado, pode comportar riscos reais para a criança/jovem que, a verificarem-se, constituem uma (re)vitimização das crianças, já por si bastante vulneráveis, permitindo a ocorrência do maltrato institucional. Os agentes deste tipo de maltrato variam entre o indivíduo, um conjunto de indivíduos ou até mesmo todo um sistema e ocorre quando os recursos disponíveis não são suficientes para responder a um problema com expectativas razoáveis de resolvê-lo (Linares, 2002). Assim, voltando à história de Hensel e Gretel, a bruxa que os acolheu na casa de

chocolate foi efectivamente “má” e prejudicial, pois “encheu-os” de momentos e vivências negativas que vão juntar mais sofrimento ao sofrimento inicial, marcando negativamente o seu percurso de vida.

Apesar do panorama globalmente desfavorável, também se verificam aspectos positivos que emergiram nas narrativas dos sujeitos, nomeadamente: *h*) a satisfação das necessidades básicas (alimentação, higiene, habitação, educação), que não eram proporcionadas pela família biológica; *i*) a protecção face à situação de perigo/delinquência em que se encontravam no meio de origem, constituindo a institucionalização um ponto de paragem neste percurso; *j*) as relações proporcionadas pelo acolhimento institucional – com os pares, funcionários e equipa técnica e *l*) permitir um percurso académico e profissional, a que provavelmente não teriam acesso se não estivessem na instituição.

É interessante notar que todos os participantes do estudo perceberam aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional, muitos dos quais correspondem a factores referenciados pela investigação teórica. Apresentaram ainda sugestões concretas e pertinentes que, na sua opinião, e também na nossa, contribuirão para melhorar o sistema de acolhimento institucional no nosso país.

Quando a instituição e os sistemas envolventes à criança/jovem estão conscientes dos seus objectivos, dispõem dos recursos mínimos necessários para os atingir e trabalham em conjunto com vista a alcançá-los, com o objectivo último da promoção do superior interesse da criança, a institucionalização pode ter potencialidades que asseguram este interesse e bem-estar. Deste modo, o acolhimento pode servir de uma fase transitória útil para a criança e o jovem e para a sua família, permitindo a sua capacitação e a sua mobilização para mudanças positivas e sólidas. Assim, com o trabalho e apoio dos técnicos e, com base numa relação de confiança, a criança e a família, agora com mais recursos interiores e exteriores do que antes da intervenção, podem (re)encontrar-se e (re)viver novamente uma família. Se este regresso não for possível, a instituição (e os sistemas envolventes) encontram uma alternativa útil e célere que assegure o seu bem-estar, se possível e desejável, tendo o direito a viver numa família. Deste modo, a passagem pela casinha de chocolate constituiu uma etapa necessária e positiva na vida destas crianças, que os acolheu e protegeu e lhes permitiu seguir em frente, “devolvendo-os” ao seu meio com mais recursos para viver melhor e serem mais felizes.

Este estudo apresenta limitações que obrigam a uma ponderação cuidadosa dos resultados obtidos, designadamente, a nossa amostra ser reduzida e centrar-se apenas nas narrativas dos sujeitos que recordam retrospectivamente este período da sua vida. Com base nas limitações deste estudo, sugerimos o seu alargamento a uma amostra maior, assim como a utilização de um *design* longitudinal, em que se entrevistassem as mesmas crianças e jovens quando dão entrada na instituição, durante a permanência na instituição, no momento de saída e no momento pós-colocação. Parece-nos ainda importante que se possam entrevistar os diversos intervenientes na institucionalização da criança ou jovem, nomeadamente: a família de origem, os técnicos do sistema de promoção e protecção ou do sistema tutelar educativo, os intervenientes do sistema judiciário e os recursos humanos da instituição (equipa técnica, funcionários e direcção). A conjugação dos dados dos vários intervenientes forneceria um conjunto de informações mais completo acerca da institucionalização, bem como permitiria uma maior compreensão acerca desta realidade.

Seria interessante perceber diferenças entre os diversos tipos de instituições (laicas/religiosas; pequena/grande dimensão; públicas/particulares), através da forma como as crianças e jovens são acompanhados e como é concretizado o seu projecto de vida, algo que o número reduzido da nossa amostra não permitiu concretizar.

A investigação é um meio importante para conhecer, reflectir e melhorar e a informação nesta área é urgente. Se podemos ler positivamente o facto destas crianças serem acolhidas numa instituição com vista a protegê-las do perigo em que se encontram, o mínimo que podem ter são as condições básicas necessárias ao seu bem-estar físico e emocional e uma definição célere de um projecto de vida. Conscientes da exiguidade deste passo no sentido de um melhor conhecimento da experiência do acolhimento institucional, esperamos, ainda assim, que o nosso trabalho tenha contribuído para que este fenómeno se torne mais “real” para nós.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J. P., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (1997) (Eds.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Alberto, I. (1999). *Avaliação da Perturbação Pós-Stress Traumático (PTSD) e suas consequências psicológicas em crianças e adolescentes vítimas de maltrato*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Alberto, I. (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de crime, Vol.II: Crianças* (pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- Amaro, F. (1989). *Os maus-tratos das crianças*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Barter, C. (2003a). Abuse of children in institutional care. In http://www.nspcc.org.uk/inform/research/briefings/abuseofchildreninresidentialcare_wda48221.html.
- Barter, C. (2003b). Young People in Residential care Talk about Peer Violence. *Scottish Journal of Residential Child Care*, 2(2), 39-50
- Benoit, T., Moddeman, D., & Embree, J. (1996). Romanian Adoption: The Manitoba experience. *Archives of Pediatric and Adolescent Medicine*, 150, 1278-1282.
- Berger, M. (1998). *A criança e o sofrimento da separação*. Lisboa: Climepsi.
- Berridge, D. (1994). Foster and residential care reassessed: A research perspective. *Children and Society*, 8(2).
- Blatt, E., & Brown, S. (1986). Environmental Influences on Incidents of Alleged Child Abuse and Neglect in New York State Psychiatric Facilities: Toward an Ecology of Institutional Child Maltreatment. *Child Abuse and Neglect*, 10, 171-180.
- Brazelton, B., & Greenspan, S. (2002). *A criança e o seu mundo. Requisitos essenciais para o crescimento e a aprendizagem*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bronfenbrenner, U. (2002). *Preparing a World for the Infant in the Twenty- First Century: The Research Challenge*. In J. Gomes-Pedro, J. Nugent, J. Young, & B.
- Brown, E., Bullock, R., Hobson, C., & Little, M. (1998). *Making Residential Care Work: Structure and culture in children's homes*. Aldershot: Ashgate.

- Browne K. (2005). A European survey of the number and characteristics of children less than three years old in residential care at risk of harm, *Adoption & Fostering*, 29(4), 23–33.
- Browne, K., Craissati, J. & McClurg, G. (2002). Characteristics of Perpetrators of Child Sexual Abuse Who Have Been Sexually Victimized as Children. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 14(3), 225-239
- Browne, K, Hamilton-Giachritsis, C., Johnson, R. & Ostergren M. (2007). Overuse of institutional care for children in Europe?. *British Medical Journal*, 332, 485–87.
- Browne, K, Hamilton-Giachritsis, C., Johnson, R. (2006). Young Children in Institutional Care at Risk of Harm. *Trauma, Violence & Abuse*, 7(1), 34-60.
- Bullock, R., Little, M., & Millham, S. (1993). *Residential Care: A Review of the Research*. London: HMSO.
- Calheiros, M., Fornelos, M., & Dinis, J. (1993). Portugal. In M. Colton, & W. Hellinckx (Eds.), *Child Care in the EC* (pp.177-194). Aldershot: Arena..
- Canha, J. (2003). A Criança vítima de violência. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de crime, Vol.II: Crianças* (pp. 13-36). Coimbra: Quarteto.
- Canha, J. (2002). *Criança Maltratada. O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Estudo prospectivo de 5 anos*. Dissertação de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Quarteto Editora. Gráfica de Coimbra.
- Capdevila, C. (1996). Acogimiento familiar, um medio de protecção infantil. In J. Ochotorena, & M. Madariaga (Eds.), *Manual de protecção infantil* (pp. 359-392). Barcelona: Masson.
- Carlson, M., & Earls, F. (1997). Psychological and neuroendocrinological sequelae of early social deprivation in institutionalized children in Romania. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 807, 419-428.
- Carmo, R., Alberto, I. & Guerra, P. (2002). *O Abuso Sexual de Menores. Uma Conversa sobre Justiça entre o Direito e a Psicologia*. Coimbra: Almedina.
- Carvalho, M. (2004). Entre as Malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências. In. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Centro de Estudos Sociais. Coimbra.
- Carvalho, M. (1999). Um passado, um presente, que futuro? Desvio e delinquências juvenis: aspirações e expectativas pessoais, escolares e profissionais de jovens em

- regime de internamento em Colégio do instituto de Reinserção Social. In. *Infância e Juventude*, 4, 9-148.
- Casas, F. (1988). Las Instituciones residenciales para la atención de chicos y chicas en dificultades socio-familiares: apuntes para una discusión. *Menores*, 10, 37-50.
- Casas, F. (1993). Instituciones residenciales: ¿hacia donde?. In Asociación para la Prevención de los Malos Tratos en la Infancia (Ed.), *III Congreso Estatal sobre Infancia Maltratada*. Madrid. 29-48.
- Casas, F. (1998). *Infancia: perspectivas psicosociales*. Barcelona: Paidós.
- Chisholm, K. (1998). A three-year follow-up of attachment and indiscriminate friendliness in children adopted from Romanian orphanages. *Child Development*, 69, 1092–1104.
- Chisholm, K., Carter, M., Ames, E. & Morinson, S. (1995). Attachment security and indiscriminately friendly behaviour in children adopted from Romanian orphanages. *Development and Psychopathology*, 7, 283–294.
- Chisholm, K., & Savoie, L. (1992). Behaviour and attachment problems of Romanian orphanages children adopted to Canada. In. www.psy.miami.edu/faculty/pmundy/manual.html.
- Chugani, H., Behen, M., Musik, O., Juhász, C. & Chugani, D. (2001). Local brain functional activity following early deprivation: A study of postinstitutionalized Romanian orphans. *NeuroImage*, 14, 1290-1301.
- Clarke, A., & Clarke, A. (1989). Recovery from the effects of deprivation. *Acta Psychologica*, 16, 137-144.
- Cóias, J. (1995). O Internamento de Menores como Medida Educativa Terapêutica: um Modelo de Intervenção em Meio Institucional. In D. Silva, J. Barroso, J. Cóias, & R. Bruto da Costa (Orgs.), *Congresso Os Jovens e a Justiça*. Lisboa: APPORT. 179-196.
- Cóias, J., & Simões, I. (1995). A componente de animação sócio-cultural na acção educativa em internato. Uma experiência no Instituto Navarra de Paiva. *Infância e Juventude*, 3, 73-82.
- Colton, M., & Hellinckx, W. (Eds.). (1993). *Child Care in the EC*. Aldershot: Arena.
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (s/d). *Guia de Recursos para Apoio ao Acompanhamento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (1999e). *Relatório de*

- Actividades de 1998*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Department of Health (1998). *Caring for Children Away From Home. Messages from Research*. Chichester: John Wiley and Sons.
- Department of Health (1999). Framework for the assessment of children in need and families. In. <http://www.doh.gov.uk/cmo/frass.pdf>
- Dias, J. & Andrade, M. (1997). *Criminologia – O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena* (pp. 178-241). Coimbra: Almedina.
- Edmond, R. (2002). Understanding the resident group, *Scottish Journal of Residential Child Care*, 1(1), 30-40.
- Epifânio, R. (2001). *Direito de Menores*. Coimbra: Almedina
- Fairhurst, S. (1996). Promoting change in families: Treatment matching in residential treatment centers. *Residential Treatment for Children and Youth*, 14(2), 21-32.
- Fernández del Valle, J. (1992). Evaluación de programas residenciales de Servicios Sociales para la infancia. Situación actual y aportaciones de los enfoques ecopsicológicos. *Psicothema*, Vol.IV, (2), 531-542.
- Fernández del Valle, J. (s/d a). Evaluación de programas y calidad de atención en acogimiento residencial infantil. In. <http://www3.usal.es/~inico/investigacion/jornadas/jornada3/actas/simp26.pdf>
- Ferreira, L. (2007). A Criança institucionalizada e o seu percurso escolar. Estudos com alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. Tese de Mestrado não publicada. Universidade de Coimbra.
- Fisher, L., Ames, E., Chisholm, K., & Savoie, L. (1997). Problems reported by parents of romanian orphans adopted to British Columbia. *International Journal of Behavior Development*, 20(1), 67-82.
- Fonseca, A. (2004). *Comportamento Anti-social e Crime. Da Infância à Idade Adulta*. Coimbra: Almedina.
- Fuertes, F., & Fernández, J. (1996). Recursos residenciales para menores. In In J. Ochotorena, & M. Arruabarrena (Eds.), *Manual de Protección infantil*. Barcelona: Masson. 393-446.
- Gersão, E. (1996). A reabilitação dos menores em função dos direitos. *Infância e Juventude*, 2, 9-23.
- Gersão, E. (1998). A violência nos comportamentos juvenis e a revisão da Organização Tutelar de Menores. *Infância e Juventude*, 4, 9-20.

- Gil, E. and Baxter, K. (1979) Abuse of children in institutions, *Child Abuse & Neglect*, 3, 693-698
- Gil, E. (1982). Institutional abuse of children out of home, *Child & Youth Services*, vol. 4(1), 7-13.
- Goffman, E. (1961). *Manicômios, Prisões e Conventos*. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva.
- Goldfarb, W. (1945a). Effects of psychological deprivation and subsequent stimulation. *American Journal of Psychiatry*, 102, 18-33.
- Goldfarb, W. (1945b). Psychological privation in infancy and subsequent adjustment. *American Journal of Orthopsychology*, 15, 247-255.
- Goldston, B. (2001). A Rational Youth Justice? Some Critical Reflections on the Research, policy and Practice Relation. *Probation Journal*, 48, 76-85.
- Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Gough, D. (1996). Defining the Problem. *Child Abuse and Neglect*, 20, (11), 993-1002.
- Groze, V., & Ileana, D. (1996). A follow-up study of adopted children from Romania. Child and Adolescent. *Social Work Journal*, 113, 541-565.
- Guimarães Sá, I. (1997). *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Gunnar, M., Bruce J., & Grotevant, H. (2000). International adoption of institutionally reared children: research and policy. *Development and Psychopathology*, 12 (1), 677-693.
- Hatfield, B., Harrington, R., & Mohamad, M. (1996). Staff looking after children in local authority residential units: the interface with child mental health professionals. *Journal of Adolescence*, 19, 127-139.
- Henley, D. (2005) Attachment disorders in post-institutionalized children. *The arts of Psychotherapy*, 32,29-46.
- Hodges, J., & Tizard, B. (1989a). IQ and behavioural adjustment of ex-institutional adolescents. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 30, 53-75.
- Hodges, J., & Tizard, B. (1989b). Social and family relationships of ex-institutional adolescents. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 30, 77-97.
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2007). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização Sumária. Instituições de Acolhimento 2007*. 1-21. In. http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=1117&m=PDF.

- Instituto de Segurança Social, I.P. (2007). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização Sumária. Instituições de Acolhimento 2006* (pp. 1-21).
- Instituto para o Desenvolvimento Social. Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). *Crianças e Jovens que vivem em Lar. Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida*.
- Johnson, D. (2000). Medical and developmental sequelae of early childhood institutionalization in Eastern European adoptees. In C. Nelson (Ed.). *Minnesota Symposia on Child Psychology.. The effects of early adversity on neurobehavioral development* (pp.113-162). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Kagan, J. (2004). Comportamento anti-social: contributos culturais, vivenciais e temperamentais. In A. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-Social e Crime* (pp. 1-10).
- Kendrick, A. (1998). Abuse of Children in Residential and Foster Care: A Brief Review. In. <http://www.education.strath.ac.uk/sircc/research/kendrick.html>.
- Kendrick, A., & Fraser, S. (1992). Summary of the Literature Review. In A. Skinner (Coord), *Another Kind of Home. A Review of Residential Child Care*. Edinburgh: The Stationery Office. Appendix B.
- Leandro, A. (1995). A Criança e o Jovem – Que Direitos? Que Justiça?. In D. Silva, J. Barroso, J. Córias, & R. Bruto da Costa (Orgs.), *Actas do Congresso Os Jovens e a Justiça* (pp. 27-41). Lisboa: APPORT.
- Leandro, A. (1997). Família do futuro? Futuro da criança. *Infância e Juventude*, 1, 9-20.
- Lima, C. (2003). *Menores de "Males Maiores" - Crianças Infractoras Apanhadas nas Malhas da Lei. Subsídios para o Estudo dos Menores Registados no Refúgio da Tutoria Central da Infância da Comarca de Coimbra (1927/39)*. Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra.
- Linares, J. (2002). El maltrato institucional. In Linares J.L. (Ed), *Del abuso Y otros desmans*. Paidós, 81- 109.
- Lindsay, M. (1997). *The Tip of the Iceberg: Sexual Abuse in the Context of Residential Child Care*, Glasgow: The Center for Residential Child Care.
- Loeber, R., Farrington, D. & Petechuk (2004). Delinquência Infantil: Intervenção e Prevenção Precoces, *Infância e Juventude*, 4, 79-116.
- Lourenço, N., Lisboa, M., Frias, G. (1998). Crime e insegurança: delinquência urbana e exclusão social, *Sub-Judice*, 13, 51-59.
- Machado, C. (2004). Intervenção psicológica com vítimas de crimes: dilemas teóricos,

- técnicos e emocionais. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 4, 2, 399-411.
- Machado, J., *Culturas Juvenis*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Maclean, K. (2003). The impact of institucionalization. *Development and Psychopathology* (15), 853-884.
- MacLeod, M. (1999). The abuse of children in institutional settings: children's perspectives. In: Stanley, N., Manthorpe, J., e Penhale, J., (eds), *Institutional abuse – Perspectives across the life course*. London – Routledge, 44-49.
- Madge, N. (1994). *Children and Residential Care in Europe*. London: National Children's Bureau.
- Marcovitch, S., Goldberg, S. & Washington, J. (1997). Determinants of behavioural problems in Romanian children adopted in Ontario. *Child Welfare*, 20, 17-31.
- Marteleira (2007). Estudo de Caracterização do Perfil dos Educandos Internados nos Centros Educativos do Ministério da Justiça a 30 de Junho de 2005. In. *Infância e Juventude*, 2, 67-186.
- Marteleira (2005). Jovens à margem: análise sociológica de um Centro Educativo. In. *Infância e Juventude*, 1, 91-108.
- Martins, E. (2006). A Infância Desprotegida Portuguesa na Primeira Metade do Século XX. *Infância e Juventude*, 4 (6), 93-131.
- Martins, E. (2002). As Reformas Sociais e a Protecção da Criança Marginalizada (Estudo Histórico do Século XIX a Meados do Século XX). *Infância e Juventude*, 3, 55-93.
- Martins, P. (2001). A avaliação como factor estruturante e promotor do desenvolvimento pessoal. *Psicologia, Educação e Cultura*, Vol. V(1), 63-70.
- Martins, P. (2005). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais” In Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: *Crianças em Risco: será possível converter o risco em oportunidade?*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Maio de 2005.
- Martins, P. (2005). *O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional – elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade*. In. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6750>.
- Martins, P. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco. Representações, Espaços e Modos*. Tese de doutoramento em Estudos da Criança. Universidade do Minho.

- Medeiros, C. & Coelho, M. (1991). Do desvio à Instituição Total. In *Do Desvio à Instituição Total. Sub-cultura – Estigma – Trajectos*. Cadernos do CEJ. Ministério da Justiça: Lisboa (pp.15-37).
- Ministério da Justiça. Direcção Geral da Reinserção Social (2007). *Relatório de Actividades*. In. http://www.dgrs.mj.pt/c/portal/layout?p_1_id=PUB.1001.13.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). *Lares de Crianças e Jovens/Crianças e Jovens que Vivem em Lar*. Lisboa. Instituto para o Desenvolvimento Social.
- Mosteirín, C. (2000) El Fracasso de las instituciones para menores: Ineficácia, Ineficiéncia o Ideologia. In *Actas do Congresso Internacional Os mundos sociais e culturais de infância, Vol.III*. Braga. Universidade do Minho. 72-75.
- Nunes (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Ochotorena, J. (1996). Diferentes situaciones de desprotección infantil. In J. Ochotorena, & M. Arruabarrena (Eds.), *Manual de Protección Infantil*. Barcelona: Masson.
- O'Connor, T., Rutter, M., Beckett, C., Keaveney, L., Kreppner, J.M., & the ERA Study Team. (2000). The effects of global severe privation on cognitive competence: Extension and longitudinal follow-up. *Child Development*, 71, 376–390.
- Parker, R. (1998). Reflection on the Assessment of Outcomes in Child Care. *Children and Society*, 12, 192-201.
- Parton, N. (1996). Child protection, family support and social work: a critical appraisal of the Department of Health research studies in child protection. *Child and Family Social Work*, 1, 3-11.
- Pedroso, J., & Fonseca, G. (1999). A justiça de menores entre o risco e o crime: uma passagem...para que margem. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, 131-165.
- Penha, M. (1996). *Crianças em Risco*. Lisboa: Direcção Geral da Acção Social.
- Peres, A. & Gonçalves, R. (2006). Do Risco à Delinquência – Estudo Exploratório. *Infância e Juventude* (2), 115-133.
- Pinheiro, P. (2007). Promoção e Protecção Dos Direitos das Crianças. *Infância e Juventude*, 1, 9-70.
- Proposta de Lei n.º 265/VII, Diário da Assembleia da República, II série A, n.º 54, de 17 de Abril de 1999.
- Proposta de Lei n.º 266/VII, Diário da Assembleia da República, II série A, n.º 54, de 17 de Abril de 1999.

- Queloz, N. (1989). Abordagem comunitária e delinquência dos jovens: a justiça de menores à procura da comunidade perdida?. *Infância e Juventude*, 3, 45- 60.
- Ramião, T. (2003). *Lei de protecção de Crianças e Jovens em Risco*. Lisboa: Quid Juris.
- Raymond, M. (1999). Considerações acerca das perturbações do pensamento dos adolescentes. *Infância e Juventude*, 1, 9-112.
- Raymond, M. (1996a). Reflexões sobre o acompanhamento em instituição de adolescentes difíceis. *Infância e Juventude*, 2, 21-139.
- Raymond, M. (1996b). Reflexões sobre o acompanhamento em instituição de adolescentes difíceis. *Infância e Juventude*, 3, 35-116.
- Raymond, M. (1998). Resposta aos Comportamentos Violentos em Instituição. *Infância e Juventude*, 3, 9-75.
- Ribera, J. P. (1996). Intervenção sócio-educativa com jovens em risco social: os Centros Residenciais de Acção Educativa na Catalunha. *Infância e Juventude*, 3, 15-23.
- Rodrigues, A. (2002, Maio). *Crianças em perigo/crianças perigosas: perspectiva jurídica*. Conferência proferida no Simpósio Internacional e Multidisciplinar. Crianças em Risco: da investigação à intervenção, Coimbra.
- Rosenthal, J., Motz, J., Edmondson, D., & Groze, V. (1991). A Descriptive Study of Abuse and Neglect in out of Home Placement. *Child Abuse and Neglect*, 15, 249-60.
- Rutter, M., & the English and Romanian Adoptees Study Team. (1998). Developmental catch-up, and delay, following adoption after severe global early privation. *British Journal of Psychology and Psychiatry*, 39, 465-476.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.
- Sandomingo, J. (1998). *Centros de Menores, de ontem a hoje*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Sani, A., Gonçalves, R., & Keating, J. (s/d). *As Realidade Experienciais de Crianças Vítimas e Testemunhas de Violência*. Relatórios de Investigação. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho
- Santos (2004). *Os Caminhos Difíceis da Nova “Justiça” Tutelar Educativa. Uma avaliação de dois anos da aplicação da Lei Tutelar educativa*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Centro de Estudos Sociais. Coimbra.
- Sinclair, I., & Gibbs, I. (1998). *Children’s Homes: A Study in Diversity*. West Sussex: John Wiley.

- Sousa, C., & Figueiredo, B. (2000). Perspectiva ecológica na compreensão dos maus tratos infantis. *Infância e Juventude*, 4, 79-97.
- Sousa, L (2005). A relação com os serviços sociais. In *Famílias Multiproblemáticas* (pp.45-83). Quarteto.
- Souto de Moura, J. (2000). A tutela educativa: factores de legitimação e objectivos. *Infância e Juventude*,4, 9-38.
- Taylor, C. (2004). Justiça para Crianças Integradas no Sistema de Protecção. *Infância e Juventude*, 1, 56-77.
- Teixeira, M. (1993). *Hospício e Poder*. Brasília.
- Tizard, B., & Hodges, J. (1978). The effect of early institutional rearing on the development of eightyear- old children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 19, 99–118.
- Tizard, B., & Rees, J. (1974). A comparison of the effects of adoption, restoration to the natural mother, and continued institutionalization on the cognitive development of four-year-old children. *Child Development*, 45, 92–99.
- Tizard, B., & Rees, J. (1975). The effect of early institutional rearing on the behaviour problems and affectional relationships of four year old children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 16, 61–73.
- Tsitsikas, H., Coulacoglou, C., Mitsotakis,P. & Driva, A. (1988). A follow-up study of adopted children. *Child Development*, 45, 92-99.
- Utting, W. (1991). *Children in the Public Care. A Review of Residential Child Care*. London:H.M.S.O.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. Santos Silva, & J. Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Vilaverde, M. (2000). *Factores de Risco e Factores Protectores em Crianças Vítimas de Maus-tratos a Viver em Instituições*. Tese de Mestrado não publicada, Universidade do Minho, Braga.
- Vorria, P., Papaligoura, Z, Sarafidou , J.; Dunn, J., Marinus, H., Van IJzendoorn, M., Steele, H., Kontopoulou, A., & Sarafidou, E. (2003). Early experiences and attachment relationships of Greek infants raised in residential group care. *Journal of Child Psychology*, 44,1-13
- Vorria, P., Papaligoura, Z., Sarafidou, J., Kopakaki, M., Dunn, J., Van IJzendoorn, M., Kontopoulou, A. (2006). The development of adopted children after institutional care: a follow-up study. *Journal of Child Psychology*, 47, 1246-1253.

- Vorria, P., Rutter, M., Pickles, A., Wolkind, S., & Hosbaum, A. (1998a). A comparative study of Greek children in long-term residential group care and in two-parent families: I. Social, emotional, and behavioural differences. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 39, 225-236.
- Vorria, P., Rutter, M., Pickles, A., Wolkind, S., & Hosbaum, A. (1998b). A comparative study of Greek children in long-term residential group care and in two-parent families: II. Possible mediating mechanisms. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 39, 237-245.
- Wolfe, D., & Pierre, L. (1993). El abuso y el abandono en la infancia. In J. Ollendick, & L. Hersen (Eds.), *Psicopatología infantil* (pp. 439-463). Barcelona: Martínez Roca.
- Wolff, P., & Fesseha, G. (1998). The orphans of Eritrea: are orphanages part of the problem or part of the solution? *American Journal of Psychiatry*, 155, 1319-1324.
- Zeanah, C.H., Nelson, C.A., Fox, N.A., Smyke, A.T., Marshall, P., Parker, S.W., et al. (2003). Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioural development: The Bucharest Early Intervention Project. *Development and Psychopathology*, 15, 885-907.
- Zeanah, C.H., Smyke, A.T., Koga, S.F., Carlson, E., & The Bucharest Early Intervention Project Core Group. (2005). Attachment in institutionalized and community children in Romania. *Child Development*, 76, 1015-1028.
- Zeanah, C., & Emde, R. (1994). Attachment disorders in infancy and childhood. In M. Zurita, J. (1992). Tendencias actuales en la atención a la infancia en Centros Residenciales de Protección. *Intervención Psicosocial*, 1, (2), 31-45.
- Zurita, J., & Fernández del Valle, J. (1996). Recursos residenciales para menores. In J. Ochotorena, & M. I. Madariaga (Eds.), *Manual de protección infantil*. Barcelona: Masson. 393-445.

Anexos

Anexo 1

CONSENTIMENTO PARA A INVESTIGAÇÃO

No âmbito da elaboração de uma tese de Mestrado em Psicologia da Justiça, do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, estamos a desenvolver um projecto de investigação intitulado de *“Era uma vez a instituição onde eu vivi: narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização”*. O objectivo principal desta entrevista é perceber como é viver numa instituição; o que recordam desse período da sua vida e o que, na sua opinião, deve ser feito para melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens que estão em instituições.

Nesse sentido, vimos pedir a sua colaboração e a sua autorização para conceder uma entrevista gravada. A entrevista será anónima e confidencial, ou seja, a identificação dos participantes nunca será apresentada.

Muito obrigada pela sua colaboração.

Data: _____

Assinatura: _____

P.S.: Pode ser interessante na apresentação dos resultados das entrevistas, particularizar alguns aspectos das histórias de vida narradas. Deste modo, propomos que nos indique um pseudónimo, isto é, um nome, pelo qual gostaria de ser chamado.

Pseudónimo: _____

Anexo 2

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIOGRÁFICA

Nome:

Idade (data de nascimento):

Estado civil:

Naturalidade:

Residência:

Agregado familiar:

Nível de escolaridade:

Profissão:

2. MOMENTOS DE VIDA MARCANTES

- Construção da linha da vida

[nasc.]_____ [momento actual]

(momentos de destaque na linha da vida: momentos positivos e negativos)

3. PERÍODO PRÉ-INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Com quem vivia? Qual era a ocupação dos membros do agregado?

- Como era a sua relação com os seus familiares?

- Que recordações tem desse período da sua vida?

- O que aconteceu antes de ir para a instituição?

- Como era a zona onde vivia? Com quem costumava estar? O que costumavam fazer?

- Quais eram as suas ocupações (escola, trabalho)?

4. PERÍODO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

INSTITUIÇÃO

- Em que instituição/instituições é que teve? Onde? Durante quanto tempo?

PRIMEIRO MOMENTO DO ACOLHIMENTO

- Lembra-se do 1º momento em que chegou à instituição? O que sentiu? O que recorda desse momento?

MOTIVO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

- Sabe porque foi para a instituição? Explicaram-lhe o motivo?

ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL DA INSTITUIÇÃO:

O que se lembra dessa instituição (ou instituições)? Fale um bocadinho sobre ela/ cada uma delas:

ESPAÇO FÍSICO

- Para quem não conhece a instituição, consegue descrever o mais detalhadamente possível a instituição por dentro (como se lá estivesse: quarto, sala, cozinha, casa de banho, jardim, etc.)?

- Quantas pessoas viviam na instituição? E por quarto?

- Estavam divididos por grupos?

HORÁRIOS E ROTINAS

- Consegue descrever o dia a dia?/ Quais eram as rotinas da semana? E do fim-de-semana?
- Havia horários?
- Havia rotinas diárias? Quais eram?

ACTIVIDADES LÚDICAS/EXTRACURRICULARES

- Participava em actividades lúdicas? Funcionavam dentro e/ou fora da instituição?
- Participava em alguma actividade extra-curricular (desporto, escuteiros, etc.)?
- Qual era a sua brincadeira/actividade preferida?

RELACIONAMENTOS

PARES

- Como era a relação entre as crianças/jovens na instituição?
- Tinha algum amigo/amiga favorita?

FUNCIONÁRIOS

- Como era a relação dos funcionários com as crianças?
- Lembra-se de algum em particular? Consegue descrever a pessoa?
- Há algum que se lembre de que não gostasse? Porquê?
- Tinha algum favorito? Porquê?

TÉCNICOS

- Existiam técnicos na instituição? O que faziam?
- Lembra-se de algum em particular? Consegue descrever a pessoa?
- Há algum que se lembre de que não gostasse? Porquê?
- Tinha algum favorito? Porquê?
- Como era a relação deles com as crianças?

DIRECÇÃO

- Quem era responsável pela instituição? Como era? Consegue descrever a pessoa?
- Como era a relação entre a direcção e as crianças?

REGRAS

- Havia regras na instituição? Quais eram? O que achava em relação a essas regras?
- Acrescentaria/retiraria alguma regra?

CASTIGOS

- O que acontecia quando não respeitavam as regras?

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA

- Alguma vez o magoaram a si ou às outras crianças/jovens? Quem? De que forma?
Com que frequência?

RELAÇÕES COM A FAMÍLIA DE ORIGEM

- Visitava a Família? Quando?
- E a Família, visitava-o?
- Podia escrever cartas/telefonar?
- Tem irmãos? Onde viviam? Estavam numa instituição? Tinha contactos com eles?
- Qual a relação que tem com a sua família actualmente? Que imagem tem deles?

PERCURSO ESCOLAR E PROFISSIONAL

- Andou na escola dentro ou fora da instituição?
- Estudou até que ano?
- O que achava da escola?
- Como era a sua relação com os professores/colegas?
- Como era o seu comportamento/desempenho académico?
- Frequentou algum curso de Formação profissional? Qual? O que achava do curso?

5. SAÍDA DA INSTITUIÇÃO

- Com que idade saiu da instituição? Porque saiu?
- O que sentiu nessa altura?
- Teve alguém que o tivesse apoiado neste momento?

- Após este momento o que aconteceu?

6. PSICOPATOLOGIA/PROBLEMAS COM A JUSTIÇA

- Já alguma vez esteve envolvido em actos/episódios violentos (dentro da instituição e/ou fora da instituição)?

- Já teve problemas com a Justiça? Quando? Porquê?

- Já foi medicado? Acompanhado em terapia? Já consumiu drogas?

7. SITUAÇÃO ACTUAL

- Gosta do seu trabalho actual?

- Se pudesse teria uma outra ocupação?

- Como descreve a sua casa actual? E a sua família (com quem vive actualmente)?

- O que gosta de fazer no seu tempo livre?

- Como descreve a sua relação amorosa?

- Quais são as pessoas mais importantes da sua vida?

- Quais as pessoas em que sabe que pode contar/sabe que pode recorrer?

- Ainda mantém contacto com alguém da instituição? Com quem?

8. PERGUNTAS FINAIS

- Consegue identificar um tema/mensagem que integre toda a sua vida?
- O que aprendeu na instituição onde viveu?
- Qual acha que foi o impacto da vivência na instituição? De que maneira isso influenciou a sua vida?
- Qual o melhor e o pior momento que recorda da (s) instituição/instituições onde esteve?
- Consegue enumerar 3 coisas boas e 3 coisas más da instituição onde esteve?
- Se fosse director da instituição onde esteve, o que propunha para as crianças que estão na mesma situação em que estava quando foi institucionalizado?
- Como define a palavra INSTITUIÇÃO?
- O que é que a palavra Instituição o faz sentir?
- O que sentiu ao fazer esta entrevista?
- Sobre o que pediria para falar se fosse o entrevistador?
- Conhece alguém que tenha estado na mesma situação para eu entrevistar?

Anexo 3

Grelha de Análise das Entrevistas (Lares)

Sujeitos	Momentos de vida marcantes	Motivos de	Momento do acolhimento
Lares	(Linha da vida)	Institucionalização	
1.1 Matos	1) "dos 7 aos 8 anos na escola primária"; 2) "dos 8 aos 18 fui retirado pelas autoridades e pelo Tribunal de Menores da Guarda e fui internado num colégio interno"; 3) "Aos 18 anos sai e fui viver para Lisboa (...) o mais importante que aconteceu foi dentro da instituição. Enquanto lá estava estava protegido, tinha uma casa, tinha um abrigo, tinha trabalho"	"fui vítima de maus tratos (...) e meu falecido pai era (...) um doente alcoólico e dava-me maus tratos a mim e à minha mãe e tive de sair de lá."	"cheguei lá com uma mala de roupa, a primeira coisa que me deram foi roupa da cama, ensinaram a fazer as camas, a ter cuidados de higiene (...) Sentia-me uma pessoa estranha na casa (...) Fiquei um bocado chocado por abandonar a família (...) O medo é no início, não conhecer as pessoas, viver num regime fechado (...) ninguém quer ficar numa instituição."
1.2 Scooter	1) "Quando me tiraram a minha mãe"; 2) "o resto da minha infância"; 3) "última coisa" [expulsão do monitor na actual instituição]	"a minha mãe era alcoólica. E não tinha condições (...) gente muito reles porque (...) antes dos 10 anos, não me davam carinho, o meu pai ameaçava-me com facas e era espancado"; [família de acolhimento] "saí de lá com 12 anos, porque um dos membros do casal morreu (...) a senhora"	"Senti-me um bocado abandonado porque não tinha apoio nenhum de ninguém, porque eu fui para essa instituição (...) enganado (...) perguntei para onde é que ia e ele não me disse, só depois quando cheguei (...) é que vi mesmo realmente onde é que estava, foi muito mau."
1.3 Dids	"Ter entrado para o Colégio"	"Não me explicaram porquê, mas eu fui ver ao meu processo às escondidas, dizia que não tínhamos condições, que a minha mãe era um bocado pirada (...) era um bocado deficiente (...) os meus pais eram alcoólicos, os dois."	"Não" [recorda]
1.4 A-Kon	1) "ter entrado para o colégio"; 2) "maus tratos quando entrei para o Colégio"; 2) "morte de um amigo do Colégio, são momentos que nunca se esquecem, está comigo para toda a minha vida"	"Não explicaram mas eu vi logo (...) foi a separação e o meu pai não tinha condições, nem ele nem ela (...) e lá se pensou em meterem-me num Colégio."	"Fartei-me de chorar (...) fartei-me de agarrar o meu pai, só me queria vir embora, não queria que ele me deixasse ali. Fartei-me de chorar, completamente..."
2.1 Emanuel	"Ter encontrado uma casa, ter ido para aquela casa onde me acolheram (...) a segunda parte será o casamento"	"Porque o meu pai nunca soube quem foi, a minha mãe era solteira, teve 7 filhos (...) e depois acabou por ir para o hospital e morreu"; "Sim, explicaram (...) na altura que eu entrei, o padre H. explicou-me."	"quando fui para lá não me lembro, era mesmo muito pequenino."
2.2 Martins	1) "A morte dos meus pais, faleceram ambos, em 20 dias, tuberculosos (...) tinha 2 anos"; 2) "a Casa" [instituição] 3) "o Casamento. Essas 3 são as mais significativas da minha vida, ainda não sei o que me espera mas, estes marcaram o rumo da minha vida. Definitivamente."	"porque eu não era propriamente um menino de rua...era órfão mas a minha avó era uma senhora de bem (...) eu era um menino de tão bem que eu até trazia na minha malinha uns sapatinhos de lã de dormir que a minha avó me fazia para eu dormir"	"Senti um certo acanhamento ao chegar (...) mas fui logo bem recebido pela senhora que estava (...) tranquilizou-me muito, foi um momento muito acolhedor e eu passei logo a sentir-me bem cá (...) com esta liberdade toda, com o ar livre, com os companheiros, o poder brincar, sentia-me como peixe na água, adaptei-me muito bem. (...) E senti-me aqui tão bem que a minha avó - entretanto (...) o perigo desapareceu [tio com tuberculose faleceu] (...) foi lá (...) para me levar outra vez para junto dela e eu não quis, pus-me a chorar que não queria ir"
3.1 Margari da	1) "aos 5 anos, morte da mãe (...) por causa dela ter bebido muito; 2) "Morte do pai (...) com uma broncopneumonia"; 3) "ter a minha vida e independência e o meu filho"; 4) "ter conhecido um rapaz"; 5) "maus tratos do pai do filho"; 6) O melhor momento foi ter ido para as Irmãs do B. P. através do Tribunal, 7) o pior momento foi quando fizeram mal à minha mãe."	"a minha mãe fazia cervejão (...) cerveja com vinho e açúcar (...) Era o nosso pequeno almoço todos os dias (...) ela morreu"; [se chorasse] "Começavam-me a bater; [companheiro mãe] "Ele, depois da morte da minha mãe, começou a beber muito e a meter mulheres lá em casa (...) apanhei ele a aproveitar-se da minha avó"	"Quando cheguei, uma felicidade imensa, aquele ambiente, vi aquilo à minha volta e pensei: esta vai ser a minha casa! Gostei. A primeira coisa que eu gostei foi quando vi o salão, e, depois, o grupo e as amigas que eu fiz."; "(...)perguntei se ela [funcionária] não se importava que eu a chamasse de mãe"
3.2 Jessica	1) "O mais importante, recente, foi a minha filha ter nascido"; 2) "A coisa má foi ter ido para o colégio"; 3) "a minha mãe bater-nos muito, isso eu lembro, o meu pai lembro-me, dava-me carinho"; 4) "quando o meu pai nos levava a passear, era muito importante"	"a minha mãe era alcoólica, depois houve um problema grave com o meu pai e a minha irmã mais velha, e depois com uma outra irmã também mais velha" "a minha mãe batia-nos muito, isso eu lembro..."; [instituição] "Não" [explicaram o motivo]	"Tive uma desilusão. Porque disseram-me [assistente social, mãe] que íamos para um sítio com piscina, um pátio para brincar e quando cheguei aquilo parecia uma prisão. (...) aquilo era muito fechado (...) uma desilusão (...) cheguei a ficar doente quando entrei para lá, fiquei de cama, com febre."
3.3 Patrícia	1) "Quando entrei no colégio"; 2) "a minha independência"; 3) "Divórcio dos pais"; 4) "Suposta venda do irmão"	[mãe] "fugiu (...) andámos os 4 na rua [pai] é alcoólico (...) passei mal (...) a minha mãe perdeu os documentos e eu não podia ir ao hospital (...) desatei a correr em direcção à PSP, tinha 8 anos (...) fomos para casa do meu pai (...) na escola (...) estava revoltada (...) porque não me deixavam ver a minha mãe (...) naquele dia, descarreguei tudo, mandei uma cabeçada no vidro (...) a Segurança Social chamou-nos e disse que arranjavam um Lar para nós"; "Disseram-me que íamos para uma casa onde estavam muitos meninos e meninas, mas ninguém me explicou porquê."	"Horrível (...) senti muita raiva, porque eu era muito ligada à família do meu pai (...) mesmo sabendo que éramos escravas dos meus avós, éramos uma família (...) uma aldeia e vivíamos assim (...) saí de um mundo em que eu estava habituada e vir para um mundo em que eu estava fechada dentro de quatro paredes sem nada à volta, doeu-me muito (...) entrar dentro de uma casa enorme, toda fechada (...) porta de entrada com uma grade, eu disse "isto é uma cadeia!" (...) não queria ficar (...) chega uma freira para nos receber e a dizer para irmos lá fora porque tinha uma piscina e um parque lindo (...) a única coisa que elas sabem dizer (...) o meu pai desapareceu (...) Foi um choque para mim, mas para a minha irmã foi maior (...) rachou a cabeça a duas gémeas, nesse momento."
3.4 (Xana) [1ª LIJ]	1) "Ver a minha irmã nascer lá em casa, isso foi a maior alegria que eu já vi."; 2) "o dia no tribunal custou-nos muito"; 3) "quando fomos entregues à instituição"; 4) "eu ter ido para uma instituição e a minha irmã para outra"; 5) "ter voltado para junto da minha irmã"; 6) "a saída"; 7) "O pior foi perder o meu pai"; 8) "ter a minha casa, as minhas coisas, o meu espaço, acho que foi o melhor"	"o meu pai era esquizofrénico (...) e a minha mãe é alcoólica (...) um era maluco e o outro desequilibrado e depois nasceram três crianças que acabaram por sofrer com isto tudo."; "a minha mãe (...) batia-me (...) o meu pai via que a casa estava suja e batia na minha mãe"; "eles [tribunal] perguntaram se queríamos ir para uma instituição porque os meus pais não deixaram que os meus tios me adoptassem (...) eu disse logo que sim. (...) era sempre melhor que estar lá em casa (...). Nós ficamos sempre com a ideia de que fomos porque nós que dissémos que queríamos ir."	"viémos num jipe que era da polícia, o que eu acho vergonhoso (...) Passei o caminho todo a dizer (...) quero vomitar" e eles não abriam a porta e eu vomitei."; "eu fui para uma instituição e a minha irmã para outra. Também era uma coisa que nos não tínhamos noção que nos iam fazer."; "o primeiro momento não me lembro"; "quando eu fui para lá custava-me muito e chorava muito."
(Xana) [2ª LIJ]	"Eu só tenho ideia que toda a gente estava cá fora a falar mal dessa assistente social. Entramos lá e dissemos que sim, só que depois caímos na real e vieram-nos buscar foi muito mau."	"Para estar junto da minha irmã"	"Estava felicíssima, porque estava com a minha irmã (...) Lembro-me de chegar a instituição e tomar banho (...) depois eu lá no refeitório e todos a olhar para mim, sentia-me muito pequenina mas estava muito contente porque estava com a minha irmã e era muito bom (...) [foi recebida] a directora e a irmã responsável pelo grupo."

Sujeitos	Espaço físico	Aspectos organizacionais
Lares		(regime; n°pessoas, orientação, etc.)
1.1 Matos	"era um edifício grande (...) Aquilo era dividido por idades: os pequeninos estavam numa camarata, os de uma certa idade noutra e os mais velhos já na última(...) era dividido em quartos de 12. Cada um tinha o seu armário (...) tínhamos casas de banho normais, para aí com 20 lavatórios."	"A instituição era conhecida por ser um Centro de Educação Especial (...) só rapazes"; " quase 200 crianças, com idades compreendidas entre os 6/7 até aos 18. Só por volta dos meus 16 anos é que eles meteram raparigas para lá, mas só em regime externo"; [escola] "era só lá dentro, a gente podia era trabalhar cá fora, nos trabalhos que eles arranjavam."; [os mais velhos] "orientavam os mais novos, eram um complemento necessário de ajuda aos educadores."
1.2 Scooter	"Era muito grande, com piscina e tudo, era um espectáculo! (...) tomara eu ter aquela casa para mim! Aquilo era uma mansão para mim."; "Os quartos tinham 6 camas; " Tinha uma sala grande com televisão, tinha um salão de jogos, tinha bicicletas, tinha uma sala só de informática, tinha tudo!"	"a gente tinha liberdade fora da instituição, aquilo era tudo aberto, os mais velhos, alguns deles, tinham carros e a gente saía, eles pagavam qualquer coisa e a gente lá ia (...) não havia vigilantes"; "Os rapazes e as raparigas dormiam separados. Porque as raparigas à noite eram fechadas e só os rapazes é que ficavam livres."; "Eram todos, todos os mais velhos, mandavam todos"; "Sim [instituição religiosa], [director] "era padre mesmo."
1.3 Dids	"É boa"	"Tinha rapazes e raparigas"; "Era religiosa"
1.4 A-Kon	"nova, muito espaçosa (...) É uma casa com óptimas condições (...) tem muitas divisões (...) tem um jardim, um campo de futebol (...) um bom terreno (...) Tem 8 quartos. (...) Um andar para rapazes, outro para raparigas."; "No meu quarto estávamos 4 ao todo."	"Nessa altura eram para aí uns 15/20...éramos 20"
2.1 Emanuel	"é tudo dividido por secções (...) sala de jantar, a cozinha, a sala de televisão (...) casas de banho (...) sala de costura (...) lavanderia (...) jardim, campo de futebol, escola, oficinas, tinha uma carpintaria (...) uma parte que é para convívio"; "Haviam camaratas que tinham 7, 6 rapazes, outras 12, era por idades: havia a zona dos miúdos (...) onde estavam os mais pequeninos até aos 10/12 anos(...) a zona dos médios (...) dos 10/12 anos até aos 15/16 anos (...) a dos grandes (...) dos 16 até aos 20"	"os rapazes entram (...) o mais tardar aos 13 anos, mais não, porque já é uma idade avançada, já trazem certos vícios na pele e depois começam a desencaminhar os mais novos"; "a Obra é uma casa só (...) no país como fora do país (...) só que está dividida em várias (...) o máximo que aqui estiveram foram 120 rapazes"; "o "chefe maior" é que mandava (...) os mais velhos escolhiam 5 rapazes(...) Depois, um ficava em 1º lugar, outro em 2º e 3º e então esses ficavam os 3 chefes (...) É como se fosse as eleições, e depois, geralmente, o padre é que via (...). Essa reunião era no Domingo a seguir ao Natal, que era o Domingo da Família, para depois começar um ano novo."
2.2 Martins	"é um espaço livre (...) não tem muros, os portões estão abertos (...) o ambiente é saudável, poluição não há (...) É dividido por idades: há o grupo dos pequenos, dos médios e a casa dos maiores."; "Tem uma cozinha, tem o refeitório, tem a secção das roupas, há a lavanderia, há camaratas, é uma casa normal (...) é uma família muito grande não é?"	"As casas X. são em quintas, em meios rurais, e os Lares são nas cidades (...) onde podiam estudar e tirar os cursos"; "Obra de rapazes, para rapazes e pelos rapazes"; "Porque a Obra vive dos rendimentos, não é o Estado.(...) o espírito da Obra mesmo é que (...) seja uma família: há uma senhora, que é a mãe (...) Há o padre, que é o pai, e depois há os irmãos – os mais velhos sempre responsáveis pelos mais novos (...) E cada ano há um mais velho, o mais idóneo, que é o chefe de família e isto funciona em democracia, quer dizer, eles é que propõem os seus chefes."; "Há os chefes maiorais e os chefes sectoriais –o chefe maioral é o chefe da comunidade, os sectoriais são por secções (...) Os mais velhos têm a missão de educar."; "chegaram a estar aqui 120 rapazes de todas as idades"; "a religião católica faz parte de toda a filosofia da Obra"; "outro princípio fundamental era o amor ao trabalho.(...) a escola libertadora. Ele queria que todos os sássem(...) com a escolaridade obrigatória"; "Não há rapazes maus";
3.1 Margari da	"Por fora tem um portão grande verde, tem um grande muro (...) um hall de entrada (...) a portaria (...) a comunidade, onde as Irmãs estão, onde elas dormem (...)a capela (...) uma grande quinta (...) campo de futebol (...) As divisões do meu grupo(...) a cozinha (...) o refeitório (...) dormitórios (...) Havia uma sala de estar para cada família, cada grupo tinha as suas próprias divisões. As casas de banho eram 3.(...) E tinha o quarto da própria mestra (...) Um quarto e uma dispensa."; "Os dormitórios eram um quarto total mas dividido com uma placa."	"instituição só de raparigas (...) é religiosa"; "[a escola] era lá dentro. Eles faziam a primária e o ciclo ali dentro."; "Cada mestra tinha o seu próprio grupo. Era o grupo da 1ª família, da 2ª família e da 3ª família."; "[cada família] "tinha uma mestra auxiliar". "Para aí umas 20 (...)As raparigas escolhiam a mestra para onde queriam ir."; [cada grupo] "mais ou menos 8 pessoas (...) cada grupo tinha as suas próprias divisões"; "(...)ajudávamos (...) as mais velhas às mais novas; "tínhamos sempre as nossas reuniões sobre o que se estava a passar de bom e de mau no grupo.(...) 1 vez por mês (...) debatíamos os assuntos (...) e a Mestre ia apontando na agenda dela: o que estava bem, o que estava mal, o que se devia emendar, o que não se devia emendar"
3.2 Jessica	"É muito grande. Tem janelas, ainda tem grades. (...) tem uma igreja, uma capelita. É toda branca (...) A entrada (...) parece mesmo uma prisão porque tem uma grade (...) depois, na porta, para ver, tem daquelas portinhas pequenas que abrem para espreitar, que dá para ver a cara da pessoa. (...) tem vários dormitórios (...) 10 [pessoas] em cada dormitório, mais ou menos"; "Tínhamos em M. uma casa para as férias de Verão, parecia uma prisão, as janelas cheias de grades";"a nível de condições é bom, acolhe muitas crianças, acho que já lá estiveram 300 crianças.(...) tinha 7 dormitórios(...)Tínhamos 3 refeitórios. (...) As salas, aquilo era por grupos, cada grupo tinha uma freira e tinha uma sala."	[só raparigas] "cento e tal pessoas"; É mais ou menos por idades (...) Tinha o grupo dos pequenitos...aquilo tinha nomes: as maiores (...) Esses grupos pertenciam às freiras que estavam nesses grupos e havia os dormitórios desses grupos.(...) [cada freira] Dormia num quarto lá dentro."; "De manhã e ao almoço tínhamos as reuniões do Lar , das mais velhas, da Casa velhas"; "a escola era lá dentro"
3.3 Patrícia	"E enorme(...) porta com a grade é completamente transtornante"; "Tem brinquedos, o pátio, mas além disso não tem mais nada. Há um quintal delas com árvores e galinhas e mais nada. Tens a sala de televisão (...) Tens duas divisões na casa, uma onde estão as miúdas ate aos 14, 15 anos e o outro lado onde estão as mais velhas (...) É tudo a mesma casa mas esta dividida a entrada. Em cada dormitório estavam 20 a 25 crianças com uma freira por cada grupo."	[só raparigas]"Disseram-nos "olha vais ficar neste grupo mais a tua irmã". Num grupo de 20 crianças, 25(...) Ficamos as duas sempre juntas, todo o tempo que tive no colégio fiquei sempre com ela no grupo"; "A escola primaria era lá dentro"; "No total estavam cerca de 100 crianças."
3.4 (Xana) [1ªLII]	"tínhamos no andar de cima os quartos, fámos descer para baixo para ir para o refeitório e ficávamos logo na rua, quer dizer parece uma casa, mas mais parece uma pensão, porque em baixo comemos, temos a sala da televisão e em cima os quartos, não é familiar."; "[por quarto] Éramos três."	"aquele colégio era misto (...)Ao nível de gestão deles de tudo o que era nosso era muito mau porque (...) tínhamos as prateleiras com os nomes, mas vestíamos as roupas uns dos outros(...) ficava só uma pessoa à noite connosco, dormia lá, mas acontecia muita coisa lá.(...) Não sei precisar, mas éramos muitos"; "Os rapazes de um lado e nós do outro (...) em cada quarto havia sempre um elemento mais velho que ficava sempre responsável"; "é difícil um responsável olhar por não sei quantas crianças"
(Xana) [2ª LII]	"É uma casa que é dividida em várias casinhas com vários grupos. Entramos lá e sentíamo-nos em casa, as instalações eram muito boas (...) ali era tudo muito pessoal (...) tudo ser mais pequenino, torna muito familiar, era uma casinha (...) Aquilo era uma casa grande e depois tinha três grupos, que eram casinhas(...) No meu andar havia outro grupo, e, cada um tinha tudo - dormitório, casas de banho, sala de estar, cozinha - era outra casinha(...) [por quarto] Éramos 4."	[cada grupo] " Acho que eram 20.(...) a escola primária era lá dentro."; [Irmãs] "dormiam lá nos grupos connosco (...) normalmente estávamos sempre acompanhadas por elas"

Sujeitos	Horários e rotinas	Regras	Castigos
Lares			
1.1 Matos	"A gente levantava-se às 8h, às 8.30h íamos tomar o pequeno almoço (...) Às 9 horas íamos para a escola, ao meio-dia saíamos, ao 12.30h almoçávamos, a partir das 2 horas da tarde voltávamos outra vez para as escolas (...) tínhamos aula de música ou a aula de moral ou tínhamos ginástica, conforme (...) Depois das 5h, tínhamos o tempo livre, podíamos sair...os mais pequenitos não podiam sair da instituição senão perdiam-se."; "O jantar era a partir das 7 e depois a partir dessa hora, íamos para a sala da televisão. (...) os mais velhos passaram a deitar-se mais tarde, no máximo até às 11 horas"	[sair] "A partir dos 12, mas só acompanhados por indivíduos mais velhos (...) para tomar conta deles."; "A regra era aos 18 tínhamos de vir embora..."	"Comunicavam aos educadores e eles ao fim de semana não deixavam sair a gente, não podíamos sair para a cidade. (...) não tínhamos direito a vir cá fora nem nada disso."; "os educadores comunicavam e ela [directora] chamava lá a gente e decidia se podíamos sair ou não."; "davam um estalo ou dois, ou três ou quatro."; "não ver televisão, ir para a cama cedo"
1.2 Scooter	[acordar]às 6. 30h, à quarta feira, antes de ir à missa tínhamos de ter as tarefas todas feitas - e a missa era (...) das 7.30 às 8h.(...). Depois, tomávamos o pequeno almoço entre as 8h e as 8.30h porque depois tinham de ir para as oficinas, as miúdas para a primária"; "a gente tinha de se deitar às 10 horas durante a semana (...) Ao fim de semana, a gente já podia ficar até à meia noite (...).Todos os sábados a gente tinha de ir à missa (...) Quem não fosse ao sábado ia ao domingo."	"Nenhumas. Tudo ao reboliço"	"Havia castigos porque era o próprio Dr. A. [director] que castigava.Ou ficava sozinho a limpar a cozinha - que é bastante grande - ou iam para a cama mais cedo, em vez de se deitarem às 10, deitava-se às 7.30h. Mais nada. Às vezes, os mais velhos davam castigos aos mais novos."
1.3 Dids	"Eram uma procima, era igual para toda a gente. (...) Para almoçar, uns vinham da escola ao meio-dia, outros vinham à 1h. E jantar era à mesma hora para todos (...) era às 7 ou às 8h, às 10h, os pequenitos iam para a cama, os mais velhos um pouco mais tarde. [fim de semana] Era tudo igual, não mudava, era tudo igual. Só mudava o horário de saída para os mais velhos [hora de entrada] era à meia noite ou à 1h (...) era obrigatório ir à missa ao Domingo"	"temos de cumprir as regras de lá. Se a gente quer chegar um pouco mais tarde, não nos deixam, se chegamos, ficamos de castigo."	"a Dona M.[funcionária] viu-nos a fumar lá dentro, ela foi chamar a Dona G., a Dona G. foi dizer ao Sr. Padre, o Sr. Padre foi dizer ao Dr. F. e depois disso tudo fomos obrigados a ir fazer exames..."; "Obrigaram-nos a fazer análises. E depois, a análise deu positiva e eu fui obrigado a sair do Lar"
1.4 A-Kon	"A hora de acordar dos putos era às 6.30h, 7h (...) vão para a escola, chegam da escola e vão para o professor, para o andar de baixo, fazem os trabalhos de casa, estudam um bocadinho e depois vão para a sala lá em cima, ou ficam a ver televisão, ou ficam na cozinha a conversar (...) ou jogam futebol com os peluches, ou está tudo no computador cá em cima na sala a jogar ou a ouvir música"; "os mais velhos, vinhamos do trabalho, falávamos todos, víamos televisão, estávamos no computador, fazíamos o nosso horário."; "arrumar, limpar a louça e ajudar na cozinha"; [catequese, missa] "somos obrigados (...) "Ah, não vais à missa, vamos dizer ao Sr. padre (...) tínhamos de ir porque sabíamos que o Sr. padre ia ficar chateado conosco"	"regras de saída, horários para as refeições (...) horário de Verão: 7h para jantar (...) é muito cedo."; "este Verão (...) estipularam novas regras (...): só podíamos sair 1 vez por mês até mais tarde."	"Vínhamos embora, mesmo(...) a regra era, ficavas mais um mês, mas se chegasses atrasado, no dia seguinte tinhas de sair."; "se não chegássemos a essa hora, já não podíamos jantar, acho que isso está mal"
2.1 Emanuel	"as 7 h, tocava a sineta para os rapazes se levantarem (...) Às 7.30h juntavam-se no refeitório e faziam a oração da manhã (...) O almoço era ao meio dia (...) às 17.30h era o lanche. Depois, iam para a escola fazer os deveres de casa. Os mais velhos (...) iam um ou dois tomar conta dos rapazes(...) Depois, às 19.30h, era o terço (...) o jantar às 20 h (...) depois (...) iam para a sala da televisão (...) às 21.30h eram as orações da noite e depois iam para a cama...depois no dia seguinte era sempre a mesma coisa. A missa era só ao Domingo (...) a catequese"; "o fim de semana (...) os horários são sempre os mesmos, só que (...) estando a limpeza da casa, (...) iam brincar, ver televisão, iam jogar à bola. A partir ai dos 13, 14 anos, podiam sair para ir ao jogo, quando acabava o jogo vinham para casa."	"Obrigam a ter a missa ao Domingo, obrigar a levantar a tempo e a horas da cama (...) naquela hora da Oração é para fazer a oração da manhã (...) e depois cumprir a horas o trabalho (...) o levantar, o comer, o trabalhar"	"geralmente, o padre não dava os castigos, eram os chefes maiores. (...) dava-se uma palmada (...) lavar a louça (...) limpar as mesas (...) o castigo deles era: ou iam lavar a louça ou metíamos um em cada oliveira (...) o Domingo inteiro!"; "arrumar o refeitório (...) fazer o comer (...) a gente pode-lhe dar uma palmada (...) se for naquele momento, a palmada até lhe faz bem (...) quem não trabalha não come."; "Se fossem coisas assim graves (...) o rapaz nem devia continuar na Obra (...)Jo padre depois é que resolvia o problema."
2.2 Martins	"A mim lavaram-me os pés antes de eu ir para a cama e aquilo soube-me bem."; "O fim-de-semana era marcado pela missa dominical, só ao Domingo. Havia um almoço especial, um bocadinho melhorado e era um dia livre, em que se jogava à bola, brincava, os mais velhos iam dar uma voltinha, portanto, era um dia em que se decidia, os outros dias eram ocupados pelas tarefas determinadas, cada um sabia o que tinha a fazer. Era marcado também pelos trabalhos de campo, pela época, pelas estações...há o tempo das sementeiras, há o tempo das colheitas"; "Cá em casa (...) rezava-se todos os dias o terço"	"Cada um tinha a sua obrigação (...) O pai A. dizia "Meus rapazes, no trabalho, sejam monges (...) "Tudo isto aqui é vosso e cada um cuida daquilo que é seu. Na cozinha, há que fazer o comer, na rouparia há que tratar da roupa, nas camaratas há que tratar da limpeza (...) vocês é que têm de tratar, não temos cá funcionários."; "as regras que haviam basicamente são regras evangélicas: Faz aos outros como gostarias que fizessem a ti e o inverso, não faças aos outros o que não gostarias que fizessem a ti; e o resto, basicamente, o amor por todos."	"Aqui, mesmo que não tivessem educação, entravam neste ambiente, em que os mais velhos reprimiam logo os mais novos (...) A norma era haver tribunais, à noite (...) em que cada um acusava as suas faltas que se entendia que eram ofensas para a comunidade (...) "Hoje, quem é que se portou bem, quem é que se portou mal (...) "Então e tu ali, achas que mereces castigo?" (...) E eles é que diziam se sim se não. "E então e que castigo mereces?" (...) eles é que escolhiam os próprios castigos. Haviam vários castigos (...) eram tribunais familiares (...) Por exemplo (...) iam às laranjas, é uma coisa sem importância não é, mas é uma coisa sagrada, aquilo não era deles, aquilo era de todos, se era de todos, nenhum tinha o direito de ir lá usurpar aquilo que era de todos."
3.1 Margari da	"Aos fins-de-semana, tínhamos de estudar ao sábado das 15h às 18h e ao Domingo tínhamos a missa e a catequese";"a gente levantava-se às 6.00, 6.30h"; "antes de ir à missa tínhamos de ter as tarefas todas feitas e a missa era às 7.30 da manhã (...) tomávamos o pequeno almoço entre as 8 e as 8.30h porque depois tínham de ir para as oficinas, as miúdas para a primária (...)o jantar era às 7.30h"; "Fazíamos as nossas orações antes de comer e depois de comer, rezávamos o oferecimento das obras do dia antes do pequeno almoço e, depois (...) fazíamos a oração do agradecimento, à hora do almoço era a mesma coisa, ao Domingo é que, antes e depois do almoço cantávamos"; "depois de sair da primária, eu frequentava as oficinas (...) oficinas de malha e de costura" [fins de semana] "Acordávamos um pouco mais tarde, acordávamos às 8, preparávamo-nos, íamos preparar o pequeno almoço e depois é que fazíamos as limpezas."	"Não podíamos ter namorados. Podíamos sair mas éramos acompanhadas por uma rapariga mais velha, que tomasse conta do grupo inteiro. (...) As regras eram: levantar e não fazer muito barulho, ir tomar o pequeno almoço, as limpezas que se estipulavam"	"Uma semana a limpar o refeitório e a cozinha, a lavar a louça das meninas. E se nós não fizessemos bem aquilo ficávamos mais 1 mês, 2...houve uma rapariga que ficou quase 2 anos a lavar a louça sozinha."
3.2 Jessica	"Lá tínhamos hora para tomar o pequeno almoço (...) a gente até acordava com palmas, ai por volta das 7h para tomar o pequeno almoço às 7.30h, para ir para a escola às 8.30h, depois tínhamos ao meio dia almoço, depois às 16.00h o lanche, depois às 19h ou 10h o jantar. [fins de semana] É igual."; "limpar janelas, vidros, tudo"; "ir à missa todos os dias (...) Catequese (...) no mês de Maio era na capela, todos os dias, às 6 horas para rezar, tínhamos de rezar as aves mariais todas, para aí 1 hora todos os dias, obrigatoriamente. (...) a freira tinha uma pancada qualquer e obrigava-nos a fazer o ponto cruz e a rezar com ela, pelo menos na hora do terço, lá tínhamos nós de estar ali, todos os dias, às 18 horas."	"não podíamos ter namorado...as freiras...o pecado delas era ter namorado.(...) Nem telemóveis(...) Às 11/12h tínhamos de estar em casa"	"Não ver televisão; e a freira pôs-me de castigo 1 semana a arrumar os 3 refeitórios (...) Tudo à mão! Não havia máquinas! Louça para cento e tal crianças! Tinha de arrumar, pôr as mesas, limpar o chão, varrer, lavar a louça, secá-la, arrumá-la. Sozinha!"; "bater com o chinelo"
3.3 Patrícia	"6.30, 7h acordava-se, tomava-se o pequeno almoço às 7.30h, todos juntos, já com dormitórios limpos e camas feitas. (...) Depois do pequeno-almoço, tinha que se deixar o refeitório limpo ate as 8 h, éramos nós que limpávamos, quem entrasse as 8.30h tinha meia hora para ir para a escola. Sai-se de casa as 8h, chegava-se à escola as 8.30h. O horário máximo para estar em casa, se saias as 18.15h as 19h estás em casa. Voltinhas esquece."; "Tínhamos a catequese que era obrigatória e uma actividade extracurricular, os escuteiros que nós é que escolhíamos, só para quem quisesse."	"As regras básicas: limpezas, ordem, disciplina, nada de partir cabeças...basicamente isso.(...) os horários"	"punham-me de castigo no refeitório (...) o castigo era limpar o refeitório, sozinha. Cem pratos, cem pratos, cem pratos e deixar as mesas postas para o dia seguinte.(...) saíamos dos escuteiros."; "eram para aí umas 2 da manhã e veio a freira acordar com uma vassoura.(...)Quería levantá-las da cama aquela hora para as fazer trabalhar!"; "as saídas a casa ao fim de semana caíam!"
3.4 (Xana) [1ªLJ]	"levantávamo-nos (...) tomávamos banho e depois tomávamos o pequeno-almoço e depois ia para a escola, saía da escola.(...) Depois íamos almoçar a casa e tínhamos os tempos livres(...) não consigo lembrar me muito bem (...) [tarefas] à noite, lavar a louça."	"Não fazer barulho, não me lembro, já foi há muito tempo"	"Não sei, não me lembro."
(Xana) [2ª LJ]	"levantar às 6.45h, fazer a higiene pessoal, fazer limpezas, tomar o pequeno-almoço e depois ir para a escola.(...) Depois tínhamos o lanche, almoçávamos e depois tínhamos as malhas e os trabalhos de casa. Depois era chegar ao grupo, tomar banho, fazer a comida e jantar, rezar o terço, ver um pouco de televisão e cama.[Rezar o terço] todos os dias.(...) uma vez por semana tínhamos que nos levantarmos mais cedo que era a missa do grupo.(...)Todos os dias arrumávamos a casa toda. Fim-de-semana nós tínhamos missa ao sábado e tínhamos que levantar a casa toda (...) Ao domingo era levantar e ir a catequese, à missa e ficávamos com um bocadinho para nós, mas tínhamos que estudar obrigatoriamente, depois tínhamos que ir ao terço."; "rezávamos todos antes e depois de comer (...) E depois tínhamos que lavar a louça, tomar banho e ir para a cama"; "ir a missa durante a semana, termos que ser católicos e ir a catequese, não estávamos lá para ser freiras, mas para sermos acompanhadas"	"Levantar quando elas chamavam, cumprir o silêncio, ter o armário arrumado, se não mandavam tudo para o chão, ter que lavar a roupa (...) Trabalho de casa. Cumprir aquelas normas todas, mas ali parecia tudo muito mais controlado do que em casa, tínhamos muitas regras e se não cumpríssemos..."; "exageradas, ter que estar a comer e não poder falar"	"cheguei a estar horas na mesa para me levantar porque fazíamos barulho, o que é uma estupidez."; "se nós falássemos um bocado mais alto... estávamos a lavar louça sozinhas. Os castigos eram lavar louça ou perder fins-de-semana, algo que quiséssemos muito, perdíamos, ou não tínhamos televisão. Mas normalmente, era sempre a louça."

		Recursos humanos	
Sujeitos	Técnicos	Funcionários	Direcção
Lares			
1.1 Matos	"Nós tínhamos uma assistente social lá (...) só fomos à assistente social quando era para tratar de casos"	"Dávamo-nos bem, quando a gente merecia ser castigado éramos castigados. (...) Não tinha assim ninguém em específico, dava-me praticamente bem com toda a gente."	"A directora estava sempre presente. Todos os dias a gente estava com ela. (...) Era boa pessoa. Quando a miudagem se portava mal, lá tinha os castigozitos (...) Ela estava sempre presente a ver como e que o pessoal se portava, é normal... é a função dela."
1.2 Scooter	"Eram duas senhoras [frequência] Um dia por semana (...) era só por causa de organizarem as papeladas"	"Havia só um, porque esse funcionário, aí... também se envolveu conosco (...) ao menos era um bocadinho educado. Podia não ser muito..."; [vigilantes, à noite] "não havia"	"era padre mesmo, era impecável (...) houve uma altura que era como se fosse meu pai."; "Era o dono daquilo e era o que nos consentia lá, que nos dava a nossa maneira de viver ali dentro... era ele que pagava o comer, era ele que fazia tudo."
1.3 Dids	[assistente social] "Não gosto dele. É antiquado, castiga-nos por tudo e por nada. (...) gosta de dar castigos (...) é a função dele ali dentro (...) mas podia ter mais funções para além de dar castigos (...) Não gosto da última psicóloga que estava lá (...) para mim não é uma psicóloga (...) um psicólogo compreende, conversa, tenta perceber o porquê"	"Eram mais ou menos (...) gosto da Dona A. foi como uma mãe para mim, a Dona G. não gosto porque só tem manias que há-de ser directora, ou melhor, encarregada das funcionárias"	"padre (...) Era antiquado, rabujento (...) Se visse uma pessoa começava logo a criticar a maneira de vestir, a maneira de estar (...) Com os rapazes era muito direito, com as raparigas era um bocado mais meigo. Depois tinha aquelas raparigas queridas, mas só com algumas, as queridinhas dele."
1.4 A-Kon	[psicóloga] "nós queríamos que fosse segredo mas ela ia contar à Dona J.; "há o Dr. F., o assistente social, a L., a animadora, a Drª C., a nova psicóloga (...) Esta nova Drª também não gosto nada. (...) É psicóloga mas não faz o trabalho de psicóloga."	"era a única funcionária (...) vivia lá (...) passado uns anitos, foram entrando mais (...) tinha uma parte boa e uma parte má dentro dela; "estava também lá um rapaz (...) também esteve no Colégio"; "há funcionárias que se unem entre elas (...) são da mesma terra (...) conspiram contra nós e entre elas"; a Dona A. sempre foi nossa amiga (...) como se fosse uma mãe para mim" [as restantes] "Só nos queriam ver para fora dali. (...) Começaram a fartar-se de nós"	"Uma ótima pessoa, o Sr. Padre. Está conosco quando mais precisamos. Podemos falar com ele, abrir-nos com ele. Compreende (...) Gosto mesmo dele (...) tem uma relação aberta, os miúdos gostam do Sr. Padre, ele organiza viagens, organiza festas (...) tem uma boa relação, todos gostamos dele."
2.1 Emanuel	"Não existem (...) o padre é que decide"	"Os funcionários eram rapazes lá da Casa que eram criados desde pequenos que quisessem lá continuar (...) havia uma senhora (...) que tratava das roupas e da cozinha (...) ela nunca esteve lá com ordenado nem nada, ofereceu-se para a Obra e dedicou-se à Obra. E ela é que me criou desde pequenino."	"o padre era (...) uma pessoa maior, é como um pai né?"; "todo o rapaz que fosse bem educado tinha sempre alguma coisa dele (...) Se fosse mal educado, já sabiam (...) mas ele não era má pessoa, ele gostava de ver os rapazes bem (...) também não pode ser muito mole"; [relação] "(...) muito boa (...) tanto jogava à bola (...) o jogo das cartas (...) tomar a bica (...) e o bagacito e tal (...) "Era um convívio"
2.2 Martins	"Não! Acha que podia haver técnicos? Sabe, o pai A. era um pouquinho avesso a isso porque a técnica às vezes (...) obscurece o amor que deve haver nestas relações. (...) o amor é que leva, nessas vidas doadas, como é o caso das senhoras e dos padres (...) estas pessoas doadas põem de parte tudo para se doar (...) O pai A. preferia que a Obra, que quem tivesse à frente dela fosse um padre e alguém que se tivesse doado, consagrado, uma pessoa que estivesse pronta."	"Não havia empregados, não há cá funcionários."	"cada padre tinha o seu estilo, a sua maneira de ser e a sua maneira de estar (...) todos bebiam da rotina e do espírito do padre A. (...) todos procuravam servir a Obra segundo esse espírito (...) o relacionamento, o meu pessoalmente, foi sempre o melhor possível com todos"
3.1 Margari da	"Havia uma assistente social e um psicólogo de vez em quando. (...) Nunca confiei em psicólogos nenhuns porque sabia que eles iam dizer às Mestres."; "Gostava muito de uma assistente social mas depois ela foi embora (...) era muito compreensiva, comunicava muito conosco, muitas vezes chamava-nos ao gabinete e tudo!"	[Irmãs] "Eu gostava de todos, mesmo que as pessoas nos batessem, eu sempre gostei de todos" (...) A relação delas era boa"	"A irmã superior é que mandava nas outras (...) Era boa. Era sempre disponível a ajudar."
3.2 Jessica	"naquele colégio não tínhamos psicóloga nem nada"; "lembro-me que ia lá uma médica (...) quando nós estávamos doentes... mais de resto não me lembro de ninguém... nem de falar com um psicólogo"	"relação boa sempre tive com a Irmã M. (...) a partir daí não me lembro de ter carinho de mais ninguém."	"era a Irmã L. (...) por acaso até gostava dela (...) depois foi-se embora, não sei porquê, as Irmãs são transferidas de instituição para instituição"
3.3 Patrícia	"Não"	"haviám os da limpeza, da cozinha - eram pessoas que já lá tinham andado e depois ficaram lá a trabalhar"; "marido de uma funcionária"; [momento actual] "não me ponham freiras à frente, nas as posso ver, não as consigo encarar, não as suporto."	"Era o Dr. A., professor da Faculdade (...) era muito raro lá ir (...) uma pessoa muito atarefada. Era raro uma pessoa apanhá-lo em casa... só à noite, para assinar testes."
3.4 (Xana) [1ª LJJ]	"mesmo técnicos não me lembro."	-	"O padre S (...) eu era supostamente a menina querida do padre S., ia lá ao fim de semana dar a missa e levava-me, ia a F. e eu ia sempre com ele. E protegeu-me [dos abusos sexuais]"; "Calculista. Tive uma experiência de o tribunal ter mandado uma carta para o Padre S. e perguntou se eu queria ir para a instituição da minha irmã e ele obrigou-me a escrever uma carta a dizer que não queria porque estava no meio do ano lectivo (...) ele a ditar-me e eu a escrever. Obrigou-me a fazer isso (...) para receber aqueles benefícios que o Estado paga (...) as crianças gostavam dele."
(Xana) [2ª LJJ]	"a assistente social e as psicólogas (...) E as educadoras, que davam estudos."	"a cozinheira, a senhora da limpeza, da quinta, a costureira, havia a senhora dos Arraiolos (...) havia muita gente (...) era uma relação muito boa, porque era com quem eu mais estava (...) havia muito jogo (...) uma vez ate me queriam bater, porque haviam rivalidades."	"Eu apanhei duas [Irmãs]. A primeira teve pouco tempo, mas acho que era muito galinha. A segunda era a Irmã M., que já tinha sido minha mestra, era mais séria e queria por o colégio bonito (...) Fez muitas obras e muita coisa lá dentro (...) Em relação a nós era severa."

Contactos com a família biológica e com o meio exterior					
Sujeitos			Meios de contacto	Contactos	Contactos actuais com a instituição
Lares	Visitas na instituição	Visitas ao meio de origem	(telefone, correio)	com a comunidade	com a instituição
1.1 Matos	"Enquanto eu lá estive, não."	"Eu ia sempre passar as férias a Lisboa - na Páscoa, no Natal e nas férias grandes - com a minha tia. (...) Com os meus pais não. [irmão] Também não."	-	"quando a gente cresceu um pouco mais é que eles arranjavam-nos um trabalho fora da instituição mas só da parte da tarde, de manhã tínhamos aulas."	Não
1.2 Scooter	"Ela [mãe] só lá foi uma vez me visitar", [outros familiares] Foram lá ver-me uma vez (...) O meu irmão não. [irmã] Ela ia lá ver-me."	-	"Também não."	"a gente tinha liberdade fora da instituição, aquilo era tudo aberto"	"Não"
1.3 Dids	"Não"	"Fui lá uma vez ou duas." "E conheci a minha irmã e a minha mãe. Foi fixe. Foi no ano passado, foi a 1ª vez que fui lá."	"Telefonar, tinha de ser do meu telemóvel, eram as regras estúpidas"	-	"Não"
1.4 A-Kon	-	"La passar férias com o meu pai: Natal, Páscoa, Verão (...) Eu, cada vez que saía [da instituição] sentia-me aliviado (...) Quando estava a chegar (...) não acredito, vai começar", [mãe] "quando estava no Colégio, quase nunca lá fui."	"Telefonar, nem sempre podíamos telefonar, escrever cartas, sim, eu escrevi algumas cartas ao meu pai." [telefonar] " podia, às escondidas do Dr."	"todas as pessoas nos conheciam, tinha ali muita pessoa a visitar-nos (...) No Natal fazíamos um presépio muito lindo e ia toda a gente lá (...) desde que fomos para a F. já não foi assim"	Não
2.1 Emanuel	"as famílias vinham lá"	"o padre vai ver se há condições"; "sabia os problemas das famílias, por isso (...) muitas vezes não deixava os rapazes irem à família."; "Raramente os rapazes iam visitar as famílias, porque isso era um problema (...) fica a casa vazia (...) vêm com a cabeça cheia de ideias (...) uma desordem muito grande; "Só comecei a ter contacto com os meus irmãos a partir dos meus 14 anos (...) a conhecer tios, tias, irmãos e assim"	"Sim."	-	"Sim, (...) 1 vez por ano onde se juntam todos os rapazes (...) quando há necessidades que o Sr Padre J. me pergunte (...) vou lá muita vez ajudar. (...) acho que é um dever (...) ainda tenho um grande contacto com eles"
2.2 Martins	[avó] "Ela vinha cá ver-me muitas vezes... assiduamente."	"Quando estava a estudar em C., ia muitas vezes a casa da minha avó."; "a primeira vez que me recorde de estarmos os quatro foi no dia do nosso casamento" [irmãos]; "Quando estava com a minha avó, de vez em quando íamos ver o meu irmão ao Colégio dos Órfãos (...) de vez em quando vinha cá a minha casa e escrevemo-nos várias vezes, com os outros não havia assim muita aproximação, fomos ficando dispersos."	-	-	"eu não considero que estive, eu considero que estou! Mudou um bocadinho a situação, não estou interno mas estou, vou quase todos os dias lá a casa, estou quase todos os dias com o Sr. Padre J.(...) porque a Obra precisa que amigos consideram a Obra sua também e contribuam para que ela não morra."
3.1 Margari da	"Podiam. Ao Domingo."	"fui, nesse ano, na altura do Natal (...) com o meu irmão e com a minha cunhada, mais as minhas irmãs (...) íamos aos fins de semana e passávamos as férias com os familiares."	"Sim"	"Dentro das Irmãs até gostava do ambiente, fora, sentia que estava a ser vigiada (...) não me sentia segura."	"Eu ainda falo com elas e tudo e vou lá..."
3.2 Jessica	"O meu pai vinha-nos ver"	"Ao início ia passar os dias a casa da minha mãe, da minha avó, mas depois os meus pais foram para o Porto. A minha mãe era do tipo ligava a dizer que vinha, a gente ficava à espera e depois ela não vinha. (...) depois chegou uma altura que deixámos de ir passar fins-de-semana mesmo."	"Sim"	"Sempre com as freiras atrás de nós ou então não saíamos.(...) só quem andava nos escuteiros é que tinha a chance de sair"; "Quando a gente se apanhava sozinha, era raramente mas aproveitávamos!"; "quando saímos do Colégio era para ir à escola, ou para a missa ou para a catequese ou para os escuteiros(...) e ínhamos uma vizinha nossa (...) as mais velhas, iam dormir com ela, para ela não dormir sozinha"	[amigas] "Ainda há 8 meses atrás eu e mais duas ou três juntámo-nos e saímos todas à noite para a discoteca."
3.3 Patrícia	"Sempre, todos os Domingos.", "o meu irmão ficou com o meu pai, só o via nas férias, às vezes falava com ele pelo telefone"	-	"Telefonar tínhamos de pedir à Irmã mas era mais complicado, elas não nos deixavam, os pais é que tinham que telefonar e não nós."	"Os estudantes, uma vez por ano, vêm a rua com as meninas do X para vender umas pastinhas que nos fazemos durante todo o ano, com uns versos, para angariar algum dinheiro."; "mal saíamos de casa, só mesmo para ir para a escola. Não dava. (...) Era complicado elas nunca nos deixavam sair, mas eu facilitava e escapava. Às escondidas"	"Freiras não, amigas sim"
3.4 (Xana) [1ª LIJ]	-	"Deixaram ir de fim-de-semana"	"Era pequenina, não sei"	-	-
(Xana) [2ª LIJ]	"os meus pais iam a instituição ver-nos."	"Os meus pais não, mas ia para casa dos meus tios"	"Sim, tudo."	"havia os escuteiros cá fora, eu andei nas Joaninhas(...) era um grupo que eram só jovens e íamos ver os velhos a várias instituições(...) Um tipo de voluntariado."	"Com a doutora e com uma menina que esteve lá."

		Narrativas de Violência	
Sujeitos			
Lares	Maus-tratos físicos	Abuso sexual	Maus-tratos psicológicos
1.1 Matos	"Entre rapazes há sempre (...) não é aquela violência, pronto...uns pontapés, uns murros uns aos outros, uns puxões de cabelos."; "Quando a gente chegou ao colégio levou uns estalos (...) dos educadores"	-	-
1.2 Scooter	-	"Os mais velhos abusaram de mim (...) abusados sexualmente. (...) Depois (...) comecei a envolver-me nisso. (...) Continuei a ter essa atitude (...) comecei a gostar (...) Era um de cada vez. Aquilo era assim: porque aquilo eram vários já com mais idade que tomavam conta de nós e eles fizeram tipo um grupo e cada um ia para cada um. (...) A gente fomos trocando (...) era no quarto, começavam por nos dar carícias e depois passavam mesmo ao sexo (...) Senti-me humilhado, não sabia o que fazer (...) Se eu fugisse dali não tinha mais ninguém. Não dava hipótese (...) E depois a gente começámos a envolvermo-nos entre nós."; "esse funcionário, aí, também se envolveu conosco (...) E quem sabe lá, se ainda continua isso, porque agora de certeza que os da minha idade vão fazer o mesmo aos mais novos...é tipo uma coisa peganhosa, cola-se."	-
1.3 Dids	[funcionárias] "Batiam (...) com o chinelo, colher de pau..."	-	[funcionárias] "diziam coisas (...): "Eu não sou como à tua mãe" e coisas do género."
1.4 A-Kon	[funcionária] "ela apanhou-nos, foi buscar um fio de electricidade daqueles grossos e bateu-nos (...) nas costas, deixou-nos bué de negros (...) E era com a vassoura, chegou-me a partir a cabeça ainda! (...) e com o salto alto (...) "Ela batia sem mais nem menos."; "ele [amigo] já tinha cancro (...) tinha 8 anos, eu gostava mesmo dele (...) ele estava no hospital (...) começou a vir a casa (...) ele não tinha cabelo e ela ainda lhe chegou a bater com a vassoura na cabeça! (...). "Ela chegou-nos bater mesmo muito", "Até o filho dela nos batia (...) pegava em nós e dava-nos cada pontapé e murro!"	"tentou violar a T."	[filhofuncionária] "queria que nós lhe estivéssemos sempre a espremer as borbulhas e não sei quê"; [funcionária] "ela pôs lá um balde para nós urinarmos (...) havia casa de banho mas ela não queria que fossemos (...) deitávamo-nos muito cedo (...) 8 da noite ou mais cedo acredita? Mesmo de Verão(...) ao fio de electricidade chamava o "arroz doce". Dizia assim "Onde é que está arroz doce? (...) Faziam isso, gozavam de nós, era tudo! (...) Faziam-nos a vida negra, mesmo"; " a nossa família queria vir buscar-nos (...) ou pessoas que gostavam de nós (...) só que ela mentia "Ah ele não está aqui,(...) e nós estávamos ali em casa! E quando fomos de férias com a nossa família (...) tudo o que trazíamos (...) tirava-nos, dava ao filho, dava ao neto (...) Ficava triste e chorava (...) O que é que eu podia fazer? Era pequeno...ia-nos bater, não tinha hipótese."
2.1 Emanuel	"Ai não, não batem! Batem e não é pouco e muitas vezes até nos faz bem (...) eu dei-lhe um bofetadão que ele até (...) Mas nunca mais me faltou ao respeito (...) há-que saber dar a educação enquanto eles são ruins, nós não quer dizer que sejamos ruins, mas também não podemos ser bonzinhos para eles, temos de ter uma certa educação para lhes dar (...) aprendíamos com os mais velhos"; "Quando eu entrei para chefe (...) comecei assim a ser um bocado bruto demais (...) porque havia lá uma desordem muito grande e eu, para meter os rapazes na linha, comecei a ser um bocado bruto."	-	-
2.2 Martins	"as bulhas"	-	-
3.1 Margari da	[freiras] "vi a Irmã a puxar os cabelos a essa rapariga, vi a dar com a colher de pau, com o rolo da massa (...) ela puxa as orelhas às raparigas mas vincava as unhas."; "As Irmãs [batiam] muitas das vezes era com motivos mas outras vezes era sem motivos nenhuns"; "Era à parte, era com estalos, com a colher de pau, houve 2 vezes que eu vi puxar os cabelos, bater com o rolo da massa e também à minha irmã por não ter comido a sopa."	-	"Eu era muitas vezes ameaçada pelas mais velhas que, se abrisse o bico, era pior, que me batiam, que me faziam 30 por uma linha da minha pessoa"; "a Irmã A. Disse que se eu contasse a alguém o que tinha visto, que quem ia sofrer era eu, e eu calava-me porque estava sempre ameaçada e eu não achava certo."
3.2 Jessica	"favia porrada entre colegas, daquela da feia mesmo"; "Uma bateu a uma com um chinelo de borracha, ficou 1 semana marcado! "; "Esta tinha as mãos finas né, os ossos sobressaíam mais, ela dava carolos na cabeça com os nós dos dedos"; "Tinha outra, a irmã R.,essa também era ruim, batia com o cinto (...) era um bocado complicado"; "houve uma que foi do meu grupo (...) essa freira era um horror para bater"; "Porque é maus tratos, as crianças vão para lá, maus tratos em casa e então, outra vez...é complicado"	-	"Elas não me davam atenção, tinha de ser aquilo e aquilo mesmo (...) elas não são pessoas de dar, também depende da pessoa (...) eu acho que para trabalhar com crianças, pessoas que vêm de meios complicados...um momento de carinho, mesmo que fossem 200 crianças (...) mas não"; "eram um bocado frias"
3.3 Patrícia	"mandou-nos às duas para a casa de banho, tinha eu 12 anos(...) primeiro a minha colega levou(...) e a seguir fui eu, tanto me bateu e eu tantas voltas dava para não levar que ela partiu-me os óculos e eu fiquei toda negra. Fui de férias uma semana depois e o meu pai foi me buscar (...)estávamos na praia e a minha madrinha perguntou-me porque é que eu não tirava a roupa e eu disse que não tinha calor(...) Ela tirou-me a camisola e viu-me aquelas negras todas, correu comigo da praia, chegamos a casa e o meu pai veio directo a Coimbra."; [freira] "ela resolvia qualquer coisa com o chinelo de borracha. Ela batia as palmas de manhã para tu acordares, se não te levantasses logo ela ia lá com o chinelo, não tinha problema nenhum, pegava nele "Pumba!"	-	-
3.4 (Xana) [1°LII]	-	"os rapazes andavam a tocar-se uns aos outros sexualmente(...) nós tínhamos uma mata lá atrás e eles costumavam levar as meninas para lá (...) veio um grandalhão e agarrou-me e eu fiquei cheia de medo e apanharam-me"	-
(Xana) [2° LIJ]	"A Irmã M. com o chinelo, colher de pau e outra Irmã a puxar as orelhas."; "A última vez que eu me lembro de ela bater com a colher de pau"	[trabalho em casa de famílias] "ele tentou tocar-me e eu parei logo.(...) o meu patrão tentou apalpar a minha colega, á minha frente. As pessoas têm a ideia de que nós somos de uma instituição e somos umas coitadinhas e é assim (...) A menina que esteve antes de mim (...) ele deu lhe um relógio (...) E toda a gente comentava: "mas então o que é que tu fazes ao Dr.x, porque ele à C. dá montes de prendas e a ti nada" (...) Ainda nas minhas férias eu encontrei-o (...) Mas o que é que ele quer em troca? Eu não estou a venda! É horrível (...) "Olha a minha mulher teve um AVC, o meu sobrinho suicidou-se e vê lá...tu é que ias beneficiar com isso."	"a freira (...) "Tens um telemóvel, dá cá o telemóvel". (...) disse que eu o tinha roubado "Eu não roubei nada a ninguém (...) Eu comprei-o para ligar ao meu pai" (...) Durante para aí 1 mês ela mal me falava, ela passava por mim no corredor (...) dormia no grupo dela e era uma autêntica desconhecida"; [família onde trabalhava] " ouvir aquilo "és uma coitadinha"(...) dói (...) e não podemos dizer nada (...) não é a mesma coisa se fosse uma pessoa de fora, se tivesse uma família (...) porque só por estarmos numa instituição somos julgados inferiores"; "às 3 h da manhã, as mais pequenas a limparem os corredores, a andar a limpar os armários(...) os trabalhos puxados nocturnos, acho que não se faz a ninguém!"; "O pior momento (...) quando me cortaram o cabelo e não deixaram nem um bocadinho para dar para arranjar, a mim e à minha irmã (...) fiquei traumatizada"

	Momento de saída			Período pós-colocação
Sujeitos				
Lares	Motivo	Descrição	Apoio pós-colocação	Descrição
1.1 Matos	"A regra era aos 18 tínhamos de vir embora"	"até gostava de ter lá ficado (...) Uma pessoa habituou-se a viver lá durante muitos anos e uma pessoa já conhecia aquilo tudo"	"Não"	"tive lá um tempo com a minha família (...) Andava a roubar as minhas tias (...) chegou a um ponto em que não me queriam lá e eu tive que fazer à vida sozinho."; "Depois, passei pela prisão, em Alcoentre (...) A prisão, lá está, é quase a mesma coisa que uma pessoa estar na Instituição."; "depois fui para esta situação de sem-abrigo (...) quase 2 anos praticamente. Foi um período mau, viver na rua e passar fome, burlar a segurança social "
1.2 Scooter	"a minha mãe apanhou-me com a idade de trabalhar - aos 15 anos - e foi-me lá buscar para ir trabalhar"	"Por um lado aliviado, mas por outro, também...tive saudades deles."	"Não"	"Saí para ir para casa, foi a minha mãe que me foi lá buscar para ir trabalhar, mas ninguém me aceitava porque tinham medo que acontecesse alguma coisa, e eu com essa idade não podia trabalhar, depois, passado um ano, com 16 anos, a minha mãe pôs-me fora de casa (...) depois, passado um ano, não tinha para onde ir, passou lá o circo e eu fui com o circo. Depois vi que o circo não era vida para mim, agarrei, saí do circo e vim para Coimbra (...) agora estou no Centro de Acolhimento "
1.3 Dids	[psicóloga]"Fumaram, agora sofrem as consequências"; " Foi pela minha idade, porque a partir dos 18 já não deveria estar na instituição."	" fui obrigado a sair do Lar, passado uns dias, isto foi no fim de Agosto, fiz os exames e, no dia 1 de Setembro, fui obrigado a sair. (...) o Dr. F. (...) escreveu num papel, onde todos podiam ler "O R, até ao dia 1 de Setembro vai-se embora do Lar". (...) ninguém falou comigo. O Padre é que disse que se aquilo acusasse, para eu me vir logo embora do Lar. E depois vi isso escrito no papel (...) É uma porcaria, está mal, mandam assim uma pessoa embora, sem emprego e sem nada?! (...) Um bocado revoltado com aquilo que eles me fizeram"	"Não... mas eu também não quero o apoio deles, se eles me fizeram isso também não quero o apoio deles"	"Vivo em casa de um colega meu, é uma experiência diferente do que estar no Lar, a gente agora é que faz tudo, já não temos a papinha feita (...) Estou a aprender o que é a vida (...) "se tivesse um trabalho estaria melhor"
1.4 A-Kon	"Porque eu não cumpri a regra, foi por causa disso, claro (...) eu entrei de férias em Agosto e, nas férias, não podia sair..."	"É que eu, este Verão, conheci uma rapariga, queria mesmo estar com ela (...) também já queria a minha privacidade (...) queria-me sentir livre. (...) por outro lado, senti-me triste por estar a deixar uma instituição que foi o início da minha vida, estava habituado às crianças, aos meus amigos, foi um hábito, senti-me com ansiedade por sair mas também de me estar a ir embora e não ter mais hipótese de voltar para lá, deixar tudo o que foi o meu início de vida. Mas olhe, teve de ser."	"Não"; "Eu ia lá almoçar (...)Quando vou lá, o Dr. Não me pergunta se eu estou bem, como é que eu estou, nem pergunta! (...) agora já não vou lá (...) a Dona D. mandou bocas "Olha que estás em casa do Sr. Padre, não estás em nenhum hotel (...) não consigo ir lá (...) não tenho apoio"	"fui viver com um rapaz que também já tinha andado no Colégio, só que correu mesmo mal porque, fomos para um apartamento e ele, a meio do mês já se tinha ido embora"; [actualmente] vivo num T0, estou a gostar de estar lá, apesar de ainda não safar bem na cozinha, mas de resto está tudo bem...agora sei o que é a vida."
2.1 Emanuel	" Para sair, o rapaz é livre", "Casou, andou. Eu casei aos 26, quer dizer, continuei a trabalhar na mesma lá (...) fiquei como empregado."	"O rapaz que lá foi criado desde pequeno, sabe os costumes, sabe como é que as coisas funcionam, sabe como é que se deve dar educação aos rapazes e assim (...) continuo na Obra, mas com outra função."	"o rapaz saí da Obra mas o padre procura estar sempre em contacto com o rapaz. Já tem acontecido precisarem (...) e o padre dá-lhes apoio (...) Além do rapaz que saí de livre vontade...aqui o padre diz assim "Ele saí, que faça o que quiser"	"Eu já tava casado (...) o padre H. ofereceu-me um terreno para eu comprar (...) ajudou-me no casamento e assim..." "Eu até te vendo o terreno todo só para ti, mas o terreno é um terreno muito grande, se arranjares um rapaz do X que compre o terreno a meias contigo(...)E ficámos aqui os dois"
2.2 Martins	"Eu não saí...eu ainda cá estou!"	"quando nós casámos (...) durante 7 anos, só tínhamos um quarto lá em cima na Casa (...) a minha esposa (...) trabalhava lá sem remuneração nenhuma.", "começámos a ir ao médico por não termos filhos, ele achava que não tínhamos privacidade (...) atribuía a isso a razão de não termos um filho (...) E então, o padre S. resolveu fazer aqui uma casinha para nós (...)o terreno e a casa foi-nos doada em intenção à nossa dedicação."	"daqui nunca se sai, um rapaz que não organize a sua vida não sai, ninguém o manda embora."	-
3.1 Margari da	"Fui obrigada a sair porque não queriam que eu andasse atrás de rapazes nenhuns. Eu queria poder namorar, igual às outras pessoas daquela idade e não me permitiam isso.(...)Porque ali podia ter uma grande ajuda e obrigaram-me a sair por causa de eu ter conhecido o rapaz e andar a ir a casa dele."	"Revolta, uma grande revolta" (...) Porque não era aquilo que eu tinha para os meus objectivos.(...)Senti que não estavam a ter grande consideração por causa das pessoas. Não sabiam pôr-se no lugar dos outros. Tinham aquela congregação mas (...) quando chegava aquela idade não sabiam confrontar as situações "	"Não"	"fui viver com a minha irmã S. (...) não me dei bem porque ela queria que eu fizesse tudo lá na casa e deixava as coisas para mim"; "E depois, daí fui para ao pé da minha irmã J., consegui um trabalho na S. e tive lá 7 anos (...) Depois, chateei-me com o meu cunhado (...) e depois fui para as Irmãs A." [2ºinstituição]
3.2 Jessica	"fugi do colégio"	"eu trabalhava nas férias (...) Na altura do Natal (...) Cada uma de um colégio (...) eu e a minha irmã combinamos em fugir (...) Apanhamos o comboio e fomos. Depois chegamos ao Porto andamos (...) ficámos até à uma hora da manhã na estação de comboios, sem saber o que fazer.(...) a minha irmã lembrou-se de uma rua (...) que há dois anos atrás ou três tinha ido lá passar o Natal com a minha mãe. Foi uma sorte. Foi lá tocar a uma campainha. Porque a minha mãe mora em quartos.(...) atendeu um senhor (...) "A tua mãe já não mora aqui (...)Vá, vou-vos levar onde a vossa mãe esta agora "	"As freiras ainda tentaram ligar lá para a pensão, para perguntar se eu lá estava. Nós pedimos à senhoria para não dizer. Deixaram-nos em paz (...) a gente andávamos sempre com medo que a policia aparecesse para nos levar."	"Depois ficamos com a minha mãe.(...) Tivemos que alugar um quarto para nós (...) arranjam trabalho no mesmo sítio."; "conheci o pai da minha filha (...) fiquei grávida (...) não tinha muitas condições para poder sustentar a minha filha e depois fizeram-me tipo uma proposta, para ir para a Instituição por causa da menina" [2ºinstituição]; "quando eu saí da instituição de apoio a mães solteiras, eu sozinha com a minha filha eu começava a entrar em parafuso. Sempre fui habituada a ter muita gente ao pé de mim (...) ficava um bocado deprimida e ligava para toda a gente (...) Quando saí o pior foi estar sozinha, mas foi bom por ter saído."
3.3 Patrícia	"Saí porque o curso de hotelaria acabou (...) eu era menor e já sabia o que me ia esperar (...) O meu pai vir-me buscar (...) Eu não queria ir mas (...) não podia fazer nada. Aos 17 ele veio-me buscar, não só a mim, também à minha irmã, só que depois ela fugiu"	"Senti raiva.(...)a directora do hotel disse para ficar no hotel a trabalhar (...) "a gente dá-te estadia aqui (...) só que(...) aos 17 ele veio-me buscar"	"Não"	"Arranjei trabalho (...) arranjei namorado (...)"; "No dia em que fazia 18 anos (...) "Olha o pai vai-se virar ao teu namorado com o machado" (...) estava completamente embriagado (...) deu-me uma chapada na rua! (...) E fugi, fui para casa dos pais dele"; " Entretanto, arranjei trabalho em A., aluguei um quarto, fui à Segurança Social (...) e contei (...) que o meu pai era alcoólico, que era muito mau, tínhamos acidentes quase todas as semanas de motorizada e que não podia ser...aquilo não era bom para os meus irmãos."
3.4 (Xana) [1ºLIIJ]	"Fui para o pé da minha irmã."	-	"Não"	-
(Xana) [2º LIIJ]	"Não vou continuar aqui dentro, se eu estudasse ficava, mas a trabalhar não.", "Porque eu tinha feito uma opção que era se continuasse a estudar continuava lá, não consegui entrar no ITAP, achei que trabalhar e estar na instituição não me ia ajudar em nada, então decidi sair."	"um alívio.(...) uma irmã ter dito que o facto de eu ir para casa da minha irmã ia prejudicar o funcionamento lá de casa e ia roubar-lhe o marido."	"Não"	"Vivi com a minha irmã durante dois anos. Inicialmente estava tudo bem, procurava trabalhado e depois encontrei, mas para o fim já não dava (...) estávamos sempre a discutir"; "tudo o que ganhava dava lhes a eles (...) tive que procurar casa e tinha dinheiro e fiquei sozinha do nada."; "A minha irmã, apoiou e aproveitou (...) aproveitou o dinheiro que eu tinha no banco e acabou por ficar com ele e ate agora estou a sofrer as consequências disso"

Sujeitos	Aspectos positivos da	Aspectos negativos da
Lares	institucionalização	Institucionalização
1.1 Matos	"Aprendi algumas coisas, pelo menos, a tirar a 4ª classe"; "Sim, tem sido uma ajuda importante, porque se não fosse isso era difícil uma pessoa erguer-se sozinha, por vezes é muito complicado, as pessoas sobreviverem."	"Não ter saído com uma formação... é o mal de algumas instituições é que têm oficinas e não têm formadores, pronto, e a minha vida podia ter tido um rumo melhor, sei lá, ficar em Braga a viver e construir uma vida lá"; "terem pedido à empresa onde eu estava para que eles me arranjassem um emprego a título definitivo, que foi uma coisa que eles não fizeram e que deviam ter feito, e depois a pessoa seguia, porque tudo se aprende, a gente não nasce ensinado"
1.2 Scooter	"Por um lado era bom, as pessoas tratavam-nos a todos bem, a gente tínhamos o comer sempre a horas, tínhamos tudo, podíamos fazer o que a gente queria (...) os cursos"	"por a gente ter tanta liberdade é que aconteceu que aconteceu..." [abusos sexuais]; "Não aprendi quase nada de jeito (...) A instituição só mudou a minha vida nessa parte lá do sexo. De resto, não mudou em nada, é só a única coisa, mais nada (...) É por isso que eu, mesmo assim, continuo a envolver-me com as pessoas, à procura do carinho que nunca ninguém me deu..."
1.3 Dids	"Aprendi a fazer as coisas sozinho, a tratar das minhas coisas, a cuidar de mim sozinho.(...) tirar o curso, ter uma vida e ser alguém."	"a gente tem esta idade e claro que queremos estar um pouco mais tempo na rua e não podemos, temos de cumprir aquilo...";[horários] "era igual para toda a gente [fim de semana] não mudava, era tudo igual "; "Mandarem assim uma pessoa embora, sem emprego"; era obrigatório ir à missa ao Domingo, mesmo para quem não queria, acho que está mal, ninguém devia ser obrigado a ir à missa. Eu posso não ser católico, ou posso acreditar em Deus mas não quero ir à missa dada pelo Sr. Padre (...) aqueles que não forem à missa ou não jantam ou não almoçam ou ficam de castigo com qualquer coisa, eu acho que está mal! Está mal!"; "Não gosto daquilo, das funcionárias e de tudo! Da psicóloga e do técnico de serviço social"
1.4 A-Kon	"Foi ali que eu comecei a tirar o meu curso de Serralharia"; "No Colégio, aprendi bastante - aprendi mais desde que acabei o curso - comecei a perceber as coisas de maneira diferente, tornei-me mais adulto, mudou completamente a minha vida. Eu, antes de ir para o Colégio, era muito pequenino, sofri muito, é verdade, posso dizer que sofri muito, mas também aprendi muito, a perceber as coisas, a ouvir as pessoas, foi uma grande transformação desde que estive no Colégio, lá aprendi muito. A minha família não me deu aquele apoio que me devia ter dado, o Colégio deu-me esse apoio e eu segui em frente. (...) Aquilo que sou hoje foi graças a ter estado no Colégio."	"aos fins de semana temos de chegar às 2 da manhã, isso é chato... vêm sempre com aquela conversa de "são as regras do Colégio, tens de obedecer senão vais-te embora", mas isso também não é bem assim, deviam-nos dar um limite mas devíamos chegar a uma certa idade e sair até uma certa hora"; "não compreenderem as pessoas, adaptarem as regras à pessoa, dependendo da idade..."
2.1 Emanuel	"A melhor coisa era os comes e bebes (...) a convivência com os rapazes (...) jogar à bola era o melhor que a gente tinha. "; "Se eu não viesse para ali naquela altura, o que é que seria de mim hoje? (...) se eu não viesse para ali, se eu não tivesse os contactos, não tivesse o carinho, não tivesse a educação que tive (...) eu concerteza nunca tinha tido o casamento, nunca tinha tido os filhos, se calhar", "tudo aquilo que eu lá passei, em parte, foi tudo bom."	"o trabalho"; "há ali certos trabalhos que têm de se fazer"; "Também aprendemos coisas ruins (...) Não posso dizer, para estar a dizer asneiras, vale mais não as dizer"
2.2 Martins	"o ambiente na Casa era um ambiente familiar (...) Isto tem uma mística própria, o pai A. imprimiu os princípios que hoje estão a ser postos em causa por toda a gente, não sei com que autoridade porque, os frutos estão à vista. (...) ele ia buscar o lixo que a sociedade rejeitava (...) mas o lixo da rua que ele escolheu, aperfeiçoou e a quem chamava filhos."; "o que sou, devo-o, ao meu esforço também claro mas, sobretudo, à Casa X. Não tive família que tivesse possibilidade de me dar o que eu sou."; "o essencial, a maneira de estar e encarnar a vida foi cá que aprendi."; "eu não tive família nuclear estruturada, porque os meus pais, infelizmente faleceram, deixaram-me... não sei e tenho dito muitas vezes, não sei o que é o amor de mãe. (...) não recebi dos meus pais mas recebi depois, por outras vias."	"o carinho que ela [avó] me dava eu aqui não o tinha – é que eram muitos, eram muitas crianças e não tinha o carinho"; [ideologia da instituição] "porque isto é como todas as coisas: uma coisa humana não é nada perfeito, nós não somos perfeitos, nós também cometemos erros, e muitos, mas, aqueles que às vezes falam são os que menos fazem, é preciso enquadrar a época em que a Obra nasceu (...) É uma teoria muito avançada para a época e hoje continua actual (...) talvez precise de se adaptar aos tempos modernos mas tinha validade para coisas muito boas."
3.1 Margari da	"ao fim-de-semana, saímos com as Irmãs a vários locais do país para conhecer as coisas."; "não tendo a minha mãe, eu sentia-me um bocadinho só e pronto... ali tinha muitas pessoas e não me estava a sentir tão sozinha como me estava a sentir em casa."; "comer a tempo e horas"; "ao Domingo a gente divertimo-nos (...) apanhámos batata e eu gostava muito e os tapetes de arriaolos (...) quem quisesse sair, saía, quem quisesse ficar, via televisão, quem quisesse ir dormir dormia, cada uma fazia o que quisesse."	"obrigarem-me a sair"; "Aprendi pouca coisa na cozinha (...) acho que deviam preparar em condições, porque uma rapariga quando sai de uma instituição tem de saber fazer o comer, não é só fazer limpeza, lavar a roupa"; "Não achava bem rezar antes e depois das refeições, mas era obrigatório: antes do pequeno almoço, depois do pequeno almoço, antes do almoço, depois do almoço, antes do jantar, depois do jantar (...) e antes de ir dormir ainda tínhamos de rezar o terço! Era muito repetitivo... todos os dias. (...) Não gostava quando se punham a bater nas meninas, com o rolo da massa, a colher de pau, quando vincavam as unhas nas orelhas das raparigas, eu detestava isso! (...) Quando alguma menina não queria ir para a quinta (...) para as oficinas (...) Tinha de ir contra a própria vontade (...) A missa um dia à semana, ao Domingo (...) e depois a catequese"
3.2 Jessica	"o melhor acho que é o convívio, o de conhecer muita gente. Porque conhecemos todo o tipo de pessoa. Temos muito contacto com muitas crianças."; "nem tudo é mau (...) porque só o estarem a acolher crianças de todo o lado é... e dar, e só de saber que pelo menos aquelas crianças têm cama, roupa lavada e comida na mesa já é muito bom. Nem todos o têm."	"não me lembro de ter carinho" (...) Por isso é que (...) muitas crianças fogem, e, ou quando saem tornam-se pessoas esquisitas (...) quando precisava de uma festa ou de um carinho, não tinha "; "pregam demasiado mas não te explicam como deve ser, como é cá fora"; "na escola gozavam connosco porque nós éramos do colégio. Seremos pobres (...) tínhamos uma encarregada da educação que era freira (...) a gente tentava sempre se esconder porque ela ia mesmo lá à escola e punha-se a falar alto (...) toda a gente ficava a olhar e nós sentíamos mal (...) E éramos muito rejeitadas por isso, nós sentíamos-nos um bocadinho inferiorizadas (...) as irmãs nunca nos deram, nem sequer 100 escudos."; "Porque eles ao prenderem as pessoas, quando vêm cá para fora a vida torna-se estranha para elas e muitas acabam por fazer coisas más. Acho que é muita prisão e há muita gente, que, principalmente as mulheres que depois vão para a prostituição, para a droga"; "Nunca meteria a minha filha numa instituição"
3.3 Patrícia	"durante o curso eu recebia um subsídio e as freiras (...) abriram uma conta e elas juntaram (...) E esse dinheiro ajudou-me muito."; "aquela Irmã (...) o convívio (...) a coisa mesmo mesmo boa para a minha vida foi o curso de hotelaria."	"Há uma rotação [das Irmãs] habituamo-nos à pessoa e à forma de ser (...)foi muito injusto (...) vinha outra pessoa de fora"; "uma rapariga grávida e porem-na na rua (...)é uma revolta para todas"; "aquilo é fechado (...) não têm direito a sair, não têm direito a nada, é muito pesado"; "os horários"; "A única actividade que tínhamos era a catequese e os escuteiros, mais nada. Ao Domingo iam à missa, à catequese e depois passavam o Domingo todo em casa;"quando me cortaram o cabelo (...) Quando batem numa criança (...) Tudo bem que haja um castigo (...) mas, a bater não"; "a escola primária lá dentro (...) a desigualdade, o racismo (...)os castigos"; "não nos deixam telefonar para os nossos pais (...) não estamos permitidas a namorar"; "não tive nenhuma freira que me falasse do crescimento da criança (...)da menstruação (...)quando me aconteceu (...)eu gritei, ninguém me tinha falado (...)foi um trauma"
3.4 (Xana) [1ª LIJ]	-	[abusos sexuais] "havia uma má organização da parte de quem lá estava para ver o que é que se passava (...) uma conversa com o grupo, dizer quais são, o que acontece por fazerem isso (...)era uma coisa que não acontecia. Depois era uma instituição que também tinha bebés (...) devia haver uma separação e uma conversa e não havia."
(Xana) [2ª LIJ]	"Em relação ao ser humano, a proteger-me daquilo que e o mundo cá fora."; "A parte boa da instituição é que se não fosse a instituição não sou a pessoa que sou hoje. Foi o meu último recurso. Ir para a instituição porque foi ela que me apoiou e eu cresci e fui protegida (...) o ambiente, as pessoas que lá estavam e as recordações boas, apesar de tudo."	"porque ficamos sem os nossos pais (...) rezar (...) não ter um namorado, o castigo"; "não temos a noção de porque é que estamos lá"; "a nossa opinião não conta (...) pedem pessoas para trabalhar (...) nem há um estudo, nem tentar saber como é a família"; [telemóveis] "Era proibido"; "falar e não proibir simplesmente (...) demasiados tabus (...) são pessoas que não estão preparadas para viver na sociedade"; "não tínhamos privacidade"; "em relação ao dia a dia, acho que não aprendi nada"; "sou mais fria, mais distante (...) O pior momento é querer um mimo, ou sentir aquela falta de atenção (...) de uma pessoa mais velha, maternal, e não ter (...) com a falta disso acontece muita coisa"; "regras demasiado rígidas para nós e não ter acesso ao mundo cá fora"; "os meus pais não deixaram que os meus tios me adoptassem (...) não haviam de ter direito a opinar."; "Os meus pais, sim, tiveram a culpa, mas também não foram apoiados, porque as pessoas não aprendem sozinhas (...) o tribunal não trabalha nada (...) a única coisa que faz é mandar para as instituições (...) e os pais não se trabalham (...) Acontece que as crianças saem, não têm ninguém e só fazem asneiras"

Sujeitos	Sugestões	Definição de Instituição
Lares	"Se eu fosse director da instituição..."	
1.1 Matos	"melhor formação do que tivemos"	"é uma casa para pessoas que são, às vezes, vítimas de maus tratos por parte das famílias e são tratados de forma diferente, têm dificuldades em aprender", "um porto de abrigo... para tentar aprender aquilo que cá fora não consigo."
1.2 Scooter	"Mais regras, mais vigilância, e pôr a gente a trabalhar em condições"; "punha pessoas mais velhas a tomar conta de nós, não rapazes (...) e não dar tanta liberdade às pessoas."	"uma casa de solidariedade para os sem abrigo e para os ajudar."
1.3 Dids	"Davam-me apoio, já que me mandaram embora, davam-me apoio, podiam aguentar assim uns meses até eu arranjar trabalho"; "não punha crianças e jovens, queria ou só crianças ou só gente jovem, porque assim as regras eram iguais para todos: ou todos saiam, assim é melhor. Deviam ter crianças num Lar e jovens no outro."	"Lar", "acolhimento"
1.4 A-Kon	"Os castigos (...) deviam depender das idades"; "Estava sempre disposto a ajudar, queria que eles dissessem o que sentissem para eu poder compreender, falar com eles, eu sei porque eu passei pelo mesmo e compreendo perfeitamente..."	"É um sítio para onde vão pessoas desconhecidas com condições... famílias que não têm condições. É isso."
2.1 Emanuel	"mandá-los todos jogar à bola, já que eles não querem trabalhar"; "arranjar melhores condições de trabalho por vezes para ensinar os rapazes, para dar formação (...) nem que contratassem um homem ou dois, um pa serralharia, outro pa carpintaria ou até mesmo um homem pa ensina-los a trabalhar melhor no campo (...) nem que tivessem de lhe dar um ordenado (...) criava postos de trabalho lá dentro da casa, para estarem os rapazes lá dentro unidos."	"É uma casa onde se pode acolher crianças que não tenham pais, que não tenham familiares, que não tenham carinho (...) é uma casa onde o carinho se dê, será fazer deles uns homens, duma tal forma que eles um dia também não se arrependam de terem vindo para ali"; "Casa de gente pobre (...) é um rapaz da rua, um abandonado né? Casa de repouso, casa de pobres, casa de acolhimento a crianças que têm necessidade"
2.2 Martins	"no essencial – a doutrina do Pai A., a sua pedagogia – isso manteria quase tudo na mesma, senão tudo, agora, em pormenor, claro que há sempre coisas a adaptar, até porque os tempos mudaram muito e rapidamente e nós temos de acompanhar, dentro do possível, a evolução dos tempos."	"uma instituição depende dos seus objectivos, neste caso, a Casa X, defino-a como se fosse – não é minha – uma casa de família, porque vive-se em família, para os sem família. E acho que as instituições se deviam orientar por este princípio porque serve para todos... porque quando falta o ambiente familiar há uma lacuna muito grande."
3.1 Margari da	"O que eu propunha: 1º as irmãs deviam ensinar a cozinhar para serem umas mulheres de verdade; 2º, fazerem com que as raparigas saibam fazer as limpezas (...) estudarem mesmo e quem não quisesse estudar (...) voltar para as famílias... uma pessoa que chegue ali e não tenha força de vontade, não vale a pena estar lá."	"Instituição é um lar onde as pessoas podem aprender um pouco mais do que já sabem, mudarem um pouco o rumo da vida, serem auto-dependentes, conhecerem novas regiões do país, conhecerem um pouco do mundo"
3.2 Jessica	"respeitar se a pessoa queria ou não ir à missa todos os dias"; "em vez de não ter namorado, tomar precauções, do que andar às escondidas"; "haver uma atenção diferente com as miúdas porque há pessoas que vão para lá que (...) vêm um bocadinho maltratadas, eu acho que devia haver lá uma psicóloga"; "pessoas mais sentimentais"; "fazia uma Casa em vez de um Colégio (...) Deixá-las mais a vontade, tentar fazer com que elas se sentissem como as outras crianças (...) Porque já é mau estarem num instituição, e quem vive lá é que sabe, e quanto mais prenderem e fazerem sentir que são de lá e que não têm"; "soube que a instituição recebe o abono (...) não percebo porque não dão à criança, ou davam na escola, para que ela pudesse ir ao bar buscar um bolo ou qualquer coisa (...) há muitas crianças que roubam porque vêm e não têm"; "mudava as pessoas que deveriam estar lá dentro. Punha pessoas rígidas quando é preciso e carinhosas quando é necessário. Há muita pessoa que precisa de um abraço e não tem."	"A palavra por ela já diz tudo. É uma casa, que pode ou não acolher pessoas. Se for uma instituição de crianças acolhe crianças que passam por dificuldades, pais que não tem condições para poder cuidar dos filhos, porque são abandonados."
3.3 Patrícia	"pôr ali, não freiras, mas pessoas que ganhassem o seu ordenado(...) educadores, pessoas espontâneas, já com alguma vivência"; "liberdade de estar com outras pessoas e viverem o mundo"; "alterava um bocadinho os horários de entrada e saída(...) mais convívio com outras pessoas (...) Actividades, saídas (...) fora de Colégios, que não fosse, "de amor de deus", convívios(...) jogos, brincadeiras, ao ar livre. Arranjava mais actividades – tipo escuteiros, actividades extra curriculares fora da escola (...) elas recebem o nosso abono(...)que elas dessem, sei lá, 5 euros por semana, às mais velhas(...) para saberem gerir"; "uso de telemóveis"; "terem uma ligação com a família porque um dia vão sair dali e vão para onde?(...) devíamos ter uma ligação, deviam-nos aconselhar, de nos ajudar a ter uma boa relação com a família"; "devia haver, pelo menos, umas 4 ou 5 psicólogas lá (...) porque vêm crianças pequenas, com traumas de família"; "uma freira para 15-20 crianças, é muito complicado estar a gerir, dar uma boa educação"; "falarem sobre crescimento, o crescimento da criança (...) essas questões importantes da adolescência."	"instituição para mim é uma palavra pesada, muito pesada...é muito pesada e muito difícil de definir...[silêncio]. Porque eu nem estive numa instituição, eu acho que não estive numa instituição...eu estive dentro de uma cadeia!"
3.4 (Xana) [1ºLIJ]	-	-
(Xana) [2º LIJ]	"uma educação diferente para cada criança, de idades diferentes."; "terem a noção de como se gere dinheiro e como é a vida cá fora; "não é pôr de castigo mas(...) Dizer de maneira mais de mãe (...) uma reflexão mais humana e não aquela coisa de inculcar as regras."; "acabava com as regras do terço e de rezar, de não ter telefone, não poder ir a um jantar de turma, não poder ter um namorado, não poder ver aquele filme (...) ter acesso ao que é a educação sexual"; "abria mais a mente em relação a toda a equipa que trabalhava na instituição"; "a mesada, sair, ir ao medico, passear, estar com os amigos, ir ao cinema."; "evitar-se as crianças irem para as instituições, podia haver um acompanhamento mesmo em casa e por etapas"; "quando há um caso de adopção e há irmãs (...) envolvesse todos.(...) pode criar na criança uma revolta (...) afinal tenho irmãs"; "ouvir a versão do tribunal e da criança em questão.(...) Acho que isso falha (...) Até porque os relatórios que fazem é tudo mau, e, quer dizer, para a criança também havia coisas boas, e já que a instituição vai ficar com aquela criança deve conhecê-la melhor."	"Um refúgio transformador, porque entramos lá porque não podemos estar em casa, somos umas crianças coitadinhas e saímos de lá e parece que anda nos pode dar cabo se não explodimos, porque lá dentro temos que criar defesas, que nos fazem pessoas completamente diferentes, mais duras, mais persuasivas."

Grelha de Análise das Entrevistas (Centros Educativos)

Sujeitos	Momentos de vida marcantes	Motivos de	Momento do acolhimento
Lares	(Linha da vida)	institucionalização	
1.1. (Jorge)	1) "Momento muito mau foi quando fui apanhado, quando fui para Centro Educativo!"; 2) "Quando saí do Centro Educativo."	"tudo começou quando eu era pequenino, fomos ao Continente roubar bonecos (...) o meu pai está na Bélgica, a minha mãe está aqui mas não tinha possibilidades (...) e então eu fiquei com o meu avô(...) enfim, com os amigos..." "Embora lá buscar uns brinquedinhos" (...) a certa altura, já não queria bonecos, queria roupa, arranjar dinheiro para me vestir bem, e pronto, depois de querer vestir bem tínhamos de ter dinheiro no bolso (...) a maioria dos jovens que andam aí a fazer essas porcarias é por causa disso, por não terem dinheiro (...) ter o que não temos. Se os nossos pais não nos dão, temos de ir buscar"; "No bairro onde eu estava, não fazia praticamente nada. Acordava, ficava lá a apanhar sol(...) já tinha saído da escola (...) onde eu morava era problemático, muito problemático. Aquilo havia confusões sempre que havia festas, aos fins-de-semana havia tiros e depois os policia vinham"; "éramos uns 5, 6 amigos, saímos da discoteca (...) começámos a mexer nos bolsos e "Ah não tenho nada" e aí tirei-lhe o telemóvel e a carteira"; "Do que era acusado só me disseram no tribunal depois de já lá estar [no CE] 4 meses depois."	"chorei muito, meteram-me a dormir numa cama, que aquilo não era cama, era de pedra (...) tomei banho, tiraram-me a roupa, fiquei só de boxers, meteram-me lá dentro e, no outro dia (...) meteram-me num carro, fizemos a viagem (...) Cortaram-me o cabelo, mesmo curto, mandaram-me fazer a barba (...) na altura tinha 16 anos (...) "mas como é que se faz a barba? Eu não sei fazer a barba!"; "Depois tive 3 dias num quarto que aquilo era o quarto do castigo (...) E mesmo regra de lá, de lá e também de outros sítios (...) E muito complicado...Chorei, chorei muito (...) 3 dias e 3 noites lá, só me levavam comida (...) depois apagavam a luz e ficávamos na escuridão (...) Durante o dia tínhamos uma janela com umas gradezinhas, aquilo só abria um bocadinho [à noite] Tudo fechado! Fechavam o estore e a luz. (...) saí de lá, fui para a unidade 4"; "eu fiquei revoltado (...) Na altura tinha uma namorada que eu gostava muito (...) Foi complicado, eu pensava E agora? Ela vai-me enganar, vai arranjar outro enquanto eu estou aqui (...) sempre a pensar nessas coisas todas"
2.1. [Louçã dos Santos] 1°C.E.	1) "O momento em que eu nasci...se eu pudesse, na altura, cortar o cordão umbilical, acho que cortava."; 2) "16 anos – perdi a virgindade."; 3) "Aos 6/7 anos, lembro-me de ter ido para a borgia com o meu pai e ele pagou-me tudo.(...) ele tava bêbado, mas adorei."("o melhor"); 4) "19 anos, 1ª tentativa de suicídio a sério.(...) as outras antes deste tempo foram a brincar." 5) "21 anos entrei num inferno"; 6) "o dia de hoje, porque estou a falar de uma coisa que andava engasgada há muito tempo."	"o local onde eu vivia era um ambiente muito pesado"; "aquele menino (...) filho de um professor universitário, mãe universitária (...) todos os dias (...) abordava-me, batia-me e roubava-me o dinheiro todo que eu tinha para comer na escola. Andei assim 1 ano (...) comecei a ter problemas em casa, com os meus pais, porrada, eu já não andava bem...discutia, fazia asneiras por tudo e por nada (...) e cheguei a uma conclusão – "eu estou assim por causa daquele c." (...) cheguei a um ponto que já não chorava...mas naquele dia eu chorei e um bom chorar (...) disse à professora "Estou-me a sentir muito mal (...) vou para casa" (...) Peguei na mochila – nem trouxe os livros! Vim cá cima a casa, peguei nas facas de matar os porcos que o meu pai tinha e escolhi a maior (...) bebi 2 cervejas (...) isto com 12 anos (...) "O pá desculpa lá mas vais-me conhecer"! E nunca mais mudei a partir desse dia. (...) arrombo a porta, deixo a mochila e pego na faca.(...) Fui a todos os quartos (...) chego ao quarto dele (...) Acendi a luz, pus-me assim ao lado dele, ele vai assim a virar a cara, eu nem disse nada, cravei-lha no pescoço e vim-me embora!"	"Senti medo, senti uma frieza nas pessoas que me rodeavam, senti um medo tal...e pensei assim: se é isto que vamos encarar, então vou agarrar o touro pelos cornos. Só que eu meti na cabeça – para não agravar a situação vou dizer que não me lembro de nada do que fiz. Percebes a jogada? Fui, foi na altura do jantar...Ver as paredes brancas, um ambiente frio, muito hostil...eu notei que havia ali gajos a ver quem eu era para tentar lidar...pelo menos foi a impressão que eu tive...(...) Havia cada trave mas eu não tive medo...andei à porrada nesses 7 dias que eu tive, todos os dias à porrada, não falou um."
Louçã dos Santos ² C.E.	-		"estavam lá os meus pais, com bolinhos. Eu comecei a falar com a empregada que me estava a limpar o quarto. Veio logo pessoal cumprimentar-me, falar na boa comigo. É o único colégio que eu não tenho razão de queixa. Só tive um desatino lá com um preto mas logo ficámos amigos. (...)Amigos, tudo a falar comigo, tanto pelos monitores como pela equipa técnica como pelos próprios múdos. Comecei bem. Não sei porquê, comecei logo...cativei-me pelos mais velhos, os que tinham mais influência lá...e isso ajudou-me na integração. Eu tive que lutar! Não foi preciso andar à porrada nem responder mal nem dar nada, foi só preciso falar que é aquilo que eu prezo é falar."
Louçã dos Santos ³ C.E.	-		"foi uma desilusão...mas consegui agarrar o cavalo pelas rédeas."; "[Recebeu] o director (...) eu estava na boa. E depois, arrumei a minha roupa e fui à casa de banho (...) entrou um c. (...) fecha-me a porta "Anda lá que agora és tu, arrega as calças" (...) Peguei no varão, virei-me para trás e mandei-lhe assim de alto a baixo (...) A partir daí, começaram a ter medo de mim. E começaram-me a respeitar."; "quando um gajo sente os calos apertados, um gajo tem de reagir e quando tem de reagir tem de ir e ir mas ir e é tudo a perder, é "ou eu, ou ele" porque senão, perde-se a honra...perde-se a honra (...) não era de ser mau, mas como defesa. Era a única maneira de funcionar. Ou tu fazias uma coisa que os deixasse assim "Ó pá, com este gajo tens de ter cuidado senão algum dia ele lixa-me é a mim, em vez de eu o lixar a ele, ele lixa-me é a mim. Uma pessoa quando entra para essas casas (...) tu segues a tua vida e não te metes com ninguém, mas se vierem meter-se contigo tens de ter pulso firme. Se não tens pulso firme, viras farrapo."
3.1. [Come e dorme]	1)"Quando nasci, o mais importante"; 2) "quando entrei para a escola"; 3) "quando tive no colégio, aos 14 anos"; 4) "quando saí de lá, aos 16/17 anos"; 5) "quando conhecia S., a minha namorada" e 6) "estar com ela agora, no momento actual".	"Eu nasci numa casa da minha mãe no meio de um pinhal e era de um senhor que tinha uma quinta e deixounos lá viver, mas aquilo não tinha condições nenhuma, chovia lá dentro, péssimas mesmo!"; "quando entrei para o ciclo comecei a ter más companhias e a relação [pais] não ficou assim tão bem, fugia de casa.(...) Fazíamos asneiras, batíamos, roubava-mos, muitas coisas. Roubávamos pequenas e grandes coisas. E depois com o dinheiro comprávamos coisas para nos, droga, haxixe e erva. (...) quem me tentava sempre ajudar foi o meu irmão, que ia a minha procura durante a noite e tentava-me ajudar mas eu não queria ser ajudado (...) acho que o meu irmão também ajudou que eu fosse para o colégio, e agradeço muito por ter feito isso. Se não, hoje não sei onde estava, podia estar morto ou andar todo roto aí na rua.(...) Na altura fiz isso porque não tinha dinheiro...porque o meu pai faleceu e depois a minha mãe era alcoólica e ainda é... e deve ter sido por causa disso. Porque não tinha nenhum apoio na família... porque era revoltado, era sempre revoltado, gostava que ninguém se metesse comigo.(...) Talvez por ter nascido sem pai, faz muita falta."	"senti-me revoltado e quem foi comigo também, foi a GNR e o meu irmão e estava muito revoltado e deixaram-me lá fechado. Senti que a sociedade estava contra mim." (...) O Sr. Padre M.(...)Pôs-me logo a vontade, disse para eu não ter medo, mas custou-me estar lá os primeiros três dias. Estar fechado e não gostei de estar. A pessoa chega e depois estive fechado porque não estava habituado de não ter liberdade de sair e fazer o que quiser. Senti-me revoltado, a rebaratar."
3.2. [Mundo melhor]	1) tempo passado em S. Tomé - Esses foram os momentos mais felizes"; 2) Vinda para Portugal com a mãe e irmãs; 3) "a partir 10 anos começamos os problemas (...) deixou de ser uma pessoa boa e passou a ser má."; 4)"Quando o meu filho nasceu poderia ter sido o dia mais feliz da minha vida, mas sinceramente não foi, porque não era por estar grávida que a minha mãe mudou e não mudou"; 5) "fui para a antiga tutoria"	"resolvi engravidar quando tinha 16 anos.(...) decidi que ia pegar num amigo e decidi que queria ter um filho.(...) porque com o meu padrasto ele não usava protecção, (...) eu não gostava dele só fiz de conta e queria só ter relações com ele para engravidar. (...) Depois voltei para casa da minha e mãe e ele [padrasto] continuou a violar-me (...) Eu queria engravidar porque pensei que a minha mãe se aproximasse de mim e fosse mais minha amiga.(...)A minha mãe desconfiou e foi ao tribunal fazer queixa de mim e que queria por-me fora de casa e então fui para a antiga tutoria."; "Ela disse coisas terríveis sobre mim, que estava a prostituir-me, que passava droga e que não podia estar em casa dela porque ela tinha outra filha, portanto coisas absurdas que ela disse para eu entrar. Porque eu não precisava de correcção nenhuma, era a pessoa mais normal ali dentro!"	"Triste. Estava grávida de três meses, entrei lá e sentia-me triste porque era uma rejeição de uma mãe. Pensei que ela fosse mudar mas aquela não muda. Depois, a equipa técnica gostei muito, apresentaram-me as instalações. Estivemos misturadas com os rapazes porque estavam em obras.(...) Senti-me diferente, porque vi muitos rostos tristes e eu apesar de tudo era uma pessoa alegre, mas quando cheguei ali limitei-me muito (...) Depois habituei-me."

Sujeitos	Espaço físico	Aspectos organizacionais
Lares		(regime; nº pessoas, orientação, etc.)
1.1. (Jorge)	"tem boas condições. Acho que a nível nacional é o melhor, são boas"; "na Unidade 4 tem 1 w.c. geral, depois (...) é um quarto com 2 divisões e tem o w.c. cá fora. Em cada quarto dá para 2 pessoas. Lá em cima (...) é uma sala grande, sala e cozinha e mesa de jantar, depois, tinha a sala dos monitores, tinha uma sala de música, tinha computadores (...) havia lá um espaço, como aquilo era fechado, muitas vezes não podiam ir lá para fora do edifício, então tinham lá um espaço que era um mini-pavilhão, para musculação, uma mesa de snooker, é basicamente isso, depois é grande, tinha cerca de 10 quartos"	"depois de 3 meses a gente vai ao juiz (...). Depois, fiquei lá 10 meses na unidade fechada - a unidade 4 e depois fui para o semi-aberto... e já conhecia as pessoas, foi fácil habituar-me"; "Tinha a Unidade 2, que na altura era fechado. Tinha a Unidade 3 que era semi-aberto, que era onde eu estava. E tinha o fechado que era a 4. É assim: a Unidade 4 é no último andar. A Unidade 2 era no 2º piso - a Unidade 2 e a 3 eram lado a lado (...) Na altura éramos 10 ou 11 por unidades, mas haviam quartos que davam para 3 pessoas, isso era na Unidade 3, acho que na 4 não havia... havia só de 2. Acho que a Unidade 3 já teve 13 ou 14 pessoas. Na altura a 2 era fechado mas agora acho que é semi-aberto também... porque vinham muitos miúdos para o semi-aberto e então não dava para todos... como vinham poucos para a Unidade 4, abriram a Unidade 2."
2.1. [Louçã dos Santos] 1º C.E.	"Eram boas. (...) Dormia sozinho num quarto com 3 camas."	-
Louçã dos Santos 2º C.E.	"É grande, tem jardim, pode-se cultivar, pode-se tratar das uvas, tem marcenaria, tem encadernação", "A nível das instalações, se calhar, para altura estava um bocadinho... não digo antiquada mas se calhar a precisar de umas certas obras. Havia muitas casas de banho que estavam fechadas, havia muitos utensílios lá dentro"; "o quarto era individual. Tinha um armário, tinha uma coisa espectacular assim para a gente por perfumes, cenas... podíamos ter comida... tinha é de haver limpeza."	"talvez 30 rapazes e outro tanto de raparigas"; "estava direccionado para aquele grupo de pessoas até aos 16 anos, com mentalidade de 10 ou de 8 (...) o mais novo tinha 7 anos e o mais velho 18."
Louçã dos Santos 3º C.E.	"Eh pá... 5 estrelas."	"Eram... não sei... 30"; "fechado e depois (...) o regime era semi-aberto."; "Porque eram 3 quartos que ali estavam (...) uns 5, espalhados por esses 3 quartos, mantinham as regras (...) Eram os mais velhos ali (...) Aquilo era tudo hierarquizado (...) aqueles das hierarquias mais baixas tinham a vida feita num inferno, aqueles das hierarquias mais altas estava tudo bem. Porque havia aqueles que estavam a estudar cá fora - que era o meu caso e mais 2 ou 3 - estávamos no topo, digamos assim, tínhamos todas as regalias e tínhamos benesses lá dentro, entre aspas: tínhamos saídas, se chegávamos um bocadinho mais tarde "Ah entra aí, faz de conta que não se passou nada" e depois haviam aqueles que tinham um certo poder lá dentro mas estavam subordinados aquilo que a gente dizia. Se a gente dizia e eles "Esta semana, não roubas o dinheiro que é para mim", eles calavam o bico e não havia estralho. Mas quando a gente não dizia isso, eles roubavam o dinheiro aos mais pequenos, a semanada (...) e era assim que funcionava..."
3.1. [Come e dorme]	"Aquilo antes era um convento de freiras, tem para aí 500 anos. É muito grande. (...) Tem uma igreja, ao lado. (...) Era bom."; [por quarto] Aquilo havia duas camaratas, as camaratas dos pequenos e a camaratas dos grandes. Depois estava dividido, sei lá, nas camaratas dos grandes estavam para aí 15 e na camarata dos pequenos outros 15 ou mais. (...) naquela altura tinha três camas e na camarata dos grandes eram quartos individuais."; "As oficinas eram de electricidade, mecânica, tipografia, encadernação, várias."	"Fui para o Centro Educativo de S.C., em V.C., gerido pelo Padre (...) [totalpessoas] Trinta. Os primeiros três meses era semi-aberto, só podia vir nas férias e depois regime aberto, já podia vir de férias e ao fim de semana (...) eram só rapazes."
3.2. [Mundo melhor]	"Tínhamos um quarto enorme onde dormíamos mais ou menos 10 meninas. Era uma camarata com beliches e janelas (...) e depois estava tudo desarrumado"; [instalações] "Acho que eram boas. (...) Tinha um cercado, uma zona com garrafas de vidro partidas. Havia camaratas. Os espaços são assim, aquilo que uma pessoa consegue ver. O espaço era muito bonito, com azulejos, antigos. Tinha boas instalações, sempre em reformas. Tinha carpintaria, lavanderia. (...) Tive um quarto só meu (...) a sala era enorme, mordomia de mais para uma correcção."	"fui para a antiga tutoria (...) [pessoas] Muitas, não sei. Rapazes eram muitos."; "A parte monetária era estranha, aos fins-de-semana ganhava-se três euros. Mas havia castigos, não havia mesada. Eu nunca usufruí daquelas mesadas, mas disse para me guardarem mas depois não pedi."; "Aquilo tinha até aos 18 anos"

Sujeitos	Horários e Rotinas	Regras	Castigos
Lares			
1.1. (Jorge)	"Acordávamos às 7h (...) tinham um tipo de uma lanterna." "Acorda!" Depois acendiam as luzes, tinha que ser rápido (...) levantávamo-nos, lavávamos a cara, fazíamos a cama (...) antes do pequeno almoço: varrer, passar o quarto, fazer a cama, tudo, depois ir por a mesa, tomar o pequeno almoço, íamos para a escola (...) de manhã e de tarde"; "Dormia horas, horas. E jogava muito futebol."; "No fim de semana é que nós cozinhámos."; "nós temos tarefas, tínhamos de fazer limpezas diárias (...) mas vai mudando por semana"; "As actividades... tínhamos escola, no Verão, tínhamos encadernações, tínhamos lá uma professora... trabalhos em vidro, mas o vidro não podíamos ter, só os cadernos... jogávamos bola, tínhamos badminton. No Verão também metíamos calçada lá"; "normalmente quando sai um educando do Centro Educativo fazemos sempre a festa de despedida"	[quando chegamos] "É mesmo regra de lá, de lá e também de outros sítios, uns ficam 1 dia, 2, para acalmar, e pronto...fiquei 3 dias."; "aquilo tinha cores, ainda tem – o vermelho quando chamamos nomes e brigas, o amarelo é o razoável, o verde é bom e o azul é quando nos portamos bem, bem, bem. (...) ao fim de cada dia. Quando estamos sentados na mesa, dizíamos "acho que mereço um verde, um azul..."depois o monitor é que vai avaliar se mereces ou não"; "nós, para sair da sala para ir para o quarto era "Ó senhor, posso sair?"; aos monitores. E eles "Podes". E eu, no início, não me habituei, saía de um lado e tinha amarelo"; "Tínhamos num armário individual e quando quisésemos tirar qualquer coisa pedíamos ao monitor e ele abria."	[quarto isolado] "Aquilo também servia para quando nos portássemos mal, aquilo era uma parte anti-fogo e, depois apagavam a luz e ficávamos na escuridão (...) É pequenino, só tem uma cama, não tinha nada lá (...)Tinha uma janela pequena, uma grade, um estore de metal, a meio, só que a janela para entrar ar é cá em cima e faz um bocadinho de calor"; "porque, como eu me portei mal, tiraram-me as coisas todas.(...) levaram-me para o quarto uma semana! Mas para o meu quarto mesmo, não fui lá para baixo (...) só saía para comer, para ir à casa de banho"; "Depois, fui mais uns dias para o quarto (...) quase 20 dias(...) isso foi no outro quarto cá em baixo! (...) depois arranjaram-me uma actividade (...) cavar terra...ainda apanhava um ar, mas estava separado das outras pessoas e eles gozavam-me. Eles a jogar à bola e eu lá...foi complicado."; "Se levássemos vermelho, íamos para o quarto, 1 dia 2 depende a gravidade."
2.1. [Louçã dos Santos] 1°C.E.	-	"tinha, horas para tomar banho, horas para comer, não me lembro dos horários mas havia regras...era como na tropa."	"meteram-me num quarto, lá fechado, só aumentou a minha raiva! Era o quarto onde eu dormia só que não me deixaram sair."
Louçã dos Santos2º C.E.	"Levantámo-nos às 7.30h.(...) Iam-nos chamar aos quartos.(...) fascina (...) fila para o pequeno almoço (...) as raparigas, que eram as primeiras a comer (...) Depois, íamos para as oficinas – eu na altura não tinha oficinas – falava muito com a psicóloga e com a psiquiatra (...) e uns na escola (...) Depois, fomos todos almoçar (...) 12.00h, 12.30h (...) Depois fumávamos um cigarrinho (...) a gente fumava às escondidas.(...) ao jantar e era a mesma coisa.(...) A hora de dormir era 21.30, 22h. Os que quisessem deitar, deitavam, os que não quisessem ficavam cá fora a brincar, a ver televisão"; "Ao fim de semana era diferente. Ao sábado tínhamos 1 hora para sair, ao domingo tínhamos hora e meia a duas horas...e depois voltar. [horários] eram rígidos"; "havia campeonatos de xadrez, de damas, de sueca, de dança, havia convívios. Na altura de São João comíamos à fartazana (...) Mas também tínhamos a Romaria de São João, aí vinham pessoas de fora assistir."	"havia uma regra: lavar dentes e cara (...) e o que era a fascina: era limpar o quarto, varrer, arrumar a roupa e limpar o pó. Depois, havia sempre 1 ou 2 que ficavam no corredor, um varria, o outro passava esfregona."; "Assimilei-as e nem questione!"; "Tem uma escala de pontuação que vais ganhar pontos todos os dias. (...) Esses pontos somava a limpeza do quarto, a arrumação do quarto, o desempenho na escola, o desempenho nas outras oficinas, o tratamento com os monitores, o desempenho das tarefas" (...) O 3 era a pontuação máxima e aquilo ia somando por semana."	"Se o monitor passasse lá, passasse o dedo em cima da mesa e visse pó..."menino só levava um 2 ou um 1 (...) Chega ao sábado – que é quando davam a semana – tínhas tantos pontos, tínhas tanto dinheiro."; "Quando faziam asneiras ou não respeitavam as regras, primeiro (...) tentavam falar a bem. Se viam que tu estavas passadinho de todo, agarravam em ti e metiam-te numa cela, em porta blindada, com uma janelazinha, sem vidros e davam-te um cobertor para tu te tapares. Apanhavas um vento e estavas lá, às vezes mais de uma semana. Nunca vi ninguém estar lá mais de 1 semana. Vi uma vez um indivíduo a estar 2 semanas mas foi porque ele tinha alucinações, era agressivo e tinha que ser medicado"
Louçã dos Santos3º C.E.	"A minha rotina da semana era muito preenchida, estava a estudar cá fora, chegava ao fim do dia, a minha tarefa era despejar os caixotes do lixo, ajudar na lavagem do tabuleiro, da louça (...) o regime era semi-aberto. (...) Havia mais abébias. Ao sábado de manhã tínhamos educação física, da parte da tarde ia cada um para seu lado, ao domingo, ia cada um para seu lado, e segunda voltávamos ao trabalho."; "Participava: canoagem – aprendi a fazer canoas em fibra, aprendi a andar a cavalo, fiz atletismo, andei em provas – ganhei uma medalha regional – no Verão, havia sempre actividades fora, ou íamos para a paria em Lisboa ou íamos para colónias de férias 2 ou 2 semanas, longe, com os monitores, havia sempre 1 ou 2 monitores que iam com a gente, iam todos e tudo se portava bem"	"Eram as mesmas do outro colégio.(...) Eram boas. Em certas coisas havia uma certa flexibilidade, noutras era muito rígido."	"eram castigos tipo: não limpavas a sala, depois de te chatearem a cabeça por não teres limpado, diziam (...) "Vais ali varrer o pátio, descarregar os caixotes do lixo, sozinho! Só saís de lá quando tiveres aquilo tudo feito"; "quando eles fizeram lá uma cela...aí é que mandavam o pessoal para lá, também...(...) Uma semana, duas, três...depende. [contactos] Nada, nada, com ninguém.(...) Eu achava bem para certos indivíduos...mas quando eu uma vez, eu e mais um amigo meu, fomos para a discoteca e chegámos depois da hora...fui eu 1 semana para a cela e depois foi o outro e entretanto tinham fugido 4 gajos que tinham ido a Lisboa e roubaram um carro...veio GNR veio tudo...e tinham recorrido à violência para roubar o carro e não foram para a cela. Acho que isso diz tudo...não é preciso estar a dizer mais nada."
3.1. [Come e dorme]	"De manhã tomava o pequeno-almoço, acordávamos às 8 ou 8.30h, depois íamos para a escola e de manhã quem não tivesse aulas trabalhava nas oficinas.(...) há 1h, depois íamos almoçar e depois por volta das 2h íamos para as oficinas até às 19 ou 19.30h. Depois vínhamos, lanchar e depois convivíamos com os amigos e com monitores até às 20h, depois jantar e depois às 21h era a missa e depois da missa vínhamos para o pátio e para a sala de convívio até às 22.30h e depois íamos dormir. Era sempre assim, só a sexta-feira é que era mais tarde e víamos um filme. E ao fim de semana era diferente, íamos para a biblioteca ou para a casa da juventude e ao domingo íamos todos passear (...) os mais velhos podíamos sair sozinhos, davam-nos um euro e depois tínhamos uma hora para estar lá"; [tarefas] "Havia sempre (...) tínhamos passeios, futebol. Dentro e fora da instituição."; "tínhamos que ir sempre a igreja ao Domingo, mas todos os dias tínhamos que rezar, á hora de almoço e depois de comer, as vezes de manhã e a noite a hora de jantar e depois quando saímos do jantar."	"nunca faltar ao respeito aos monitores, sair da cama lavar os dentes (...) não sair do colégio e por aí fora."	"o pior era ficar fechado uma sala, podia estar três dias e saíam meia hora e depois voltavam. Eram leis deles ou do Estado.(...) Estive lá uma vez e era revoltante, era tudo fechado, sem janela so tinha um respiradouro e uma tábuca de ferro. Mas aquilo só íamos se fizemos algo grave. (...) Mas depois tive várias vezes, porque fui apanhado a fumar e fiquei de castigo (...) Varrer, estar contra a parede mais ou menos uma hora, sem estar com os amigos.(...) Os castigos nem eram maus, menos esse de estar na cela fechado. Ninguém gostava de estar fechado num quarto escuro. Se estivesse dia havia luz se não, não"
3.2. [Mundo melhor]	"A refeição era todos juntos.(...) ajudava nas limpezas"; "à noite saíam e iam para as discotecas."; "Depois havia a rotina de, no fim do almoço havia grupos para arrumar."; "O fim-de-semana às vezes íamos para a piscina (...) ou ia de fim-de-semana ou ficava lá. (...) Durante a semana as rotinas eram ir para a escola. Não tínhamos horários, quem quisesse dormir, dormia, tínhamos empregadas e elas limpavam, mas depois foi um abuso e cada um limpava o seu."; "Tinha carpintaria, qualquer coisa de sapataria, lavanderia, costura, mas iam quando quisessem, quando apetecia, não havia rotina."; "As 7h acordas, depois até às 8h todos a comer e depois eram distribuídos por tarefas, e quem não fizer terá que ter castigos, tirando alguma regalia. Não havia nada obrigatório.(...) horário da noite - tínhamos que ir para a cama às 22h30 e ao fim de semana às 24h00."	"Se havia não eram aplicadas."; "O dormir, mas nunca era cumprido. Tinha horários da escola lá dentro. Mas ninguém cumpriria muito (...) eu nunca percebi as regras do colégio, porque tudo falhava. As refeições eram a horas, mas aí ainda se viam regras, mas as outras não sabemos. Deveria ter regulamento mas nunca vi nada aplicado."	"Retiravam a semanada (300 escudos), ou alguém ir para a Lavandaria, mas não sei. Isso para mim também não era castigo"

		Recursos humanos	
Sujeitos	Técnicos	Funcionários	Direcção
Lares			
1.1. (Jorge)	"os meus técnicos eram o Dr. J. e outro Dr. (...) ia falar comigo, ia-me acalmar"; "Do Dr. J. eu nunca me vou esquecer por isso é que eu gosto muito dele porque ele deu-me muitos conselhos bons "; "Por cada unidade havia 2 (...) eles é que, prontos, mandavam no nosso processo, eles é que sabiam o nosso processo. Tudo o que nós queríamos fazer, nós pedíamos ao monitor e depois o monitor é que pedia eles...pronto, era mais ou menos o serviço deles. Se nos portássemos mal eles iam falar conosco..."; [relação] "Era boa. Eram sempre atenciosos."	"monitores...nem todos porque havia uns que gostava e outros que não gostava"; "Tinha lá alguns monitores bons, que eu gostava de conviver com eles.(...) Tinha uns bons e outros maus."	"havia pouco contacto com a directora. Falei pouco com ela – era simpática – falei mais com ela quando saí de lá – quando fomos aquele jantar e beber copos... ríamos...foi quando tive mais contacto com ela."
2.1. [Louçã dos Santos] 1ºC.E.	"Eu só gostava da Dr.ª I. C., que era a psicóloga. Não gostava de mais ninguém."	-	-
Louçã dos Santos ^{2º} C.E.	"Psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e um médico que também lá fá de 15 em 15 dias. ", "Uma pessoa que eu quero elogiar é o Dr. J. C., a Dr.ª R.(...) que era psiquiatra, tenho a louvar porque eram pessoas que eram unidas"; "Os meus tempos eram passados dentro do gabinete da psiquiatra e da psicóloga. Quando não era com uma das duas, era com o Dr. J. C., que também é psicólogo."	"Os monitores eram mais amigos, preocupavam-se mais, eram pessoas mais sãs"; "não tenho razão de queixa dos monitores dali, eu acho que todos eles, não sei se era por estarem lá há mais tempo ou se não...eu acho que todos eles tinham um sentido muito humano."; "[relação]Era boa."	"Uma pessoa que eu quero elogiar é (...) a Dr.ª M. F. que era a directora"
Louçã dos Santos ^{3º} C.E.	"gostei muito da tal psicóloga."; "Tirando 1 ou 2...notava-se mesmo, em alguns, eles queriam era ganhar o deles...você têm estas regras, cumpram se quiserem, se não quiserem não cumpram mas então vão ter problemas"	"Só gostei de 1 funcionário...a Dr.ª C.(...) haviam monitores que (...) sobrecarregavam-na, faziam queixas dela ao director, sem terem razão (...) Porque sempre foi uma pessoa que lutou contra o sistema ali dentro. E como era nova...acabou por sair. (silêncio)"; [não gostava] Era o Sr. R. e o Sr. L. R.. Esses, para mim, isto não se deve dizer, mas se eu pudesse (...) Não os matava...para eles sofrerem...porque viver é sofrer, mas cortava-lhes o coiso (...) Porque os miúdos (...) uns aos outros, até consigo perceber, ainda tolero, mas monitores? Pessoas adultas!"	"A. L...era panasca."; "ele também teve uma cota parte nos casos de abusos sexuais..."; "Tentava ajudar, tentava tudo, dava o seu melhor, por isso não tenho nada a dizer em relação a isso...era boa pessoa...eu não tenho provas mas fiquei sempre com o bichinho atrás da orelha"
3.1. [Come e dorme]	"Uma psicóloga e uma assistente social (...) Quando fui para lá falavam comigo e perguntavam porque eu ia para lá. Depois havia a psicóloga que tinha uns papéis e fiz uns desenhos. Era obrigatório lá ir para eles compreenderem como eu era como eu pensava. Acho que não podia dizer que não. (...) A Psicóloga só estive com ela duas vezes."	"Gostava mais de monitores do que de colegas.(...) Porque falava mais abertamente com eles e desabafava e tinha confiança e eles ajudavam-me. Não podia fumar e eles deixavam me e davam-me tabaco, porque eu era o melhor aluno(...)/Tinha um tratamento especial porque era bom aluno, eles davam me recompensas que aos outros não davam."; [relação] "Era boa, nunca foi má.(...)o Sr. M. é que era mau. Toda a gente tinha medo dele, mas eu não."	"O Sr. Padre M.. Aquilo é por tempo, mas eram sempre Padres Salesianos.(...) era um espectáculo. [relação] Boa,sempre boa. Levava-nos para tomar café."
3.2. [Mundo melhor]	"Sim, havia. Tinham os gabinetes e estavam lá e depois geriam aquilo. Havia o psicólogo para atender as pessoas. Faziam actividades fora e preparavam. (...) Mas depois percebi que eles também não resolviam muito dos problemas, embora chamassem a atenção das pessoas não valia muito a pena. Uma semana corria bem mas depois voltava tudo ao mesmo."	"Da minha parte não tenho razões de queixa, eles tentavam mas acabava por haver protecção dos monitores. Havia alguns monitores que tinham algo a esconder, havia vezes que a bebida entrava, os tabacos e fumavam na boa a frente de toda a gente. (...)Vi muita coisa incorrecta dos monitores para com os rapazes. (...) gostava de todos por igual."	"eram muitos simpáticos e gostei muito, da Dra. E. e nunca me prejudicaram em nada."

		Contactos com a família biológica			
Sujeitos		Visitas	Meios de contacto		Contactos com a
Lares	Visitas na instituição	ao meio de origem	(telefone, correio)		comunidade
1.1. (Jorge)	[1ºos 3º mês] "ainda não podia receber visitas."; "Iam. A minha mãe, a minha namorada. A minha tia."; "è bom. Ficamos dias e dias sem falar sem ver a minha família.(...) É diferente ela ia lá, e ela abraçava me e beijava-me e trazia sacos e sacos de comida.(...)sacos e sacos de bolos e chocolates. Coisas que lá não temos. "	-	[1ºos 3º mês] "só ligava"; "ligava a minha mãe e nós falávamos.(...)Tínhamos um cartão da PT e podíamos gastar e era por semana. "	-	"sim, sempre que posso ligo e falo na net. O R., o Sr. S., etc. ligo a eles e eles perguntam sempre quando vou lá e vamos jantar."
2.1. [Louçã dos Santos] 1ºC.E.	-	-	"Sim."	-	-
Louçã dos Santos2º C.E.	-	-	"Sim."	-	-
Louçã dos Santos3º C.E.	"Ia, ia."	-	"Sim."	-	"Não, cortei-me, não vale a pena. Fui lá 1 vez ou duas mas....desliguei."
3.1. [Come e dorme]	"Sim, sempre, o meu irmão e as vezes havia lá festas e a família ia lá e jantávamos lá."	-	"Sim."	-	"Sim[com monitores], embora agora já não tanto."
3.2. [Mundo melhor]	"Não raramente."	-	"Sim"	-	"Sim, a G., a Dra. J., a C. ... mas depois não tenho interesse de lá ir."

Narrativas de Violência		
Sujeitos		
Lares	Maus-tratos físicos	Abuso sexual
1.1. (Jorge)	"Limpaste o chão? Estás a ver como é que isso está pá? Depois começámos "limpa o sr.", " não, limpa tu", "quem é o sr. para me mandar", ainda lhe chamei uns nomes e ele pegou-me no pescoço e queria-me levar para o quarto porque eu faltei-lhe ao respeito. Chegámos lá, ainda apanhei a vassoura, estava bravo! Vinha da rua, estava numa coisa nova, peguei na vassoura, chamaram os seguranças e pegaram-me no pescoço e levaram-me para o quarto 1 semana!"	-
2.1. [Louçã dos Santos] 1°C.E.	" Fui ter com eles "Ah foste-te chibar!" E levaram mais."; "Colegas andei à porrada"	-
Louçã dos Santos2° C.E.	-	-
Louçã dos Santos3° C.E.	"[momento de chegada]E eu não fui de modas, olhei para o gajo – uma granda trave (...) No varão onde eu ia por a toalha, por sorte(...) senão eu não sabia como é que me haveria de virar lá dentro, estava assim um parafuso, aquilo dava para rodar e tirar o varão...eu fui tão instintivo que eu posso-te dizer que não tenho consciência de ter pensado em faze-lo. Peguei no varão, virei-me para trás e mandei-lhe assim de alto a baixo, apanhei-lhe aqui as fontes era só sangue."; "Dá aí a semanada senão isto, senão aquilo". E eu "Ai é, tábem eu já te vou dar a semanada. Peguei em paralelos e toca a atirar. Por acaso acertei nuns"; "Andava sempre à porrada"	"fecha-me a porta "Anda lá que agora és tu, arreia as calças" (...) agradeceu-me por ter batido nele! Porque ele também já tinha tentado, feito, com aquele"; "começo-me a aperceber de que ali haviam violações (...) Entre os rapazes e entre adultos. Só que os rapazes, era à descarada, os adultos não, aproveitavam para fazer as noites, e vinham comprar os miúdos, "O pá dou-te isto, dou-te aquilo e fazes-me isto e fazes aquilo".(...) havia lá um indivíduo que foi violado antes de ir para o colégio(...)E havia lá um monitor que (...) porque às vezes ele fazia asneiras e ele ameaçava-o, levava-o para o gabinete e e. à força toda, mas era tudo na calada, quando já estava tudo a dormir (...) Isto de violações tanto houve de monitores sobre alunos como de alunos sobre alunos.(...) entro no quarto, era o D., eh man mete-me dó...tava o puto a sangrar pelo ânus...porque eram uns brutos que estavam ali e enfiaram-lhe cabos de vassoura depois de o violarem(...) o miúdo não chorava, o miúdo estava com uma carinha (...) assim que me viram(...)“O N. tem calma a gente tá aqui na boa, a gente dá-te isto, dá-te aquilo”.
3.1. [Come e dorme]	"monitores...o Sr. M. é que era mau. (...) Porque ele batia as vezes quando faziam asneiras"; "Levei um estaladão mas nada grave. Quem dava eram os monitores, mas uma vez foi o chefe dos monitores.(...) Era frequente. Houve uma situação lá que ate me bateram e foi um monitor, mas já passou, bateu-me muito com pontapés... Isso foi o mais grave e fiquei a deitar sangue e tive que ir a enfermaria. Mas ninguém me perguntou nada. Ele bateu me porque eu não queria ir para a biblioteca."; " Mandei uma pedra a cabeça de um rapaz, parti vidros."	-
3.2. [Mundo melhor]	"tinha um monitor que o maltratava." (...) As mulheres eram agredidas pelos meninos, batiam ou por palavrões. Tinha duas amigas que me batiam muito, por inveja.(...) não fiquei um ano, foi só durante a gravidez... porque levava muita porrada (...) Essa C. que me batia imenso"	-

Narrativas de Violência		
Sujeitos		
Lares	Maus-tratos psicológicos	Negligência
1.1. (Jorge)		
2.1. [Louçã dos Santos] 1°C.E.	"veio um monitor chamavam-lhe o Sr. Mata. E ele ameaçou-me "Tu tocas mais nos mecos nem sei o que é que eu te faço". Eu encolhi-me porque o gajo era grande.(...) Monitores, só tive à ameaça daquele Mata - que tem piolhos na gravata - era assim que a gente dizia. Eu disse-lhe que se ele me voltasse a ameaçar eu fazia-lhe a folha. Apanhava-o distraído, pegava numa garrafa e fazia-lhe a folha. Eu não tolero que funcionários ameacem utentes - eles é que deviam ser os primeiros a ter a calma e prezar pela paz e bom empenho das instituições.";"Só me queriam fazer a folha, não tinha amigos... todos me queriam fazer a folha, queriam-me saltar em cima."	
Louçã dos Santos2° C.E.		
Louçã dos Santos3° C.E.	"muita segregação, muito racismo (...) Porque o primeiro que viesse e controlasse a semanada do gajo novo, o outro que viesse, já não podia controlar a semanada dele"; "[abusos sexuais] Eu tinha medo também. (...) eu revoltava-me porque eu não fazia nada mas aquilo revoltava-me e eu podia fazer asneira da grossa"; [após abuso sexual] "vão ter de me ouvir (...) conforme eu passei com o meu vizinho, eu também compreendo melhor a dor do miúdo (...) começa-me a chorar, eu abraço-me a ele, ele agarra-se a mim com uma força... e ficámos ali bué de tempo (...) o sangue era tanto que se via pelas calças, tive de lhe por a minha camisola à volta da cintura para ninguém ver (...) chega o director e eu vou logo falar com o director (...) levaram-no ao hospital, tiveram que o coser! (...)E pronto...durante aquele tempo, não lhe fizeram mal. Entretanto, eu andava a estudar e não andava lá dentro, andava a tirar o 9ºano, na altura, soube várias vezes que o violavam, só que eu sentia-me impotente.(...) Pá, que é a pior m., que é tirar a honra à pessoa, é tirar a única coisita que a pessoa tem cá dentro, ó pá...revolta-me"	"quando foi essa cena [abuso sexual de uma criança](...)"Ó Dona J. você vai escrever isto porque o director vai ter que saber". "Ah não vou escrever nada que é tão vergonhoso (...) vi que nem sequer queriam levar o miúdo ao hospital...ele a sangrar, não queriam levar o miúdo ao hospital(...)Eles fechavam os olhos a tudo. Passaram-se n situações lá dentro, todos eles fecharam os olhos pá. É isto que eu não percebo."
3.1. [Come e dorme]		
3.2. [Mundo melhor]	"Dos rapazes era desagradável, havia muitos insultos. (...)Depois as pessoas não ficavam de castigo porque elas tinham mais poder do que os próprios monitores. Depois havia crianças e os monitores vingavam-se muito nesses, coitadinhos."; [mais velhos] "estes rapazes abusavam das crianças, mandavam fazer coisas que não se manda ninguém fazer, por exemplo, mostrar os órgãos genitais, etc. isso não são brincadeiras."; "esse senhor era o mais velho lá. Porque ele não me fazia mal, mas vi uma atitude em que os mais velhos deram uma garrafa de whisky ao miúdo e ele ficou bêbado, arrastaram no pelo chão"	

	Momento de saída			Período pós-colocação
Sujeitos				
Lares	Motivo	Descrição	Apoio pós-colocação	Descrição
1.1. (Jorge)	[finalização da pena]"saí no dia 2 de Abril de 2004 – 2 anos depois"	"no dia 1 disseram "Oh L., amanhã vais sair!" e eu "Deixe-se de brincadeiras (...) pensei que ia ficar mais, a medida ia acabar em Julho"; "a minha despedida foi diferente porque eu acho que marquei muita gente e muita gente me marcou...normalmente as despedidas deles costumam ser na Unidade lá dentro (...) a minha foi cá fora: fomos comer picanha à noite, espectáculo! Eu tenho lá as fotos, estavam lá cerca de 30 pessoas desde monitores, professores, estagiários, seguranças... tudo! Estava lá a directora! (...) tivemos direito a vinho e tudo...foi diferente...depois fomos a um bar (...) O único que saíu fui eu e os monitores todos! (...) Foi uma despedida! (...) No dia a seguir, fui embora às 3 da tarde."; "quando sai também chorei, porque deixei lá muitas amigas, muitas pessoas."	"Tive toda a gente. Os monitores apoiaram-me, deram-me conselhos..."	"A primeira coisa foi... tive com a miúda, a namorada, estava com saudades...e depois fui ter com os meus amigos, fui ver a minha avó, sou muito ligado à minha família."; "desde que saí do colégio, passado dois meses entrei logo na Segurança."
2.1. [Louçã dos Santos] 1°C.E.	"Depois desses 8 dias disseram que eu ia ser transferido para o N. de P., que era melhor, estava mais adequado a mim e eu fui."	"Alívio."		
Louçã dos Santos2º C.E.	"primeiro, que era o principal, é que eu não me enquadrava, segundo a psiquiatra e a psicóloga (...) tinha uma inteligência acima da média e não ia aprender nada com aquelas pessoas e precisava de seguir (...) eu gostava de lá andar, não aprendia mas gostava de lá estar. E havia outro facto: o ter de estudar.(...) Tem cavalos – quando eles disseram que tinha cavalos eu fiquei doído e estava mortinho para ir!"	"Era até aos 18 mas podiam ir lá fora e continuar a fazer a vida lá dentro."; "vieram-me as lágrimas aos olhos. Senti pena porque não ia ver mais aquele pessoal. Eu ia ver mas não ia conviver com eles. Gostava daquilo."		
Louçã dos Santos3º C.E.	-	"Chorei pá...estava institucionalizado. Chorei com pena, então... (...) Estava institucionalizado"	"Nada, nada, nada. Foi radical"	"quando fui para casa, até à minha mãe pedia para ir para a casa de banho! Isso quer dizer alguma coisa não quer? (...) Interiorizei aquilo (...) E demorei muito tempo a adaptar-me aos meus pais, acho que nunca me adaptei aos meus pais (...)Também...nunca houve nada no sentido do colégio para me adaptar à vida de casa, com os meus pais! "; "saí do colégio e voltei para casa em 98, em Janeiro de 99 saí de casa...puseram-me na rua. Estive uns meses em Peniche, em 2000 voltei outra vez para casa, em 2001 as coisas andaram...fui para a escola, namoradas, drogas, isto e aquilo..."
3.1. [Come e dorme]	"acho que era o máximo que se pode estar ali."	"foi o meu irmão buscar me, essa noite nem dormi. Sai de la a chorar, não queria ir embora, mas não fiz nada. Se fizesse não valia a pena."	"sim, todos me apoiaram. Quando eu estava lá, já estava a trabalhar numa empresa que foi a técnica de serviço social que arranjou mais o meu mestre. O mestre foi onde tirei o curso de electricidade.(...) almoçava com o meu mestre sempre e a noite ia lá ao colégio."	"Estive um tempito em V.C.(...) numa pensão, o meu patrão pagava isso. Gostava de trabalhar lá. Depois vim-me embora e fui para casa da minha mãe. Depois saí de lá e tive pena suspensa durante dois anos e tinha que me apresentar lá. (...) fiquei fechado no meu mundo ate conhecer a S.(...) e mudei muito. Sai do meu mundo, como se tivesse nascido. Depois começamos a namorar. Ela foi lá e passado uma semana vim para C."; "Tenho que me apresentar para saber como me estava a comportar, a integrar na sociedade e tem que ser feito um relatório por uma equipa da minha área de residência. Agora já acabaram, foi durante dois anos. Estou em C. quase há três anos, desde Dezembro de 2005."
3.2. [Mundo melhor]	"Sai um mês antes de o meu filho nascer, mas tinha que me apresentar uma vez por semana ou de 15 em 15 dias"	"aquilo era até aos 18 anos, mas havia muita gente que depois tinha medo de sair, porque não sabia o que fazer, porque aquilo não fazia ninguém crescer."; "saí de lá limpa, sem álcool nem drogas. Mas se a minha mãe achou que eu fosse me afundar ela enganou-se."	[apoio] "Sim, a Dra. E. e as monitoras"	"Depois fiquei em casa da minha mãe uns meses e depois ela volta ao Tribunal a dizer que eu não ligava nada ao meu filho e ganha a tutela dele e proíbe-me de o ver, e tem-na até hoje (...) ela deixou-o [padrasto] apenas porque roubou-lhe o dinheiro todo, roupas e depois ele disse lhe que tudo o que eu contei era verdade. Mas a minha mãe desde aí está sozinha e eu dei-lhe uma casa nova, mas depois o bairro não era bom para os meus filhos e depois ela ficou doente e acabou por ficar sempre em minha casa."

Sujeitos	Aspectos positivos da	Aspectos negativos da
Lares	institucionalização	institucionalização
1.1. (Jorge)	"se não tirasse o 9º ano não podia ser segurança."; "Passei bons momentos lá (...) o melhor foi o da festa de despedida. Foi a melhor coisa que me fizeram.(...) fizemos um torneio inter colégios (...) Foi tudo lá [dentro], durante um dia de manhã à noite. Foi uma sensação...nós lá a jogar e os monitores todos e as técnicas lá a gritar."; "E foi a melhor coisa, ter saído e ter arranjado um emprego. E isso surgiu porque há um monitor - o P.- que perguntou porque eu não trabalhava como monitor, que tinha corpo para isso, personalidade.(...) lembrei-me então dos Seguranças. Ele disse para eu falar com a Dra. M.(...) ela falou com o chefe (...) E ele foi lá ao colégio, veio de L. e falou comigo (...) Depois de eu sair liguei para ele (...) passado dois dias chamaram-me e emocionei-me."; "aprendi muita coisa mesmo. Aprendi com os colegas, aprendi com os monitores, aprendi com os técnicos (...) às vezes penso, e digo á minha mãe "O Colégio foi a melhor coisa que eu podia ter tido." Porque se não fosse o C.E. eu não era o que era hoje. Se não fosse o C.E. eu não melhorava e isso foi influência deles"; "ter deixado lá muitas amizades"	"os maus momentos que eu passei lá foi no início. Nos primeiros sete meses, oito"; "É complicado estar longe da família, é complicado seguir as regras...nós vivemos livremente na nossa casa, vamos a qualquer sítio não é? E agora vamos a um sítio onde temos de pedir para ir da sala para o quarto "O senhor, posso sair?", "Podes" (...) "Não, fica onde estás". É complicado, não é fácil. "Senhor, posso ir à casa de banho?"; "no início foi muito mau (...) ter brigado, lutado com o monitor, ter entrado é sempre aquele choque e ter ficado no quarto...foi muito mau...foi uma solidão...isso não provoca nada de bom, nem a mim nem a toda a gente que entra lá...é um bocado complicado..."
2.1. [Louçã dos Santos] 1ºC.E.	"A impressão que eu tive foi que o COAS e fixe porque tem actividades – carpintaria, sapataria. Havia moças lá internadas que nos vinham dar a sandes a meio da manhã num cesto. Isso cativou."	"O ambiente era pesado, andei á porrada todos os dias. Só me queriam fazer a folha, não tinha amigos...todos me queriam fazer a folha, queriam-me saltar em cima."
Louçã dos Santos2º C.E.	"Aquilo que eu senti lá foi mesmo amizade, porque eles eram puros, eles preocupavam-se. Se eles viam alguém a chorar ou meio triste eles metiam conversa "Porque é que estás assim?" (...) Eram amigos, tinham diálogo, tentavam ajudar. Isso não existia no COAS nem em S.B.(...) modelo de colégio (...) a nível da funcionalidade, dos técnicos, das pessoas."; "aprendi uma coisa: (...) isso é uma das coisas que me mantém aqui: vale a pena um gajo ser amigo das pessoas (...) são atrasados mentais mas têm uma coisa muito boa que a maior parte das pessoas não tem: são puros. Quando vêm ter contigo, nunca vêm com segundas intenções, e, quando vêm com segundas intenções, basta perguntar-lhes o que querem, que eles dizem-te logo o que eles querem (...) Eu estava numa situação de uma tensão enorme e de uma raiva tão grande e eles vieram acalmar-me, não foram os técnicos, foram eles, os putos! (...) foi um contraste tão grande (...) No N.P. havia paz, havia companheirismo, havia amor, entre aspas, entre o pessoal."; "Os melhores foi quando estive no N.P., foram todos bons!"	-
Louçã dos Santos3º C.E.	"depois aguentei e até gostei de lá estar."	""havia sempre aqueles desgraçados (...) a gente sentia-se impotente, porque não tínhamos o apoio de quem deveríamos ter tido (...) Se houvesse mais vigilância, muitos dos problemas que houve naquele colégio, não se tinham passado.""; ""aprendi a ser agressivo e a pensar que, se houver algum gajo que me queira pisar os calos, esse gajo tem de cair""; ""o pior mesmo(...) foi quando o P. entrou na casa de banho (...) com o dobro do meu físico""; ""Influenciou-me a um ponto que eu hoje não conheço a minha irmã (...) aqueles anos que eu passei no colégio, devia estar em casa. Distanciaram-me(...)O que é resultado do facto de eu estar institucionalizado? Não impediu que eu aprendesse a abrir carros sem chave (...) a assaltar cafés (...) matar mesmo! E eu não sabia nada disso (...) desde os 12 anos até agora, se tive 3 anos com os meus pais, a viver com eles, foi muito! (...) Então quer dizer, é quando um gajo tem 18 anos, é que os pais nos vão meter a mão e nos vão meter na linha? (...) Está bem que as pessoas que fazem mal devem ser enclausuradas mas eu era um puto! E fiz com um motivo, não fiz por acaso! E ninguém me quis ouvir, ninguém quis saber!""
3.1. [Come e dorme]	"Coisas que me marcaram foi ir para o colégio, isso marcou para sempre a minha vida e nunca me vou esquecer. É uma marca boa."; [aprendi] "muita coisa...respeitar as outras pessoas, a integrar-me na sociedade, a estudar, a trabalhar ir a missa, ser católico.(...) a ser alguém (...) os monitores, as festas e o trabalho"	"[vigilância] Naquela altura achava que era má, rígida, mas havia só um porteiro, uma porta grande, quem quisesse fugir fugia."; "ir para a cama cedo, às dez, só à sexta é que era as 23h, rezar e o castigo" [quarto]
3.2. [Mundo melhor]	"Boas: os técnicos, as instalações as senhoras da cozinha também."	"deveria haver separação, podiam fazer actividades mas a vivência separada. Havia pessoas que cometeram crimes (...) havia pessoas que andavam na prostituição e assim era muita mistura, e isso não ajudava nada."; "não tinham capacidades de gerir aquela gente toda."; "Havia muitos abortos, porque eles envolviam-se e depois... engravidavam. (...) à noite saíam e iam para as discotecas.(...) Uma noite aventurei-me para saber como era, pulámos o muro para o lado do cemitério (...) bebiam, fumavam, drogavam-se (...) Mas elas [funcionárias] sabiam que os miúdos saíam mas ninguém fazia nada."; "A vigilância não existia (...) O portão tinha, mas lá dentro não."; "Retiravam a semanada (...) ou alguém ir para a Lavandaria, mas não sei. Isso para mim também não era castigo"; "Aprender, aprender nada. Mas mantive as minhas fibras e a minha coragem de não me desviar e sai de lá limpa, mas não gostei do que vi(...). Coisas más são as atitudes dos mais velhos para os mais pequenos."

Sujeitos	Sugestões	Definição de Instituição
Lares	"Se eu fosse director da instituição..."	
1.1. (Jorge)	"tentava falar com eles para levar os dias que eles estão a passar lá como um dia normal, sem brigas, sem faltas de respeito, porque isso não os leva a lado nenhum, levar na boa, prontos, o dia a dia na boa. E se mudasse, mudava só aquilo do quarto. Mas, também, se não houvesse castigo, as pessoas não..." Ah, não há castigo, então posso-me portar mal à vontade percebe... mas, no início, quando a pessoa lá entra eu acho que temos mesmo de nos meter 3 dias num quarto? Porquê?... já o facto de nos termos afastado da família e de irmos para um sítio que não conhecemos... agora estar fechado dentro de um quarto escuro durante a noite é uma solidão, só quem está lá é que sente... estás triste mas depois estás no quarto a pensar nas coisas... é pior ainda."	"é um colégio onde há miúdos e esses miúdos têm regras."
2.1. [Louçã dos Santos] 1°C.E.	-	-
Louçã dos Santos2° C.E.	"As únicas 2 regras que podia por lá eram: ser permitido conviver com as raparigas mais tempo e fora dos olhares dos monitores e autorizava fumar um cigarrito depois das refeições, mais nada."	-
Louçã dos Santos3° C.E.	"Devia haver mais vigilância"; "estar institucionalizado mas sem nunca perder os laços familiares"; "por muito problemática que fosse a família do indivíduo, a família estava em primeiro. Se não podiam ir para casa, há muito dinheiro, pagavam a viagem da família até ao colégio e (...) isto pode parecer muito utópico... mas criava condições à família para passar 1 dia ou 2 com o menor no colégio, no caso de ele não poder ir para casa ou se não fosse aconselhável ele ir."; "fosse qual fosse o crime ou o delito que o jovem cometesse, apoio psiquiátrico ou psicológico até à saída do colégio (...) porque não tem problemas só aquele que mata, aquele que rouba também tem problemas, aquele que se urina na cama durante a noite sistematicamente pode ter problemas mais graves do que aquele que mata"; "testes psicotécnicos (...) para lhes indicar o caminho para eles seguirem."; "se tu não queres andar na escola ou não queres estudar, vais aprender uma profissão! Isso devia haver, o que não há hoje em dia!"; "Outra coisa, antes de saírem, 1 ano antes de saírem, eu criava estruturas físicas para que aprendessem a cozinhar, lavar roupa, passar a ferro, cuidar do seu próprio espaço... mas como uma família."	"Escola do crime."
3.1. [Come e dorme]	"Acho que devia haver mais vigilâncias"; "Acho que não mudava grande coisa, aquilo sempre foi um bom colégio. Não mudava nada. O dos O. é que é pior, porque já lá fui levar umas máquinas e vi e ouvi falar e fui visitar outros com o Sr. M. e via que este era melhor."	"Correcção, corrigir as pessoas."
3.2. [Mundo melhor]	"deveriam pôr as pessoas a fazer coisas mais úteis (...) na parte educativa, os psicólogos- não para quem quer mas para todos!"; "Deveria ter mais vigilância, ter mais câmaras, mas sem que ninguém soubesse, mas não para por medo, mas para colocar regras."; "deveria continuar com as boas instalações, mas não precisam de tantos luxos, nem empregadas. Não sujarem tanta roupa e terem mais cuidado e serem eles a fazerem mais tarefas."; "Deveria fazer um espaço mais pequenino e ter uma figura de mãe e pai."; "deveria haver mais [vigilância]."; [castigos] "porque deveriam apenas retirar o que gostavam, mas devia ser difícil."; [se fosse directora] Havia um especial tratamento para cada caso, por exemplo se alguém estava habituado a roubar inculir nela uma alternativa de vida e ensinava novos ofícios que o fizesse evoluir. Ensinar a estudar e cada um corrigir os seus erros, dar-lhes um incentivo por uma vida melhor. Sair dali com um canudozito qualquer... E depois deixar de fumar e consumos, terapias para isso, uma coisa séria. E ser algo mais familiar, sentirem-se que estavam num núcleo de família. Procurar as famílias e manter os contactos."	"Não sei, mas eu não gosto do nome. Para mim lembra-me cadeia e não gosto."

Anexo 4

Quadros

Quadro I: Descrição do 1º momento do acolhimento dos sujeitos da sub-amostra LIJ

Positivo	N	Negativo	N	N
				Total
1. Impacto emocional: sentimentos, emoções e sensações originados pela situação do acolhimento.				
O sujeito menciona sentimentos de bem-estar e felicidade. Exemplo: “foi um momento muito acolhedor”, “felicidade imensa”	3	O sujeito refere sensações de medo, abandono, raiva e sintomas físicos de mal-estar. Exemplo: “Senti-me um bocado abandonado”, “fiquei de cama, com febre”	6	9
2. Vivência relacional: vivência de relacionamentos significativos para o sujeito no momento do acolhimento.				
O sujeito refere relacionamento(s) que facilita(m) sentimentos de conforto e protecção. Exemplo: “eu era um menino de tão bem que eu até trazia na minha malinha uns sapatinhos de lã de dormir que a minha avó me fazia para eu dormir”	3	O sujeito menciona relacionamento(s) que suscita(m) sentimentos de angústia e desprotecção. Exemplo: “Fartei-me de chorar (...) fartei-me de agarrar o meu pai, só me queria vir embora, não queria que ele me deixasse ali”	4	7
3. Impacto do espaço físico: percepção do espaço físico da instituição no momento do acolhimento.				
O sujeito percepção um espaço agradável e livre. Exemplo: “com esta liberdade toda, com o ar livre (...) o poder brincar, sentia-me como peixe na água”	3	O sujeito percepção um espaço frio e fechado. Exemplo: “Porque disseram-me que íamos para um sítio com piscina, um pátio para brincar e quando cheguei aquilo parecia uma prisão. (...) era muito fechado (...) uma desilusão”; “entrar dentro de uma casa enorme, toda fechada (...) porta de entrada com uma grade (...) isto é uma cadeia!”	3	6
4. Processos de admissão ou boas-vindas: ocorre quando a equipa dirigente e/ou os pares procuram dar à pessoa recém-chegada uma noção clara da sua situação (por exemplo, cortar o cabelo, dar instruções quanto a regras, etc.)				
O sujeito refere sensações de agrado e conforto. Exemplo: “Lembro me de chegar a instituição e tomar banho”	1	O sujeito menciona sensações de desconforto e impessoalidade. Exemplo: “deram foi roupa da cama, ensinaram a fazer as camas, a ter cuidados de higiene (...) sentia-me uma pessoa estranha na casa”	1	2
5. Narrativas de violência: episódios de violência ocorridos no momento do acolhimento.				
		O sujeito refere atitudes de agressão. Exemplo: “rachou a cabeça a duas gémeas, nesse momento.”	1	1
5. Referência à ausência de recordação				2
N Total	10		15	25

Quadro II: Descrição do 1º momento do internamento dos sujeitos da sub-amostra CE

Positivo		Negativo		N Total
1. Impacto emocional: sentimentos, emoções e sensações originados pela situação do acolhimento.				
O sujeito menciona sensações agradáveis. Exemplo: <i>“Veio logo pessoal cumprimentar-me, falar na boa comigo. (...) Comecei bem”</i>	1	O sujeito refere sensações de medo, tristeza, revolta e mal-estar. Exemplo: <i>“chorei muito”, “estar fechado”, “Senti-me revoltado, a rebentar.”, “Senti que a sociedade estava contra mim”</i>	5	6*
2. Vivência relacional: vivência de relacionamentos significativos para o sujeito no momento do acolhimento.				
O sujeito refere relacionamento(s) que facilita(m) a adaptação. Exemplo: <i>“O Sr. Padre M.(...) Pôs-me logo a vontade, disse para eu não ter medo.”</i>	2	O sujeito menciona relacionamento(s) que suscita(m) sentimentos de insegurança. Exemplo: <i>“uma frieza nas pessoas que me rodeavam, senti um medo tal (...) um ambiente frio, muito hostil...”</i> ; <i>“entrei lá e sentia-me triste porque era uma rejeição de uma mãe.”</i>	3	5*
3. Impacto do espaço físico: percepção do espaço físico da instituição no momento do acolhimento.				
		O sujeito percebe o espaço como impessoal e fechado. Exemplo: <i>“tínhamos uma janela com umas gradezinhas, aquilo só abria um bocadinho. Tudo fechado!”</i> ; <i>“as paredes brancas”</i>	2	2
4. Processos de admissão ou boas-vindas: ocorre quando a equipa dirigente e/ou os pares procuram dar à pessoa recém-chegada uma noção clara da sua situação (por exemplo, cortar o cabelo, dar instruções quanto a regras, etc.)				
		O sujeito menciona sensações de desconforto, impessoalidade e de perda de sentido de segurança pessoal. Exemplo: <i>“cortar o cabelo muito curto, fazer a barba (...) tomar banho, tiraram-me a roupa, (...) meteram-me lá dentro (...) 3 dias e 3 noites lá, só me levavam comida (...) apagavam a luz e ficávamos na escuridão”</i> ; <i>“eu notei que havia ali gajos a ver quem eu era para tentar lixar”</i>	2	2
5. Narrativas de violência: episódios de violência ocorridos no momento do acolhimento..				
		O sujeito refere atitudes de agressão (física e sexual) Exemplo: <i>“andei à porrada nesses 7 dias que eu tive (...) não falhou um”, “fui à casa de banho (...) entrou um cabrão (...) fecha-me a porta “Anda lá que agora és tu, arreia as calças! Peguei no</i>	1	1

		<i>varão, virei-me para trás e mandei-lhe assim de alto a baixo!”</i>		
N Total		4		13 16

* (n=6) Note-se que um dos sujeitos esteve em 3 instituições, nas quais vivenciou experiências diversas no momento de chegada, que corresponde, em termos numéricos, a 3 instituições”.

Quadro III: Aspectos organizacionais da instituição dos sujeitos da sub-amostra LIJ e CE

Aspectos organizacionais	Sub-amostra Lares	N=10	Sub-amostra C.E.	N=4
Regime	Internato	11 ¹⁰	Internamento	4
			fechado	4
			semi-aberto	2 ¹¹
			Aberto	
Número total de pessoas	[até 25]	1	[+/- 30]	4
	[50-100]	2		
	[100 – 150]	4	[+/- 100]	1 ¹²
	[150-200]	1		
	Sem especificação	3		
Regime (género)	Unisexo	7	Unisexo	4
	Misto	2	Misto	2
	Sem especificação	3		
Orientação	Católica	4	Católico	1
	Privada	1	Público	1
	Sem especificação	6	Sem especificação	2
Organização do grupo	Responsável adulto	4	Por unidades	2
	Responsável mais velho	6	Sem especificação	2
Escola	Dentro da instituição	5	Dentro da instituição	4
	Fora da instituição	4		
		2		

¹⁰ (n=11) Note-se que um dos sujeitos esteve em 2 instituições.

¹¹ (n=2) Note-se que dois sujeitos referiram ter estado em regime fechado e, posteriormente, em regime semi-aberto.

¹² (n=1) Note-se que um dos sujeitos esteve em mais do que 1 instituição.

Quadro IV: Enunciação das regras da instituição dos sujeitos da sub-amostra LIJ

Regras	Positivo	Negativo	Sem especificação	Sub-total
1. Regras respeitantes à vigilância e controlo:				
Sair apenas com os jovens mais velhos		1	1	2
Não ter namorado		2		2
Não ter telemóvel		1		1
Ordem, disciplina, obediência, fazer silêncio		4	1	5
				10
2. Cumprir as rotinas estipuladas ¹³	1	7	1	9
3. Cumprir os horários estipulados	1	3	2	6
4. Realizar as tarefas institucionais (limpeza, arrumação, etc.)	2	1	3	6
5. Outras:				
Sair da instituição até aos 18 anos		1		
Estudar ao fim-de-semana			1	1
Regras evangélicas	1			1
6. Nenhuma		1		1

Quadro V: Enunciação das regras dos sujeitos da sub-amostra CE

	Positivo	Negativo	Sem especificação	Sub-Total
Regras respeitantes a vigilância e controlo:				
a) Permanência, no momento de chegada, 1,2 ou 3 dias e 3 noites numa divisão fechada e isolada		2		2
b) Deferência obrigatória: Pedir permissão ou instrumentos para actividades secundárias que a pessoa pode executar sozinha no mundo externo (e.g. para sair de uma divisão para a outra, para ir buscar um objecto, para ir à casa de banho).		2		2
c) Cartões de diversas cores ou escala de pontuação			2	2
d) Proibição de sair do colégio			1	1
				7
Cumprimento de rotinas ¹⁴			4	4
Cumprimento de horários	2		2	4
Realizar as tarefas institucionais (limpeza e arrumação)			2	2

¹³ Tal como ir à “missa”, à “catequese” e “rezar”, referidas previamente na categoria “horários e rotinas”.

¹⁴ Tal como ir à “missa” e “rezar” diariamente, referidas previamente na categoria “horários e rotinas”.

A.V.D.			2	2
Não faltar ao respeito aos monitores			1	1
Desconhecimento das regras		1		1

Quadro VI: Descrição dos castigos dos sujeitos da sub-amostra Lares

	N=10*
1. Recusa de privilégios: recusa de direitos previamente adquiridos na instituição	
1.1. Proibição de ir o fim-de-semana com os familiares	3
1.2. Proibição de fazer uma refeição	3
1.3. Proibição de ver televisão	3
1.4. Deitar mais cedo	2
1.5. Proibição de sair do espaço físico da instituição	1
1.6. Proibição da frequência em actividades extra-curriculares	1
	13
2. Comunicação com o superior hierárquico: comunicação ao superior hierárquico na instituição, que, por sua vez, decide o castigo a aplicar.	
2.1. Aos jovens “mais velhos”	2
2.2. Ao director	2
2.3. Ir “a tribunal” na instituição	2
2.4. Aos educadores	1
	7
3. Realização de tarefas institucionais	7
4. Punição física:	
4.1. Agressão com objecto	2
4.2. Agressão sem objecto	2
	4
5. Saída obrigatória da instituição	3
6. Outros:	
6.1. Rapar o cabelo	1
6.2. Fazer análises de sangue	1
6.3. Permanecer na mesa da refeição (durante várias horas)	1
6.4. Não jantar	1
6.5. Permanecer numa oliveira (durante todo o dia)	1
7. Ausência de recordação	1

*O total de sujeitos não corresponde ao total de categorias porque 1 sujeito refere mais do que um castigo.

Quadro VII: Descrição dos castigos dos sujeitos da sub-amostra CE

		N=4
1. Recusa de privilégios: recusa de direitos previamente adquiridos na instituição:		
1.1. Privação do contacto com os outros com ou sem delimitação do espaço físico:		
1.1.1. Isolamento numa divisão específica: permanência no interior de uma divisão fechada de pequena dimensão.		
a) De 1 a 4 semanas, sem sair		3
b) De 1 a 3 dias, com permissão para sair meia hora por dia		1
1.1.2. Isolamento no quarto do próprio		2
1.1.3. Permanecer virado para a parede		1
		7
1.2. Diminuição na pontuação e correspondente valor na “semanada		2
1.3. Privação dos bens pessoais		1
2. Realização de tarefas institucionais		3
3. Administração de medicação		

*O total de sujeitos não corresponde ao total de categorias porque 1 sujeito refere mais do que um castigo e porque 2 sujeitos estiveram em 3 instituições.

Quadro VIII: Tipos de maus-tratos e prevalência dos sujeitos da sub-amostra LIJ

Prevalência	Tipo de maltrato			N=10
	Maus-tratos físicos	Abusos sexuais	Maus-tratos emocionais	
	7	2	7	16*

* Este número é superior ao total de sujeitos, o que significa que 1 mesmo sujeito pode ser referenciado em mais do que 1 categoria.

Quadro IX: Agentes, tipos e prevalência dos maus-tratos dos sujeitos da sub-amostra LIJ

		Maus-tratos físicos	Abuso sexual	Maus-tratos emocionais	N=10
Agentes de Maltrato	Pares	2	2	1	5
	Funcionários	7	1	7	15
	Total:	9	3	8	20*

* Este número é superior ao total de sujeitos, o que significa que 1 mesmo sujeito pode ser referenciado em mais do que 1 categoria

Quadro X: Tipos de maus-tratos e prevalência dos sujeitos da sub-amostra CE

Prevalência	Tipo de maltrato			N=4
	Maus-tratos físicos	Abusos sexuais	Maus-tratos emocionais	
	4	1	3	8*

* Este num é superior ao total de sujeitos, o que significa que 1 mesmo sujeito pode ser referenciado em mais do que 1 categoria. Note-se ainda que um dos sujeitos esteve em 3 instituições.

Quadro XI: Agentes, tipos e prevalência dos maus-tratos dos sujeitos da sub-amostra LIJ

		Maus-tratos físicos	Abuso sexual	Maus-tratos emocionais	N=10
Agentes de Maltrato	Pares	3	1	2	6
	Funcionários	3	1	2	6
	Total:	6	2	4	12*

* Este num é superior ao total de sujeitos, o que significa que 1 mesmo sujeito pode ser referenciado em mais do que 1 categoria. Note-se ainda que um dos sujeitos esteve em 3 instituições.

Quadro XII.: Percepção dos aspectos positivos da institucionalização dos sujeitos da sub-amostra LIJ

	N=10
Satisfação das necessidades básicas	8
Convivência e relacionamentos	7
Permitir um percurso académico e profissional	6
Apoio indispensável na formação da identidade	6
Actividades lúdicas, jogos e passeios	2
Outros:	
Aprender a cuidar de si próprio	1
Colocarem dinheiro na conta individual ao longo do curso profissional	1
Poder fazer-se o que se quer	1
Recordações positivas	1
Nenhum aspecto positivo	1

Quadro XIII: Percepção dos aspectos positivos da institucionalização dos sujeitos da sub-amostra C.E.

	N=4
Convivência e relacionamento	5*
Permitir um percurso académico e profissional	3
Constituir um apoio indispensável na formação da identidade	2
Actividades desportivas, festas	2
Outros:	
Recordações positivas	1
Ter saído bem	1

* Este num é superior ao total de sujeitos, o que significa que um dos sujeitos esteve em 3 instituições.

Quadro XIV: Percepção dos aspectos negativos da institucionalização dos sujeitos da sub-amostra LIJ

Ausência de afecto	5
Obrigatoriedade de participação nas rotinas, nomeadamente:	
- Rotinas ligadas à religião católica	3
- Actividades e tarefas na instituição	2
Ser demasiado fechada ao exterior	4
Recursos humanos (técnicos e funcionários):	
- Personalidade em geral/Características específicas	3
- Rotatividade	1
Obrigar a saída imediata da instituição, sem a devida preocupação com as condições necessárias	4
Ausência de uma preparação adequada para a autonomia de vida e de apoio pós-colocação	4
Obrigatoriedade, rigidez e inflexibilidade de determinadas regras	4
Obrigatoriedade, rigidez e inflexibilidade dos horários de entrada	3
Aspectos específicos relativos ao Sistema de promoção e Protecção, nomeadamente:	1
- O Tribunal decretar a retirada da criança aos progenitores por ausência de condições mas, simultaneamente, conceder-lhes o direito de tomar decisões relativas à sua vida	
- Ausência de um trabalho/apoio junto dos progenitores no sentido da criança poder voltar à família (após a decisão de retirada da criança do meio familiar)	
- No momento da retirada do meio familiar, ser usado uma viatura da polícia	
- A opinião da criança/jovem não ser ouvida (antes e durante a institucionalização)	2
Ausência de actividades lúdicas e de rotinas diferentes (nomeadamente, ao fim-de-semana)	3
Castigos	3
Maus-tratos físicos e emocionais	3
Ser permitida uma diferença, que conduz a que as crianças e jovens institucionalizados se sintam discriminados e com sentimentos de inferioridade relativamente às outras crianças/jovens	2

(nomeadamente: ao nível do vestuário, a encarregada de educação ser freira, não ter dinheiro de bolso)	
Ausência de formação profissional e de integração no mercado de trabalho	2
Ter pouca vigilância*	2
Escola funcionar dentro da instituição	2
Outros:	
- Não explicarem o motivo da permanência na instituição	1
- Não estar adaptada aos tempos modernos	1
- Desigualdade e racismo	1
- Ausência de separação de idades	1
- Não ter brinquedos	1
- Não existir uma avaliação prévia do agregado familiar no qual as crianças e jovens trabalham ao fim-de-semana	1
- As crianças/jovens terem demasiada liberdade	1
- Ter influenciado a orientação sexual*	1
- Não se aprender nada*	1

* Estes aspectos foram referidos pelo participante alvo de abusos sexuais na instituição.

Quadro XV: Percepção dos aspectos negativos da institucionalização dos sujeitos da sub-amostra C.E.

Ter pouca vigilância	3
Permanecer no quarto fechado, isolado dos outros	3
Propiciar o distanciamento da família biológica	2
Deferência obrigatória	2
Tentativa de abuso sexual, abusos emocionais e sexuais, negligência	2
Outros:	
Os primeiros 7/8 meses	1
Aprendizagem da agressividade e de técnicas de crime	1
Sentimento de insegurança permanente	1
Idade demasiado precoce da detenção	1
Não querer saber o motivo de um determinado crime	1
Horário de deitar (muito cedo)	1
Obrigatoriedade em cumprir determinadas rotinas (nomeadamente: rezar)	1
Os jovens estarem juntos no mesmo espaço físico, apesar da diferenciação das problemáticas e das idades*	1
Ao nível dos recursos humanos: incapacidade em gerir eficazmente os problemas que ocorriam (Exemplos: abortos, fugas para as discotecas, envolvimento sexuais)*	1
Castigos pouco eficazes	
Atitudes de domínio dos mais velhos para com os mais novos*	
Não aprender nada	1

Quadro XVI: Sugestões de mudança em relação ao acolhimento/internamento dos sujeitos da sub-amostra LIJ

No respeito aos recursos humanos:	
- Proporcionar uma atenção mais individualizada, mais afecto, conversar mais, compreender, reflectir acerca das regras/outros assuntos com a criança/jovem	2
- Proporcionar uma educação diferente, com menos tabus, acompanhar a evolução dos tempos	2
- Haver mais psicólogos	2
- Formação e especialização dos funcionários e colocação de mais adultos por cada grupo de crianças	1
Determinadas rotinas não serem obrigatórias, nomeadamente:	
- Rotinas ligadas à religião católica	4
- Tarefas institucionais	2
No que concerne ao espaço físico:	
Criação de estruturas físicas diferenciadas consoante as idades das crianças/jovens	4
Construção de casas familiares	1
Oferta de melhor formação profissional e inserção no mercado de trabalho	4
Maior abertura e flexibilidade de determinadas regras	4
Promover um maior contacto da instituição com o exterior, nomeadamente:	
- Actividades extracurricular no espaço exterior à escola e à instituição, convívios, actividades lúdicas e brincadeiras ao ar livre	3
Permitir que as crianças e jovens institucionalizados se sintam iguais às outras crianças	3
Proporcionar apoio no momento da saída da instituição (ao nível da habitação e do emprego)	1
Ensinar e promover competências que permitam uma melhor preparação para a autonomia (cozinhar, limpezas, conhecimentos práticos, etc.)	2
Aspectos específicos do Sistema de promoção e Protecção:	
- Evitar a medida de institucionalização mas privilegiar o trabalho com os progenitores	1
- Ter em conta a opinião da criança/jovem e um maior envolvimento desta em todo o processo.	
- Na decisão de adopção de uma criança com fratria, ter esta em conta e promover o seu relacionamento.	
- Promover a ligação e apoiar a construção de uma relação positiva da criança com a família biológica	2
Mais vigilância e mais regras*	2
Promover mais actividades lúdicas	2
Explicar o porquê das regras e reflectir acerca delas com a criança/jovem	1

Quadro XVII: Desejos de mudança em relação ao internamento dos sujeitos da sub-amostra C.E.

No que respeita aos recursos humanos:	
- Conversar mais e explicar as regras;	1
- Proporcionar apoio psicológico e psiquiátrico até ao momento de saída;	2
- Proporcionar a execução de tarefas que sejam úteis aos jovens	1
Proporcionar mais formação e qualificação profissional	3
Executar testes psicotécnicos e vocacionais	
Garantir mais vigilância*	3
Construção de casas mais familiares,)* com a criação de um ambiente mais familiar	2
Proporcionar menos luxo nas instalações	
Terminar com o procedimento de, no momento de chegada, os jovens permanecerem isolados no quarto fechado	2
Promover a contacto e o relacionamento com a família biológica (por exemplo, ir a casa aos fins de semana ou, no caso de não ser possível, ir a família ao CE e ficar um dia ou dois neste)	2
Outros:	1
Haver um tratamento individualizado para cada caso (por exemplo, para alguém que pratica furtos, ensinar novos ofícios que lhe permitissem evoluir e proporcionar uma alternativa de vida melhor, ensinando cada um corrigir os seus erros).	
Maior flexibilidade em determinadas regras:	1
- Permitir uma maior convivência com as raparigas e com privacidade	
- Dar autorização para fumar um cigarro após as refeições	
Ensinar e promover competências que permitam uma melhor preparação para a saída (a.v.d.)	1